

## 1) CONTRIBUIÇÃO GLOBAL DA CORRENTE PROLETÁRIA/POR

Apresentação: **Corrente Proletária / POR - Oposição Apeoesp/ Sinpeem**

### Conjuntura internacional

A crise mundial, aberta em 2008, levou os Estados Unidos a fazerem uma virada em sua política interior e exterior. Ressaltam o recrudescimento da repressão à imigração e a declaração de guerra comercial. O nacionalismo imperialista expressa o grau avançado da contradição das forças produtivas altamente desenvolvidas com as relações capitalistas de produção monopolistas, bem como com as fronteiras dos Estados Nacionais. O imperialismo norte-americano busca frear as tendências de desindustrialização, próprias da fase imperialista, por meio de uma política de reerguer as barreiras protecionistas. A classe operária, a maioria explorada e os povos oprimidos, portanto, estão diante da crise estrutural do capitalismo. Significa que a burguesia não tem outra via, a não ser destruir parte das forças produtivas, e descarregar todas as violentas consequências sobre as massas.

O baixo crescimento, a estagnação e a recessão são a forma como se manifestam as contradições estruturais. Há muito, o capitalismo recompôs suas forças produtivas depois da vasta destruição provocada pela Segunda Guerra. Contou com o processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, Leste Europeu e China, que serviu de válvula de escape à crise mundial. O que resta dessa via é a abertura total à penetração do capital financeiro e a ampla desnacionalização. Para a sobrevivência do capitalismo monopolista, os nacionalismos russo e chinês, baseados na estatização econômica, precisam cair. No Leste Europeu e Turquia, reacendeu o nacionalismo fascistizante, que de resto ganha terreno na Europa Ocidental. A potenciação dos nacionalismos corresponde ao choque entre as forças produtivas e os Estados Nacionais.

A guerra comercial não se iniciou com Trump. Seu governo tão somente a expôs em forma de política de Estado, nas condições de seu agravamento. Não é por acaso que partiu da mais poderosa potência. A crise de 2008 teve como epicentro os Estados Unidos. Irradiou para todo o mundo. As soluções monetárias e fiscais, de estatização das dívidas dos monopólios e bancos, foram um arranjo provisório para evitar uma catástrofe ainda maior. O movimento de recuperação econômica se mostra limitado. A acumulação parasitária se acha em contradição aguda com as forças produtivas. O que indica a possibilidade de um retorno à crise, estando a economia norte-americana no seu centro. É nessas condições que caiu a "política do multilateralismo" de Obama, e emergiu a do "unilateralismo" de Trump. Tudo indica que avançará o choque do imperialismo com a China. As exigências de Trump à burguesia europeia e japonesa são as de que se alinhem em torno a esse objetivo.

Na América Latina, a Venezuela continua como o centro do intervencionismo norte-americano. O arrefecimento da ofensiva da oposição pró-imperialista, depois da fracassada tentativa de Guaidó de provocar um golpe, é provisório. Trump intensificará o bloqueio à economia venezuelana. Um maior debilitamento aumentará a exasperação dos explorados, que suportam a incapacidade do nacionalismo

chavista de travar a luta anti-imperialista, por meio do programa de expropriação do grande capital, nacionalização total da exploração do petróleo e estatização do sistema financeiro. A derrocada dos governos nacionais-reformistas possibilitou um maior isolamento da Venezuela. O apoio da Rússia e da China se baseiam nos mesmos interesses dos Estados Unidos em controlar as riquezas petrolíferas. Em particular, o alinhamento de Bolsonaro à política de Trump pesa em favor do intervencionismo norte-americano. Em contrapartida, Bolsonaro se sustenta no apoio do governo ianque.

A investida dos Estados Unidos e de seus lacaios latino-americanos, sob a bandeira da ajuda humanitária e, em seguida, o chamado de Guaidó a um levante militar, colocou à classe operária e demais explorados a defesa do governo Maduro contra o movimento golpista e as ações intervencionistas norte-americanas. Tratou-se da defesa da autodeterminação da nação oprimida. O que não se confunde com a defesa da política burguesa do governo chavista. O nacionalismo concebido por Hugo Chaves está esgotado: ou o proletariado e a maioria oprimida tomam o poder, implantando um governo operário e camponês, ou as forças da reação pró-imperialistas acabarão com o regime chavista. A luta contra a intervenção dos Estados Unidos e a oposição antinacional se coloca no terreno do objetivo da revolução proletária. Somente o proletariado no poder, aliado com os camponeses pobres, pode romper todos os laços da opressão imperialista e conquistar a completa independência nacional.

O nacional-reformismo obscurece e desvia a luta anti-imperialista. Muitas foram as experiências com o programa dos denominados "governos populares", e com as respectivas "frentes democráticas e populares" e "reformas populares". Em sua essência de classe, constituem governos burgueses reformistas e nacionalistas, mais ou menos radicais. Os mais afoitos se dizem nacionais e anti-imperialistas. Mas seu anti-imperialismo não chega nem perto dos monopólios e do capital financeiro. Respeitam a grande propriedade, embora se digam defensores da distribuição de renda. O nacional-reformismo se levanta como obstáculo à luta pela derrubada da burguesia do poder e constituição do governo operário e camponês. Essa política reformista exerce uma importante influência nos sindicatos, nos movimentos camponês, popular e estudantil. Não se pode realizar um congresso sindical classista, se não se combater e rejeitar a estratégia burguesa do reformismo, e a consequente política de colaboração de classes. Embora não se deva confundir o sindicato com o partido, pode e deve posicionar-se contra a estratégia do reformismo e a favor da estratégia revolucionária.

Diante da ofensiva norte-americana em todo o mundo, em particular na América Latina, as bandeiras, os métodos e a tática anti-imperialistas emergem naturalmente no seio das massas. É obrigatório um posicionamento proletário diante das privatizações, das desnacionalizações, das dívidas públicas, das intervenções militares, dos cercos econômicos, dos acordos que recrudescem a opressão nacional, das medidas de guerra comercial, das tendências bélicas e dos alinhamentos dos governos serviçais em torno das disputas interimperialistas. Assistimos ao esgotamento do ciclo de governos nacionais-reformistas na América Latina. O chavismo na Venezuela resiste sem perspectiva de sobrevivência. O massismo na Bolívia está completamente adaptado ao imperialismo. O castrismo em Cuba se bate no caminho da

restauração capitalista. O petismo no Brasil foi deposto. No entanto, a política de conciliação de classes continua a ser um obstáculo à independência dos sindicatos e dos movimentos. É fundamental que as massas vejam que, no fundo, os governos nacional-reformistas são impotentes diante do imperialismo, uma vez que se submetem à grande propriedade e à democracia burguesa.

Em toda a parte, a burguesia impõe as contrarreformas. Varre antigas proteções trabalhistas e previdenciárias. Substitui-as por medidas violentas de exploração do trabalho. Tamanho retrocesso visa a proteger a taxa de lucro, que tende a cair mais acentuadamente com a crise econômica. O imperialismo pressiona os governos das semicolônias para que sejam duros nas contrarreformas. Ao lado dos interesses dos monopólios, têm de sustentar as gigantescas dívidas públicas. O Brasil tem sido um exemplo. As "reformas" trabalhista e previdenciária resultam em uma regressão nas condições de existência da maioria oprimida, sem precedente desde que se implantou a CLT. A Argentina está indo pelo mesmo caminho. O México se curva diante das pressões de Trump. Nenhum país deve ficar de fora desse movimento geral de contrarreformas.

Não há como a burguesia liquidar conquistas e agravar as condições de exploração do trabalho sem se chocar com a classe operária e demais oprimidos. Assim se vem passando, tanto nas potências, quanto nos países de economia atrasada. Na Europa, destaca-se a luta de classes na França. Na América Latina, no Brasil e Argentina. Nota-se que os explorados se veem obrigados a se unirem e a recorrerem a métodos avançados da luta de classes, como a greve geral, bloqueios e tomadas de regiões urbanas. Deparam-se com verdadeiros Estados policiais. A burguesia já não pode sustentar a máscara da democracia. Seus governos se tornam mais e mais autoritários. Recrudescem as tendências bélicas, sublinhadas pelos ataques comerciais ao Irã e pela renúncia unilateral aos acordos de desarmamento nuclear. Aparece, à luz do dia, o enorme aparato de repressão sobre as massas, aperfeiçoado pelas democracias do pós-guerra. O fascismo, que parecia ter sido relegado ao passado, desponta como uma via possível de ser utilizada pela burguesia. Já se manifesta visivelmente na Europa Ocidental. A ofensiva da reação norte-americana, sob a condução de Trump, potencia a direita autoritária e fascitizante. Na América Latina, o Brasil se tornou o carro chefe da direitização pró-imperialista das burguesias nacionais, e de camadas fascitizantes da pequena-burguesia. Tudo indica que a polarização das classes continuará a empurrar a burguesia para o fortalecimento do Estado policial.

O reformismo partidário e o burocratismo sindical amortecem a polarização, e desviam o curso revolucionário do proletariado para a democracia burguesa putrefata. Nas condições de agravamento da luta de classes, isso leva a traições. Atuam para arrefecer as tendências de luta dos explorados, que recorrem a seus métodos próprios de enfrentamento com os exploradores. Sem uma direção revolucionária, ficam sujeitos ao aparato sindical, estatizado e degenerado pela direção venal. Constata-se esse quadro em todas as grandes lutas. No Brasil, a frente burocrática, constituída por inúmeras centrais, acaba de submeter o movimento, que se choca com as contrarreformas, ao parlamento. O que tem transcendência para a luta de classes nos demais países latino-americanos. O que obstaculiza a unidade

continental dos explorados, diante da ofensiva dos Estados Unidos e da direitização fascistizante dos governos. O que retarda a organização independente do proletariado.

Diante de tal contexto, propomos que é imprescindível reconhecer e entender, nas condições particulares da situação mundial, a crise de direção. Os explorados têm reagido e resistido como podem aos efeitos da decomposição do capitalismo. Via de regra, têm sofrido derrotas. Mesmo assim, as lutas retardam o avanço dos ataques da burguesia. As derrotas não têm sido decorrentes da correlação de forças nos enfrentamentos. Resultam da política das direções, que desviam e bloqueiam a evolução dos combates e da organização das massas em seu terreno próprio de classe. Essa situação não é apenas conjuntural. Deita suas raízes na profunda revisão, desfiguração e liquidação das conquistas das revoluções proletárias, a começar pelas conquistas da Revolução Russa, que rompeu um elo da cadeia de dominação imperialista. O processo de restauração capitalista se iniciou com a degeneração dos partidos estalinizados, que assumiram a linha do socialismo nacional. Houve uma devastação mundial, de tal monta que o programa e a ideologia revolucionária do proletariado foram erradicados do seio dos explorados. A sua organização mundial desabou, com a liquidação da III Internacional. E o revisionismo e o divisionismo centrista impossibilitaram a continuidade da construção da IV Internacional. Chegamos ao ponto em que o destacamento consciente luta por reconstruir a direção revolucionária, ou se tornará cada vez mais difícil combater o retrocesso histórico que abre caminho para a volta do fascismo. Como dissemos, não é porque a organização sindical seja distinta do partido, que não deva compreender a fundo em que momento se encontra a luta de classes e as tarefas necessárias que o proletariado tem de encarnar. Somente uma direção que se compenetre do internacionalismo revolucionário pode emancipar os sindicatos da burocracia pró-capitalista e expulsar o reformismo das fileiras dos explorados.

### **Conjuntura Nacional**

O ponto de partida da situação nacional está marcado pela aprovação da reforma da Previdência. Bolsonaro completou as contrarreformas da ditadura civil de Temer, com a diferença de que o projeto do ministro Paulo Guedes é mais violento. A reforma trabalhista, a previdenciária e a lei da terceirização formam um conjunto de ações, voltadas a aumentar a taxa de exploração do trabalho, e a proteger a classe capitalista, principalmente o capital financeiro.

As centrais sindicais manobram com a bandeira de luta contra a reforma da Previdência. Negaram-se a pôr em pé um movimento sob a bandeira de "Abaixo a Reforma da Previdência do Governo e do Congresso Nacional". A direção burocrática se pôs de acordo em realizar uma greve geral parcial, que não passasse de um protesto. Esvaziou o movimento em seguida. Não trabalhou para organizar a classe operária como espinha dorsal do movimento. Sabotou o descontentamento generalizado dos trabalhadores. Desconheceu que a greve geral por tempo indeterminado tinha de ser o objetivo da luta. Assim, a direção restringiu a revolta dos explorados a protestos isolados uns dos outros. A Câmara dos

Deputados aprovou o projeto do governo na mais tranquila paz social. O que foi qualificado por seu presidente, Rodrigo Maia, de vitória da democracia.

O mesmo se passou com a greve geral de 28 de abril de 2017. A frente burocrática das centrais se desfez. O movimento foi desarmado, já no 1º de Maio. O Congresso Nacional golpista aprovou a reforma trabalhista, sem que houvesse qualquer resistência dos explorados. Isso quando o governo Temer se achava completamente isolado e sobressaltado pela crise econômica e política. Não pode haver nenhuma dúvida ou vacilação em caracterizar as duas derrotas da classe operária e dos demais oprimidos como resultados de traições políticas. Essa dura experiência marca a situação política, polarizada pela ofensiva da burguesia contra a vida da maioria oprimida. A burocracia tudo fará para conter as tendências de luta que continuam vigentes.

O fator determinante da situação política é a luta de classes. O Congresso da CSP-Conlutas deve se esforçar em não se desviar desse fundamento. Desde o golpe de Estado em 2016 e, conseqüentemente, da imposição das contrarreformas, criou-se uma situação favorável à organização da luta da classe operária. As condições da crise econômica e política impulsionaram o movimento de resistência das massas aos ataques da burguesia. Precederam a esse momento, as gigantes mobilizações da classe média, em junho de 2013. O movimento golpista se afirmou desde março de 2015, portanto logo após a posse de Dilma para o segundo mandato. Nesse momento, se iniciou a mobilização da classe média em apoio ao afastamento da presidente petista. As manifestações contrárias ao impeachment também tiveram camadas da classe média como base social. A classe operária, em grande medida, permaneceu à distância. Não viu motivo para mudar ou manter o governo burguês. Eis por que a divisão no interior da pequena-burguesia pendeu em favor do golpe. A classe operária sentiu a mudança de governo diante das contrarreformas da ditadura civil. Seria por suas reivindicações próprias que se colocaria pela luta política.

Diante das contrarreformas de Temer e, agora, de Bolsonaro, a classe operária retomou suas tendências de luta geral. No entanto, a direção burocrática as canalizou para o Congresso Nacional. Os reformistas e burocratas sindicais de direita, centro e esquerda as brecharam e as estancaram diante do parlamento. É o que se passou com a luta contra a reforma trabalhista, e se passa com a da Previdência. A estratégia de defesa da democracia como regime político, portanto, burguês, os leva a retrair o combate, para não se chocar com o Congresso Nacional, e não ameaçar a ditadura de classe da burguesia. As centrais, transformadas em aparatos de partidos burgueses e pequeno-burgueses, constituem-se em instrumentos de contenção da revolta da classe operária. Quando se unem, constituem uma frente burocrática, que se limita a cumprir objetivos particulares dos partidos reformistas e nacionalistas de oposição, bem como de seus próprios interesses corporativos. Está aí por que foram responsáveis pela continuidade da ditadura civil de Temer, e estão sendo do governo fascistizante de Bolsonaro. A conciliação de classes tem servido para sustentar a governabilidade, apesar de a crise política se agravar. É obrigatório combater no interior da frente as manobras da direção burocrática e expor os perigos da política colaboracionista.

Por cima da frente burocrática, se acha a "frente ampla e democrática" dos reformistas. A derrocada do PT e de aliados, com o impeachment de Dilma, reacendeu a articulação da frente oposicionista. Por essa via, se procura recuperar a força eleitoral e institucional. O descontentamento dos oprimidos e os movimentos são canalizados para esse objetivo. As diretrizes do PT e aliados da Frente Brasil Popular são incompatíveis com os métodos de luta genuínos do proletariado, como a greve geral, ocupação de fábrica, etc. As manifestações de massa sob sua direção se caracterizam por comícios e protestos nos marcos da legalidade. A estratégia de democratização do Estado burguês e de constituição de um "governo democrático e popular", portanto, burguês reformista, desvia e mutila a revolta geral dos explorados, transformando-a em dia de manifestação. Está aí por que a greve geral não vai além de um dia de protesto. A contenção da luta de classes pelo freio burocrático foi responsável pela vitória do governo, do Congresso Nacional, enfim, da burguesia, contra a luta dos explorados. As tendências de luta permanecem vivas, mas poderão refluir, caso continue a prevalecer a política de conciliação de classes.

É fundamental que o Congresso da CSP-C avalie a sua posição diante das manobras da direção das centrais, denuncie a traição da frente burocrática, e se coloque pelo combate à política de subserviência ao Congresso Nacional. Não será possível dar passos na organização independente da classe operária, sem combater abertamente o reformismo em todas as suas variantes burguesas e pequeno-burguesas. O fracionamento dos sindicatos em várias centrais é, por si só, um indicador de que a burocracia conflui para a sustentação dos interesses da classe capitalista. Apesar de heterogênea – não se deve confundir suas variantes de direita, centro e esquerda–, nas condições de agravamento da luta de classes, como se passa neste momento, se torna uma só força voltada a evitar que a classe operária se levante com seus métodos revolucionários contra o Estado e a dominação burguesa.

A aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso Nacional cumpre um dos principais objetivos do governo Bolsonaro. Com a liquidação de antigos direitos, a burguesia vem descarregando a crise sobre a maioria oprimida. Os explorados se colocaram em posição de resistência, mas não contaram com a fidelidade das direções sindicais, camponesas, populares e estudantis aos interesses dos oprimidos. Depois de duas traições e duas derrotas, as condições políticas para retomar a via da greve geral se tornaram mais difíceis. No entanto, caso a economia não se reanime, o desemprego não diminua, e os salários não melhorem, as massas empobrecidas pressionarão as suas organizações a reagirem. O ataque do governo às universidades, forçando a sua privatização ou semiprivatização, empurrará os estudantes, professores e funcionários a darem continuidade ao movimento que ganhou força em maio. O 57º Congresso da UNE manteve a linha oportunista do reformismo e do nacionalismo. A contar com essa direção, só se podem esperar barreiras à luta independente. Temos de ter claro que o combate à política de conciliação de classes, a defesa do programa de reivindicações que unifica os explorados e a juventude, e o trabalho em torno aos comitês de luta de frente única são necessários para retomar a luta de classes no patamar alcançado pela greve geral de 28 de abril de 2017.

A ditadura civil de Temer realizou uma transição entre um governo deposto e um eleito. Cumpriu o objetivo básico de colocar as instituições do Estado no rumo das contrarreformas e da retomada do plano de privatizações. Eis por que o conteúdo político do golpe corresponde ao governo antinacional e antipopular. A eleição de Bolsonaro implicou continuísmo. Por meio da própria democracia formal, as massas foram arrastadas por trás da candidatura de uma das frações burguesas golpistas. A candidatura de Haddad não foi capaz de reverter a desconfiança de uma imensa parcela dos explorados com o petismo. O reformismo, diante da crise econômica, aberta em 2008, voltou-se claramente contra as necessidades da classe operária e demais oprimidos, para proteger os capitalistas e, em particular, os credores da dívida pública. O fracasso da política petista e sua capitulação diante das pressões do capital financeiro deram margem ao golpe de Estado, diante do qual os reformistas se mostraram impotentes. Nas eleições, se montou a fraude de que a candidatura de Haddad era antifascista. Toda a esquerda participou dessa farsa no segundo turno. O movimento sindical acabou refletindo a política eleitoral do reformismo. Bolsonaro armou a ofensiva antinacional e antipopular e as centrais sindicais canalizaram o movimento das massas para o Congresso Nacional. Ao alimentarem as ilusões democráticas, a burocracia, os reformistas e os centristas mantiveram a classe operária desarmada de sua política revolucionária, diante da necessidade de combater o governo militarista e fascistizante de Bolsonaro. O Congresso da Conlutas tem o dever de avaliar sua posição diante desse processo, e das correntes que dirigem a central.

Cumpridas as metas de aprovação das contrarreformas, o governo se lança às privatizações. Não se deve tomar como simples força de expressão do ministro Paulo Guedes de que tudo é privatizável. Está posta em marcha a política ultraliberal, que corresponde às tendências à maior concentração e monopolização do capital. O ultraliberalismo expressa, no país semicolonial, a diretriz pró-imperialista sem atenuantes. Na fase de decomposição capitalista, não há possibilidade de realização do liberalismo econômico. O conteúdo real do chamado ultraliberalismo é o de proteção radical do capital financeiro internacional e das necessidades das potências imperialistas. Depois de o Brasil passar pela experiência do neoliberalismo e do nacional-reformismo, a burguesia nacional se viu na contingência de assumir um governo que retome o neoliberalismo declaradamente ultraliberal. Para se implantar, necessita assumir a forma de governo bonapartista, ou seja, de ditadura policial. Bolsonaro está ainda no início de seu mandato, e enfrenta a crise política, que vem se desenvolvendo desde 2013, ano marcado pelas gigantescas manifestações da classe média. Em sua base, se encontra a decomposição da economia nacional no quadro da crise mundial do capitalismo. O fato de ter conseguido aprovar a reforma da Previdência, e de não ter sido obrigado a enfrentar a resistência das massas por meio da repressão policial, conseguiu passar pela primeira prova da luta de classes. Terá de administrar os interesses das frações burguesas premidas pela persistência da crise econômica, acossadas pelas limitações fiscais do Tesouro, voltadas a equacionar a crescente dívida pública, e preocupadas com a diretriz de Guedes de abertura do País ao capital imperialista. O movimento operário se encontra em total atraso diante da necessidade da

luta anti-imperialista. Superar essa debilidade é um imperativo da nova situação, que se abre depois de a burguesia impor as contrarreformas.

O reformismo se mostrou incapaz de reagir diante do domínio dos monopólios e das pressões do imperialismo. Adaptou seu governo à dívida pública e ao saque do Tesouro Nacional. Como expressão da política burguesa, o reformismo não tem como se contrapor às privatizações e ao avanço da desnacionalização. O máximo a que chegou foi implantar as medidas de "conteúdo nacional", um tipo de protecionismo limitado, que foi varrido por Temer. Bolsonaro pretende ir mais longe, atando o País ao carro da guerra comercial de Trump. Uma vez colocada em prática, resultará na combinação de abertura comercial, fim de qualquer trava de defesa da economia interna, liquidação definitiva de ramos fundamentais, como o de energia, e fortalecimento das multinacionais do agronegócio. O governo não poderá implementar seu plano ultraliberal sem provocar choques interburgueses. O reformismo se vale desses choques para manter a classe operária atada à política burguesa. Em outras palavras, as forças reformistas não têm como desenvolver uma linha de defesa da nação oprimida, apoiada nas massas e contraposta ao governo e à burguesia nacional. O Congresso da CSP-C deve fazer um balanço de sua própria política, diante da questão da independência nacional. Está colocada a discussão e deliberação sobre a constituição de uma frente única anti-imperialista e as suas bandeiras principais.

Diante de tal contexto, propomos que a luta contra o governo antinacional, antipopular, militarista e fascizante de Bolsonaro implica organizar um movimento anti-imperialista. O combate à implantação da reforma trabalhista, previdenciária e da terceirização está na base que qualquer manifestação dos explorados. Uma das omissões criminosas da burocracia sindical e dos reformistas foi a de não organizar a classe operária contra as demissões, que recrudesceram desde 2015. Essa omissão foi preenchida com os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, e com subsídios do governo petista às multinacionais. Até mesmo a Conlutas se adaptou a esse imobilismo e aos acordos de demissão negociada. É o que mostra a diretriz da direção do sindicato metalúrgico de São José dos Campos. Essa linha tem de ser modificada, tendo por base o reconhecimento do erro e da adaptação política. O enfrentamento ao governo Bolsonaro e à classe capitalista exige vincular as reivindicações econômicas da classe operária com as bandeiras anti-imperialistas.

### **Balanço Político**

Entendemos que o balanço deve partir da traição e derrota da luta contra a reforma da Previdência. Não se pode minimizar, secundarizar ou dissolver essa caracterização. A crítica à burocracia traidora tem de ser clara, aberta e direta. A direção da CSP-Conlutas não agiu dessa forma, apesar de fazer referências nesse sentido, e assinalar o caminho da greve geral. Quer dizer que viu e viveu a traição como parte da frente burocrática, comandada pela CUT e Força Sindical, evidentemente apoiadas na CTB, CGTB etc. Essa direção cumpriu o papel de correia de transmissão da política do PT, PCdoB, Solidariedade, PDT e PSB. Em última instância, serviu ao PT.



É imprescindível determinar a natureza burocrática da frente. Confundir essa composição com uma frente única classista, leva a graves distorções e erros. Na sua aparência formal, a frente burocrática é classista, uma vez que nela estão presentes organizações dos trabalhadores. No conteúdo, ou seja, na essência, porém, é uma frente de colaboração de classes. A estratégia de colaboração foi anunciada pelo Paulinho da Força, no 1º de Maio Unificado, quando defendeu que o movimento deveria pressionar o Congresso Nacional a "desidratar" a reforma de Bolsonaro. Trocando em miúdos, definiu o objetivo de colaboração de classes. Os explorados, assim, seriam mobilizados para apoiar a oposição e uma franja de aliados a promoverem alterações, por meio de emendas, no projeto original de Bolsonaro-Guedes. A direção burocrática não rechaçou a linha apresentada pela Força Sindical e Solidariedade, tendo como porta voz o deputado Paulinho. Para quem conhece o histórico dos dirigentes, estava prevista a traição. E, portanto, era preciso combatê-la no nascer da luta.

A linha desenvolvida pela frente burocrática foi a de denunciar o governo e convocar as manifestações e a greve geral de 14 de junho contra a sua reforma. O que em princípio pareceu bem. Mas, estava previsto não fazer o mesmo com o Congresso Nacional. O movimento não poderia ganhar uma dimensão tal que identificasse a Câmara Federal com a contrarreforma de Bolsonaro-Guedes. A greve geral foi sabotada por uma parte das centrais e respectivos sindicatos, a exemplo do transporte urbano e metalúrgicos de São Paulo. Não se fez uma ampla organização e convocação. A sua limitação serviu para se dizer que a classe operária não estava tão disposta à luta como em 28 de abril de 2017. Nada mais foi feito para manter a mobilização. A Câmara dos Deputados havia tomado para si a reforma, apresentando a farsa de que as alterações davam conta de tornar a Previdência mais justa. Na verdade, as alterações serviram para consolidar uma maior unidade burguesa ao redor da reforma. A manifestação em Brasília, liderada pela UNE, ocorreu depois da votação, num gesto fúnebre, apesar do palavreado e da festividade. A traição foi concluída com a subordinação do movimento, iniciado no 1º de Maio unificado, ao jogo parlamentar e à votação esmagadora de 10 de julho. A política reformista tem por fundamento colaborar para o funcionamento do Congresso Nacional, mesmo quando esteja aprovando reformas tão violentas contra a maioria oprimida.

A CSP-Conlutas não se constituiu como um instrumento de combate contraposto à frente burocrática. Pintou a unidade das centrais com as cores de uma frente única classista inexistente. Manteve-se centralizada pela estratégia da burocracia cutista, forcista, cetebista etc. Não se lançou a ações concretas, contra o objetivo das centrais de apoiarem a oposição, que fazia discurso radical contra penalizar os pobres, mas que participava da farsa da negociação das emendas, e não convocava a greve geral. Os eunucos opositores no Congresso Nacional ao governo Bolsonaro se valeram do movimento, mas nada fizeram para impulsioná-lo, o que exigia denunciar o parlamento como uma cova da burguesia, de onde somente sairia a destruição das condições elementares de existência dos explorados. A oposição, auxiliada pela frente burocrática, mediu bem seus passos, de acordo com a métrica eleitoral, muito claramente exposta por Paulinho da Força. Sem dúvida, não havia outra possibilidade de frente. Era um

imperativo exigir das centrais, que fragmentam a organização da classe operária, a constituição de um movimento unitário contra a reforma. Não era imperativo, porém, se submeter à política derrotista. Era tão imperativo quanto defender a unidade das centrais, a luta no seio do movimento pela frente classista, em contraposição à frente burocrática.

Nada do que se fale e se aprove no Congresso da CSP-Conlutas servirá à luta dos explorados sem uma discussão crítica sobre o balanço da traição. Nesse sentido, é necessário verificar a relação entre o que se passou com o movimento contra as reformas de Temer, e o que se passa agora contra a reforma da previdência de Bolsonaro. Em abril de 2017, as centrais e movimentos se viram na contingência de mobilizar suas bases. A jornada desse mês concluiu com a greve geral do dia 28. A classe operária mostrou sua força, ao paralisar boa parte do País. A luta dirigia-se contra o governo golpista. Em seguida, as centrais desmantelaram a jornada de abril. Não se falou mais de greve geral. A ordem foi a de esperar o resultado da votação no Congresso Nacional. A reforma trabalhista, assim, foi aprovada, com os explorados totalmente desmobilizados. Esse acontecimento mostrou o método usado pela burocracia para trair os interesses da classe operária. Método esse ditado pela política burguesa de subordinação da revolta das massas ao Congresso Nacional. Nota-se que a CSP-Conlutas não assimilou criticamente essa experiência. O que expressa uma adaptação ao burocratismo sindical.

O que se passou com a luta contra o fechamento da Ford em São Bernardo do Campo tem uma importância particular. Os metalúrgicos ficaram isolados, à mercê do jogo dos burocratas. A traição acabou levando a resistência passiva e manietada à derrota. Faz parte de uma série de medidas de proteção aos lucros das montadoras. A CSP-Conlutas se deparou com a reestruturação da GM, que impôs acordos de flexibilização capitalista do trabalho. O sindicato metalúrgico de São José dos Campos assinou acordos do mesmo tipo que os do sindicato metalúrgico do ABC. Tirando as manobras de assembleias, o resultado é o mesmo: as multinacionais violaram direitos trabalhistas e rebaixaram os salários. Trata-se de um movimento geral dos capitalistas, que concluíram com a reforma trabalhista, terceirização e, neste momento, com a da Previdência. Os sindicatos corporativos e a fragmentação em uma dezena de centrais têm sido incapazes de se contraporem ao movimento geral do capital com o movimento geral da classe operária. O fechamento da Ford, diante do mais poderoso sindicato operário do País, é um sintoma que evidencia até que ponto chegou a putrefação das direções sindicais, e o peso negativo da ausência de uma direção classista. A ruptura da CSP-Conlutas, liderada pelo PSTU e aliados (correntes do PSOL, principalmente) teve como justificativa a burocratização e a necessidade de uma central classista. Os fatos nos deram razão, quando afirmamos que tal divisão correspondia a interesses corporativos. A CSP-Conlutas não esteve à altura, sequer de combater os acordos de demissão. Omitiu-se flagrantemente diante do acordo antioperário de fechamento da Ford. A atitude de não se confrontar com os burocratas traidores expressa a divisão corporativa, que imobiliza a classe operária diante do movimento geral dos capitalistas, de descarregar a crise sobre a maioria oprimida.

A queda no crescimento, a recessão e, agora, o baixo desempenho resultaram em demissões em massa, e o desemprego explodiu. Desde 2015, a situação da classe operária vem se agravando. A burguesia aproveitou o excesso de força de trabalho para impor "acordos" lesivos aos trabalhadores e rebaixar os salários. As centrais, e respectivos sindicatos, não organizaram a resistência. Ao contrário, assimilaram a pressão dos exploradores, e se adaptaram ao receio dos explorados de perderem o emprego. A ausência de luta, quando mais se necessitava, teve e tem um custo alto para os assalariados. Desarmados de seu programa, sem empunhar coletivamente as bandeiras de emprego, e sem reagir às demissões em massa, a maioria oprimida não pôde reagir ao golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Instalou-se uma ditadura civil, que cumpriu a tarefa de pôr em marcha as contrarreformas. Acima, expusemos a traição da burocracia. Interessa assinalar que a CSP-Conlutas não deu o combate quando deveria dar, seguindo a inércia geral das frações burocráticas, e tendo de fazer acordos antioperários em São José dos Campos. Errou terminantemente ao negar a existência de um golpe de Estado e a instalação da ditadura civil de Temer. E acabou se colocando no mesmo terreno do reformismo, com a bandeira de "Fora Temer" e "Eleições Gerais". Nesse processo, o governo golpista passou a promover o plano de privatizações. As centrais simplesmente não deram um só passo para organizar a luta contra a desnacionalização. Foi fácil, aos donos da Embraer e ao governo, entregarem a empresa a Boeing. As privatizações se tornaram corriqueiras, quando expressam o avanço do domínio imperialista sobre o País. A burocracia sindical se nega a mobilizar os explorados sob as bandeiras anti-imperialistas, e a organizar uma frente única anti-imperialista. Para fazer um balanço político sério, é preciso evidenciar a subserviência das direções aos monopólios.

Diante de tal contexto, propomos que não se pode desenvolver uma política classista e revolucionária se não se luta pela centralização do movimento dos trabalhadores e pela democracia proletária. A existência de uma dezena de centrais é um obstáculo a esse objetivo. Reforça o corporativismo, a um ponto de negar os sindicatos como organismos de massa. Não por acaso, a maioria dos assalariados não vê os sindicatos como meio de organização classista, e de defesa coletiva diante da brutal exploração. A desconfiança generalizada das bases em suas direções tem motivos concretos. Constituiu-se uma casta de sindicalistas, que vive profissionalmente da arte de colaborar com os exploradores. O governo de Lula favoreceu o divisionismo, com a regulamentação das centrais, e com o imposto sindical. No Brasil, a classe operária teve diuturnamente dificuldade de se organizar em uma central, embora tenha tentado, desde o início do século passado. A descompressão social e política, ocorrida com o fim da ditadura militar, permitiu a criação da CUT. Nasceu impulsionada pelas greves e pelo desmoronamento do intervencionismo militar. A sua estatização chegou ao auge no governo de colaboração de classe. As forças burocráticas centrífugas, impulsionadas pelos vínculos das direções com as diversas variantes da política burguesa e pequeno-burguesa, fragmentaram o processo de centralização, e praticamente eliminaram a democracia operária nascente. A CSP-Conlutas é parte desse enorme divisionismo aparelhista. Não poderia, portanto, servir à luta pela centralização democrática do movimento operário. Nestes anos de existência, não se

constituiu em uma fração revolucionária, antiburocrática e democrática. Os aspectos anteriores do balanço político comprovam essa conclusão. O Congresso deve se debruçar nessa avaliação crítica, considerando que a CSP-Conlutas reúne a mais avançada vanguarda classista. Trata-se de retomar a defesa de uma única central, classista, independente e democrática.

## Plano de Ação

O governo Bolsonaro teve êxito em aprovar a reforma da Previdência. Mas, despertou uma aversão generalizada dos explorados. Certamente, ainda conta com apoio de uma camada da classe média. A crise econômica e social se encarregará de ampliar ainda mais o descontentamento da classe operária e dos demais oprimidos. As traições e derrotas sofridas pelo movimento das massas não sufocaram as tendências instintivas de luta do proletariado. A bandeira "Fora Bolsonaro" é eleitoral. O Congresso deve se posicionar pela bandeira "Abaixo o governo militarista, antinacional e antipopular, de Bolsonaro". O conteúdo é claro e pressupõe a luta contra o governo pró-imperialista e fascistizante no terreno da ação direta. Materializa a bandeira de "Não ao alinhamento do Brasil com os Estados Unidos"! "Não ao alinhamento com qualquer potência imperialista"!

Responder ao parasitismo financeiro, que suga o sangue do país por meio do pagamento dos juros e amortizações, realizado por meio de ataques e cortes aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários: pelo não pagamento da dívida pública e pela estatização sob controle dos trabalhadores de todo o sistema financeiro.

Responder às demissões em massa, ao desemprego e subemprego. Aprovar as bandeiras: "Emprego não se negocia, defende-se com luta"; "Ocupar as fábricas diante das demissões em massa". Realizar uma campanha pela "redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários" e implantação da "escala móvel das horas de trabalho". Constituir os comitês de defesa dos empregos, unindo empregados e desempregados. Fazer um chamado às centrais, aos sindicatos e movimentos populares: "Por uma luta unitária em defesa dos empregos"; diante de 30 milhões de desempregados e subempregados: "Redução da jornada sem redução salarial".

Responder à destruição de direitos trabalhistas e previdenciários. Revogação da reforma trabalhista, previdenciária e da lei da terceirização. Essa bandeira se concretiza por meio da luta contra o desemprego e o subemprego. A defesa de "Fim da terceirização" e "Volta da contratação direta" é o ponto de partida de um movimento para pôr abaixo a reforma trabalhista e da Previdência.

Responder ao rebaixamento salarial. Pelo fim dos acordos de redução salarial. Pela reposição das perdas salariais. Por um salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora.

Responder às privatizações e à desnacionalização com a bandeira de "Reestatização sem indenização, sob o controle operário da produção. Em particular, responder à entrega da Base de Alcântara aos Estados

Unidos. Está colocada a defesa da economia nacional, sob as bandeiras de "Nenhum acordo com o imperialismo que leve à desindustrialização e à desnacionalização!"

Responder aos ataques contra a educação pública. Fim do sistema privado de educação! Por um sistema único, público, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha. Fim do controle e influência sobre a educação pelas igrejas! "Total liberdade de ensino, expressão e manifestação"! "Não à militarização das escolas!" "Não ao obscurantismo religioso e anticientífico".

Responder à discriminação e violência contra a mulher, homossexual, negro e indígena. Unir em um só movimento as respostas contra as opressões. "Fim da discriminação na contratação, no emprego e no salário"; "Proteção à maternidade!" "Fim da dupla jornada!" "Igualdade de direitos civis ao homossexual"! Emancipação da mulher da escravidão do lar! "Erradicação do racismo"! O fim das opressões virá com o fim da propriedade privada dos meios de produção e da sociedade de classes. Toda opressão é de classe! Na luta contra a discriminação e a violência, é necessário distinguir a concepção proletária das opressões da concepção burguesa e pequeno-burguesa.

Responder à precarização das condições sociais de existência da maioria oprimida. Defesa de um sistema único de saúde, público, sob o controle operário. Que os governos regularizem as ocupações de terras. Que o poder público se responsabilize pela construção de moradias aos sem-teto. Fim dos despejos. Expropriação de todas as áreas e prédios, que servem à especulação imobiliária, sem indenização.

Responder ao agravamento das condições dos camponeses. Pela retomada do movimento de ocupação de terras. Revogação das medidas de Temer contra a reforma agrária. Combater a ofensiva de Bolsonaro contra camponeses e indígenas. Nenhuma revogação das demarcações de terras. Que as nacionalidades indígenas determinem seu próprio território. Pelo direito real à autodeterminação das nacionalidades indígenas. Expropriação e nacionalização dos latifúndios.

Responder à violência capitalista contra os oprimidos do campo. Constituição de um tribunal popular para apurar os assassinatos de camponeses e indígenas. Direito ao armamento coletivo e à autodefesa dos camponeses e indígenas. Pela formação dos comitês camponeses e indígenas. Fim das milícias dos latifundiários.

Responder à ausência do direito de greve. Fim de toda legislação que viola o direito de greve e manifestação dos trabalhadores. Fim das perseguições e prisões àqueles que lutam e organizem os movimentos. Total liberdade de organização sindical. Por sindicatos classistas, baseados na democracia operária.

Responder à dominação imperialista e à submissão da burguesia brasileira com a bandeira de independência nacional, lutando com total independência de classe, a partir das reivindicações próprias das massas, seus métodos de luta de classes, e sob a estratégia de poder próprio das massas, que é o governo operário e camponês, o qual será erguido por meio da revolução proletária (fim da propriedade privada dos meios de produção, sua expropriação e coletivização, destruição do Estado burguês,

construção do poder próprio das massas, assentado em suas organizações independentes, e sob a democracia operária).

**Assinaturas:** São Paulo: Ana Raquel Oliveira (Apeoesp), Ana Eloisa Carvalho (Sinpeem), Denise Assis da Silva (Apeoesp/Sinpeem), Elisangela Lisboa Micheletti (Sinpeem), Gustavo de Andrade Galbes (Apeoesp/Sinpeem), Gustavo Tadeu Sanches (Apeoesp/Sinpeem), Dilma Correa Oliveira (Sinpeem), Sérgio Augusto Brunetto (Apeoesp/Sinpeem), Jasmin Midori Hamada (Sinpeem), Helena Teixeira Marchiori (Apeoesp), Laercio Fedrigo (Apeoesp), Carlos Bruno Pereira Andrade (Apeoesp), Perla Camila de Melo Martins (Apeoesp), Cristiane Silveira Coppola Medugno (Sinpeem), Maria Irene de Carvalho (Apeoesp), Felipe Eduardo Camara Freitas Zacharias (Sinpeem), Sueli de Souza Catte (Sinpeem), Natanael Alves Santos (Sinpeem), Samuel Francisco dos Santos Rocha (Apeoesp), Alexandre Cavalli (Apeoesp) e Rafael Rocha dos Santos (Apeoesp).

## **2) UNIR A ESQUERDA ANTICAPITALISTA PARA ORGANIZAR A CLASSE CONTRA OS PATRÕES E SEUS GOVERNOS**

Apresentação: **Emancipação Socialista e Independentes**

### **Conjuntura internacional: diante da crise estrutural do capital, só a revolução socialista pode livrar a humanidade da barbárie**

A situação política mundial está marcada pela continuidade da crise econômica iniciada em 2007/2008. Os ideólogos (economistas, intelectuais, etc.) e governos burgueses alegam que são pequenos problemas e bastam alguns ajustes. Mas, a realidade é outra.

Mesmo tendo um pequeno crescimento econômico em alguns países é muito aquém do necessário e não recupera as taxas de lucros que os capitalistas querem e precisam. Por ser um pequeno crescimento, baseado em política econômica, não resolve os problemas mais profundos do capitalismo. Tem êxito e efeito por tempo determinado, ou seja, é frágil e não resolve as causas da crise.

Outra marca da situação política é a incapacidade de sair ou escapar da crise, pois cada medida adotada produz novas contradições. Exemplo: em crise o Estado se endivida, reduz drasticamente a capacidade de investimento na produção, a arrecadação é reduzida e entra-se nesse círculo vicioso sem conseguir sair.

O capital que já está em crise estrutural não tem possibilidade de utilizar os mecanismos “clássicos” para se reproduzir (produção, circulação, consumo e distribuição de mercadoria). E a crise é estrutural porque tem colocado “limites absolutos” ao capital, tanto na sua forma de reprodução quanto na sua capacidade de encontrar saída para superá-la.

Nos períodos de crises cíclicas os capitalistas conseguem “contornar os obstáculos”, já na crise estrutural as contradições são tão fortes que não podem ser superadas com os mesmos mecanismos, por exemplo, como o da II Guerra Mundial que com a morte de milhões de vidas e a destruição de imensas quantidades de riquezas, o capital pode entrar em um ciclo de crescimento por mais de 20 anos.

Alguns dos obstáculos que impedem o capitalismo retomar um crescimento consistente são: desemprego estrutural (com a queda do poder de compra), endividamento de famílias, Estado endividado por socorrer empresas e bancos, altas quantidades de capital especulativo em Bolsas de Valores e no sistema da dívida pública, menores taxas de produtividade, capacidade de produzir muito superior a capacidade de consumir (superprodução), déficits fiscais, advento de guerras comerciais (Estados Unidos e China hoje provocam mais tensões).

Nesse contexto também podemos compreender o caráter destrutivo da produção capitalista: Utilização cada vez mais crescente de recursos da natureza produz-se muito mais e com menor taxa de utilização, ambiente mais poluído, etc. Esses são alguns dos problemas causados pelo aumento da produção capitalista como forma de minimizar problemas da crise estrutural.

Outra tentativa dos capitalistas de sair da crise é jogar sobre a classe trabalhadora os seus efeitos: Pesado ataque aos direitos trabalhistas e sociais em todo o globo. Trabalho intermitente, jornada parcial, uberização, trabalho temporário, redução do nível salarial, privatizações, aumento da idade para se aposentar e fim da estabilidade no emprego são algumas dessas medidas. Segundo a OIT a precariedade no trabalho atinge 3,3 bilhões de pessoas no mundo.

Nesse quadro, a distância entre a riqueza e a pobreza aumenta. Apenas 26 pessoas no mundo têm a mesma riqueza que 3,8 bilhões de pessoas. Cerca de 812 milhões de pessoas passam fome no mundo e desses 113 milhões correm risco imediato de morte por falta de alimentos, mesmo trabalhando não têm o suficiente para se alimentar. As condições de vida pioram em todos os países, inclusive nos mais ricos. Em uma das cidades mais ricas do mundo, Nova Iorque, são 75 mil pessoas em situação de rua.

Para que esses ataques sejam impostos sobre a classe trabalhadora há o aumento da violência estatal em todos os países do mundo. São prisões políticas como do petroleiro argentino Daniel Ruiz, assassinatos de dirigentes ativistas, processos judiciais, fortalecimento do aparato policial, etc. para conter e reprimir movimentos sociais.

Há também resistência: Greves de Professores e demais setores da Educação nos Estados Unidos, Brasil e no Chile em defesa do salário e de investimentos; Greve geral no Brasil e na Argentina; Petroleiros no Uruguai; manifestações populares em Porto Rico e Hong Kong; ações dos Coletes Amarelos na França. Lutas importantes, mas com contradições como nessas duas últimas que têm em seu interior uma diversidade política-ideológica que as impedem de avançar para o enfrentamento ao capitalismo.

### **Somente a Revolução Socialista acabará definitivamente com as crises**

Em crises profundas como a atual, a questão de uma alternativa para a classe trabalhadora é colocada com mais força diante de tantos ataques. De um lado a burguesia e de outro os trabalhadores. Não há saídas simples e fáceis à disposição. Ou a burguesia impõe maior exploração ou a classe trabalhadora impõe um projeto que dê maior importância à vida.

Hoje a burguesia está em vantagem, há o fortalecimento da ultradireita e de setores fascistas com governos na Europa, Estados Unidos, Argentina, Brasil, etc. E do lado da classe trabalhadora prevalece

uma profunda crise da alternativa socialista em que temos perdido muitos direitos sem, ainda assim, avançar na consciência de classe chegando até, várias parcelas, apoiarem e votarem em lideranças da ultradireita.

Em meio a tudo isso está a “velha e nova” socialdemocracia europeia, o Syriza na Grécia, o petismo, o chavismo e o bolivarianismo na América do Sul, governos e projetos burgueses capazes de iludir a classe trabalhadora com o falso argumento de que o problema é a gestão do Estado e não o capitalismo. Assim, além de aplicarem planos de ajustes, terminam por contribuir para o crescimento da direita que busca associar o fracasso desses governos ao socialismo e ao comunismo.

Entendemos que não há saída dentro do capitalismo e as lutas imediatas se aprofundam com a intensificação da exploração! A crise estrutural do capital demonstra a impossibilidade de o capitalismo resolver os problemas da humanidade. Somente a Revolução Socialista poderá construir saídas em favor da classe trabalhadora de conjunto.

Diante de tal contexto, é necessário se posicionar sobre apoiar toda e qualquer luta da classe trabalhadora de conjunto, em qualquer país do mundo, pois nunca foi tão importante retomar o internacionalismo como método de luta; quanto às reivindicações democráticas, pois ganham mais importância com o aumento de influência da direita, da ultradireita e dos ataques aos direitos democráticos, porém, o apoio a essas lutas deve estar acompanhado da denúncia à “democracia dos ricos” com a reivindicação de uma democracia superior: a democracia da classe trabalhadora; batalhar pela retomada com força da luta pelo socialismo enquanto única saída possível para escapar da barbárie que o capitalismo conduz toda humanidade.

### **América Latina: unidade da classe trabalhadora da América Latina para impedir tratados comerciais que trazem mais miséria e fome**

A situação política da América Latina não pode ser compreendida sem ter em conta a dinâmica da acumulação global do capital e como os países latino-americanos se inserem no mercado mundial.

O fato de os países da periferia do sistema serem subdesenvolvidos não é coincidência ou um problema de gestão do Estado e da economia. É consequência direta do desenvolvimento do capitalismo mundial, em que os países desenvolvidos impuseram a esses países a tarefa de abastecimento de matérias-primas (indústrias de minérios, recursos naturais, etc.) e de alimentos. Enquanto isso, como desenvolvidos, podem cuidar de sua industrialização.

Essa é, de maneira muito resumida, uma conclusão da Teoria Marxista da Dependência, elaborada por Marini e outros teóricos, fundamental para compreendermos não só a história do nosso continente, mas também o recente acordo do Mercosul com a União Europeia.

Com a Teoria Marxista da Dependência entendemos também que nos negócios comerciais entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos sempre ocorrerão diferenças em favor das burguesias de países imperialistas, há a troca desigual.



Os países da América Latina oferecem produtos primários que, mesmo contendo altos volumes de riquezas (ouro, cobre, prata, petróleo, agrícolas, etc.), são vendidos por valores de troca inferiores aos produtos industrializados. Como as economias desenvolvidas detêm o monopólio de produtos industrializados podem impor preços maiores ao exportar para os países periféricos. É essa a base do acordo do Mercosul com a União Europeia, abre o mercado para grandes empresas estrangeiras despejarem seus produtos.

Por esse acordo, produtos industriais europeus como automóveis, suas peças, equipamentos industriais, produtos químicos, farmacêuticos, vestimentas e calçados entram no Mercosul sem pagar qualquer imposto de importação.

Bolsonaro e Macri comemoram o acordo porque são governos capachos do imperialismo e estão dispostos a entregarem toda a riqueza nacional como já está acontecendo com a privatização do petróleo e com a pressão para aumentar a extração de ouro e outros minérios na Amazônia.

Mas, há ainda outros mecanismos de transferência de riqueza para as economias centrais: o pagamento da dívida, royalties (licenças), remessa de lucro de filiais para matrizes de multinacionais, etc.

Com isso, evidentemente, as burguesias locais perdem uma parte de seus lucros e, no lugar de enfrentar a burguesia imperialista, buscam compensar essas perdas aplicando sobre a classe trabalhadora a intensificação da exploração num nível superior à praticada nos países imperialistas, ou seja, recuperam possíveis perdas impondo a intensificação do trabalho, a redução do valor da força de trabalho, o aumento da jornada de trabalho sem o aumento do salário, a retirada de direitos trabalhistas e sociais, entre outras.

Com medidas de redução de custo do trabalho garantem seus lucros e buscam disputar o mercado mundial com produtos mais baratos. Essa é a razão de seus ataques aos direitos trabalhistas, ao enxugamento do Estado, etc.

A subordinação de burguesias locais às necessidades de economias imperialistas foi complementada com o desenvolvimento de uma burguesia politicamente vinculada ao imperialismo. Enfrentar o imperialismo tem risco de perder espaço no mercado mundial e não ter para onde escoar a produção. A saída encontrada foi manterem-se aliadas às forças imperialistas e atacarem os movimentos trabalhadores.

Nesse sentido, também pode-se explicar o fracasso de governos como os petistas, os Kircheners e os bolivarianos que tiveram, em algumas vezes, discursos nacionalistas e “contra o império”, mas não criaram medidas efetivas ou avançaram na luta anti-imperialista. Esses governos burgueses ainda que tenham realizado, devido ao elevado preço de commodities no mercado mundial, algumas políticas afirmativas que atenderam setores empobrecidos da população não solucionaram problemas básicos em cada um desses países.

Alguns setores da esquerda brasileira são contra esse acordo dizendo-se em defesa de “interesses nacionais”, algo totalmente equivocado. Somos também contra esse acordo, mas, a partir da luta de classe trabalhadora que é muito diferente: é independente e de enfrentamento à burguesia (que mantém relação de subordinação e dependência com o imperialismo).

As classes trabalhadoras do Brasil, do Cone Sul e da Europa nada têm a comemorar ou se digladiar para atender os interesses das grandes transnacionais, do capital financeiro, do agronegócio, etc. Há motivos suficientes e possibilidades para unificarem as lutas contra tudo isso e é hora de construir movimentos de resistência em comum dessas classes trabalhadoras contra esse acordo. O internacionalismo é parte dos princípios da CSP-Conlutas, é necessário impulsioná-lo.

### **Brasil: país da desigualdade. Unidade para enfrentar a patronal e seus governos**

Alguns números são importantes para explicitar a situação de pobreza e desigualdade no Brasil: O país produz quase 230 milhões de toneladas de alimentos por ano, que poderiam alimentar toda a sua população e ainda abastecer povos de outros países. No entanto, a maior parte dessa produção vai para exportação, pois é mais lucrativa do que combater a fome no país. De acordo com a FAO 5,2 milhões de pessoas passam fome no Brasil. Mais de um milhão de crianças, menores de 5 anos, têm atraso no crescimento. São 15 milhões de mulheres, com idade entre 15 e 49 anos, com anemia. Quase 5 mil pessoas, acima de 60 anos, morrem de fome no Brasil.

A população em situação de rua está estimada em mais de 100 mil pessoas (dados de 2015, não se fez mais aferição) no Brasil. Na cidade de São Paulo são mais de 15mil; no ABC Paulista mais de 1300; no Rio de Janeiro são 5mil e em Porto Alegre mais de 2mil pessoas.

O déficit habitacional no país é de 7,7 milhões de unidades e o estado mais rico do país, São Paulo, lidera com mais de 1,1 milhão de unidades habitacionais faltantes. São quase 1 milhão de moradias em condições impróprias (de papelão, barracos, lata, etc.). Caso consideremos em média 4 pessoas por família, são pelo menos 4 milhões de pessoas que moram nessas condições degradantes.

A pobreza, pelos critérios do Banco Mundial e dos órgãos governamentais: Uma pessoa é considerada extremamente pobre se a renda for inferior a US\$ 1,90 por dia (+- R\$ 140 por mês). Está abaixo da linha de pobreza se o rendimento é inferior a US\$ 5,50 por dia, aproximadamente R\$ 400 por mês. São 55 milhões de pessoas “em situação de pobreza” (menos de R\$ 400 por mês). Desse total são 15,2 milhões de pessoas consideradas “extremamente pobres” (menos de R\$ 140 por mês). As populações negra e feminina são maiorias desse contingente.

A desigualdade também é profunda na Educação e busca a privatização: A Educação Básica no Brasil, segundo Inep/2019, perdeu 1,3 milhão de alunos. São cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes fora da escola. Registra-se também mais de 11 milhões de analfabetos. Para o IBGE/2019, 23% dos jovens de 15 a 29 anos não estudam e não trabalham (“nem nem”). Em pesquisa realizada pela Andifes/2019 nas 63 Universidades Federais, sobre perfil dos estudantes, são mais de 70% de baixa renda (30% dependem de auxílio e maioria recebe ajuda para alimentação).

Professores, em alguns estados (Paraná, no Mato Grosso, Amazonas, etc.), já realizaram greves por pagamento salarial, aumento, contra corte de direitos e por todo o país contra os cortes de verbas realizados pelo MEC, contra a Reforma da Previdência, etc. Com toda essa situação, já com a aplicação

da Lei do Teto de Gastos, o governo Bolsonaro/Guedes insiste ainda em cortar verbas. Deixaram de ser repassados mais de R\$ 400 milhões para o Ensino Básico, mais de R\$ 180 milhões para alfabetização, mais de R\$ 5 bilhões para Universidades Públicas. E por último foram mais R\$ 926 milhões cortados para comprar/aprovar as emendas da Reforma da Previdência.

Além disso, os governos estaduais buscam impor programas, como Inova em São Paulo, que abrem as escolas públicas para empresas (Instituto Airton Senna, por exemplo) atuarem em mudanças curriculares, carga horária, gestão, etc. E o governo Bolsonaro busca impor o Future-se para mudar as regras de financiamento (empresas e mensalidades), gestão e adaptação de cursos do Ensino Superior público.

**Retirada de direitos:** a superexploração da classe trabalhadora. A Lei da terceirização, as Reformas Trabalhista e da Previdência, o afrouxamento das leis de segurança no trabalho, a proposta da Carteira de Trabalho verde e amarelo, dentre outras, são medidas para a redução de custos do trabalho e, portanto, de aumento do lucro. Por isso, empresários e banqueiros comemoraram tanto a aprovação dessas medidas nos últimos anos.

Esses ataques aos direitos colocam o país em uma rota de aprofundamento da pobreza e da desigualdade como é o caso de 13 milhões de pessoas que estão desempregadas; os mais de 4 milhões que desistiram de procurar emprego; os mais de 7 milhões que trabalham menos do que precisam e outros 11 milhões sem carteira assinada. Além disso, há os mais de 24 milhões de pessoas trabalhando por conta própria. É um país de podres e de desigualdades.

É um país com imensas riquezas que não ficam com a classe trabalhadora e sim com a burguesia. E essa situação tende a piorar.

Por dados da FGV (Fundação Getúlio Vargas) se houver um crescimento de 2% ao ano somente em 2033 a taxa de desemprego ficará abaixo de 10%. Como a crise econômica se mantém e até tende a se aprofundar, as altas taxas de desemprego irão seguir.

No entanto, o fato de estar empregado não quer dizer muito. Dos poucos novos empregos, 78% são com contrato intermitente e jornada parcial, precários e com poucos ou nenhum direito garantido.

O desemprego e a redução da renda (por conta do emprego precarizado e da informalidade) terão como efeito também o aumento das desigualdades sociais e o aprofundamento da concentração de riqueza. Isso significa manter ou aumentar o distanciamento entre ricos e pobres.

### **A unidade de diversas frações do capital**

Bolsonaro tem poucas habilidades políticas e suas posturas têm provocado descontentamento até mesmo entre aqueles que o apoiaram. Maia, membros do STF, setores das Forças Armadas, organizações e personalidades de direita se colocam “contra o jeito Bolsonaro de ser”. A relação dele com o Congresso também é bastante conflituosa.

Mas, não podemos nos iludir. Essas divergências são somente no campo político, em relação às pautas econômicas há a mais ampla unidade entre os diversos setores da burguesia, Guedes-Bolsonaro e parlamentares.

Há também acordo para garantir a governabilidade. Nas instituições da democracia parlamentar setores da burguesia têm capacidade de se revezarem para garantir a governabilidade. Nas crises do governo Dilma e Temer, o STF e Judiciário assumiram várias funções políticas, chancelando medidas como a Reforma Previdenciária e até legislando como na minirreforma eleitoral. O Judiciário, para cumprir esse papel, ganhou forte credibilidade na população, através dos grandes meios de comunicação, auxiliados pela farsa da Operação Lava-Jato, comandada por Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, farsa esta que dá o direito democrático de Lula pleitear um novo julgamento.

Hoje a governabilidade passa por parlamentares e com o apoio explícito do STF. Rodrigo Maia tem conduzido todas as negociações com partidos e governadores. Isso demonstra ainda uma certa capacidade da democracia parlamentar burguesa.

Essas articulações foram possíveis porque há ampla unidade entre setores do capital, desde banqueiros a comerciantes estão unidos em um projeto de novo padrão para a relação capital-trabalho, com mudança na legislação trabalhista, social e previdenciária.

Não confiar na oposição burguesa ao governo Bolsonaro. Com o desgaste e a impopularidade de Bolsonaro até mesmo setores de direita têm se afastado e procurado se “diferenciar” mesmo apoiando suas medidas, é o caso de Dória em São Paulo.

Buscando se fortalecer para as eleições municipais e presidencial, de 2022, o bloco de oposição parlamentar (erroneamente chamado de esquerda PDT, PSB, PT, PCdoB) também segue nesse processo e mantém acordo com o projeto mais global do capital. Tanto é assim que, por mais de uma vez, foi declarada a necessidade de “alguma Reforma” e os governadores ligados a esses partidos defenderam a extensão da Reforma da Previdência para aos estados e municípios.

Pensando nessas eleições buscam desgastar o governo sem se oporem, de fato, ao projeto econômico mantendo com os partidos governistas a responsabilidade pela destruição da Previdência Social.

O braço sindical (CTB, CUT, etc.) desses partidos cumpre esse mesmo papel na sabotagem das Greves Gerais, como a de 14 de junho, pois poderiam ter sido construídas a fim de mudar a correlação de forças e impedir a votação da Reforma da Previdência. No caso da CUT é ainda mais grave por priorizar a campanha Lula Livre e não as lutas contra as reformas.

### **Organizar e unificar a oposição de esquerda anticapitalista contra o governo bolsonaro**

Sem superar essas atuais direções com ilusão no capitalismo e que ainda acreditam no petismo/lulismo, a classe trabalhadora brasileira vai continuar acumulando derrotas. Trata-se, portanto, de uma necessidade histórica.

Nesse sentido, a esquerda anticapitalista precisa lutar para construir o “bloco/frente de oposição de esquerda anticapitalista” para ganhar a consciência de classe de trabalhadoras e trabalhadores para o enfrentamento com burguesia e pelo fim do capitalismo, não apenas para uma disputa institucional e eleitoral e com organização de base (locais de trabalho, estudo e moradia, etc.).

A unidade da esquerda anticapitalista (Organizações/Partidos) não é somente importante, é determinante para a construção de um projeto junto com classe trabalhadora brasileira de enfrentamento à burguesia, de sobrevivência e de combate à dispersão, perseguição e criminalização das forças de esquerda.

A CSP-Conlutas e as Organizações/Partidos que a compõem podem e devem impulsionar a construção dessa unidade. Uma unidade com propostas para a crise e para problemas enfrentados pela classe trabalhadora como reformas urbana e agrária, bandeiras democráticas, etc.

### **Balanco e reorganização sindical: No campo sindical a unidade é uma única central de esquerda anticapitalista**

A unidade de esquerda anticapitalista necessita ser reorganizada ou (re)construída no campo sindical e popular. A paralisia/traição da maioria das direções sindicais; as derrotas, os ataques sofridos e os que estão por vir nos obrigam a rever as atuais formas e instrumentos de luta. Necessitamos urgente reorganizar e fortalecer os instrumentos de luta e de acordo com o atual momento político-econômico.

Sem o fim da dispersão e com unidade de lutadores/as anticapitalistas continuaremos perdendo direitos e sem a classe trabalhadora brasileira de conjunto ter um referencial no qual possa se apoiar, confiar e ter forças para o enfrentamento necessário.

Com critérios políticos e programáticos uma Central Sindical é uma frente única de movimentos e sindicatos, que reúne lutadores/as para lutar e enfrentar patrões e governo diante dos mais diversos e profundos ataques. É mais ampla que uma frente/bloco político e possibilita organizar a luta unitária de categorias/entidades/sindicatos.

O nascimento da CSP-Conlutas teve como avaliação política a certeza de que a experiência e a ruptura de parcelas da classe trabalhadora com o petismo seriam aceleradas a partir de medidas aplicadas no primeiro mandato de Lula como a Reforma da Previdência, aliança com partidos de direita para manter a governabilidade e a continuidade da política neoliberal. Com isso, ganhar para a luta e organizar a classe trabalhadora necessitava também de uma alternativa sindical.

De fato, em todos esses anos, a Central teve participação importante em vários momentos da luta de classes e foi uma importante trincheira nos diversos ataques aos direitos da classe trabalhadora. Sua organização (uma frente de diversos setores do movimento social) também foi um passo importante e inovador no movimento social brasileiro. Ressaltamos essas qualidades e acertos porque foram muito importantes na construção da CSP-Conlutas naquele momento político, da qual contribuimos mesmo discordando de posturas da corrente majoritária (na ocasião da ruptura do Conclat).

No entanto, a realidade, muito mais complexa e contraditória, se desenvolveu diferente do projetado:

Parte da classe ainda nutre ilusão em Lula e no petismo. Outro setor da classe que rompeu com o petismo se dirigiu para a direita em um processo que culminou com a eleição de Bolsonaro e o fortalecimento da ultradireita; maior fragmentação das forças de esquerda anticapitalista. Rachas, pouco crescimento numérico, pouca e insuficiente inserção nos setores mais explorados da classe; a classe trabalhadora segue

desorientada política e ideologicamente e não avança para a consciência de classe, muito menos à esquerda; há um processo de distanciamento da classe trabalhadora em relação aos sindicatos e entidades. Baixas taxas de sindicalização (segundo IBGE de 14,4% em 2017), quóruns eleitorais baixos e assembleias esvaziadas são algumas expressões desse processo; maior coesão e unidade de diversas frações da burguesia que resultaram na aprovação das reformas, terceirização, etc.

Também deve ser considerado o fato de os patrões e o governo focarem no objetivo de enfraquecer a luta e a resistência da classe trabalhadora impondo a reorganização da estrutura sindical a começar pela questão do financiamento.

Além disso, os ataques aos direitos vão prosseguir com a Reforma Tributária, a Carteira Verde-amarela, o esfacelamento das leis trabalhistas, os acordos comerciais com a União Europeia e Estados Unidos.

Portanto, a esquerda anticapitalista necessita se unir de fato para se fortalecer e enfrentar os próximos desafios. Somente assim poderemos impulsionar e radicalizar as lutas sem esperar por centrais pelegas como CUT, CTB e Força Sindical como no caso da Reforma da Previdência, num dos maiores ataques à classe, que impuseram as mesmas ações ou a falta de ações contra uma burguesia disposta a derrotar.

Sendo assim, defendemos a construção de uma Central com a concepção de frente única, que congregue em seu interior setores que estejam de acordo com um programa radical para enfrentar a crise capitalista a partir da perspectiva da classe trabalhadora, combater a direita/ultradireita, que defenda o socialismo, com princípios morais que sirvam de base para uma atuação classista e não burocrática (independente dos aparatos sindicais), independente de governos e do aparato estatal, de esquerda anticapitalista.

Uma Central que repense suas questões como democracia interna, respeito às diferenças, controle da burocratização (vários dirigentes estão há anos afastados do local de trabalho) e aparelhamento.

Essa construção iniciaria com um chamado às Intersindicais e à Unidade Classista (PCB), não se limitando à superestrutura, construído pela base para se efetivar e ser algo novo, de fato, com milhares de ativistas independentes, lutadores e lutadoras, organizações e entidades dos movimentos sindical, popular, estudantil e de luta contra as opressões. Junto a esse chamado a CSP-Conlutas tem que colar a política permanente de formar comitês de base, por categorias, bairros, comunidades, por fora de aparatos sindicais, como foi realizado embrionariamente nos Comitês contra a Reforma da Previdência, seja contra a breve reforma administrativa do governo Bolsonaro, seja contra o desemprego e o trabalho precarizado, seja até mesmo numa perspectiva pelo Fora Bolsonaro.

Nesse sentido, propomos ao 4º Congresso da CSP-Conlutas que faça esse chamado às Intersindicais e Unidade Classista (PCB) para a realização de um Encontro/Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, preparado na base, com a tarefa de construir uma Nova Central para o enfrentamento a todos os desafios colocados e do próximo período.

**Organização e estrutura: combater a burocratização no interior da central e de seus sindicatos de base**

Considerando que é fundamental na Central o caráter democrático e de ligação com a base da classe trabalhadora; que as demais centrais sindicais e boa parte dos sindicatos do país estão completamente burocratizados e, na maioria dos casos, num processo irreversível. A CSP-Conlutas precisa tomar medidas para combater esse problema no interior da central e em muitos sindicatos que a compõe há dirigentes afastados há anos da base.

A burocratização não é inerente ao ser humano, mas ao sistema de dominação. No caso dos sindicatos, a estrutura sindical é bem propícia para o desenvolvimento da burocratização. Para que possamos nos apresentar aos trabalhadores como alternativa de luta precisamos demonstrar que temos uma estrutura antiburocrática.

Assim, o 4º Congresso da CSP-Conlutas deve votar medidas que garantam a limitação do número de mandatos e liberações aos dirigentes da Central e orienta aos sindicatos da base que também adotem medidas nesse sentido; as chapas para a próxima Secretaria Executiva Nacional devem contemplar a substituição obrigatória de pelo menos 1/3 de membros dos atuais dirigentes; a liberação sindical deve ser decidida pela Coordenação Nacional, inclusive discutida com a base de cada companheiro/a que vai ser liberado; também como parte da luta contra a burocratização deve haver o impulso sistemático à formação política e teórica da Central e de base das categorias.

### **Lutas contra as opressões sobre mulheres, negros e LGBTs**

As opressões (preconceito, racismo, homofobia, machismo, etc.) nasceram com as sociedades de classes e no capitalismo ainda mais se desenvolveram e alcançaram vários aspectos da vida. Por isso, a luta contra as opressões estão associadas à luta contra o capitalismo.

Enquanto existir sociedades com classes sociais, além da divisão social do trabalho, a classe dominante utilizará também as opressões e separará pessoas em grupos/setores diversos para continuar e fortalecer o seu domínio.

Portanto, não se trata da luta solitária de um grupo/setor da classe trabalhadora (somente de negros, da população LGBT ou de mulheres) é uma luta da classe trabalhadora de conjunto.

Nesse sentido, lutamos contra as opressões cotidianamente e pela organização de movimentos anticapitalista que sejam: a) de luta, com formação e atuação prática e com a concepção de que só a luta garante direitos; b) antigovernista; c) classista; d) socialista, que lute pela revolução e por uma sociedade sem classes.

### **Contra o machismo e o capitalismo**

Discutir a atual situação das mulheres da classe trabalhadora necessita compreender o peso do patriarcado e do machismo na intensificação da exploração e da violência numa sociedade em que a burguesia busca a todo momento sair da crise retirando direitos, reduzindo salários, aumentando jornadas, etc. para continuar com o controle sobre a produção de riquezas.

Com o crescimento da ultradireita, com a crise estrutural do capital, com crises econômicas prolongadas e o desemprego há a utilização e a subutilização da força de trabalho da mulher para atender ao processo de intensificação da exploração. Por um lado, se busca manter ou retornar ao lar (nas tarefas domésticas com o trabalho sem remuneração, fortalecimento da família, aumento da opressão, violência, humilhação, etc.). Por outro, em um mercado de trabalho já machista, busca-se desvalorizar ainda mais as profissões majoritariamente femininas, se mantém os menores salários, sustenta-se o racismo, a LGBTfobia, etc.

As mulheres da classe trabalhadora necessitam se reconhecer enquanto classe; avançar na luta contra o capitalismo e todas as formas de opressão e violência; por uma sociedade em que mulheres e homens não estejam divididos por sexo. Tudo isso sem deixar de avançar na luta cotidiana contra o machismo que mata a cada hora, maltrata e humilha nos locais de trabalho, estudo, moradia e militância. A esquerda anticapitalista de conjunto necessita avançar também nessa luta e na luta contra uma maior intensificação da exploração sobre mulheres e negras.

A esquerda anticapitalista e os movimentos de mulheres já têm acúmulo em relação à luta de mulheres da classe trabalhadora, reforçamos apenas alguns pontos importantes diante do atual momento político-econômico e de fortalecimento da ultradireita:

- Educação pública, gratuita, de qualidade e laica (livre de interferência de Igrejas, pelo não reconhecimento da teoria do criacionismo que coloca a mulher em posição de submissão e humilhação; pelo debate de gênero e Educação sexual nos conteúdos escolares, etc.) com base em princípios científicos e a favor do conhecimento do corpo e da Saúde.
- Para que toda mulher da classe trabalhadora possa decidir sobre o seu próprio corpo, em todos os sentidos. Pelo pleno direito de decidir sobre realizar a maternidade ou o aborto. E que o Estado dê todo o amparo, como parte do serviço de Saúde pública de qualidade. Pelo direito à pré-natal seguro, especialmente para pobres e negras, que leve em consideração a vida da mulher e do feto, que a decisão sobre o tipo de parto (normal ou cesariana) seja para eliminar a violência obstétrica e a morte materna e não favorecer convênios e médicos.
- Legalização e descriminalização do aborto. A ilegalidade e a criminalização do aborto sustentam clínicas clandestinas e matam mulheres.
- Políticas públicas de Saúde da mulher e investimentos em campanhas sistemáticas e massivas de orientação sexual, contracepção e prevenção nas escolas, bairros, Postos de Saúde, sindicatos, televisão, rádio, etc. Distribuição gratuita e sistemática de preservativos masculinos e femininos, pílulas e injeções anticoncepcionais e do dia seguinte nos postos dos SUS e nos planos de Saúde.
- Carteira assinada e direitos trabalhistas a todas as mulheres, pelo fim de empregos precários e terceirizados. O mercado de trabalho é injusto e racista e busca reservar à mulher negra atividades domésticas e serviços terceirizados de limpeza a fim de pagar os menores salários. Não à discriminação da mulher negra!



- Contra o machismo e todas as formas de opressão, humilhação e submissão que agridem, assediam ou assassinam mulheres.

### **Contra a lgbtfobia e o capitalismo**

Por uma sexualidade e identidade de gênero livres de preconceitos religiosos, não submetida às imposições do capital. Entendemos aqui a sexualidade como toda forma de prazer humano a que todos/as têm o direito de desenvolver e realizar. Portanto, a sexualidade não pode ser tratada apenas como forma de reprodução da força de trabalho a depender das necessidades do capital.

Também a construção de uma identidade de gênero não-cisgênero, em que a pessoa possa constituir sua identidade independente dos padrões impostos, viver plenamente sua condição e livre da transfobia, tendo acesso aos direitos básicos de Educação, Saúde, moradia e emprego.

Como parte do entendimento de que a liberdade sexual e de identidade de gênero não podem ser totalmente realizadas sob o capitalismo, a nossa intervenção no movimento LGBT da classe trabalhadora se pauta na defesa do socialismo como o único sistema social capaz de garantir a mais ampla liberdade para a humanidade. Portanto, impulsionar e ampliar a organização (reuniões, publicações, debates, etc.) de movimentos coletivos/grupos em nossas frentes de atuação torna-se urgente para possibilitar a realização de atividades com o conjunto de categorias ou setores sociais a fim de aglutinar e fortalecer a luta contra a LGBTfobia e anticapitalista, contra a ofensiva da direita e da ultradireita e contra todas as várias formas de opressão.

### **Contra o racismo e o capitalismo**

A maioria da população negra continua ganhando menos, nos trabalhos mais precários e nas periferias segue sendo alvo predileto das forças de repressão com o constante assassinato de jovens negros. Enfim, é a parcela duramente explorada da classe trabalhadora.

Entendemos que o fim do racismo somente poderá ser alcançado com o poder da classe trabalhadora composta de negros e brancos para levar ao fim das sociedades divididas em classes sociais. No entanto, a população negra duramente explorada ainda não se reconhece enquanto classe e necessita de um programa que parta das lutas imediatas pelas demandas do movimento negro e combine essas reivindicações com outras do conjunto da classe trabalhadora contra a exploração e o domínio do capital.

Na crise estrutural do capital, negros e negras continuam representando a força de trabalho mais barata, mais explorada e mais desempregada. Portanto, é imprescindível e urgente a unidade na luta anticapitalista contra a ofensiva global sobre direitos sociais e trabalhistas com a combinação de pautas do movimento negro, contra a ofensiva racista da direita e ultradireita.

### **Pela defesa dos povos indígenas**

Na luta contra o capitalismo defendemos os povos indígenas em qualquer parte do mundo. Aqui no Brasil, o atual governo aumenta e estimula ainda mais o massacre desses povos ao ser conivente com as invasões em seus territórios por posseiros, grileiros, madeireiras ou garimpeiros. A questão é ainda mais grave com o total descaso à vida de índios e às demarcações de suas terras. Não existe investigação

quanto às várias denúncias de assassinatos indígenas, assim como não existem novas demarcações de terras. Ao contrário, as terras já demarcadas sofrem invasões constantes. O próprio presidente do país incentiva a ocupação de terras indígenas por garimpeiros, com o discurso da geração de riquezas para “num futuro serem repartidas entre nativos”. Total desrespeito ao modo de vida e a cultura indígena. Proteger índios é proteger a vida, a natureza de uma maneira geral, impedir a destruição da Floresta Amazônica e inúmeros recursos naturais que são desperdiçados todos os dias pelo modo de produção capitalista.

**Assinaturas:** Leonardo e Lucimar (Oposição Petroleiros Tocha/MG); Vilson Siqueira, Alex Brasil, Alberto do Nascimento, Francisco José, Alexandre Pereira, Leonardo Freitas, Rodrigo Meirelles, Alice Wilma, Bete Craveiro, Jorge Luiz, Ana Beatriz Mansoor (Judiciário/RJ); Mônica Buarque (Faetec/RJ); Maria Aparecida Vieira, Antônio Carlos Schittino, Marcos Souza (Sepe/RJ); Fernando Noroes (desempregado); Leandro Vendramini (Colégio Pedro II/RJ); Guilherme, Lucas Santana e Kaio Barbosa (Estudantes ABC); Fêlix (Professor AL); Valderéz Coimbra, Selma Messias, Iraci Lacerda, Gefson Luiz, Maria Condoladora, Vanderleia Aguiar, Hélio Miguel (Oposição Apeosp/SP); Flávia Pereira (Advogada/SP); Massaru Uematu (Judiciário Est/SP); Osvaldo Galdino (Professor CE); José Dalmo (Judiciário Fed./SP); Silas Justino (UFABC); Carlos Eduardo (Servidor Osasco); Emerson Bellini (Unifesp).

### **3) OS CAPITALISTAS DEVEM PAGAR PELA CRISE**

**Apresentação:** Movimento Nossa Classe

#### **Internacional: Enfrentar o imperialismo norte-americano e responder à extrema-direita com a organização internacional dos trabalhadores pelo socialismo**

Considerando que estamos há mais de uma década da grande crise econômica que estourou em 2008, precipitada com a queda do gigante financeiro Lehman Brothers nos EUA. As consequências dessa grande crise se arrastam em depressões econômicas que afetam inúmeros países no mundo e tem reconfigurado a geopolítica global e o próprio equilíbrio dos poderes em cada país, criando uma “crise orgânica” mundial.

O populismo de direita e de extrema-direita se fortalecem em vários países do mundo, em uma tentativa violenta da burguesia descarregar a crise nas costas dos trabalhadores com a aprovação de medidas de austeridade e reformas econômicas. A eleição de Donald Trump nos EUA é a expressão mais sintomática desse processo.

Ao mesmo tempo, fenômenos de resistência e de luta de classes - como os coletes-amarélos na França, um dos principais acontecimentos do último período; os protestos contra a lei de extradição promovida pelo governo de Hong Kong se converteram em manifestações antigovernamentais que desafiam o autoritarismo de Xi Jinping e do Partido Comunista Chinês; o movimento internacional de luta das

mulheres, as greves e mobilizações na Argélia, Haiti, Porto Rico, Coréia do Sul e a volta do socialismo no imaginário das pessoas - demonstraram que a classe trabalhadora e as massas populares não vão aceitar passivamente esse ônus.

Nas eleições prévias da Argentina (chama de PASO), a população deu um voto de castigo contra o governo de Mauricio Macri e seus ajustes. A votação massiva na chapa de Alberto Fernandez e Cristina Kirchner foi muito mais um voto de rechaço ao governo Macri do que um voto entusiasta no peronismo, que também tem seus desgastes importantes. Também se consolidou como 4ª força nas eleições argentinas a Frente de Esquerda e dos Trabalhadores – Unidade (FIT-U), encabeçada pelo PTS (organização irmã do MRT) e comporta também pelo Partido Obrero, pela Izquierda Socialista, MST e PSTU/LIT. Um polo de independência de classe, anticapitalista e socialista para combater Macri, o FMI de forma independente do peronismo.

Além disso, diante da crise econômica e da decadência estratégica da hegemonia norte-americana no mundo, as grandes potências disputam o mercado global e os frutos da espoliação sobre os demais países. As guerras de rapina e as intervenções das potências norte-americana, europeias, Rússia e China estão a serviço de submeter os povos dos países semicoloniais e roubar nossas riquezas para os lucros de sua burguesia.

Enquanto destroem países inteiros com guerras, fome, doenças e invasões, os governos dessas mesmas potências permitem a morte de milhares de refugiados e imigrantes nas mãos de traficantes, nos perigos das travessias clandestinas ou em campos de concentração. Além da rapina da guerra, pela via do FMI, os países imperialistas suas burguesias amarram o futuro dos países semi-colônias na teia da Dívida Pública, que é uma dívida ilegal, ilegítima e fraudulenta!

A América Latina entrou no olho desse furacão com as medidas protecionistas e xenófobas de Trump nos EUA e com o giro à direita no governo dos países latino-americanos. Esse avanço imperialista tem o seu ponto-chave no desfecho do futuro da Venezuela, em que os EUA disputam com China e Rússia o controle sobre os recursos e a localização estratégica do país com a maior reserva de petróleo bruto do mundo para dar seguimento a espoliação imperialista. É nesse terreno, onde China e EUA competem cada vez mais agressivamente, que a União Europeia avança para se colocar como terceira força firmando um acordo com o Mercosul que significará um novo salto na semicolonização do Cone Sul prometendo potencializar seu atraso e sua dependência.

Diante de tal conjuntura, propomos que a CSP-Conlutas e seus sindicatos se posicionem reconhecendo que a luta dos trabalhadores é uma luta internacional e a luta da classe trabalhadora brasileira deve ser parte da luta dos trabalhadores de todo o mundo contra a exploração capitalista! Pelo Internacionalismo da classe trabalhadora. A classe trabalhadora é uma só e sem fronteiras, e a luta dos trabalhadores de todos os países também é nossa luta! Que a crise seja paga pelos capitalistas! Por uma sociedade sem classes, exploração e opressão! Por um governo de trabalhadores de ruptura com o capitalismo rumo a uma sociedade comunista!

Repudiamos o muro de Donald Trump na fronteira com o México! Abaixo os campos de concentração e centros de detenção para imigrantes e refugiados da nos Estados Unidos e Europa. Somos todos clandestinos! Pela abertura de todas as fronteiras! Abaixo a tentativa de golpe e intervenção imperialista em na Venezuela, em defesa da soberania do povo venezuelano para que os próprios trabalhadores acertem suas contas com Maduro e sua burguesia nacional! Pelo não pagamento da Dívida Pública!

Todo apoio a luta do povo palestino contra o sionismo do Estado ilegítimo e assassino de Israel!

Rechaçamos o acordo União Europeia – Mercosul assinado por Bolsonaro que serve aos interesses imperialistas e aprofundará a dependência do país!

### **Nacional: Enfrentar Bolsonaro, Moro Maia e o Centrão para impor um governo de trabalhadores rumo ao socialismo**

O golpe institucional de 2016 orquestrado pelos setores da burguesia nacional junto do imperialismo dos EUA teve como objetivo descarregar a crise nas costas dos trabalhadores, sendo a Lava-Jato instrumento desse golpe. A prisão arbitrária de Lula, o impedimento de sua candidatura e o roubo do voto de milhões do NE pelo TSE foram continuidade do golpe, do autoritarismo judiciário e da tutela dos militares, e o que garantiu a vitória de Bolsonaro.

A aprovação da reforma da Previdência na Câmara fortaleceu o governo que lançou ataques ainda mais profundos à educação, com mais cortes às universidades federais e o lançamento do projeto Future-se que aprofunda a privatização das universidades. Esse ataque somado a projetos como escola sem partido e a perseguição ideológica nas universidades e nas escolas quer impor uma derrota à juventude que nos dias 15 e 30 de maio se levantou em luta pelo direito de estudar sem trabalhar até morrer.

Bolsonaro também lançou novos ataques como a MP 881, chamada de MP da Liberdade Econômica, uma 2ª Reforma Trabalhista que amplia o trabalho ininterrupto aos domingos e fortalece os contratos de trabalhos precários. O pacote “anti-crime” de Moro visa aumentar a repressão policial sobre a juventude, os negros, trabalhadores e os mais pobres. As queimadas de latifundiários na região amazônica, para mostrar serviço à Bolsonaro, demonstram que esse governo e os capitalistas estão dispostos a devastar o que estiver no caminho, sejam os trabalhadores, a juventude, as lideranças indígenas ou mesmo a própria natureza, para saciar a sede de lucro dos capitalistas.

PT e PCdoB, que dirigem as maiores centrais sindicais (a CUT e a CTB e também a UNE, União Nacional dos Estudantes) fizeram de tudo para separar as lutas dos trabalhadores da juventude, conduzindo os trabalhadores a derrota e possibilitando o fortalecimento dos ataques a educação com o projeto Future-se do governo, uma privatização em larga escala do ensino público superior. A convocação de atos espaçados e sem a preocupação de unificar com a juventude se mostrou inofensiva para combater todos os ataques e derrotar a reforma da previdência.

Esses partidos demagogicamente fingem atuar no parlamento como uma oposição responsável. Mas o PCdoB apoiou Rodrigo Maia, o articulador da reforma, para a presidência da câmara. No poder, os

governadores do PT e do PCdoB lançaram uma carta em defesa de uma reforma da previdência e pela manutenção dos estados. No comando das centrais sindicais de massa atuam como o freio da luta dos trabalhadores. No 14J, dia da greve geral, a CUT, sem organizar a base, chamava os trabalhadores para ficar em casa quando era preciso um dia ativo de lutas. E junto às traidoras UGT e Força Sindical mantiveram as negociações com Maia.

Ao aceitar essa unidade sem programa, o PSOL cumpre um papel de encobrir a política traidora do PT e da CUT nas centrais sindicais, e abre mão da independência de classe ao buscar uma frente com a Rede, PDT, PSB. O PSTU, que dirige a CSP-Conlutas, se superou com sua política de pintar de vermelho a traição das centrais sindicais, como se CUT, CTB, Força ou UGT quisessem de fato derrotar a reforma.

Os parlamentares de esquerda comprometidos com a classe trabalhadora deveriam colocar seu peso a serviço de fortalecer a luta nos locais de trabalho e estudo. Pois a verdadeira força que pode derrotar Bolsonaro e seus ataques está na base da classe trabalhadora em aliança com a juventude. Por isso fizemos um chamado aos partidos de esquerda pela formação de um bloco anti-burocrático de esquerda para fazer frente às centrais traidoras. É preciso retomar para as mãos dos trabalhadores os sindicatos e as centrais sindicais.

Há anos combatemos nas categorias onde atuamos as posições sindicalistas que buscam separar a luta dos trabalhadores da política nacional e internacional buscando apontar uma posição de independência de classe. Lamentavelmente organizações de esquerda como o PSTU e mesmo setores do PSOL, como o MES (corrente de Sâmia Bomfim), defenderam no momento do golpe institucional uma política que legitimava o avanço do autoritarismo judiciário, o que só pode ir contra os interesses dos trabalhadores, permitindo passar sem uma batalha da esquerda o avanço no uso de medidas autoritárias, como a prisão coercitiva, delações premiadas, prisão em segunda instância. Hoje, vemos no PSOL se calando sobre a política traidora das centrais, enquanto seguem tanto com o PT quanto com partidos golpistas e apoiadores de Maia buscando construir uma "oposição democrática" que já se mostrou impotente para combater os ataques, ao invés de usar seu espaço no parlamento para dar voz a uma alternativa dos trabalhadores impulsionando a luta extra-parlamentar.

Assim, propomos que a CSP-Conlutas se posicione pelas políticas abaixo:

- Abaixo a Reforma da Previdência e a MP 881! Revogação da Reforma Trabalhista e da “PEC do fim do mundo”!
- Pelo fim da lei anti-terrorismo e repressão aos movimentos sociais e esquerda! Abaixo a criminalização do movimento de moradia, Liberdade para Preta Ferreira e todas as lideranças do movimento de moradia presas!
- Pela reintegração de todos os metroviários de SP demitidos! Anulação de todos processos e demissões políticas na USP (como de Alexandre Pariol e Givanildo)! Pela Reintegração de Claudionor Brandão!
- Justiça à Marielle, por uma investigação independente, o Estado é responsável!
- Bolsonaro, agronegócio e G7: tirem as mãos da Amazônia!

- Por uma Assembleia Constituinte Livre e Soberana, para que não apenas mudem os jogadores, mas sim as regras do jogo e, nela poder debater como lutar para impor uma reforma agrária radical que desmantele o latifúndio no país, garantir a defesa e a autonomia dos povos originários indígenas e quilombolas e garantir a estatização sem indenização das grandes empresas do agronegócio, e que estas sejam controladas pelos trabalhadores.
- Contra a terceirização! Pela efetivação imediata de todos os terceirizados, sem necessidade de concurso público!
- Repudiamos o Escola Sem Partido e o Future-se. Por escolas e universidades sem censura! Combater o desmonte, privatização e o obscurantismo sobre as Universidades. Por uma USP à serviço dos trabalhadores e da população pobre!
- Fim do vestibular e estatização das Universidade particulares, para que toda a juventude possa estudar sem pagar; Em defesa das cotas raciais!
- Somos contra a privatização da saúde pública e defendemos um SUS 100% público, estatal e gratuito. Abaixo as Fundações e Organizações Sociais (OSS's)!
- Implementação de uma campanha nacional pela efetivação dos trabalhadores terceirizados sem a necessidade de concurso público tal qual aprovada no 3º Congresso Nacional da CSP-Conlutas!

### **Opressão: Pela organização das mulheres, negros e LGBT's trabalhadoras para combater Bolsonaro, o capitalismo e todas as formas de opressão**

Estamos diante de um governo racista, machista e misógino, que é uma ameaça à vida dos negros, mulheres, indígenas e LGBT's. O resultado das declarações de Bolsonaro não são cortinas de fumaça diante dos ataques econômicos aos trabalhadores. Ainda mais em meio a crise econômica os capitalistas combinam a exploração e as diversas formas de opressão para descarregar a crise sobre as nossas costas e sobretudo entre os setores mais oprimidos. A reforma da previdência e a MP 881 por exemplo estão a serviço desse objetivo e não é por acaso que vão recair com mais força sobre as mulheres, negros e LGBTs que já vem sendo duramente atacados com a reforma trabalhista e a lei de terceirização aprovadas por Temer. Na sociedade, as declarações de Bolsonaro se materializam em políticas concretas que resultam em aumento da violência contra os oprimidos. Só nos primeiros meses do governo Bolsonaro foram mais de 200 feminicídios, sem contar os casos de violência doméstica, estupros e assédios. Não à toa, um símbolo do avanço dessa extrema direita foi o assassinato do mestre de capoeira Moa do Katendê e vemos governadores aliados a Bolsonaro como Witzel comemorando as mortes de negros no RJ ao mesmo tempo em que segue a impunidade para a morte de Marielle, uma ferida aberta do golpe institucional. No caso dos indígenas as declarações de Bolsonaro facilitando a exploração dos territórios indígenas por mineradoras, pelo garimpo e pelo agronegócio são a senha para que assassinem e destruam os territórios indígenas e quilombolas.

Junto a ofensiva de ataques aos direitos dos trabalhadores, Bolsonaro vem fazendo uma verdadeira ofensiva reacionária no âmbito dos costumes tendo a frente figuras como a ministra Damares Alves, porta-voz das políticas machistas e misóginas de Bolsonaro que extinguiu os comitês de enfrentamento à violência contra a mulher e congelou os gastos com a Casa da mulher e políticas de combate a violência. Essa mesma ministra que associa à violência sexual à falta de calcinhas, que defende que mulheres não tenham os mesmos direitos que os homens, pois se não apanhariam igual a um. No caso dos negros Bolsonaro tenta impor um choque a direita nas relações raciais, se apoiando em uma nova relação de forças entre as classes para aprofundar o racismo em uma escala ainda maior.

Todos os anos só no Brasil mais de 1.200 morrem por causa da proibição do aborto. A cada 1 hora e meia uma mulher é vítima de feminicídio e milhares são vítimas de violência doméstica. No Brasil as mulheres são a maioria entre os mais pobres e a desigualdade salarial é gritante, sobretudo sobre as mulheres negras que chegam a ganhar 60% a menos que um homem. Além da jornada semanal trabalham mais 21 horas por semana só no cuidado do lar e dos filhos. O estado se exime da sua obrigação de fornecer lavanderias, restaurantes e creches públicas. Querem tratar a sexualidade e identidade de gênero não-normativa como doença e/ou depravação, fortalecendo os casos de assassinatos das LGBTs, ao mesmo tempo que impedem a criminalização da homofobia e transfobia.

O fortalecimento do Judiciário faz do Brasil 3º país com maior população carcerária no mundo (sendo mais de 70% negros) enquanto mantém a impunidade das declarações racistas de Bolsonaro, o silêncio sobre quem mandou matar Marielle e sobre os assassinos de Amarildo e do músico Edvaldo Rosa, morto depois de ter seu carro alvejado por mais de 80 tiros. Bolsonaro e Sérgio Moro querem aprovar um pacote supostamente anti-crime para legalizar os assassinatos da juventude negra pela polícia. Essa mesma justiça mantém encarcerada Preta Ferreira, lutadora do movimento por moradia, sem qualquer prova que a incrimine, numa tentativa de criminalizar os movimentos sociais livrando o estado da responsabilidade pelos mortos e desabrigados na tragédia do edifício Wilson Paes.

Para enfrentar tudo isso, tampouco podemos nos enganar com a estratégia impotente de oposição meramente parlamentar a Bolsonaro e ao judiciário como faz o PT, que durante o seu governo aprovou com uma mão a lei de cotas enquanto com a outra aumentou de 4 para 12 milhões de terceirizados no país e ocupou militarmente o Haiti e hoje está de olho apenas em sua candidatura para as eleições de 2022. Precisamos superar o limite imposto pelas burocracias sindicais da Força Sindical, CUT, CTB, UGT que atuam como um freio na luta de classes e separam a luta contra a opressão das lutas econômicas mantendo sua trégua com o governo e com os patrões.

O PSOL, com parlamentares eleitas a partir de pautas feministas, participa da mesma lógica ao separar a luta das mulheres contra a opressão machista da luta contra a exploração capitalista. Ao não apostar na potencialidade do movimento de mulheres unido à classe trabalhadora e seus métodos de luta, se apoiam em saídas parlamentares, reforçando a confiança no judiciário autoritário, no STF e na lava-jato de Sergio Moro, que já deu mostras de que não estão do lado das mulheres e dos trabalhadores.

Portanto, propomos que a CSP-Conlutas:

- Fortaleça nos sindicatos dirigidos pela Conlutas as Secretarias de Mulheres, de Negros e LGBTs buscando organizar desde as bases as trabalhadoras efetivas e terceirizadas.
- Construir uma forte unidade do conjunto da categoria, homens e mulheres, negros e brancos contra a exploração e a opressão dentro e fora dos locais de trabalho.
- Se posicione contra os discursos nacionalistas e xenófobos contra os imigrantes, reafirmando todo apoio aos trabalhadores imigrantes africanos, haitianos, bolivianos e venezuelanos.
- Impulsione uma campanha pela igualdade salarial entre negros e brancos.
- Lutar pelo fim das chacinas e da violência policial! Júri popular, para que os “autos-de-resistência” sejam julgados pelo próprio povo!
- Lutar pela demarcação dos territórios quilombolas e indígenas!
- Lutar pela separação entre Estado e Igreja, fundamental para a liberdade de culto e o fim da perseguição às religiões de matriz africana.
- Em defesa das cotas raciais rumo ao fim do vestibular!
- Por justiça para Marielle! Por uma investigação independente!
- Liberdade Imediata para Preta Ferreira e todos os lutadores por moradia!
- Contra a violência de gênero, por um plano emergencial de combate à violência às mulheres e LGBTs.
- Por creches, lavanderias e restaurante garantidos pelo Estado.
- Defendemos o direito ao aborto legal, seguro e gratuito para acabar com as mortes de mulheres por abortos clandestinos!

### **Balanco: Balanços necessários para uma política correta da CSP-Conlutas**

O golpe institucional de 2016 e sua continuidade com a prisão arbitrária de Lula (uma clara intervenção política articulada pelo judiciário, Congresso, empresários e a mídia para retirar Lula da disputa eleitoral) abriram caminho para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, sendo um divisor de águas do regime brasileiro, mas também para a atuação da esquerda no país.

A CSP-Conlutas e o PSTU (como direção majoritária da central) se recusaram a adotar uma política de independência de classes ao levantar desde o golpe institucional as consignas de “Fora Todos”, “Eleições Gerais”, “Prisão de todos os corruptos”, legitimando assim o golpe institucional, a prisão arbitrária de Lula e o avanço do autoritarismo do judiciário e da Lava Jato.

Na luta contra a aprovação da reforma da Previdência, também é necessário fazer preciso um balanço da completa adaptação da CSP-Conlutas à estratégia de pressão e negociação adotada pela cúpula das centrais sindicais como a CUT, CTB e da política traidora assumida descaradamente por centrais sindicais como a UGT (que chegou a defender abertamente a reforma da previdência em seu site e se posicionar contra a greve geral) e a Força Sindical, que através de Paulinho disse abertamente em pleno 1o de Maio que utilizaria a força das ruas para negociar uma reforma da previdência desidratada. Em nome da



“unidade” dos aparatos das centrais sindicais a CSP-Conlutas se recusou a levar a frente uma política de exigência e denúncias à burocracia sindical que partisse de exigir que as centrais sindicais rompessem imediatamente as negociações com Rodrigo Maia e levassem à frente uma política que unificasse os trabalhadores com a juventude que se levantou nos dias 15M e 30M contra os cortes da educação, organizando assembleias em todos os locais de trabalho. Ao contrário disso, o que vimos foi a burocracia das centrais sindicais organizarem ações controladas, separando a luta dos trabalhadores contra a reforma da luta levada a frente pelos estudantes contra os cortes a educação utilizando a força de nossa mobilização para barganhar com o governo a MP 873 e, por essa via facilitando o trabalho do governo para a aprovação da reforma da previdência. Ao se adaptar acriticamente à burocracia das centrais sindicais, impediu que a CSP-Conlutas pudesse ser uma alternativa aos trabalhadores nacionalmente para superar os limites impostos pela burocracia das centrais.

No bloco minoritário da direção da CSP-Conlutas, composto por correntes do PSOL, como MES e Resistência, a adaptação não foi menor já que este partido se limitou a encobrir pela esquerda a estratégia do PT, ao não fazer nenhum tipo de exigência quando as centrais sindicais dirigidas pelo PT e PCdoB entregam a luta contra os ataques, apostando apenas com uma frente parlamentar de “oposição responsável”. Uma linha impotente que leva a derrota e é funcional aos acordos com setores como Rodrigo Maia e o Centrão, porque passar por fora de construir força real de mobilização extraparlamentar, como parte de uma estratégia global para enfrentar os ataques. Vários setores da CSP-Conlutas, por distintas vias, defendem a “unidade das centrais”, por cima e sem se delimitar da burocracia e sem qualquer exigência de organização e coordenação na base das categorias.

O MRT (Movimento Revolucionário de Trabalhadores) e o Movimento Nossa Classe, desde o último Congresso da CSP-Conlutas, viemos intervindo em todas as instâncias da central sindical sobre a necessidade de tirar as conclusões a partir dos balanços de cada processo de luta para armar a vanguarda de trabalhadores organizada em torno da CSP-Conlutas com uma política capaz de enfrentar o golpismo e a ascensão de Bolsonaro. Uma política de independência de classes passa em primeiro lugar por se posicionar contra o golpe institucional, o avanço do autoritarismo judiciário e da Lava Jato, contra a prisão arbitrária de Lula (sem prestar nenhum tipo de apoio político ao PT) e por uma Assembleia Constituinte Livre e Soberana que abra caminho a um governo de trabalhadores em ruptura com o capitalismo, e que responda as grandes questões atuais do país impondo a eleição de juízes, revogáveis, com salário de professora e que os casos de corrupção sejam julgados por júri popular, além de passar também por colocar no centro de suas tarefas a batalha contra o principal mecanismo de subordinação do Brasil aos interesses do capital estrangeiro imperialista que é o não pagamento da dívida pública. Para que a CSP-Conlutas possa avançar em ser uma alternativa é fundamental entender que a frente única operária, sintetizada na consigna “Golpear juntos, marchar separados” e concebida pelos revolucionários para a intervenção de massas na luta de classes no terreno da ação extraparlamentar não tem nada a ver com acordos entre cúpulas sindicais por fora da ação na luta de classes e sem o debate aberto das diferenças

políticas. É uma tática para unificar as fileiras operárias e resistir aos golpes impostos pelos capitalistas e governos, que ao contrário de impor a diluição dos revolucionários obriga a que estes apontem aos trabalhadores abertamente suas críticas às direções reformistas e conciliadoras para que possam superar os limites impostos por estas.

Foi também neste sentido que batalhamos nos espaços da CSP-Conlutas e nas categorias onde atuamos para que se levantasse um Comando Nacional de Delegados de Base que pudesse aglutinar um polo antiburocrático que superasse os limites dessas direções, o que é impossível sem denunciar as traições das suas direções ao mesmo tempo, exigindo medidas concretas de organização e coordenação das lutas. Ao contrário dessa perspectiva, a CSP-Conlutas assinou um balanço positivo junto com as burocracias sindicais sobre a última paralisação nacional, o dia 14 de junho, a mesma mobilização que a UGT retirou os condutores de ônibus de São Paulo da greve no último minuto, deixando os metroviários isolados na paralisação dos transportes, serviço estratégico na maior cidade do país, enquanto a CUT e a CTB desorganizava as categorias para que não fossem aos atos convocados para demonstrar força de mobilização dos trabalhadores. Assim foi a atuação das burocracias sindicais traidoras em cada chamado e data de paralisação e mobilização do último período e lamentavelmente a CSP-Conlutas atuou embelezando cada um desses “dias de luta” pintando de vermelho ações que, apesar da sua disposição de luta dos trabalhadores, foram organizadas de forma completamente controlada pela burocracia sindical.

Ainda que Bolsonaro tenha conseguido avançar na aprovação da reforma da previdência, os capitalistas necessitam impor novos ataques como a MP881, as privatizações e ataques à Educação como o Future-se. Nesse cenário é muito importante ver que a juventude que se levantou contra os ataques no dia 15 e 30 de maio seguem sendo um polo de oposição ao governo sendo um importante ponto de apoio na luta contra os ataques. A tarefa de construir uma frente única operária segue vigente, mas só pode ser levada a frente por esta central sindical da esquerda se exigir das grandes centrais sindicais mais do que chamados de “dias de lutas”, que sufocam a população em seu calendário, e sim organização concreta nas bases cada categoria e em cada local de trabalho, com plenárias, assembleias e comitês de mobilização, impulsionando a auto-organização. Junto às exigências as denúncias das inúmeras traições das suas direções sindicais são necessárias para que os trabalhadores percebam sua força e superem as direções tradicionais, que atuam como verdadeiros freios da mobilização contra os ataques e que busca avançar para responder a crise política do país.

Diante disso, propomos que:

- A CSP-Conlutas deve rever sua política em relação ao golpe institucional, à prisão arbitrária de Lula e avanço do autoritarismo do judiciário fazendo um balanço da orientação em torno das consignas de Fora Todos, Eleições Gerais e Prisão de Todos os corruptos;
- A CSP-Conlutas deve lutar por sindicatos sem patrões e sem a burocracia sindical, colocando eles nas mãos dos trabalhadores na base com democracia operária (assembleias, reuniões de base, delegados), através de uma política de exigência e denúncia as centrais sindicais para que organizem um plano de

luta, cuja primeira ação deveria ser reorganizar a batalha contra as reformas e privatizações, pensando todas as medidas de ação direta e democráticas para enfrentar esses enormes ataques. Justamente o que não estão fazendo as grandes centrais;

- A CSP-Conlutas deve impulsionar com hierarquia a construção um polo anti-burocrático, que potencialize as exigências as grandes centrais sindicais, além de denunciar em seus materiais a política traidora das direções traidoras. Exigir um verdadeiro plano de lutas sério, construído na base a partir dos locais de trabalho, que culmine em uma greve geral para revogar a reforma trabalhista, a lei de terceirização irrestrita, a reforma da Previdência, MP 881 e as privatizações e os ataques dos últimos anos!

### **Estrutura e organização: A estrutura sindical brasileira. A luta contra Bolsonaro e as reformas passa pela luta contra a trégua da burocracia sindical**

Os sindicatos são uma ferramenta fundamental de luta dos trabalhadores e seu reconhecimento pelo Estado ocorre em função de que a classe dominante é obrigada a reconhecer essas ferramentas, mas também como uma forma de controlar organização da classe trabalhadora através do atrelamento dos sindicatos ao Estado e da burocracia sindical. Bolsonaro tentou com a Medida Provisória 873, que visava retirar o desconto sindical da folha de pagamento dos trabalhadores destruir os sindicatos como instrumentos de luta dos trabalhadores para aprovar ataques como a reforma da previdência. Em nome da manutenção de seus privilégios, ao invés de chamar os trabalhadores a derrubar a MP 873 e a reforma da previdência, as centrais sindicais golpistas como UGT e Força Sindical e CUT e CTB, rifaram os direitos dos trabalhadores, conduzindo a derrota frente a reforma da previdência em troca da queda da MP.

A maior expressão dessas burocracias encontramos nas grandes centrais dirigidas pelo PSB, DEM, PSDB e cia. (UGT, NCST, CSB e CGTB), tendo a UGT, inclusive, se postulado a ser base do governo Bolsonaro. Essa traição das centrais sindicais pela via da burocratização de suas direções, também se expressa na CUT (central sindical dirigida pelo PT), na CTB (dirigida pelo PCdoB, partido que apoiou a eleição de Rodrigo Maia para presidente da Câmara dos Deputados) e na Força Sindical (dirigida pelo Solidariedade), que atuam como correias de transmissão da estratégia reformista e meramente parlamentar de colaboração de classes do PT e PCdoB. A traição dessas centrais ficou evidente quando elas cancelaram a paralisação geral de junho de 2017 e permitiram a aprovação da reforma trabalhista. Fica evidente na trégua que essas centrais sindicais estão dando ao governo Bolsonaro desde o início do ano diante da iminência da aprovação da reforma da previdência, sem organizar nenhum plano de luta, nem construir fortes paralisações nas bases das categorias.

Criticamos a CSP por não denunciar o papel de traidor das centrais que rifaram os direitos dos trabalhadores mantendo as negociatas com Maia em troca de seus privilégios. UGT e Força, que não apenas defendiam já nos discursos a necessidade de uma reforma da previdência, como traíram a luta dos trabalhadores na greve geral do 14J. PT e PCdoB, que dirigem as maiores centrais sindicais, a CUT e a

CTB e também a UNE (união Nacional dos Estudantes) fizeram de tudo para separar as lutas dos trabalhadores da juventude, conduzindo os trabalhadores a derrota e possibilitando o fortalecimento dos ataques a educação com o projeto Future-se do governo. É preciso dizer que a convocação de atos espaçados e sem a preocupação de unificar com a juventude se mostrou inofensiva para combater todos os ataques e derrotar a reforma da previdência. O PSTU, que dirige a CSP-Conlutas, se superou com sua política de pintar de vermelho a traição das centrais sindicais, publicando um balanço conjunto com essas direções, como se CUT, CTB, Força ou UGT quisessem de fato derrotar a reforma.

Diante da necessidade de defesa dos direitos dos trabalhadores que estão sendo brutalmente atacados desde o golpe institucional, e mais ainda por esse governo de extrema-direita, é necessário que cada sindicato da CSP-Conlutas se prepare para fazer a diferença na luta de classes e seja um exemplo de combate à burocracia sindical na sua política, mas também na sua organização. A situação da esmagadora maioria dos sindicatos no país leva a uma única conclusão: para resistirmos aos ataques do Bolsonarismo precisamos retirar os sindicatos das mãos da burocracia e retomá-los para as mãos dos trabalhadores e a construção da CSP-Conlutas deve ser orientada nessa perspectiva. Para isso é fundamental lutar em todos os sindicatos para superar o corporativismo que separa a luta econômica da luta política batalhando para que os sindicatos assumam em suas mãos as demandas de todos os setores oprimidos e sendo porta-vozes de todas as mazelas e sofrimentos da população como um verdadeiro tribuno do povo.

Nos sindicatos dirigidos pela CSP-Conlutas e na própria central é necessário lutar pela mais ampla democracia dos trabalhadores e em defesa dos sindicatos e seus lutadores que são perseguidos pela patronal e pelo governo. Para que um sindicato seja democrático precisa em primeiro lugar ter independência de classe e enfrentar o estado. Portanto, os debates de concepção sindical nunca estão descolados da política. Devemos lutar para que os trabalhadores tenham sua própria democracia para fazer a sua política para enfrentar os ataques em curso e inclusive, ir além, lutando por uma sociedade sem exploração e opressão. Por isso é fundamental reafirmar as assembleias como organismos fundamentais da organização dos trabalhadores, bem como todos os espaços que possam dar voz aos trabalhadores.

Batalhamos pela proporcionalidade na diretoria do sindicato para que todas as posições políticas possam se expressar e defendemos a rotatividade dentro da diretoria executiva e a rotatividade na diretoria a cada dois mandatos como forma de combater a burocratização dos dirigentes sindicais. Consideramos que os sindicatos da CSP-Conlutas não podem se contentar em organizar uma parcela reduzida das suas categorias, mas avançar para organizar os setores mais amplos da categoria.

Propomos que:

- Os sindicatos reunidos na CSP-Conlutas devem se organizar a partir de ter as assembleias de base como espaços soberanos onde tudo é decidido, praticando em seus sindicatos a democracia operária que passa por que os dirigentes sindicais se submetam às decisões da base;

- Nos sindicatos dirigidos pela CSP-Conlutas se pratique a rotatividade dos dirigentes sindicais liberados combatendo a permanência dos dirigentes afastados por muito tempo afastados de sua base;
- Nos sindicatos dirigidos pela CSP-Conlutas se pratique a proporcionalidade nas diretorias como forma de expressar democraticamente todas as posições políticas;
- Nos sindicatos da CSP-Conlutas se faça prestação das contas regulares em todas as entidades permitindo à base ter controle sobre suas ferramentas de luta;

### **Plano de ação: Rearmar a CSP-Conlutas para os combates do próximo período**

Os balanços servem para reconhecer os problemas e procurar uma superação deles, nesse caso uma política superior para enfrentar os ataques aos nossos direitos econômicos, como a reforma da previdência e a trabalhista, e a ofensiva contra os direitos democráticos da população, num cenário de avanço da extrema-direita.

É necessário que em primeiro lugar a central se debruce seriamente nos aspectos de balanço para reorientar a atuação e ação da CSP-Conlutas, por exemplo em relação ao golpe institucional e a adaptação acrítica a política das grandes centrais sindicais, em todo o último período;

No momento em que se escreve essa tese, a juventude, como polo mais dinâmico da sociedade mais uma vez responde com mobilizações iniciais pelo país em resposta ao tema da Amazônia, contra o governo Bolsonaro;

O 4º Congresso deve ocorrer no cenário provável de que já se tenha a aprovação no Senado da reforma da Previdência, sendo assim é elementar tirar as lições de como chegamos aí para rearmar a CSP-Conlutas para as tarefas defensivas necessárias. Atuando nas categorias para combater o vanguardismo e não isolar os lutadores, levantando as demandas mais sentidas da população e que extrapolem o corporativismo e o isolamento das massas.

Nesse sentido, defendemos que o 4º Congresso leve adiante os seguintes eixos reivindicatórios centrais:

- Abaixo a Reforma da Previdência e a MP 881! Revogação da Reforma Trabalhista e da “PEC do fim do mundo”! Pelo fim da lei antiterrorismo e repressão aos movimentos sociais e esquerda!
- Rechaçamos o acordo União Europeia/Mercosul assinado por Bolsonaro que serve aos interesses imperialistas e aprofundará a dependência do país!
- Abaixo a Reforma da Previdência e a MP 881! Revogação da Reforma Trabalhista e da “PEC do fim do mundo”! Pelo fim da lei antiterrorismo e repressão aos movimentos sociais e esquerda!
- Justiça à Marielle, por uma investigação independente, o Estado é responsável!
- Bolsonaro, agronegócio e G7: tirem as mãos da Amazônia!
- Por uma Assembleia Constituinte Livre e Soberana, como saída de independência política dos trabalhadores, para que lutemos não para alterar os jogadores, mas sim as regras do jogo. Fazendo com que cada político e juiz seja eleito por sufrágio universal e seja revogável, perdendo suas verbas de auxílio e recebendo o mesmo salário de uma professora. Além disso, que os julgamentos sejam realizados

por juris populares. Permitindo assim responder os principais problemas do país com um programa anti-capitalista.

- Pelo não pagamento da fraudulenta dívida pública!
- Contra a criminalização dos movimentos sociais, em defesa do direito de lutar, dos dirigentes das lutas presos e perseguidos, em defesa do direito de greve!
- Pelo fim da terceirização! Efetivação imediata de todos os trabalhadores terceirizados, sem a necessidade de concurso público!

**Assinaturas:** Aprovada em assembleia do Sintusp. Claudionor Brandão, Marcello Pablito, Barbara Della Torre, Adriano Favarin, Patrícia Galvão (diretores do Sintusp) Rodolfo Ferronato, Yuna Ribeiro, Mary Coseky, Maira Machado, Marcela Campos (base da categoria).

#### **4) UNIDADE, INDEPENDÊNCIA E ORGANIZAÇÃO PELA BASE PARA DERROTAR BOLSONARO**

Apresentação: **Socialismo ou Barbárie e independentes**

##### **Internacional: Giro à direita e polarização na luta de classes**

A vitória eleitoral do neofascista Jair Bolsonaro (PSL) não é apenas um fenômeno brasileiro, mas faz parte de uma onda global de fortalecimento das forças neoliberais, conservadoras e autoritárias. Eventos políticos de grande magnitude fizeram a situação mundial girar à direita nos últimos anos, abrindo uma ofensiva burguesa que redundou em uma correlação de forças desfavorável, ou seja, uma situação política reacionária.

Situação essa que tem como base a derrota das Greves Gerais na Grécia, o refluxo da "Primavera Árabe", a intervenção imperialista na Síria, a eleição de Trump, o Brexit e a eleição de uma série de governos de extrema direita. Esse fenômeno global é uma resposta da classe dominante aos efeitos econômicos, sociais e políticos da crise global de 2008 e, em um olhar mais de longo prazo, ao longo declínio causado pelo sistema capitalista nas últimas cinco décadas.

Essa tendência mundial de inclinação do pêndulo à direita atingiu em cheio os países onde havia governos moderadamente "progressistas", "populistas" ou de "centro-esquerda" porque, devido à sua natureza, dificultavam relativamente a ação da burguesia de descarregar nos trabalhadores todo o peso da crise econômica.

A burguesia organizou campanhas para atacar o "progressismo" e seus governos em várias frentes: na mídia, no judiciário, no parlamento e estimulou mobilizações reacionárias das classes médias, setores populares conservadores e atrasados. Esse processo só pode ocorrer devido ao impacto econômico e social das crises, que os governos "progressistas" não puderam evitar, pois não realizaram mudanças estruturais em suas economias.

Sob condições de ofensiva burguesa, o “vácuo político” deixado pelo fracasso da “centro-esquerda”, do “populismo” e do “progressismo” foi ocupado por tendências conservadoras, reacionárias e neoliberais.

Da mesma forma que amplos setores giraram à direita, outra parte importante da sociedade chega a conclusões opostas: da crise só se pode sair pela esquerda. É o que acontece em todo o mundo com porções da juventude, do movimento de mulheres e de setores da classe trabalhadora.

Nesse processo, o curso político comporta contra tendências que começam a aparecer de forma mais clara. Da mesma forma que as lutas na Inglaterra derrubam primeiros ministros e complicam a saída do Reino Unido da União Européia, as lutas e rebeliões populares vividas na América Central - Nicarágua, Honduras e Porto Rico - questionam os governos autocráticos da região.

A verdadeira rebelião popular juvenil em Hong Kong questiona o conjunto do regime da burocracia despótica capitalista em toda a China, a resistência massiva aos ataques de Mauricio Macri na Argentina foram fundamentais para a derrota do oficialismo nas prévias e a retomada do ascenso no Brasil pode questionar as pautas regressivas em curso e o governo Bolsonaro com um todo.

Estamos em uma situação política desfavorável em nível internacional, mas em uma etapa da luta de classes marcada por uma recessão crônica, pela polarização política e social e pela emergência do movimento de mulheres e da juventude.

Diante desse contexto, propomos que na atual conjuntura mundial, devemos nos colocar de forma independente em relação aos governos burgueses sui generis e se colocar claramente contra a intervenção imperialista em países, como a Venezuela e outros.

A eleição na Argentina demonstrou nas primárias, abertas, simultâneas e obrigatórias (PASO) que Macri não tinha um cheque em branco do povo. Mas, a chapa que ganhou (Fernandez/Fernandez) não é alternativa para os trabalhadores, pois não há saída para os trabalhadores sem romper com o FMI e tomar medidas anticapitalistas. Por isso, devemos chamar no primeiro turno o voto na alternativa classista (FITU) e no segundo turno, diante de duas opções burguesas (Macri ou Fernandes), posicionar-se pelo voto nulo e chamar a resistência dos trabalhadores, das mulheres e da juventude nas ruas para enfrentar qualquer uma das opções burguesas que forem eleitas.

Apoiar politicamente os processos de rebelião popular pelos quais passam vários países do mundo, como Honduras, Sudão, Hong Kong etc.; que têm contextos distintos (catástrofes humanitárias, cortes de direitos, ajustes fiscais) mas que se enfrentam com ataques aos direitos democráticos.

### **Nacional: Derrotar Bolsonaro nas ruas**

A eleição de outubro de 2018 coloca uma situação política de ofensiva da classe dominante, o alinhamento político-eleitoral de amplos setores à extrema-direita e o avanço de pautas reacionárias em várias frentes.

Bolsonaro é um presidente neofascista que está à frente de um governo de extrema-direita. Esse governo, além dos seus ataques imediatos em diversas áreas (trabalhista, educacional, ambiental, Direitos Humanos etc.), pretende impor uma derrota histórica à classe trabalhadora brasileira.

Sem deixar de apontar a corresponsabilidade da direção do PT no processo, devido ao desastre político, estratégico e metodológico dessa direção, o impeachment de Dilma e a prisão de Lula não pode deixar de ser tratada como uma manobra reacionária para impedir que o povo decida os rumos do país, visando impor profundos ataques em todos níveis.

A crise estrutural vivida desde 2015, a polarização política, o recuo do movimento de massas, principalmente devido à política da burocracia petista e cutista, o atentado sofrido por Bolsonaro e os erros táticos durante a eleição acabaram gerando as condições que permitiram a eleição e um realinhamento político-eleitoral de setores com o neofascista Bolsonaro. Fenômeno esse que coloca um elemento novo na dinâmica política nacional: a constituição de um setor de massas disposto a ir às ruas a favor dos ajustes neoliberais e em defesa de medidas autoritárias.

Bolsonaro, aprofunda ataques de governos anteriores, combina ataques econômicos com ataques diretamente políticos. Além dos direitos democráticos em geral, está sob ameaça o principal direito dentro da democracia burguesa, e que sem o qual não se pode defender as conquistas e nem transitar para níveis mais avançados de luta, que é o direito à livre organização e luta dos trabalhadores e dos oprimidos.

Estamos, assim, diante de um fenômeno político extremamente perigoso para a classe trabalhadora, para os oprimidos, para a esquerda, particularmente, a socialista. Esse é um governo burguês anormal, orientado claramente - em que pese elementos caóticos e instáveis da condução da sua política - para aprofundar qualitativamente a ofensiva reacionária iniciada em 2015. Para isso, apoia-se na crise do governismo de coalizão brasileiro, no ambiente reacionário em nível internacional, na desmoralização da esquerda lulista e na defensiva do movimento da classe trabalhadora.

Sabemos que as demais instituições do regime não vão deixar sem resistência o governo atacar suas atribuições. Uma mudança drástica do regime político iria exigir um golpe de estado típico através do emprego direto das forças armadas, fechamento do Congresso, controle direto do Judiciário, suspensão do direito de greve e de liberdade de imprensa. Isso não está no horizonte imediato, porém, o governo tem instrumentos políticos à disposição para forçar os limites do seu poder com nomeações, portarias, decretos, medidas provisórias, investigações, processos, prisões etc.

Bolsonaro sofreu com alguns reveses no Congresso e no STF que colocam algum freio em suas políticas, como foram os casos da derrubada do segundo Decreto que tratava da posse de armas pelo Senado e da determinação pelo STF e do retorno da demarcação das terras indígenas para a FUNAI.

Também cresce a reprovação de setores da classe dominante às suas declarações xenófobas, misóginas, racistas e antidemocráticas, como foi o caso da ampla repercussão negativa das declarações de Bolsonaro sobre o paradeiro de Fernando Santa Cruz, preso, torturado, morto e desaparecido pela ditadura militar em 1974.



Bolsonaro não se detém diante das críticas e apelos ao “bom senso”, quando pode, usa seu poder institucional para reafirmar seu projeto autoritário de poder. Imediatamente após toda a repercussão negativa sobre o caso descrito acima, destituiu membros das Comissão da Verdade e colocou em seu lugar defensores do regime militar.

Apesar da crescente crítica às suas medidas, declarações e métodos, enquanto estiver sendo funcional para fazer avançar as contrarreformas, como a da Previdência e outras menos discutidas, Bolsonaro contará com apoio da maioria da classe dominante, como tão bem demonstrado na entrevista concedida pelo presidente do banco Itaú, dada ao Jornal Folha de São Paulo (30/07/2019), onde o mesmo chegou a afirmar que: “a manutenção do alto índice de desemprego é positiva para a economia, pois permite a retomada do crescimento econômico sem pressões inflacionárias”. Em um país como o Brasil, que depende essencialmente de seu mercado interno, prever crescimento econômico com uma grande massa de trabalhadores sem renda é no mínimo curioso. O que cresce em qualquer cenário no Brasil é o lucro dos banqueiros.

Bolsonaro é um governo burguês anormal que quer impor um regime com fortes elementos autocráticos com o apoio ativo de setores de massa e a conivência de parte do grande empresariado, o que coloca hoje a luta de classes no Brasil em um patamar de enfrentamento em âmbito político de forma permanente.

Estamos em uma situação defensiva, mas repleta de contradições, com importantes e crescentes elementos que tendem a levar a um acirramento do enfrentamento às políticas se ao governo de conjunto. Assim, não podemos enfrentar esse governo sem ligar a resistência aos ataques econômicos, democráticos e políticos e sem unificar nas ruas a resistência, por isso tanto a perspectiva economicista quanto a politicista precisam ser superadas.

O economicismo não apresenta uma saída global para os problemas globais e o politicismo que concentra na ação institucional a aposta na solução dos problemas, e tanto um quanto o outro em nada contribuem para a ação direta dos setores de massas nas ruas. Contrapõe-se à necessidade de agitação de bandeiras políticas como forma de totalização da luta, não percebe que existem fortes e crescente contradições para o governo e setores dinâmicos que ao levar o “Fora Bolsonaro” e outras bandeiras política irão contagiar o conjunto do movimento.

Já a perspectiva politicista, marcadamente levadas pelo lulopetismo e suas variantes, atua em uma agitação política meramente parcial e/ou eleitoreira desconectada das necessidades de resistência efetiva aos ataques e de luta e organização, como é o caso da forma que se faz a campanha de “Lula Livre” que não se articula com as lutas por liberdade de outros presos políticos, contra a “reforma” da Previdência, da defesa dos direitos democráticos e outras.

Diante de tal contexto, propomos:

- Dar centralidade na luta para barrar os terríveis ataques reacionários em curso, tais como: a “Reforma” da Previdência, a “Minirreforma” Trabalhista, a “Reforma” Administrativa, o “Future-se” e todos ataques à educação, os ataques aos direitos dos imigrantes e outros. Impor derrotas nesses temas é fundamental

para começar a reverter a correlação de forças, restituir os direitos perdidos e lutar contra o desemprego, as perdas salariais, o déficit de moradia, a crescente violência e a precarização da saúde e da educação pública.

- Manter a independência política e organizativa de nossa central, bem como a total liberdade de crítica (denúncias e exigências) às centrais e organizações burocratizadas, mas trabalhar sistematicamente para fazer avançar a mobilização pela base, direta e unificada dos explorados e oprimidos aos ataques do governo Bolsonaro em várias frentes.

- Apostar nos temas de maior capacidade imediata de mobilização em cada luta específica temos, mas sem deixar de apresentar bandeiras que levam a uma saída política que interesse trabalhadores e oprimidos. Agitar as demandas específicas associadas a uma paciente explicação no sentido de que não se pode ter uma saída favorável para a situação atual sem derrotar politicamente o governo.

- Buscando, assim, respostas políticas gerais que unifiquem o mais amplamente possível é fundamental para enfrentar o governo que desenvolve uma ofensiva sobre o conjunto dos trabalhadores e oprimidos, tais como: “Nenhum direito a menos”, “Defesa dos direitos democráticos”, “Fora Bolsonaro”, “Eleições Gerais” e outras.

### **Opressões: O feminismo combativo cresce**

É cada vez maior o clamor das mulheres e das pessoas LGBTQs+ para derrotar o avanço político que obtiveram as Igrejas no Planalto central e suas tentativas em todas as áreas de fazer a sociedade voltar à Idade Média. Nunca depois do processo de democratização a Igreja agiu de maneira tão organizada contra as lutadoras e lutadores da esquerda e do feminismo. E, a nosso ver, também foi demonstrado que o governo de Lula e Dilma, apesar de terem sido importantes para alguns avanços aos direitos das mulheres e comunidade LGBTQs+, não são nossos aliados, na medida que buscaram paliativos que prolongam a realidade de opressões em nossa sociedade ainda tão marcada pelo estigma colonial. Portanto são adversários da emancipação plena de nossas companheiras e companheiros.

É bem verdade que a conjuntura atual é caracterizada por uma guinada à direita na situação política nacional e internacional, o entanto as mulheres e LGBTQs+ foram os setores mais dinâmicos nessa conjuntura.

Diante da conjuntura da qual indiscutivelmente prevalece um clima reacionário e conservador esses setores lutaram. Por esta razão, os conservadores avançam contra os direitos democráticos e não cessam seus ataques. Por exemplo, Bolsonaro promove a desigual salarial entre gêneros, em um país onde as mulheres já recebem cerca de 25% menos que os homens, sendo as mulheres negras maioria de nossa população as que recebem 60% em trabalhos mais precários que a maioria da população inclusive comparado a mulheres brancas.

Além disso, com sua propaganda de armamento da população, somente até março desse ano levou a morte mais de 200 mulheres, se opõe veementemente ao aborto, a educação sexual nas escolas e o direito

à identidade de gênero e à orientação sexual como um direito subjetivo e de dignidade das pessoas LGBTQs+, além de tentar flexibilizar leis em caso de estupro aumenta com seu discurso risco de vida para as mulheres e de toda comunidade LGBTQs+.

A chegada de Jair Bolsonaro a presidência, só foi possível com o apoio de lideranças importantes das igrejas principalmente as neopentecostais. Que conseguiram de maneira coordenada: blindagem midiática e manobras de consciência por meio das chamadas fake News, personificar nas urnas seus anseios mais autoritários, racistas, misóginos, homofóbicos, anticientíficos e reacionários.

Levando ao poder central do país de uma das economias mais importantes de toda a região de uma figura verdadeiramente nefasta que ataca frontalmente e sem pudor todos os direitos e até mesmo a existência de todas as mulheres, trans, travestis e toda a diversidade sexual.

Estes ataques reacionários tanto no Brasil como em outros países, notadamente produziram polarização, e o movimento feminista está dando respostas e gerando lutas massivas nas ruas. Desde a heroica luta pela legalização do aborto na Argentina e contra o governo ajustador de Mauricio Macri, a vitória das polacas pela manutenção desse mesmo direito, a luta da juventude chilena contra o assédio sexual nas universidades, dos 5 milhões de mulheres na Índia que fizeram uma corrente humana de 620km em Kerala para exigir seus direitos. E no Brasil com o massivo espontâneo movimento #EleNão contra Bolsonaro, que impediu que reacionarismo ganhasse no primeiro turno das eleições. Além disso as mulheres retomaram sem volta sua organização, e mostram o caminho incorporando princípios e métodos históricos da luta da classe trabalhadora, como o internacionalismo e a greve geral.

**Feminismo socialista.** Destacamos que em todas essas lutas o protagonismo das mulheres não esteve desligado das demandas da classe trabalhadora, sendo muitas lutas operárias destacada pela a massividade das companheiras.

É decisivo colocar de pé um movimento LGBTQs+ radical e combativo, estando o movimento feminista na ofensiva, e sendo um setor que cresce na vanguarda das lutas, com uma participação juvenil de todas as idades, uma nova camada de jovens lutadores se colocam a tarefa de lutar por uma sociedade mais justa e mais diversa.

Nessa conjuntura, se necessita de um movimento feminista plural e inclusivo para golpear o patriarcado com um só punho.

A força do movimento feminista brasileiro e do mundo não tem freios, porque não está sobre o controle total das burocracias, ao contrário é a força organizada de um movimento independente, que a tem capacidade de sacudir o país, principalmente ao se conectar a luta contra a sociedade patriarcal com as lutas de todos os oprimidos.

Diante de tal realidade, propomos:

- A urgência de um movimento feminista socialista, anticapitalista e inclusivo nas ruas. Para lutar contra o sistema econômico que nos explora e nos condena a todas e todos à miséria. Um movimento que ocupe às ruas junto a classe trabalhadora, por um mundo sem opressão ou exploração.

- Romper com a narrativa culturalista e a paralisia organizativa, criando espaços de expressão e de discussão da luta feminista e organizar nas ruas frentes de lutas a cada ataque do governo com uma perspectiva feminista, mas também classista.
- Fortalecer esse novo movimento feminista que está em ascensão em todo o mundo, tratando de não ausentar a população LGBTs+ e criando vínculos estreitos de fraternidade e defesa da classe trabalhadora. É preciso enfrentar os ataques de maneira unificada, e exigir os direitos de todos!
- Construir um programa contra a opressão que passe pelas seguintes bandeiras: Combater governos reacionários e misóginos! Pelo fim da homolebobitansfobia! Repudiar nas ruas a violência estrutural contra as mulheres e LGBT+! Todos os direitos para todos/as! Direito ao aborto legal, seguro, gratuito e no hospital! Educação sexual científica, laica e feminista! Direito maternidade livre de violências! Vivas e livres! Chega feminicídios! Nenhuma a menos! Nem micro nem macros machismos! Fim da masculinidade tóxica patriarcal! Estado laico já! Igreja e Estado assuntos separados! Basta de assédio sexual! Fim da exploração sexual, pelo fim da prostituição! Trabalho para as de abaixo! Mesmo trabalho mesmo salário! Ninguém é ilegal!

### **Plano de Ação: Unidade e frente para lutar com independência política**

Esse governo ultra reacionário só pode ser detido em suas ameaças ao conjunto dos direitos democráticos por um movimento amplo nas ruas da classe trabalhadora e oprimidos.

A classe trabalhadora, a juventude e as mulheres não estão historicamente derrotados e têm capacidade de reação. Como foi demonstrado nas manifestações de repúdio espontâneas ao governo durante o Carnaval, nos atos no 8 março e 1º de Maio, nas massivas manifestações contra os cortes na educação nos dias 15 e 30 de maio e na Greve Geral de 14 de junho.

Além da resistência apresentada até aqui, temos uma recessão crônica, a piora generalizada das condições de vida e a queda vertiginosa da popularidade do governo que indicam o crescimento de uma contra tendência que pode gerar as condições para a mudança da correlação de forças desfavorável que vivemos hoje.

Diante de tal contexto, propomos:

- Atuar de forma unitária e independente sobre as principais demandas dos trabalhadores e dos oprimidos e sobre a necessidade de construir uma saída política independente, dando um basta nesse governo e nos ataques dos patrões através do “Fora Bolsonaro” e das “Eleições Gerais”, passando por um “Plano econômico dos trabalhadores” para superar o desemprego, o arrocho salarial e a piora generalizadas das condições de vida das massas.
- Com independência política total, exigir permanentemente da burocracia lulista e não-lulista que mobilize os trabalhadores e oprimidos. Lutar por construir, além da unidade de ação contra os ataques, em todos os níveis - nacional, regional e local - frentes únicas de luta contra o conjunto dos ataques que tenham iniciativas políticas nos vários âmbitos. Nas bases em que atuamos construir frentes únicas para

luta em todos os níveis de forma a criar um espaço permanente que supere o controle burocrático sobre o movimento.

- Exigir a construção de um plano de lutas que culmine com uma nova greve geral contra as “reformas” que tramitam no Congresso, os ataques do governo aos direitos democráticos, a devastação ambiental e por uma saída dos trabalhadores e dos oprimidos para a crise econômica e política que vivemos.

### **Balanço: Uma central classista e independente**

Cresce o desgaste e a desmoralização da burocracia lulista, mas em relação à organização sindical, popular e estudantil brasileira, a amplíssima maioria dos sindicatos, movimentos e organizações continuam dirigidos por esse setor.

Apesar da fragmentação da nossa classe, da falta de organização e participação efetiva de grandes contingentes de massas, os setores mais avançados da classe, da juventude e das mulheres seguem organizados em entidades sindicais, populares e estudantis distintas.

A CSP-Conlutas desde sua fundação surge como alternativa classista e independente às centrais sindicais burocratizadas, defende claramente um programa anticapitalista, a auto-organização dos trabalhadores, da juventude, das mulheres e dos oprimidos.

Esse é um patrimônio político fundamental da nossa central que precisa ser defendido. No entanto, para avançar em seu protagonismo é necessário que a CSP-Conlutas, sem perder o seu papel de central independente dos governos, dos patrões e da burocracia sindical lulopetista, supere a visão economicista, sectária e hegemônica que tem marcado a sua condução.

A CSP-Conlutas nos últimos anos tem se colocado no campo da classe trabalhadora, mas a sua direção se equivocou em momentos cruciais, como foi o de não identificar o impeachment de Dilma e a prisão de Lula como eventos importantes para a ofensiva reacionária que vivemos desde então.

Assim, propomos:

- Corrigir a linha política da CSP-Conlutas identificar claramente que o avanço da ofensiva reacionária desde o início do segundo mandato de Dilma trouxe problemas na linha política da CSP.

Superar esse desvio sectário para que a CSP seja um agente mais efetivo de pressão sobre a burocracia objetivando mobilizar os contingentes pesados dos trabalhadores e dos oprimidos para derrotar o governo.

- Intervir nos processos decisivos da luta de classes nesses, disputando a consciência de amplos setores dos trabalhadores e na unidade de ação com diferenciação clara da burocracia lulista e não-lulista.

- Identificar a corresponsabilidade política do PT na situação atual sem perder o horizonte mais geral dos ataques da classe dominante.

- Atuar para aglutinar os setores independentes e para criar uma organização que não seja a simples soma das organizações que já existem hoje, mas sim uma síntese superior.

### **Organização e Estrutura: Dar passos para unificar os lutadores**

Em que pese a importância do surgimento de organizações alternativas de vanguarda nas últimas décadas, como a CSP, a superação do atraso na conformação de organizações independentes, combativas e democráticas passa, também, pela própria experiência histórica das massas com a direção histórica do movimento (no governo e na luta de classes).

Essa experiência foi em grande medida interrompida e/ou mediada pela ofensiva reacionária vivida nos últimos anos. Ou seja, não pode se fazer até o final devido à ofensiva reacionária, o lulismo ressurgiu como alternativa na ausência de uma direção à esquerda em condições de dirigir o movimento de massas. Isso não significa que não tenha avançado o desgaste da velha burocracia lulista ou que não se tenha mais espaço para a construção de organizações de massas dirigidas pela esquerda. Ao contrário disso, há um crescimento lento, mediado, difícil, mas real para a esquerda no movimento social como um todo, particularmente em alguns setores, mas que para ser aproveitado precisamos dar passos concretos no processo de reorganização.

Desta forma, não se pode pensar em um enfrentamento massivo, democrático e continuado aos ataques dos patrões e do governo sem se apoiar nas organizações do movimento que estão postas hoje, por um lado, e sem pensar em um caminho de reorganização apoiado nas organizações independentes e combativas que estão se construindo como alternativa ao lulismo, por outro lado.

Hoje temos ao menos três grandes nucleações de ativistas que tem grandes contingentes independentes: juventude, mulheres e LGBTs+. Apesar do seu patrimônio político fundamental, a CSP tem dificuldades em dar conta dos desafios de organização desses setores do movimento sem se associar com outras expressões independentes da reorganização da mesma.

Assim, propomos:

- Superar o hegemonismo carente de materialidade que tem sido característica da direção majoritária da central, só assim poderemos atuar para retroceder a tendência à dispersão das organizações independentes surgidas a partir da experiência com o lulismo.
- Retomar as discussões com a(s) Intersindical com o objetivo de buscar a unidade que começou a ser desenhada no Conclat de Santos, e foi interrompida pelo hegemonismo apontado acima, para que possamos avançar nas discussões e organização com outros setores, como a Frente Povo Sem Medo e outros.
- Que essa reaproximação seja fruto de um processo de organização vertical das centrais, estabelecendo ações práticas conjuntas em todas as instâncias (nacional, regional e local), criando fóruns conjuntos com as organizações independentes de jovens, mulheres e LGBT.
- Abertura imediatamente da discussão para convocar um Encontro Nacional de Entidades e Lutadores, com o objetivo central de tirar um plano de ação e retomar as discussões para a reunificação dos setores independentes do movimento.

**Assinaturas:** Alexandro Rodrigues de Brito (Oposição Apeoesp), Andreia Silva (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC-SintufABC), Antonio Carlos Soler Notário, Cristiana

Maria de Oliveira Lima e Cristiane Venâncio (Oposição Apeoesp), Débora Figueiredo (Oposição Sindest Santos), Enrico Bigotto (Oposição DCE-USP), Gabriel Manhães Barreto (AssIBGE), Guilherme Ventorin von Zeidler (Oposição DCE-USP), José Roberto Silva (Oposição Sindest Santos), Juliana de Magalhães (Oposição Sindest Santos), Katia da Paixão Leal (Oposição Apeoesp), Loreta Wenzel e Luciano de Amorim Mathias Filho (Oposição DCE-USP), Márcio Cândido (Oposição Sintunifesp), Marcos Aurélio Vadir Teixeira (Oposição Apeoesp), Martin Torres Castro (Oposição DCE-USP), Maurício dos Santos (Oposição Apeoesp), Naiara Vieira (Oposição Sindserv Santo André), Pedro Paulo Abreu, Rafaela Pitombo e Renato Assad (Oposição DCE-USP), Roberto Borges (Oposição Apeoesp), Roberto Vieira (Oposição Sindserv Santo André), Rosimeire dos Santos Delmiro (Vermelhas - Movimento Feminista), Sara Vieira - Oposição SINDSERV SÃO BERNARDO DO CAMPO, Selma Miriam Oliveira - Oposição SintUnifesp), Severino Felix (Oposição Apeoesp), Sueli Alves (Oposição Sindserv São B. do Campo), Thalita Helena Diniz de Moraes (Oposição DCE-USP), Thiago Pereira Rodrigues (Oposição Apeoesp), Valéria Lozar Uliam (Oposição Sindserv São B. do Campo), Vitor Rago (Oposição DCE-USP).

## **5) CONTRIBUIÇÃO DA UNIDOS PRA LUTAR AO 4º CONGRESSO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS**

Apresentação: **Unidos pra Lutar, Coletivo Feminista Marielle Vive e independentes**

**Conjuntura internacional: Uma crise econômica insuperável, uma crise política inédita, uma crise social impressionante e uma crise ambiental sem precedentes, que faz aumentar a polarização social mundial.**

Os acontecimentos dos últimos anos que cruzam a situação mundial são: a crise do capitalismo e as revoluções do século XXI. A crise do capitalismo implica em um agravamento do desenvolvimento de destruição das forças produtivas. Na crise está envolvida uma enorme quantidade de capitais de trilhões de dólares, equivalente a 10 vezes o PIB global;

Existem, por sua vez, entre 4 e 5 bilhões de pessoas, dois terços da população do planeta na pobreza, cuja situação se agrava dia a dia. Nunca na história da humanidade houve semelhante quantidade de pessoas sofrendo essas condições em termos absolutos. No outro extremo, os 20 maiores milionários da lista da revista Forbes concentram uma riqueza calculada em US\$ 109,5 bilhões.

A destruição da natureza, decorrente do dano ambiental que as corporações produzem com o desmatamento indiscriminado, a pesca comercial, a destruição de fontes de água, a exploração de recursos energéticos não renováveis, o manejo de rejeitos químicos, o despejo de resíduo nos rios e mares, a destruição de ecossistemas, a emissão indiscriminada de gases poluentes que produzem o efeito estufa e a poluição industrial e dos transportes nas cidades, põem o planeta e a humanidade frente a uma

encruzilhada: um retrocesso histórico que leve o mundo à barbárie e à destruição ou à derrota do capitalismo para salvar a humanidade

O processo de desenvolvimento das forças destrutivas inclui a produção de armamentos, no Complexo Militar - Industrial dos Estados Unidos, o Pentágono e o arsenal atômico que continuam sendo uma ameaça para a humanidade, assim como em Israel, Rússia e outros países; Há uma crise histórica do crédito e do dinheiro, expressa no colapso das taxas de juros. Há um retrocesso do comércio mundial, do preço das commodities, do petróleo e da velocidade da circulação de dinheiro. Há uma quebra generalizada de grandes empresas e de estados, cujas dívidas alcançam níveis insustentáveis e inclui, pela primeira vez na história, todos os estados imperialistas.

A crise econômica mundial se encontra à beira da recessão, sem perspectivas de recuperação em curto período.

A quebra generalizada das Corporações Multinacionais em 2007 obrigou os governos dos países imperialistas a fazer uma operação econômica única na história e altamente arriscada: os resgates, que constituem em uma injeção de dinheiro público nas Corporações Multinacionais, nesse caso, entre 50 e 60 trilhões de dólares.

Embora essa operação tenha permitido às multinacionais superarem a falência em curto prazo, os resgates, aumentaram e aceleraram as contradições históricas e atuais do capitalismo e que a inflação, falência, déficits, dívidas, guerras comerciais, crises monetárias, recessão, queda dos preços de metais e commodities, etc. são expressões deste agravamento.

Essa crise tem produzido um grau de polarização no cenário mundial nunca antes visto. É preciso estabelecer uma caracterização da crise do capitalismo para conhecer sua dinâmica e perspectiva. Essa crise pode alcançar uma duração de 30 anos, terá picos de recuperação e de queda, novos episódios agudos como em 2007 ou como no crack de Wall Street no século XX, que foi um pico agudo de uma crise que durou de 1912 a 1945. Esses 33 anos de crise foram produto do esgotamento dos monopólios e, no transcurso dessa crise, foram desencadeadas a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais; a Revolução Russa; a 1ª e 2ª Revolução Alemã; a Revolução Espanhola; a ascensão e queda do fascismo, entre outros acontecimentos históricos. Uma crise similar ocorreu entre os anos de 1966 e 1982, durante o qual o capitalismo atravessou uma forte perturbação do processo de reprodução ampliada, provocada pelo esgotamento das multinacionais, que se manifestou na forma de uma crise crônica. Durante essa crise de 1966 a 1982, ocorreu o Maio Francês; a Revolução dos Cravos em Portugal; as Revoluções Iraniana, Nicaraguense e Salvadorenha, entre outras.

Por um lado, enquanto a crise anterior vinha da periferia para o centro, a atual vai do centro para a periferia, isto é, começou nos Estados Unidos, se espalhou para Europa, depois para os chamados Emergentes e depois para os países pobres, ela é produto também do esgotamento das Corporações Multinacionais.



O capitalismo só pode sair desta crise através de uma violenta queima de capital, como a que ocorreu na 2ª Guerra Mundial. As Corporações Multinacionais possuem um acúmulo de capital em uma escala tão grande, que a queima de capital necessária para resolver a crise alcança proporções históricas. O imperialismo tentou essa queima de capitais com as invasões do Iraque e do Afeganistão, mas sua derrota precipitou a quebradeira de 2007.

Há setores e correntes que atuam no movimento sindical, popular e estudantil que defendem, com uma visão completamente equivocada, de que é possível sair da crise através de uma via evolutiva, aumentando a exploração, colonizando novas regiões ou encontrando novos produtos mediante a tecnologia. Esta visão economicista e evolutiva não tem nenhuma relação com a realidade. Desde 2007 e, ao longo dos últimos anos a exploração vem aumentando, o imperialismo avança na recolonização, tem surgido toda classe de novas tecnologias e produtos, mas o capitalismo não apenas não saiu da crise, como essa crise tem se agravado. Todos esses elementos que se supõe serem necessários para superar a crise já ocorreram, mas a taxa de lucro continua caindo, não há um ciclo de investimentos e está aberta a perspectiva de uma recessão global.

A crise capitalista liquida a visão de quem sustenta a existência de uma “derrota histórica” do proletariado e do povo pobre, já que uma crise capitalista desta magnitude jamais pode ser o produto de uma “derrota”. Estão também equivocados aqueles que adotam com teoria a crise do “ciclo econômico” ou das “longas ondas”, porque assim como a primeira teoria, introduz uma visão parcial de análise da economia política.

Para superar sua crise atual, sabemos que o capitalismo deverá queimar capital promovendo guerra e contrarrevoluções, perspectiva na qual já estamos imersos, por isso temos que nos preparar para uma realidade de maior instabilidade.

A ofensiva mundial do imperialismo prevê um agravamento global das condições sociais e de vida, provocará uma agudização de todas as contradições políticas e econômicas e, constitui um esporão que desencadeia a mobilização das massas em todo o mundo. A massa trabalhadora e o povo pobre, de homens e mulheres, setores excluídos e discriminados da sociedade capitalista se mobilizam em todo o mundo e começam a responder com greves e mobilizações que atravessam os Estados Unidos, Europa, Japão, China e os países atrasados.

Desde 2007 vivemos uma situação mundial mais favorável para a luta dos trabalhadores em nível mundial, e que coloca a classe trabalhadora e as massas das grandes cidades no centro do processo de luta e enfrentamento contra os planos de ajuste, austeridade e retirada de direitos.

Como esse processo é desigual e combinado, não é linear, nem todos os países estão cruzados por essa situação, pode ser que existam países ou regiões em situação reacionária, mas tudo está no marco de um forte traço que aponta a caracterização da situação atual em seu conjunto.

O impacto desigual e combinado da crise capitalista provoca mudanças na situação de países e regiões e restam poucos países cuja característica central seja a de “estabilidade”. As mobilizações ocorridas na

América Latina, nos Estados Unidos, na Europa, no Oriente Médio, na África e nos gigantes Asiáticos, longe de serem uma fotografia do passado, nos mostram o início de um filme que nos colocar diante da possibilidade real de superar a crise, desgastes das direções traidoras e construir nesses processos de luta uma nova direção para o movimento de massas em nível mundial.

Diante de tal contexto, propomos:

- Apoio e solidariedade a todas as lutas e mobilizações dos trabalhadores, do povo pobre e setores excluídos em nível mundial por emprego, salário, saúde, habitação, terra, educação e serviços públicos gratuitos e com qualidade! Contra os planos de ajustes fiscais e austeridades, dinheiro público somente para serviços públicos! Contra as privatizações!
- Pelo não pagamento das dívidas externas e internas!
- Prisão para corruptos e corruptores! Confisco de bens!
- Apoio à luta do povo palestino, do povo kurdo e de todos os povos e nacionalidades oprimidas!
- Todo apoio aos trabalhadores imigrantes, pelo livre direito de ir e vir!
- Todo apoio às lutas e mobilizações em defesa do meio ambiente, das populações tradicionais e dos povos originários!
- Todo apoio a luta das mulheres pobres e trabalhadoras contra a opressão e a exploração.
- Por governos dos trabalhadores, sem patrões e opressores. Pelo Socialismo com Democracia Operária!

### **Conjuntura Nacional: O Brasil não está descolado da crise mundial**

Em 2018 completou-se uma década do início da atual crise econômica. Os planos de ajuste fiscal, que se traduzem na política de retirar direitos e conquistas sociais, flexibilizar leis trabalhistas, arrochar salários, fazer privatizações (inclusive de recursos naturais) destruir os serviços públicos, investir massivamente dinheiro público na iniciativa privada, pela via da renúncia fiscal, foi no passado recente a política privilegiada dos governos do PT, passando por Temer (MDB) agora se aprofunda no governo ultrarreacionário de Jair Bolsonaro (PSL) que tem o objetivo de fazer com que os trabalhadores e o povo pobre paguem o ônus da crise.

Essa crise econômica está longe de terminar como bem revelam as projeções de crescimento econômico pífio realizado pela equipe econômica do governo, instituições financeiras e a agências de risco.

A dívida pública brasileira vem aumentando de forma significativa drenando assim para os cofres dos banqueiros e da agiotagem internacional mais da metade do PIB brasileiro.

Produto direto da crise econômica, vem se aprofundando uma brutal crise social com o aumento do endividamento das famílias, de desempregados, precarização das relações de trabalho, arrocho salarial, aumento da violência (em especial contra as mulheres e pobres da periferia) a destruição da saúde e educação através de sucessivos cortes orçamentários.

Vivemos, também, uma crise ambiental sem precedentes em nossa história, que se expressou nos ecocídios de Mariana e Brumadinhos (MG) e deu um salto de qualidade no último período em

decorrência das queimadas de nossas florestas por madeireiras e empresas ligadas à mineração, levando a destruição de nossa biodiversidade e o aumento da poluição.

A consequência direta dos ataques ao meio ambiente por parte do atual governo é o principal fator que tem levado as crises hídricas que vivemos em várias regiões do país.

Com objetivo de privilegiar o agronegócio o atual governo tem protagonizado um aumento vertiginoso da utilização de agrotóxicos prejudiciais à população.

Com o objetivo de privilegiar as mineradoras e o garimpo ilegal o governo Bolsonaro incentiva a ocupação ilegal e a violência contra índios, quilombolas e demais populações tradicionais.

Por defender uma pauta retrograda e conservadora nos costumes, o governo Bolsonaro vem incentivando e atacando os direitos das mulheres trabalhadoras, dos negros e da comunidade LGBT.

Com as denúncias de envolvimento de membros da família do presidente com milicianos que estariam diretamente envolvidos no assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e de seu motorista Anderson, o caso Queiroz, o laranjal do PSL, as denúncias envolvendo corrupção, tráfico de influência, nepotismo, bem como, a publicação de diálogos da força tarefa da lava jato, mais conhecida como Vaza-Jato, envolvendo o poderoso ex-Juiz Sergio Moro, e atual ministro fantoche, revelados por Intercept Brasil, fez aumentar a crise política que corrói o país, bem como as instituições do regime de democracia burguesa dos ricos e poderosos. No sentido de enfrentar toda essa situação de contra ofensiva política e econômica por parte do governo laçao da burguesia nacional e do imperialismo, em especial o norte americano, os trabalhadores tem protagonizado processos importantes de luta e mobilização.

Esses processos de enfrentamento tiveram seu ponto alto, com os trabalhadores em educação e a juventude em sua vanguarda, nas mobilizações do dia 15 e 30 de maio e na greve geral, mesmo que parcial, ocorrida em 14 de junho.

Essas lutas e mobilizações de trabalhadores/as, juventude, são lutas que procuram manter direitos e ampliar conquistas, sejam elas econômicas e sociais. São lutas e mobilizações pelos direitos das mulheres, contra a homofobia, o racismo, em defesa do meio ambiente e por ampliação das liberdades democráticas.

Assim, propomos:

- Unificar todas as lutas e mobilizações contra o governo Bolsonaro e o ajuste fiscal.
- Não pagamento da dívida pública.
- Por um plano econômico alternativo que tire o país da crise sob a ótica dos trabalhadores e do povo pobre.
- Contra o desemprego: redução da jornada de trabalho, sem redução de salários; trabalhar menos para que todos possam trabalhar; plano de obras públicas e sociais com controle de usuários para absorver desempregados; frentes de trabalho social para criar empregos, em especial na juventude como mecanismo de combater a violência.

- Reajuste geral de salários que reponha a inflação real existente; Piso Salarial Nacional do DIESSE para todas as categorias profissionais; anulação de todas as dívidas contraídas junto as instituições financeiras e de crédito.

- 10% do PIB para a Educação Pública. Reforma das escolas e ampliação dos espaços pedagógicos; contra a lei da mordaza (Escola Sem Partido), pelo livre direito de cátedra; gestão democrática nas escolas, concurso público com contrato, estável com o objetivo de eliminar o atual déficit de vagas no setor.

- Contra a Militarização das escolas públicas.

- 10% do PIB para Saúde Pública. Pelo pagamento imediato e reajuste salarial de todas as funções; reforma e ampliação de hospitais e postos de saúde pública; concurso público com contrato estável com o objetivo de eliminar o atual déficit de vagas no setor.

- Contra a especulação imobiliária, reforma urbana com a construção de casas populares subsidiadas por bancos públicos. Regularização e infraestrutura necessária de todas as ocupações urbanas. Congelamento imediato de todas as tarifas de água, luz, telefone, gás, pedágio, internet e TV a cabo.

Reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores. Demarcação de todas as terras indígenas e áreas quilombolas. Abaixo a grilagem de terra, pelo fim do agronegócio, contra a monocultura, incentivo a agroecologia como modelo padrão de produção de alimentos. Contra os grandes projetos, em especial na Amazônia, reestatização da empresa Vale (antiga Vale do Rio Doce) sem indenização e sob o controle dos trabalhadores e representantes das populações atingidas por crimes ambientais.

Por um transporte público eficiente. Reestatização e municipalização de todo sistema de transporte rodoviário de massas. Fim dos pedágios, congelamento dos combustíveis. Por um sistema de transporte que privilegie a população em geral e não individual.

Prisão para corruptos e corruptores. Confisco de bens. Expropriação de todas as empresas envolvidas em corrupção.

Por um governo dos trabalhadores/as e do povo pobre.

Pelo Socialismo com Democracia Operária.

### **Opressões - Feminismo classista: organizar as mulheres trabalhadoras para derrotar o capitalismo e o patriarcado**

Com a abertura da mais profunda crise do sistema capitalista, em 2008, um fenômeno determinante para o enfrentamento desta crise se inaugurou: a unidade da classe trabalhadora em nível global, entre trabalhador@s de países pobres e países ricos. A classe de conjunto tenta enfrentar as mazelas de um sistema decadente e totalmente desigual, reagindo com lutas, greves e manifestações por todo o planeta.

A burguesia quer sair da aguda crise sem abrir mão de sua margem de lucro, repassando a conta para @s trabalhador@s e para @s mais pobres, através de planos de ajuste fiscal, gerando desemprego,

precarização das relações de trabalho, fazendo aumentar a violência e destruindo a saúde, educação e também o meio ambiente.

Essa crise criou uma enorme polarização social, onde @s de baixo não aceitam mais viver como escrav@s de seus governos e dos patrões, que vivem no andar de cima. Para enfrentar os ajustes fiscais, @s trabalhador@s e o povo pobre têm protagonizado fortes lutas, mobilizações e greves gerais.

As lutas da classe trabalhadora se acirram no mundo capitalista provocando enorme instabilidade em seus governos. Neste marco, a mobilização das mulheres trabalhadoras, numa terceira onda de forte enfrentamento aos valores instituídos pelo patriarcado, de opressão e de exploração capitalista, têm ressaltado no protagonismo da luta das mulheres por direitos sociais, políticos e econômicos.

Diante de tal acirramento da luta de classes, desde a greve mundial de mulheres em 2017 vimos no Brasil que as mobilizações do 8M potencializaram as lutas que derrotaram parte do ajuste fiscal de Michel Temer, como a votação da Reforma da Previdência. A classe trabalhadora saiu a lutar com a Greve Geral em abril e o Ocupe Brasília em maio.

As desigualdades sociais, econômicas e políticas, próprias do capitalismo, são muito mais cruéis em relação às mulheres, principalmente às mulheres negras, LGBTs e indígenas.

Somos a maioria entre a população economicamente ativa e, mesmo tendo maior escolaridade, ganhamos em média 68% menos que os homens para exercer a mesma função. Somente 38% dos cargos de direção (no poder público e privado) são ocupados por mulheres. E somos maioria na informalidade e entre @s desempregad@s.

Os dados de violência contra as mulheres são alarmantes, junto com o controle econômico, essa violência transforma-se em mais um instrumento de domínio e superexploração do capital sobre mais da metade da população.

O Brasil é campeão em assassinatos de LGBTs no mundo, 1 pessoa LGBT morre a cada 25 horas. Estas mortes também estão associadas à violência de gênero, à lgbtfofia e ao machismo, que combatemos.

No Brasil, o papel cumprido pelas trabalhadoras é fundamental nas recentes lutas contra as reformas trabalhista e previdenciária. Não podemos ter ilusões, somente a nossa luta foi capaz de barrar a Reforma da Previdência de Temer, e somente ela será capaz de derrotar a de Bolsonaro.

As mulheres são as mais atacadas e mais precarizadas pelo Capital, mas a pauta é da classe trabalhadora, não há um direito que se conquiste que não contemple as necessidades de sobrevivência e de trabalho de homens e mulheres conjuntamente.

Somente com a organização da luta das mulheres da classe trabalhadora, ombro a ombro aos homens de sua classe, é que derrotaremos o capitalismo e o patriarcado.

Assim, defendemos:

- Que a CSP-Conlutas seja um polo organizador d@s lutador@s da classe trabalhadora que também estão sob a mira da opressão.

- A imediata revogação da reforma Trabalhista e da Lei das Amplas Terceirizações, que atingem principalmente as mulheres.
- Igualdade de direitos e de salários entre mulheres e homens.
- Educação pública, gratuita e de qualidade para tod@s, sem discriminação de gênero e sexismo.
- Acesso igualitário para as mulheres à programas de aprendizagem em diversas profissões.
- Contra a violência social e no lar. Chega de feminicídio!
- Liberdade afetiva, reprodutiva e sexual feminina!
- Contra a cultura do estupro! Pelo fim da objetificação do corpo feminino.
- Legalização do aborto! Pelo direito de decidir sobre seu corpo e sua vida.
- Contra todas as formas de discriminação (racial, étnica, social, afetiva, religiosa, cultural, linguística e econômica).
- O livre direito de amar! Contra a LGBTfobia. Em favor da vida das travestis e transexuais.
- Garantia de igualdade jurídica para a população LGBT.
- Garantia do direito à autodeterminação da identidade de gênero.
- Autodeterminação para todas as nações oprimidas.
- Demarcação de todas as terras indígenas e quilombolas, já!
- Coletivização do trabalho doméstico, da cozinha e de educação das crianças.
- Creches gratuitas em tempo integral, que sejam financiadas pelos patrões e o governo, administradas pela comunidade.
- Acesso universal a programas de saúde para mulheres de todas as idades. Por cuidado pré-natal e parto humanizado e de qualidade, oferecido amplamente pelo SUS.
- Pela erradicação da exploração infantil!
- Por direito a pleno emprego, com salários dignos para que a mulher não necessite utilizar seu corpo como mercadoria.
- Aplicar a paridade de gênero nas instâncias de direção da Central.
- Garantia de creches e apoio nas atividades de nossa central.

### **Plano de ação: Organizar a CSP-Conlutas para disputar a direção do movimento se massas no país**

Existe uma grande e grave crise de direção no movimento sindical brasileiro. Essa crise de representação ocorre devido à política desastrosa das centrais sindicais oficiais, da maioria das confederações, federações e sindicatos do país por privilegiar os acordos e pactos com os governos e os patrões.

Essa política foi expressada na votação da reforma da previdência de Bolsonaro/Guedes na Câmara dos Deputados, quando se privilegiou negociar pontos da reforma. A mesma foi aprovada sem nenhuma manifestação nacional, a exceção da CSP-Conlutas e suas entidades, ainda que de forma minoritária.

Desde o governo Lula, passando por Dilma e Temer, agora no governo Bolsonaro/Mourão, o centro da direção oficial do movimento sindical brasileiro, alimentado com as cifras astronômicas do imposto

sindical e outras formas de financiamento de suas burocracias sindicais, tem sido praticar uma espécie de sindicalismo sofisticado de resultados, que privilegia a negociação e as ações judiciais em detrimento da luta, mobilização e o enfrentamento contra os governos e os patrões.

Esse processo de desgaste das direções junto as suas bases, acompanhada do aparecimento de uma nova camada de lutadores, uma jovem vanguarda, fez explodir nos últimos anos, nas mais distintas categorias e frentes de atuação, uma série de mobilizações importantes que poderiam/podem se converter na matéria prima com a qual nossa Central deve procurar dialogar e representar em todos os conflitos sejam eles políticos, econômicos, sociais, juvenis, ambientais, contra a opressão e a exploração.

Essa nova camada de lutadores políticos e sociais é o que de melhor podemos nos apoiar como central sindical e popular para ajudar desde baixo, do chão de fábricas, escolas, etc., nas categorias e movimentos sociais a construir uma nova direção para a classe trabalhadora brasileira. É uma jovem vanguarda lutadora, ainda pouco educada no classismo e antiburocrática.

Esses novos ativistas estiveram presentes: 1) Em 2011 nas greves dos operários de Jirau e Santo Antônio e das obras do PAC, contra a comissão tripartite do governo que resultou em demissões; 2) Em 2012, na histórica greve do funcionalismo público federal, rejeitando o acordo burocrático de reajuste tri-anual feito por suas direções; 3) Foi a ponta de lança das jornadas de junho de 2013, mesmo quando alguns insistiam em fazer blocos vermelhos com as burocracias de plantão, o mesmo correu nas manifestações contra a copa da Fifa; 4) Foi a responsável pela histórica greve dos trabalhadores em educação pelo Piso Salarial Nacional da Categoria que ocorreu em mais de 15 estados em 2014; 5) foi protagonista do maior ciclo de greves já verificado no país em 2015/2016; 6) Em 2017 protagonizou o 8 de março (greve mundial das mulheres) e a maior greve geral da história de nosso país e o Ocupe Brasília; 7) Em 2018 também esteve presente na greve dos servidores de São Paulo contra o SampaPrev, na greve dos Caminhoneiros, nas mobilizações pelo #EleNão #EleNunca e no movimento vira voto contra Bolsonaro; 8) Já no ano de 2019 voltou à carga com as jornadas de maio, na greve geral, mesmo que parcial, e mais recentemente nas mobilizações contra as queimadas na Amazônia e em defesa do meio ambiente.

Infelizmente, pese os esforços das entidades de base de nossa Central, a mesma não tem conseguido, devido a uma política de zig-zag de sua direção, muitas vezes de “frentismo” e não de unidade/enfrentamento com as centrais sindicais oficiais, aproveitar essa fértil situação.

O desafio que está sendo colocado é: intervir e apoiar as lutas contra o governo e os patrões; destruir politicamente as burocracias sindicais oficiais, que são a sífilis que de dentro do movimento da classe trabalhadora brasileira trai todas as lutas; acreditar que é possível com trabalho paciente, na base das categorias e do movimento social, se apoiando na nova vanguarda lutadora do país, empurrar para frente um movimento de construção de um polo classista político e social, que desbanque qualquer tentativa de estrangular pela esquerda o fortalecimento da CSP-Conlutas como alternativa e parte da construção de uma nova direção sindical e popular para os trabalhadores/as brasileiros.

Assim, propomos:

- Que a CSP-Conlutas oriente todas as suas entidades a participar, prestar solidariedade, a todas as lutas que sejam possíveis contra os governos e os patrões e a aplicação do ajuste fiscal, independente do setor que a dirija. A melhor forma de ganhar autoridade entre os/as trabalhadores/as é participando e ajudando desde baixo suas lutas, muitas delas rebeldes inclusive contra suas direções.
- Abaixo as burocracias sindicais e o sindicalismo de resultado que em vez de privilegiar as ações dos trabalhadores tem como centro as negociações com os governos e os patrões.
- Que a CSP-Conlutas participe e impulsione a construção de fóruns estaduais e nacionais de lutas, frente única classista e unitária que dispute em cada luta e mobilização a direção do movimento.
- Que a CSP-Conlutas oriente no próximo período, onde seja possível, a construção de chapas unitárias para enfrentar as burocracias sindicais oficiais.

### **Balanco: Construir uma nova direção para a classe trabalhadora brasileira e o povo pobre**

O censo político de nossa central é a expressão na diminuição de seu tamanho e também do peso político na realidade nacional.

A crise política interna em que a CSP-Conlutas está mergulhada é resultado de anos de imposição de uma orientação nacional equivocada, de sua direção, que não condizia com a realidade política do país e do movimento de massas, uma orientação que muitas vezes procurava somente a disputa dos aparatos, uma visualização superestrutural na conjuntura do país, o que nos fez chegar de conjunto a uma situação atual de perda de iniciativas políticas com fortíssimos elementos de paralisia.

No mesmo sentido as resistências internas que ocorreram não tiveram como centro a disputa política saudável na base das entidades da CSP-Conlutas, muito menos na base sindical das centrais sindicais oficiais que nos permitisse uma oxigenação desde baixo da atual estrutura de funcionamento e tomada de decisões da Central, ao contrário, ao tentar “desinflamar” artificialmente o balão da CSP-Conlutas para encher outro ou outros com mais gás, se tornaram cúmplices objetivamente da tarefa de enfraquecer o único pólo classista e de esquerda surgido nos últimos anos, que nem o lulismo, muito menos as mais distintas burocracias e governos, conseguiram fazer.

É necessário hierarquizar a estratégia de construir uma nova direção para a classe trabalhadora brasileira, perseguindo formas organizativas e de representação real no seio do movimento de massas de nosso país. Seguir em outras direções, perseguindo atalhos para uma melhor localização em superestruturas, sem dar as devidas batalhas políticas no interior da central, é sem dúvida, abandonar o campo de disputa em meio ao jogo que está sendo jogado, ou melhor, disputado.

Por outro lado, a CSP-Conlutas, não pode ser um refúgio para acomodar interesses, ela somente tem razão de existir se faz jus à sua natureza, a de disputar com ousadia e de forma determinada a direção do movimento de massas no país.

Assim, propomos:



- Que a CSP-Conlutas organize, se apoiando nas entidades de base, escolas de formação política e sindical nos estados e regiões.
- Organize seminários estaduais para discutir e debater a construção de um polo político e social, que impulse a construção de uma plenária nacional aberta da classe trabalhadora para enfrentar o governo Bolsonaro/Mourão.

### **Estatuto: Reformulação estatutária para adequar as formas de organização, os critérios de representação e funcionamento à realidade da CSP-Conlutas, com intencionalidade de avançar no processo democrático**

Dentre os problemas de funcionamento está o caso da comissão finanças, que pouco funcionou, temos uma situação pouco clara para aferir a real situação das entidades filiadas sobre atuação, base social, pagamentos, etc. Também é o caso das liberações, viagens e apoios a chapas sindicais onde nem sempre pesam critérios objetivos ou debates feitos com a suficiente democracia.

Temos uma crise financeira crescente e ataque as entidades de luta, que dificultam seu financiamento da Central, fato que teve eco no processo congressual, onde foram reduzidas taxas e outros gastos para manter o espírito de participação e luta, mas ainda é insuficiente.

Os artigos 22, 23 e 24 do Estatuto que se referem a critérios, revogabilidade e substituição de membros da SEN, possuem escritas confusas e contraditórias. Os representantes das entidades na Coordenação são definidos exclusivamente pela direção da entidade filiada. Já no caso da SEN, no caso de eleição por chapa, há também uma representação política e proporcional, produto da eleição de cada chapa. Nesse sentido é necessário evitar qualquer substituição por diferenças políticas.

Há casos omissos ou pouco objetivos tanto no Estatuto quanto no regimento interno do Congresso em relação à duplicidade de votos ou representação no caso de militantes que atuam em vários movimentos ligados à CSP-Conlutas.

Assim propomos,

- Iniciar um amplo debate sobre mudanças estatutárias para adaptar o Estatuto a realidade da CSP-Conlutas.
- Alterar a redação dos artigos 22, 23 e 24 do Estatuto referidos à SEN, para que fique mais preciso que substituição de membro da SEN seja definida pela chapa que o elegeu, em caso de votação com mais de uma chapa. Em caso de revogação tomar o mesmo critério, a substituição pode ser preferencialmente de militante da mesma categoria, mas sempre com o aval da chapa que o elegeu.
- Incorporar no Estatuto que nos congressos quem participa de mais de 1 movimento ou sindicato deve optar por votar e ser votado, aos efeitos da escolha de delegados ao Congresso, em apenas 1 categoria ou movimento. Isto é, cada militante 1 voto, caso contrário ficaria configurada a duplicidade de voto.

**Assinaturas:** Unidos Pra Lutar – Tendência Sindical, Silvia Leticia da Luz (Coordenadora Geral do Sintepp Belém-PA e SEN da CSP-Conlutas), Nancy Galvão (Suplente da SEN da CSP-Conlutas), Neide

Solimões (Coordenadora Geral do Sintsep-PA), Alex Fernandes (Coordenador Geral do Sind. dos Metroviários de SP), Wellington Luiz Cabral (Sind. dos Químicos de SJC/SP e Executiva da Fetquim/SP), Maurício Matos (Direção da Fenamp e Movimento Xingu Vivo para Sempre), Alexandre Roldan (Direção do Sind. dos Metroviários de SP), Eduardo Pimentel (Executiva do Sintsep-PA), Waldir Brito (Executiva do Sintsep-PA), Paulo Sérgio da Silva (Subsede do Sintepp Concórdia/PA), Erlen Medeiros (Subsede do Sintepp Salvaterra/PA), Reginaldo Reis (Sub-Sede Sintepp Baião/PA), Marcelo Diniz (Regional Metropolitana do Sintepp/PA), Miriam Sodré (Secretária geral do Sintepp Belém/PA), Carlos Alberto (Coordenador de Finanças do Sintepp Belém/PA), Angelo Balbino e Juliana de Freitas (Alternativa - Oposição de Esquerda dos Professores – Sinpro/DF), Cristiano Idaigoro Leite, Davi Paulo de Souza Jr. e Carlos Roberto de Souza, Luiz Eduardo Sanches, Luiz de Barros e Marcos dos Santos (Sind. dos Químicos de SJC/SP), Alexandre Lisboa (Direção Sindserv São Sebastião/SP), Julieta Lui (Subsede da Apeoesp São Carlos/SP), Mauricio Santos (Direção Estadual da Apeoesp/SP), Sergio Brito (Subsede da Apeoesp Taboão da Serra/SP), Hálisson Tenório (Secretário geral do Sintect-PE), Jane Neves (vice-presidente do Sintect-AM), Izabel Firmino e Sandra Guizan (Direção do Sintuff/RJ).

## **6) UNIR A CLASSE TRABALHADORA PARA DEFENDER OS DIREITOS, AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E COMBATER O NEOFASCISMO!**

Apresentação: **Resistência, Conspiração Socialista, Ruptura Socialista (Piauí) e Renovar**

“Na luta é que a gente se encontra

Salve os caboclos de julho. Quem foi de aço nos anos de Chumbo

Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marieles, Malês”.

(Samba enredo da Mangueira – Campeã em 2019)

### **Internacional**

Em 2008, a crise do mercado imobiliário nos EUA e a consequente crise da dívida no sul da Europa trouxeram novos impasses à reprodução do capital porque exauriu importantes reservas de valorização especulativa. Além do potencial esgotamento dos recursos naturais disponíveis para a produção de mercadorias, o mundo se vê diante dos limites da capacidade de reprodução especulativa do capital.

A perda de dinamismo da economia estadunidense e sua crescente crise social refletiram-se nas últimas eleições presidenciais nos EUA, quer pelo crescimento da candidatura Bernie Sanders, nas primárias do Partido Democrata, quer pela opção vitoriosa do ultradireitista Donald Trump. A política de Trump - explicitada no lema “A América em primeiro lugar” e suas consequências como o rechaço ao multilateralismo, evidenciado na retirada dos EUA do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas e no rompimento unilateral do tratado nuclear com o Irã - tem gerado tensões com seu principal aliado, a União Europeia.

Trump tem alimentado o crescimento da direita xenófoba, criando a cada dia maiores tensões com establishment dos principais países europeus, como França e Alemanha que há décadas são governados por um misto de acordos, consensos e alianças entre os sociais-democratas e a direita liberal.

Na América Latina, a crise de liderança dos EUA se reflete na disposição do imperialismo de impor aos governos da região à obediência servil. Esta orientação está por trás da ofensiva, tramada com as elites locais, que por meio de golpes parlamentares, campanhas mediáticas e manipulação da opinião pública, estilhaçaram os governos de frente popular e populistas como no Brasil, Argentina, Paraguai, Honduras, Equador, Chile e El Salvador.

A Venezuela vem sendo palco de incessantes ataques a sua soberania, a partir de tentativas de golpe de estado, promovidas por partidos da burguesia venezuelana com apoio dos EUA e de roubos de suas reservas em bancos internacionais, sob o olhar complacente dos governos de vários países submissos às políticas intervencionistas do imperialismo norte-americano. A ação contra nosso país vizinho sul-americano tem sido apoiada nos governos de direita e violadores de direitos de seus próprios povos, como Colômbia, Brasil e Argentina, além da conivência dos demais países agrupados no denominado Grupo de Lima. Tais ataques são justificados sob a pretensa “ilegitimidade” da eleição de Nicolás Maduro à presidência da República daquele país.

O governo eleito na Venezuela sofre tentativa de deposição por parte do imperialismo, notadamente o norte-americano, no intuito deste se apossar das riquezas naturais e dar fim ao processo de mobilizações populares - a chamada revolução bolivariana - que levaram ao estabelecimento da Venezuela como um estado ao largo dos interesses do imperialismo, com um projeto próprio de soberania e aproveitamento de suas riquezas, principalmente o petróleo. Embora não concordemos com todas as orientações políticas do atual governo venezuelano, inclusive sobre sua resposta a esses ataques, o que deve ficar claro é que se trata de ingerência e crimes cometidos pelo imperialismo para submeter uma nação aos seus interesses.

Distintamente da política de unidade de ação contra os ataques imperialistas, a atual direção majoritária da CSP-Conlutas, está defendendo uma política que se levada às últimas consequências, infelizmente, ajuda o triunfo dos interesses imperialista na Venezuela. Com isso, gostemos ou não, ela fortalece os governos neoliberais e de extrema-direita na América Latina, em especial o governo Bolsonaro. Abre caminho para que as forças reacionárias e imperialistas avancem e esmaguem uma ampla quantidade de organizações da esquerda, sejam reformistas ou revolucionários.

Portanto, o 4º Congresso da CSP-Conlutas deve defender:

- Que os ricos paguem pela crise.
- Combater o neofascismo e os governos de extrema-direita em todo o mundo.
- Defesa do clima contra a política capitalista de destruição do planeta.

Tirem as mãos da Venezuela! Todo apoio ao povo venezuelano contra a agressão imperialista.

Unidade dos trabalhadores em todo o mundo contra as políticas de ajuste do Imperialismo Norte-americano.

## Nacional

O governo Bolsonaro é o resultado da situação política aberta com a consolidação do golpe jurídico-parlamentar de 2016, a serviço do capital financeiro internacional para demolir direitos econômicos, políticos e sociais acumulados nas últimas décadas pelas lutas da classe trabalhadora brasileira.

A ascensão do projeto neofascista e ultraliberal de Bolsonaro é também parte de um fenômeno global, os governos neofascistas estão em ascensão em vários países do mundo como Trump (EUA), Modi (Índia), Orbán (Hungria), Erdogan (Turquia), Daesh (Estado Islâmico), Salvini (Itália), Duterte (Filipinas), em outros países temos governos semelhantes como Putin (Rússia), Israel (Netanyahu), Japão (Shinzō Abe), Áustria, Polônia, Birmânia, Colômbia e assim por diante. Em cada país a extrema-direita tem características próprias, mas em todos os lugares estão os ataques às minorias, aos imigrantes, as mulheres, aos LGBTQI+. A disseminação do ódio e a implementação das agendas neoliberais como os planos de austeridade é parte do pacote desses governos que são frutos da crise econômica internacional.

A necessidade de aumentar a extração de mais-valia da classe trabalhadora, o saque dos recursos naturais e a apropriação privada dos recursos públicos, levou ao capital financeiro e setores da burguesia do país a romper o pacto com o PT, que predominou nos governos petistas (2003-2014).

Em 2005, por exemplo, a crise do mensalão derrubou José Dirceu e Lula teve que ceder ministérios ao PMDB e ao PP. Dessa forma a oposição de direita não pediu impeachment e não houve manifestações de rua. Para manter a tão propalada “governabilidade”, a FIESP, a CNI e a FEBRABAN preferiram uma solução rápida para a crise do mensalão, segurando o ímpeto do PSDB. Com a participação crescente da direita no governo do PT, e já ciente do recado da burguesia sobre quem é que manda no país, Lula foi reeleito com 61% dos votos.

As grandes empreiteiras, o agronegócio e os banqueiros, estreitamente ligados à direita, mantinham assim o governo do PT sob controle, garantindo seu enriquecimento crescente e destinando à classe trabalhadora as políticas compensatórias (bolsa família e similares), que se tornaram permanentes, e ataques brutais aos direitos trabalhistas, bem como uma forte repressão a lutadores(as) do campo que se opunham aos interesses dos latifundiários e agroexportadores, e a criminalização dos movimentos sociais, que culminou com a absurda Lei 13.260/2016 que caracteriza manifestações sociais como terrorismo.

Os efeitos da crise econômica no país, que apareceram no segundo semestre de 2014, e a polarização política do processo eleitoral daquele ano, aos poucos criaram fissuras profundas entre o governo Dilma e a burguesia, que se apoiou no mal estar da classe média, na ruptura de parte da classe trabalhadora com o governo e no discurso anticorrupção, hipocritamente mobilizado pelos derrotados no processo eleitoral (no qual a Operação Lava Jato de Sérgio Moro cumpriu um papel fundamental), para através de um golpe jurídico-parlamentar tirar o PT e substituí-lo por outro governo burguês “puro sangue” com seus representantes históricos (MDB, PSDB, DEM), que poderia aplicar o projeto do capital financeiro de retirar os já poucos direitos sociais existentes, principalmente os conquistados na Constituição de 1988. Os antigos aliados de Lula e Dilma se apoiaram na crescente insatisfação popular para, junto com o vice-

presidente e o consórcio golpista, não apenas tirar Dilma, mas, acelerar o processo de criminalização do PT, e, conseqüentemente, dos setores da oposição de esquerda. Mais uma vez na história, como sempre denunciávamos a conciliação de classe não logrou êxito, a não ser para a burguesia

O governo golpista de Temer conseguiu avanços no projeto do capital financeiro: aprovou a reforma Trabalhista, a Lei de Terceirizações e a PEC do Teto dos Gastos, medidas que representam os interesses dos distintos setores da burguesia, financiadores do golpe. Também pautou a Reforma Previdenciária, que significaria um golpe duríssimo contra uma das principais conquistas na Constituição de 1988 e só não a aprovou devido à importante mobilização unitária das organizações da classe trabalhadora, que culminou na greve Geral de 2017, combinada com a crise política do governo envolvido em diversas denúncias de corrupção, ensejando a derrubada do governo.

O processo não se aprofundou pela divisão que se estabeleceu no movimento social do país: por um lado, uma parte das centrais sindicais defenderam a manutenção do governo tentando negociar a manutenção do imposto sindical e, por outro, pela estratégia da CUT e do PT de apostar no desgaste político de Temer, visando a eleição de Lula em 2018, numa sinalização à burguesia de que poderia ser uma saída confiável. Enquanto isso, a burguesia nacional e o capital financeiro deram sinalizações incontestes de sua disposição em atacar as liberdades democráticas: o assassinato de Marielle Franco pelas milícias do RJ, ainda não solucionado, e a prisão sem provas de Lula, são importantes exemplos.

A decisão da burguesia de romper o pacto com o PT a levou a colocar em marcha uma campanha política, apoiada na ala lavajatista para tirar Lula e o PT do páreo eleitoral, acreditando que com isso elegeria presidente, seu candidato preferencial: Geraldo Alckmin. As divisões burguesas, a ala mais vinculada aos partidos tradicionais da burguesia, afundados em denúncias de corrupção, e a ala da Operação Lava Jato com seus ataques às liberdades democráticas, combinada com o giro à extrema direita da classe média, deu espaço a um movimento com contornos fascizantes, que teve na figura do neofascista Jair Bolsonaro, sua principal expressão política, que corporificou o sentimento antipetista e antiesquerda tão difuso e alimentado nos últimos anos.

Os primeiros meses do governo Bolsonaro evidenciam a agenda de retrocessos que enfrentamos, no terreno econômico, dos direitos sociais e das liberdades democráticas. O aumento dos casos de feminicídio e o recrudescimento da repressão através do assassinato da população negra são expressões da barbárie bolsonarista.

Os números do Atlas da Violência de 2019 mostram que a política pós-golpe institucional acelerou o genocídio da população negra, se compararmos apenas a variação de 2016 para 2017. Enquanto o número de mortes brancas recuou, o de negros aumentou 7,2 %.

No campo, indígenas e quilombolas começaram a sofrer já nos primeiros dias após a vitória do neofascista Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais. Antes mesmo da posse, seu discurso praticamente autorizava a invasão de quilombos e reservas indígenas quando afirmava que “de agora em diante não haverá mais demarcação de terras para povos indígenas”. Como consequência, também se multiplicaram

os atentados a lideranças rurais e indígenas principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Além disso, em 2019, segundo dados do INPE e imagens da Nasa, se viu o aumento exponencial de queimadas em terras indígenas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Três fatos evidenciam a política eugenista que vem sendo implantada no país: o atentado sofrido pelo cacique Emyra Waiãpi no mês de agosto; a execução do músico negro Evaldo dos Santos e do catador de recicláveis Luciano Macedo com 80 tiros de armamento pesado do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro; e a execução, com seis tiros, de William Augusto da Silva, jovem que ficou conhecido como “O Sequestrador da Ponte”, por colocar como reféns um grupo de pessoas em um ônibus na ponte Rio-Niterói. Sem entrar no mérito se a polícia agiu certo ou não, a atitude do Governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel mostra que havia uma intenção de que mesmo se entregando o jovem, que sofria de depressão, não sairia vivo. Dessa forma se materializa, a política miliciana de execução sumária, do “bandido bom é bandido morto”.

Do ponto de vista econômico, além da política de rebaixamento do salário mínimo e da Reforma da Previdência, o governo mantém a política econômica de Temer através da EC 95 com seus impactos na saúde e educação, discute um plano de privatizações de empresas como a ECT, de partes estratégicas da Petrobrás e de parte dos bancos estatais, aponta para uma nova Reforma Trabalhista, que aprofundará os efeitos da reforma de Temer, aproximando o mercado de trabalho formal do que é a informalidade.

No terreno das liberdades democráticas os retrocessos são gigantes. A principal crise do governo até agora foi protagonizada pelo Ministro da Justiça, Sérgio Moro, com os vazamentos do jornal The Intercept Brasil, que demonstram o que é a Operação Lava Jato, a imparcialidade dos julgamentos de Moro e da atuação dos principais membros da Força Tarefa, demonstrando a ilegalidade de suas ações, como a prisão de Lula. Mas, além deste episódio, o governo Bolsonaro dá diversas manifestações de autoritarismo seja na sua relação com a imprensa, na censura imposta a servidores que divulgaram informações importantes sobre os dados do desmatamento no país, entre outros casos, e na atuação das forças de segurança em relação aos movimentos sociais ou qualquer manifestação contrária ao governo.

Apesar dos intentos autoritários bolsonaristas, a classe trabalhadora tem demonstrado reserva de energia para resistir aos ataques. O principal momento de resistência aos primeiros meses de governo, sem dúvidas, foi o Tsunami da Educação protagonizado pelos estudantes e trabalhadores em educação em 15 e 30 de maio e 13 de agosto, como resposta aos cortes orçamentários bilionários na educação aplicados pelo Ministério da Educação, nas universidades, institutos federais e na educação básica. A resistência à proposta de reforma da previdência, com a organização de um calendário de lutas importantes, também marcou esse início de governo e mobilizou trabalhadores e trabalhadoras por todo o país em defesa da aposentadoria e combatendo uma reforma que penaliza prioritariamente os mais pobres, as mulheres (as negras em particular).

Para responder aos desafios que o projeto do governo Bolsonaro impõe à classe trabalhadora há uma tarefa fundamental para a CSP- Conlutas: colocar toda sua energia militante a serviço de iniciativas que

fortaleçam a frente única das organizações da classe trabalhadora para defender os direitos sociais e as condições de vida das ameaças e retrocessos deste governo, bem como para construir a unidade na ação com os setores políticos e sociais que combatam os ataques e restrições às liberdades democráticas ainda existentes a fim de criar as condições para a derrota, nas ruas, deste governo inimigo dos trabalhadores.

Defendemos que o 4º Congresso da CSP- Conlutas aprove:

- Não à Reforma da Previdência de Bolsonaro e Guedes!
- Derrotar Bolsonaro nas ruas!
- Nenhum centavo a menos para a educação. Não ao Future-se!
- Barrar a venda das refinarias da Petrobrás, dos Correios e as privatizações em nível federal, estadual e municipal!
- Combater a pobreza, com aumento real do salário mínimo e dos programas sociais, e com fortes investimentos sociais em saúde e educação!
- Combater a farra dos bancos, com a redução dos juros, taxaço dos lucros e auditoria da dívida pública.
- Expropriação dos bens de todos políticos corruptos e empresas corruptoras;
- Quem mandou matar Marielle? Justiça para Marielle e Anderson!
- Defesa das liberdades democráticas, contra a prisão de Lula!
- Combater a extrema direita!
- Chega de violência à mulher! Por uma efetiva política pública de combate à violência contra a mulher!
- Basta de violência às LGBTQI+!
- Pela Frente Única dos trabalhadores para lutar! Unir as Centrais, sindicatos, Frentes, movimentos sociais e partidos de esquerda!

## Opressões

A classe trabalhadora encontra-se, em âmbito mundial, sob uma pesada artilharia do inimigo, o que, apesar das lutas de resistência, torna a vida no planeta marcada pela regressão e pela barbárie social.

Na vanguarda da resistência a está cruel ofensiva encontra-se, em âmbito mundial e nacional, o movimento de mulheres. Este processo possui bases objetivas, posto que se refere ao trabalho não pago, exercido em âmbito doméstico; ao rebaixamento geral de salários e à precarização dos serviços públicos; à luta contra a violência doméstica e contra o abuso sexual e a favor do direito ao aborto e por direitos iguais. Estas reivindicações dizem respeito à realidade da imensa maioria das mulheres brasileiras e, mais especialmente, das mulheres negras. Neste sentido, o avanço do movimento de mulheres é extremamente progressivo e coloca a necessidade de conectarmos nossa ação sindical com suas demandas.

A resistência a esta agenda segue na ordem do dia daquelas/es que querem minar as bases de sustentação das relações capitalistas e patriarcais. A Primavera feminista se expressa por todo o mundo em movimentos como o Nem Uma a Menos, em 2015, contra o feminicídio, a Marcha das Mulheres estadunidenses de 2016, que levou mais de um milhão de pessoas às ruas contra Donald Trump,

exigindo que respeite as mulheres, as minorias, os imigrantes e os direitos civis e o Maré Verde de 2018, movimento criado na luta pela legalização do aborto na Argentina, que se alastrou por países da América do Sul. Somam-se a estes, as Greves Internacionais de Mulheres, em 2018 e 2019, convocadas por feministas anticapitalistas como Angela Davis e Nancy Fraser, que inauguraram uma nova forma de fazer greve: de produção, de reprodução e do consumo. Sob o lema: “se nossas vidas não importam, que produzam sem nós”, reacendeu o 8 de março e levou centenas de milhares às ruas, paralisou categorias, internacionalizou e deu perfil de classe à agenda feminista.

No Brasil, nos insurgimos contra Eduardo Cunha e sua tentativa de restringir o atendimento às vítimas de estupro e o acesso a contraceptivos de emergência. Em 2015, Brasília foi palco da maior Marcha das Mulheres Negras da história do país; no Rio, a Marcha continuou ativa e chegou à sua quinta edição neste ano. Em 2017, o nosso 8M e uma potente paralisação nacional da educação (categoria majoritariamente feminina) antecederam uma forte Greve Geral, cem anos depois da primeira greve geral do país, que foi iniciada por mulheres. A vitória eleitoral de Bolsonaro não aconteceu sem a resistência das mulheres, que lotaram as ruas do país e de diversas cidades no mundo com o #ELENÃO. Essa força feminista tem levado um grande número de mulheres às ruas e precisa ser efetivamente assumida de forma prioritária pelo movimento sindical combativo e classista. É urgente o fortalecimento das demandas das mulheres nas pautas sindicais, a garantia, o incentivo e apoio à sua auto-organização e torna-se imperiosa a superação do machismo nas relações entre companheiros e companheiras nas entidades sindicais.

Para fazer frente à ofensiva reacionária, o movimento sindical, como parte do movimento social, deve impulsionar a Frente única da classe trabalhadora em torno às suas principais reivindicações, das quais as pautas feministas são uma parte importante e indissociável. Portanto, também deve ser parte das nossas aspirações à construção da Frente única dos movimentos de mulheres, que hoje estão na vanguarda da resistência ao governo Bolsonaro e às suas políticas.

Defendemos que o 4º Congresso da CSP- Conlutas aprove:

- Que a CSP- Conlutas incentive a construção de um Encontro Feminista e das Mulheres em Luta no Brasil, cuja convocatória e organização seja aberta ao conjunto do movimento, com o objetivo de debater um programa para o movimento de mulheres, bem como um calendário unificado de lutas feministas;
- Que a CSP-Conlutas estabeleça relações com os movimentos internacionais que organizaram greves de mulheres em distintos países e impulsione a Greve Internacional de Mulheres no Brasil, tomando iniciativas concretas, desde suas entidades, para que esta ocorra. Neste sentido, deve orientar os sindicatos e movimentos filiados à central para que debatam e, onde possível, aprovelem greve de suas categorias no próximo 8 de março. Onde não for possível realizar a greve, propor que sejam organizadas atividades nos locais de trabalho durante o expediente, como rodas de conversa, paralisações parciais, panfletagens, etc.
- A reafirmação da cota de 50% de mulheres na Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas e o cumprimento da proporção de mulheres da categoria nas direções dos sindicatos filiados à central.



## Plano de ação

A aprovação, no governo Temer, da reforma trabalhista e da terceirização irrestrita tenta estabelecer a estrutura jurídica do trabalho desregulamentado, precarizado, fragmentado e desprotegido que já vinha sendo implantando, desde a década de 1990, pela chamada reestruturação produtiva neoliberal. Desse ponto de vista, a reforma trabalhista é a estrutura jurídica que permite ao capital, coordenado pelo setor financeiro, reduzir o preço da força de trabalho através da desregulamentação do Estado e da tentativa de estrangulamento da organização sindical e política da classe trabalhadora, aumentando os mecanismos patronais para impedir ou dificultar a organização por local de trabalho.

A substituição do Fordismo, como modelo organizador da produção e da contratação da força de trabalho, o avanço das terceirizações e outras formas de precarização, a informalização do mercado de trabalho, principalmente nos períodos de maior desemprego, o processo acelerado de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira, as privatizações realizadas, principalmente na década de 1990 e, fundamentalmente, os avanços tecnológicos e científicos pela lógica do lucro rápido, máximo e privado, além da permanente pregação ideológica dos círculos neoliberais e sua mídia que advogam o predomínio do individualismo e da “colaboração” do trabalhador com o patrão, entre outras variáveis, já desafiavam o movimento sindical, popular e a esquerda.

Os impactos dessas medidas trouxeram ainda mais dificuldades de organização e mobilização da classe trabalhadora, nos diversos setores, ainda que com nuances e diferenças, a depender do ramo e do tipo de atividade econômica. Não há mais o mundo do trabalho fordista que concentrava grande quantidade de pessoas em torno de uma esteira, com uma estrutura hierárquica sobre uma massa de trabalhadores e que permitia um maior grau de interdependência e sentimento de pertencimento de classe.

As privatizações foram um dos pilares do enfraquecimento em setores importantes para a organização sindical. A terceirização foi outro fenômeno - talvez o mais nefasto pela sua capacidade de precarizar e quebrar vínculos entre os trabalhadores - que atuou para arrasar a estrutura sindical. A contratação terceirizada, na prática, exclui quase um quarto da força de trabalho, nos setores público e privado, do direito à organização sindical e de se beneficiar da contratação coletiva. Diante deste quadro, o movimento sindical não conseguiu avançar para uma política de representação destes trabalhadores em suas fileiras.

Outro processo intenso que impacta a organização é o processo de informalização da economia que exclui milhões de mulheres e homens do mercado formal de trabalho, dos direitos trabalhistas e sociais e do direito e acesso ao movimento sindical.

É fundamental aglutinar todos os setores sindicais de esquerda e buscar uma construção ampla de unidade para combater o capital, a extrema-direita e a retirada de direitos e reorganizar o movimento sindical classista.

Defendemos que o 4º Congresso da CSP- Conlutas aprove:

- É fundamental que a CSP-Conlutas participe da construção do Fórum Sindical e Popular visando a unidade necessária para derrotar o governo Bolsonaro.

- A defesa das seguintes bandeiras de luta:

Defesa da Previdência Pública e universal. Contra a Reforma da Previdência;

Defesa da Educação e da Saúde Públicas, gratuitas e de qualidade;

Defesa da política de igualdade racial, de gênero e respeito às diversidades sexuais;

Defesa das Liberdades Democráticas;

Defesa de Reforma Urbana e Agrária;

Contra a criminalização dos movimentos sociais;

Pela revogação da EC/95;

Em defesa do emprego, salário e moradia;

Em defesa do setor público estatal e contra as privatizações;

Pela liberdade de ensinar e de aprender, em defesa da autonomia das instituições de ensino públicas.

## **Balanço**

Em sua história a central nasceu fruto de processo de reorganização que se iniciou com a chegada da frente popular ao poder em 2003 e a aplicação de ataques aos trabalhadores brasileiros como a reforma da previdência de Lula. Naquele momento a Central se configurou como um importante polo de resistência para evitar a dispersão e a desmoralização e para se contrapor à organização de centrais de partidos, pois a proposta era agrupar todos os setores políticos/sindicais que rompessem à esquerda com o lulismo. O projeto era construir um instrumento de frente única, com autonomia em relação aos partidos e com independência de classe.

Em que pese os acertos políticos no passado, com a mudança da conjuntura e principalmente com a mudança de governo, a Central tem cometido no último período graves erros políticos, em especial diante do impeachment de Dilma, da prisão de Lula e do golpe na Venezuela.

O objetivo da deposição de Dilma Rousseff (PT), em 2016, pela maioria reacionária do Congresso Nacional, foi estabelecer um governo sem mediações, completamente alheio à vontade popular e sem quaisquer referências aos anseios dos trabalhadores e da maioria do povo.

Ao não compreender o ascenso da direita, a onda conservadora e o golpe de novo tipo, o setor majoritário da Central se isolou das principais lutas sociais no país, lançando mão de ultimatismos autoproclamatórios ditos “revolucionários”, transparecendo para a vanguarda do sindicalismo e da esquerda brasileira, que estaríamos nos aproximando dos golpistas. A majoritária da Central chegou a reconhecer que disputava os “amarelinhos”, considerando progressiva a mobilização dos setores reacionários impulsionados pela direita visando gerar base social de apoio ao golpe institucional que destituiu o governo colaboracionista do PT. Os desvios ultraesquerdistas da majoritária da Central os fez

cruzar a fronteira de classes. A análise equivocada da conjuntura e a caracterização simplória e sem a necessária diferenciação dos governos, traz como consequência os erros na política.

A condenação do ex-presidente foi um capítulo fundamental do golpe jurídico-parlamentar que levou ao impeachment de Dilma Rousseff e abriu caminho para a vitória eleitoral de Bolsonaro. Nos dois episódios, a operação Lava Jato teve papel decisivo. Um corpo de juristas internacionais afirma que não há qualquer comprovação legal nas acusações atribuídas a Lula. Lula é um preso político porque o principal objetivo da operação Lava Jato foi criminalizar a direção do PT e inviabilizar a candidatura do ex-presidente da República.

Diferentemente, nossa Central além de se distanciar dos setores majoritários da vanguarda que defende a liberdade do ex-presidente, passou a reivindicar a “prisão de todos corruptos” no caso das acusações da direita a Lula, aproximando-se do antipetismo reacionário. Trata-se de um desvio sectário de grandes proporções que contribuiu, em grande medida, para nos isolarmos de nossa classe.

Reconhecemos que Lula e o PT exerceram um governo de colaboração de classes e gerenciaram os interesses do capital. Mas o fato é que com o golpe jurídico-parlamentar, o PT não rompeu com a burguesia, foi a burguesia que rompeu com a conciliação de classes lulopetista. Sua eleição atrapalharia a aplicação dos ajustes no ritmo que as classes dominantes desejavam. Reconhecemos a prisão política de Lula, sem nos confundirmos, no entanto, com qualquer defesa programática ou eleitoral promovida pela direção petista. Apesar da bandeira “Lula livre” ser alinhada a defesa das liberdades democráticas, acreditamos que esta pauta não deva ser o centro da reivindicação da classe trabalhadora.

Soma-se aos erros políticos, a condução burocrática por parte de sua direção majoritária. Na atual conjuntura de um governo neofascista e um ataque violento contra os direitos e as liberdades democráticas, reivindicamos a máxima unidade entre as Centrais e os Movimentos Sociais, pois apenas com essa articulação e a mobilização dos trabalhadores é possível derrotar o governo Bolsonaro. A CSP-Conlutas participou ativamente da luta contra a Reforma da Previdência durante o primeiro semestre de 2019 e na a greve geral de 14 de junho, mas é preciso dizer que infelizmente a classe trabalhadora segue dividida e ainda não tem forças para derrotar o governo Bolsonaro que ainda goza de apoio popular para aplicação de seus planos de ajustes fiscais.

É evidente que há um problema de direção das principais Centrais que fizeram corpo mole durante a luta contra a reforma da previdência, mas é preciso verificar também que o problema não é só esse. Há um ataque em curso contra as entidades sindicais que foi evidenciada pelo fim do imposto sindical (ainda no governo Temer) e a MP 873 que pretendia acabar com o desconto em folha e uma política de enfraquecimento dos sindicatos com a proposta de reestruturação sindical, isso enfraquece as entidades sindicais e conseqüentemente nossa luta.

Também não está em curso um ascenso da classe trabalhadora como na década de 80 contra essas direções burocráticas, mas sim há um questionamento e apatia da classe em relação ao movimento sindical. Contraditoriamente só é possível organizar as principais lutas, greve geral e a derrota do governo

com o apoio das Centrais Sindicais e das entidades sindicais na dianteira das lutas, isso foi demonstrado na greve geral de 2017 e em todas as lutas em 2019. Não enxergar as dificuldades da classe para superar as direções é um grande problema da direção majoritária da CSP-Conlutas, pois a Central segue atuando com uma política de propor ações isoladas que levam a desmoralização da classe e não ajuda a organizá-la, isso só não é pior por conta do peso da central que é minoritária no movimento de massas. Autoproclamação e autoconstrução da Central vão contra a prioridade conjuntural de construir a Frente Única para combater o Neofascismo e reorganizar os trabalhadores e conseqüentemente isola a Central. Colabora com isso também o fato das instâncias da Central não funcionarem de forma democrática e saudável, pois a cada dia mais, as decisões são impostas de cima para baixo, muitas vezes sem sequer discussões, como o fato de levar carros de som próprios da CSP-Conlutas, com o objetivo de disputar os atos unitários sem aprovar em nenhuma instância da Central. Fato como o que aconteceu em São Paulo nos atos da educação 15 de maio e 30 de maio, dias em que o marco era a unidade entre todas as entidades da educação e existia um carro de som oficial unificado, a nossa Central preferiu isolar-se. Podemos citar ainda o dia 6 de agosto em que antes da reunião das centrais já havia a aprovação do ato isolado da Central, não pela SEN (Secretaria Executiva Nacional), mas sim pela direção do PSTU que impôs sua política na Central antes da consulta aos membros da SEN. Entendemos que a política hegemônica e, muitas vezes, sectária da força majoritária da Central atuou de modo a esvaziar seu caráter de frente única, o que contribuiu para convertê-la em uma estrutura sob rígido controle de uma única força política.

São também exemplos graves disso a disputa da Central nos Estados, mesmo tendo maioria o Bloco de Oposição no Rio Grande do Sul sofreu um golpe da política hegemônica que aplicou uma lógica do vale tudo, pois mesmo sendo minoria, tornou-se maioria. Vimos isso acontecer em várias partes do país, especificamente no Ceará a situação foi absurda, mesmo o Bloco de Oposição ganhando o Sindicato da Construção Civil de Fortaleza e ser maioria na Estadual, não conseguiu assumir a coordenação, pois a direção da Central não permite perder o controle político das estaduais. Isso realmente afasta as organizações e entidades que poderiam se aproximar da Central se a mesma fosse plural e democrática.

No Piauí, a oposição também dirige a maioria dos sindicatos filiados, dentre eles o Sindserm Teresina, maior sindicato da Central e terceiro maior do estado, referência de lutas no meio norte do Brasil. A direção da Central se recusou a discutir os critérios estatutários de eleição de delegados para a Coordenação Estadual e elegeu a Executiva somente com “delegados” do PSTU, de várias organizações que não cotizam e duas oposições que não existem. O pior de tudo é que o Sindserm Teresina entrou com recurso junto à SEN em maio de 2017, exigindo acesso à lista de delegados credenciados e a obediência ao estatuto da Central e até hoje não recebeu sequer uma resposta.

A CSP-Conlutas é, certamente, uma central dos militantes socialistas do movimento sindical, pós ascenso do PT ao poder. Porém, devemos estar conscientes de que a Central não está “pronta e acabada”. Pelo contrário, é preciso reconhecer as imensas dificuldades que tivemos ao longo desta última década para

impulsionar nossa organização, disputar e ganhar sindicatos e ocupar o espaço que, sabemos, deve ser muito maior do que ocupamos hoje. Além disso, jamais abandonar a tática de frente única.

Defendemos que o 4º Congresso da CSP-Conlutas aprove:

- A necessidade de que a CSP-Conlutas continue fortalecendo o seu caráter de “frente única”, que abriga no seu seio os sindicatos, oposições, minorias de diretorias, movimentos populares e de opressões e os estudantes.

- Aprofundar a democracia, no funcionamento das instâncias, com participação de todas as representações de entidades na administração, nas finanças, na elaboração de materiais, nas representações da Central e respeitar a pluralidade das opiniões, representações e desenvolver a capacidade de fazer síntese.

Seguir buscando a mais ampla unidade de ação para impulsionar as mobilizações de massa capazes de impedir a retirada de direitos, mas principalmente para que se forje, na ação direta, a alternativa de direção para a classe trabalhadora.

### **Organização e estrutura**

A despeito da tradição crítica sobre a estrutura sindical, que nos formou, não se pode vacilar na compreensão dos objetivos da direita com a tentativa de acabar com o imposto sindical e outras medidas visando o desmonte do sindicalismo, da legislação trabalhista, da Justiça do Trabalho e outros instrumentos públicos de regulação.

A tentativa de asfixiar financeiramente os sindicatos não se limitou ao imposto sindical, pois o STF já havia proibido assembleias de entidades para estabelecer a contribuição assistencial que sustentava as campanhas salariais e outras lutas da classe trabalhadora.

A organização e seu financiamento não são questões individuais. Os trabalhadores e as trabalhadoras devem decidir coletivamente, em assembleias, como as entidades serão organizadas e financiadas. Ao Estado e às empresas cabem respeitar o princípio constitucional da autonomia e independência sindical.

A intenção do governo com a reestruturação sindical é a fragmentação e o conseqüente enfraquecimento do movimento sindical brasileiro.

Defendemos que o 4º Congresso aprove:

- O resgate cotidiano de formação e politização das classes trabalhadoras a fim de restabelecer um sindicalismo militante, com capacidade de agregar novos atores numa perspectiva de classe, e de reverter o processo de destruição da política e de fragmentação das organizações daqueles que vivem do próprio trabalho;

- Autonomia e independência das entidades sindicais da patronal;

- Financiamento próprio das entidades sindicais e a aplicação de taxas negociais apenas com a participação e decisão da base em assembleias para esse fim e não taxas compulsórias;

- Organização sindical dos setores precarizados.

## Estatuto

A CSP-Conlutas é uma Central que aglutina diversos sindicatos, movimentos populares e juvenis, e que seu caráter de direção desde a sua fundação tem sido por meio de Coordenações Nacionais com representações das diversas entidades e com uma direção cotidiana que é a Secretaria Executiva Nacional eleita em reunião da Coordenação Nacional.

Que entendemos ser essa a melhor forma para o estágio atual de construção da Central por possibilitar a participação plural na entidade.

Defendemos que é necessário reafirmar os critérios estatutários estabelecidos nos congressos anteriores em relação à direção da Central.

**Assinam:** Sindeserm Teresina/PI, Sinttear/PI, Sindserm Nazária, Atepepi (Minoria da direção - Ruptura Socialista), Sinpro Guarulhos, Fepesp (Minoria da direção), Sinpeem (Minoria da direção/Conspiração Socialista), Apeoesp (Minoria da direção/Conspiração Socialista e Resistência), Para um novo começo (Oposição Alternativa da Apeoesp), Sindicato dos Rodoviários do Ceará e Sindppd/RS.

## 7) UNIDADE PARA OCUPAR AS RUAS E DERROTAR OS PLANOS DE AJUSTE FISCAL DOS GOVERNOS E PATRÕES

Apresentação: **Construção Socialista**

### Conjuntura internacional

O mundo ainda sofre as consequências da profunda crise que abalou as estruturas do capitalismo em 2008. Este sistema não consegue mais resolver suas contradições, ou seja, está na fase de crise estrutural. E, ao que tudo indica, está muito longe de acabar. Assim, seus efeitos são devastadores para a população e o meio-ambiente do planeta.

Embora toda esta crise, a acumulação de capital vem aumentando, os ricos estão mais ricos. A guerra comercial entre EUA e China mostra apenas a disputa entre duas grandes potências econômicas pelo controle dos capitais que circulam pelo planeta. Do outro lado, a classe trabalhadora sofre com a miséria, as guerras e a falta de trabalho.

O desemprego é tão grande estruturalmente, que gerou uma massa pauperizada de proporções gigantescas. Mesmo nos países de primeiro mundo já existem favelas de trabalhador@s fora do mercado de trabalho, devido à substituição da mão de obra pela tecnologia avançada e à necessidade de queima do excedente de mercadorias.

Diante deste cenário, a burguesia internacional segue com seus planos de ajustes, jogando nas costas da classe trabalhadora o custo de sua crise estrutural. No mundo todo ocorre uma redução drástica de políticas sociais, flexibilização nas leis trabalhistas e reformas nas aposentadorias.

Outro aspecto do programa da burguesia global e liberal se refere às dívidas públicas dos países. Hoje há um controle absoluto dos governos e suas economias, tem um escoamento deliberado e agressivo, sempre com regras obscuras, dos recursos públicos para o dragão do sistema financeiro, que é concentrado internacionalmente.

Além disto, avançam sobre os serviços públicos, numa onda gigantesca de privatizações. Saúde, Educação, Saneamento e Previdência são alguns dos setores que estão sendo entregues à iniciativa privada no mundo todo.

Em vários países, devido às guerras ou à falta de oportunidades para garantir seu sustento, populações inteiras têm vagado pelos continentes atrás de emprego e comida. Sejam sírios, africanos, haitianos, venezuelanos e até cubanos, a onda migratória é a maior da história da humanidade desde a Segunda Guerra.

Como reação a esta situação, em muitos países tem se fortalecido uma tendência conservadora e nacionalista e de rechaço aos imigrantes. Trump, desde que assumiu, insiste na construção de um muro para separar a fronteira mexicana. Outros governos têm seguido esta mesma linha de endurecimento contra a imigração.

A vitória dos projetos eleitorais da ultradireita tem relação com a crise (especialmente pela deterioração das condições de vida de setores médios das sociedades), mas, principalmente, com o fracasso dos governos de conciliação de classes que dominaram o cenário em grande parte do mundo no início dos anos 2000 (no Brasil, o PT governou por 13 anos).

Apenas com o discurso da necessidade de diminuição das desigualdades sociais e de acesso aos bens de consumo pelos mais pobres, não é possível atacar a raiz do problema social e econômico: a falência do modelo capitalista.

Assim, com uma política voltada para a “humanização do sistema”, estes governos foram se adaptando cada vez mais à lógica neoliberal: garantindo o lucro dos rentistas, a farra dos bancos e as privatizações. Tudo isso em paralelo a um discurso pseudo-socialista. Como sabemos, em política, o que não avança, retrocede.

### **Os trabalhadores (as) trabalhadores(as) não aceitam pagar essa conta**

Por outro lado, essa crise criou uma polarização social, onde os de baixo não aceitam mais viver como escravos de seus governos e dos patrões, que vivem no andar de cima, e para enfrentar os ajustes fiscais, @s trabalhador@s e o povo pobre têm protagonizado fortes lutas, mobilizações e greves gerais.

Cresce no mundo um sentimento de revolta às políticas que reduzem às condições de vida dos povos. Os regimes e suas instituições passam, muitas vezes, a serem questionados. Esse sentimento tem movimentado as massas e provocado levantes populares,

Para os europeus, as políticas de austeridade impostas abateram drasticamente a vida no “estado de bem-estar social”, o que significou muitas perdas de direitos nas relações de trabalho. Mas as reações populares tomaram as ruas do continente contra os ajustes. As massas passaram a questionar o sistema

econômico mundial do imperialismo com mais força. Desde o final de 2017, a luta mais significativa no mundo é a dos “coletes amarelos” na França.

Mesmo nos EUA, o governo ultraliberal e de extrema direita tem dificuldades em enfrentar o conjunto d@s trabalhador@s que saem às ruas questionando as medidas neoliberais e os retrocessos nos direitos dos imigrantes, violência policial racista, etc. As mulheres têm sido protagonistas na luta contra o presidente Trump que, com um histórico machista, xenófobo, homofóbico e racista, provoca reações em massa no país.

Um conflito que ocorre desde o século 19, entre China e Hong Kong, se acirrou muito nestes últimos tempos. Com o término da concessão para os ingleses e a volta da dominação chinesa, a população da ilha não aceita se submeter ao governo chinês.

Nas últimas décadas, a China se desenvolveu e passou a ocupar uma posição de potência, tanto econômica como política e militar. Agora que se enxerga assim, não vai aceitar mais se submeter aos interesses de outros países.

Embora Hong Kong não seja mais o cento financeiro que foi outrora, ainda existem muitos interesses econômicos envolvidos. A luta do povo é para que seu país não seja simplesmente engolido pela China, perdendo seu status político e econômico e, por consequência, perdendo também seus direitos e sua soberania.

A crise econômica, social e política venezuelana é impulsionada por vários fatores internacionais, como a queda do preço do petróleo, a desaceleração da economia chinesa, além de ter caído pela metade a produção petrolífera no país.

A burguesia venezuelana tenta se impor com o apoio do imperialismo ante o fracasso absoluto da ditadura de Maduro, mesmo assim grande parte do povo luta contra o governo e contra a ameaça do golpe imperialista.

Na Argentina, Macri também tem enfrentado a força d@s trabalhador@s contra os planos de ajuste. Nem mesmo o processo eleitoral arrefeceu a luta do povo, ocorreram várias greves gerais no país e derrota do governo nas prévias eleitorais.

São @s operári@s, camponeses, servidores públicos e a juventude da América Latina, e também do Brasil, lutando contra seus governos submissos aos ditames do imperialismo americano e europeu, que continuam a repassar dinheiro do país aos banqueiros nacionais e internacionais, além de ser fonte ininterrupta de corrupção e desmandos.

No entanto vale salientar que, apesar das lutas de resistências e de inúmeros enfrentamentos protagonizados pela juventude, mulheres na vanguarda e do conjunto da classe trabalhadora, o processo de disputa contra os governos e o capitalismo global segue mediado pela correlação de forças ainda desfavorável para o lado de cá.

Por isso precisamos ter claro que todas as lutas, sejam de resistência ou de enfrentamento, necessitam estar alicerçadas na mais ampla unidade de ação d@s trabalhador@s e da juventude. Mas a unidade



precisa ser forjada por baixo, para que, no calor das mobilizações, possa ser construído um projeto independente e classista capaz de superar a barbárie capitalista.

Não temos dúvida de que, para manter seus privilégios, os ricos irão às últimas consequências para sustentá-los. Somente a classe trabalhadora e a juventude – numa luta sem trégua – poderão destruir este modelo e construir o socialismo.

### **Conjuntura nacional: O Brasil em tempos de Bolsonaro**

Também aqui no Brasil este fenômeno do avanço do projeto eleitoral da direita ocorreu. Bolsonaro se elegeu com um discurso contra a esquerda e os movimentos sociais e, usando a pregação religiosa e a defesa “da família e dos bons costumes”, tenta impor retrocessos, atacando os direitos das minorias e as liberdades democráticas.

Mesmo com sua popularidade em queda, o presidente não perde sua arrogância e prepotência. A indicação de seu próprio filho para ocupar a Embaixada Brasileira nos EUA é uma prova cabal. A crise envolvendo o ministro Sérgio Moro e o Ministério Público Federal, em escândalos vazados pelo site Intercept, revelam o caráter conspiratório deste governo.

Outros absurdos vêm ocorrendo. Além de atacar os movimentos sociais e a organização sindical, também o meio-ambiente está ameaçado. Bolsonaro nomeia, sem escrúpulos, representações do agronegócio para postos estratégicos de preservação ambiental. Sua relação institucional com as bancadas mais reacionárias do Congresso tem ditado as regras. Evangélicos, ruralistas e milicianos são seus grandes aliados.

No entanto, as saídas apontadas pelo governo (ultraliberal) para resolver a crise econômica são bem conhecidas: Reforma da Previdência, Ajuste Fiscal e Privatizações. Bolsonaro apresentou uma extensa lista de empresas a serem privatizadas. Destaque para os setores de energia, óleo e gás, passando por transportes e, na sequência, o setor financeiro. Empresas tradicionais como Correios, Eletrobrás e Trensurb estão nesta lista.

### **Ataques à educação**

A velha receita de popularizar a ideia de que “tem problemas porque é público” para que a “solução seja a privatização” é aplicada pelo governo Bolsonaro. Há muito tempo, ataques como o “Future-se” já são experimentados dentro das instituições de ensino público da educação básica. O sucateamento das estruturas físicas, congelamento e não pagamento de salários, a terceirização e precarização dos contratos d@s trabalhador@s, que inviabilizam a prestação dos serviços e fragilizam a organização das categorias, o fechamento de milhares de turmas, escolas e, conseqüentemente, vagas de acesso à educação pública e a postos de trabalho, são parte da realidade da classe.

A adesão ao Future-se é apresentada como solução para as instituições públicas de ensino técnico e superior, que ainda no primeiro semestre anunciavam a impossibilidade de manter suas atividades até o final do ano devido aos cortes em seus orçamentos. O típico Estado público, não servidor do público, promove, através da concessão dos serviços de infraestrutura às Organizações Sociais (OSs) e da criação

de um Fundo Privado da Educação, a mercantilização do ensino público superior. Através da criação de Comitês gestores, reitor@s, professor@s e servidor@s administrativ@s passarão pelo desafio da sobrevivência de transformarem-se em super-captador@s de recursos. O programa coloca o próprio mercado financeiro no coração das instituições, muito além de simplesmente colocá-las nele. A proposta é a de massificar a ideia da individualização: “future-se, empreenda-se!”, ou seja, @s estudantes e trabalhador@s em educação devem tornar-se empresári@s de si mesm@s - “Fature-se, Vire-se!”.

### **A crise brasileira**

Com mais de 13 milhões (números oficiais) de trabalhador@s desempregad@s, com aproximadamente 28 milhões na informalidade e outros quase 5 milhões na condição de “desalentad@s” (que desistiram de procurar trabalho), o Brasil vem se tornando um país de miseráveis. D@s que estão empregad@s, muit@s já sofrem os efeitos da reforma Trabalhista: trabalho intermitente, terceirização, precarizad@s, sem direitos trabalhistas.

Os milhões de brasileiros que lutam para sobreviver assistiram o governo diminuir R\$ 8 do salário-mínimo e depois, alterar as suas regras, retirando a possibilidade de ganho real no já combatido salário da maioria dos brasileiros. O IBGE divulgou pesquisa onde revela que metade dos brasileiros tem renda inferior a um salário-mínimo.

### **Crise ambiental: O descaso com a Amazônia**

Desde o começo de seu governo, Bolsonaro tem defendido “flexibilizar” as leis ambientais, inclusive questionando reiteradas vezes os direitos dos povos primitivos sobre suas reservas. Esta postura, certamente, incentivou não só o agronegócio, mas também grileiros e extrativistas criminosos a ampliarem suas ações predatórias na região.

Esta situação alcançou dimensões alarmantes neste último período, chamando a atenção de todo o planeta. Até mesmo governos imperialistas, como da França e Alemanha, estão pressionando o governo brasileiro sobre esta questão.

Evidentemente que não serão estes neoliberais que irão, de fato, lutar pela preservação da Amazônia. Mas a população está se mobilizando. Atos ocorreram em várias partes do mundo e em muitas cidades brasileiras. Esta é, sem dúvida, uma pauta muito importante e defender a preservação das florestas é dever de tod@s.

### **Ataques aos movimentos sociais e aos direitos trabalhistas**

Para acelerar a votação desta reforma, o governo vem impondo duros ataques às organizações d@s trabalhador@s. Aliado da “bancada da Bala”, Bolsonaro assinou decreto facilitando o uso de armas e também declarou que os latifundiários têm direito a proteger suas terras, isentando-os de punição ao atirar contra “sem-terra”.

Além disso, apesar das denúncias sobre o caráter seletivo da lava-jato, os condenados e acusados nesta operação seguem sendo escolhidos a dedo por um judiciário totalmente comprometido com o governo.

Lula segue preso, enquanto os filhos do Presidente, Temer e outros notórios corruptos seguem sem julgamento.

Na greve de 14 de junho, reprimiu a juventude e @s trabalhador@s de forma violenta, como se não bastasse, muit@s foram presos e respondem inquéritos criminais e demissões, como é o caso d@s seis metroviári@s demitid@s no RS.

Por outro lado, emitiu Medida Provisória (MP 873) proibindo o desconto em folha das contribuições sindicais. Por esta ordem, os sindicatos devem emitir boletos bancários para seus associados efetivarem seu aporte ao sindicato. Esta MP não foi apreciada pelo Congresso nacional e, assim, perdeu sua validade. Mas o governo não desistiu da ideia e novas investidas estão sendo estudadas por seus aliados no parlamento.

Também a MP 881 impõe uma série de alterações nas relações de trabalho e na fiscalização, especialmente em relação às denúncias de trabalho escravo. A liberação do trabalho aos domingos e feriados, sem a devida remuneração extra, foi derrotada no Senado, mas o governo parece não ter desistido de mais este brutal ataque à classe trabalhadora.

### **As lutas de resistência fortalecem a polarização política no país**

Reafirmamos que a polarização política e social segue e, mesmo que a correlação de forças não tenha se alterado significativamente para o lado da nossa classe, os nossos prognósticos vão se confirmando, milhares de ativistas sindicais, sociais e da juventude reagiram à derrota eleitoral e começam a enfrentar o governo Bolsonaro.

Desde fevereiro, muita luta ocorreu no país. Setores oprimidos, como mulheres, LGBTs e a juventude, protagonizaram grandes mobilizações. Também a educação foi vanguarda no enfrentamento ao governo, com atos que paralisaram o país.

As duas grandes mobilizações da educação, 15 de maio (estudantes e trabalhador@s em educação), 30 de maio (estudantes universitari@s), que tiveram a juventude como principal protagonista, e 14 de junho (Greve Geral) foram demonstrações categóricas da capacidade de resistir.

### **Para fortalecer as mobilizações devemos construir a maior unidade possível com tod@s que querem lutar**

A força do governo Bolsonaro não é a mesma da eleição. As crises dentro do próprio governo, sua incapacidade de articulação com a grande mídia e até mesmo as atitudes arrogantes de seus filhos têm colocado Bolsonaro em dificuldades. Certamente, sua maior adversidade reside na crise econômica que abala profundamente a vida do povo. A carestia associada à absoluta falta de serviços públicos, notadamente na saúde e também na geração de empregos, afeta sua popularidade.

As contradições do Governo abrem possibilidades para que a classe trabalhadora reaja, mas afirmamos que a reação ainda é de setores mais organizados. Todas as mobilizações contra a Reforma da Previdência, em Defesa da Educação, a Greve Geral e, mais recentemente, o 13 de agosto aconteceram e foram fortes pela unidade que foi construída.

Sem esquecer, certamente, que as Centrais Sindicais, apesar de terem construído uma unidade inédita, perderam muito de sua capacidade de mobilização e não podem mais ser vistas por nós como uma direção capaz de organizar os próximos passos do enfrentamento mais duro que teremos pela frente.

Sem dúvida, os longos anos de governos de conciliação de classes causaram este refluxo dos grandes aparatos. De qualquer maneira, seguimos afirmando que a classe trabalhadora não foi derrotada e tem capacidade de reação, por isso a unidade de ação segue na ordem do dia. No entanto, ela, mais do que construída na superestrutura, precisa acontecer por baixo, na base das categorias.

Além disso, o movimento sindical, que está completamente afastado do conjunto da população, precisa rever a sua prática, voltar as suas ações para além da pauta corporativa, precisa apresentar propostas que dialoguem com as necessidades d@s mais pobres, d@s desempregad@s, terceirizad@s, etc.

### **Balanco: A CSP-Conlutas chega ao seu 4º Congresso em meio a uma grave crise interna**

Depois de mais de uma década de governos do PT, onde a Central cumpriu um papel de oposição de esquerda, mesmo numa conjuntura favorável para se desenvolver e ser vista como uma alternativa à CUT, passou por várias rupturas e chegou ao 4º Congresso menor do que foi nos seus primeiros anos de existência.

@s que subscrevem este balanço são fundador@s da Conlutas, mais tarde CSP-Conlutas. Isto significa que temos autoridade para fazer o mesmo, duro, mas necessário.

A conjuntura política brasileira mudou com a eleição de Bolsonaro. Temos um governo da extrema-direita, com uma retórica agressiva em relação às minorias e às liberdades democráticas e também com uma política ultraliberal de intensos ataques aos direitos trabalhistas.

Nossa Central, que já apresentava graves indícios de estreitamento de suas ações, com o campo majoritário fazendo um discurso auto-proclamatório e sectário em relação a tudo e a todos, infelizmente, apresenta essa situação agravada.

#### **A unidade de ação**

Em 2017, a luta contra o governo Temer, com Dilma já retirada do seu posto pelo corrupto Congresso Nacional, exigia uma ampla unidade de ação, não só para defender os direitos d@s trabalhador@s, mas também para fortalecer uma alternativa de reorganização da nossa classe.

Diante desta nova realidade o que faz a direção majoritária? A política ficou mais estreita ainda, não só para fora, mas também internamente. As reuniões da Coordenação Nacional passam a ser verdadeiras “pregações” para coesionar a base partidária. Para isso precisavam caracterizar @s que pensavam diferente como reformistas, seguidor@s do PT entre outros “rótulos”, enfim, como inimig@s da Central.

Para fora, a última iniciativa de construção mais orgânica foi o “Espaço de Unidade de Ação”, que, antes de acabar, ficou claro que era apenas para dividir os blocos que atuavam no interior das entidades e assim ganhar alguns quadros para fortalecer o seu campo de atuação na Central.

Na luta contra a Reforma da Previdência de Bolsonaro, a direção centrou sua atuação no Fórum das Centrais. Sendo que, até agora, esta segue sendo a política. Achemos certa a participação neste fórum, apesar de ser constituído pela velha burocracia.

No entanto, ao transformar-se em única alternativa e combater outras iniciativas, nos faz acreditar que o objetivo segue sendo o da denúncia do PT e da CUT. Assim, parece mais fácil do que analisar a sua própria política e atuação como parte da direção do movimento.

### **O perfil da central**

A partir do Congresso anterior, diante do desgaste da sua direção e o surgimento de um Bloco de oposição, com força e capacidade de colocar em discussão a linha política da Central, o setor majoritário abandonou a estratégia de construção de uma entidade de frente única de sindicatos com a participação do movimento popular, estudantil e das opressões para transformar a central numa colateral do seu partido.

Entretanto, não consegue levar a cabo o seu projeto, sem atacar profundamente a democracia interna, sem dividir os sindicatos, oposições, cooptar dirigentes e criar um artificialismo “nas filiações”, só comparável à velha burocracia de direita.

A CSP-Conlutas conta, em seus relatórios, com mais de 150 entidades rurais e urbanas como filiadas. Estes números mostram que estamos com sérios problemas, pois, se isto correspondesse a trabalhos reais, a Central hoje poderia ocupar na luta de classes a posição de maior direção do movimento popular urbano e do campo.

Por outro lado, os sindicatos filiados e contribuindo, pelo último relatório que temos, são a metade do que foram nos últimos anos. Como se não bastasse, a direção majoritária cria um factóide para desgastar “quem não é do seu Bloco”, afirmando que eles são os que investem na construção dos movimentos (entidades) populares e do campo e que os sindicatos que não são do seu campo são contra os mesmos.

Nada mais infame, inclusive usam dirigentes importantes para fazer documentos acusando os dirigentes sindicais de serem contra as demais organizações. Ora, somos aquel@s que, unitariamente, construíram o programa fundacional da Central.

### **A direção**

Na resolução de balanço escrita pelo campo majoritário no último congresso, a Central se autoproclama como “o polo mais importante de resistência e reorganização sindical e popular pela esquerda no país”. A realidade mostrou outra coisa. A CSP Conlutas, a partir das ações do setor majoritário, se isolou no movimento, perdeu espaço e está a um passo de se transformar numa Corrente Sindical de um Partido Político.

As duas últimas coordenações nacionais foram muito pequenas, levando até ao cancelamento da que deveria ocorrer em setembro. De acordo com o último relatório a que tivemos acesso, cerca de 60 entidades seguem pagando suas contribuições, aqui incluídas as sessões locais do Andes-SN.

No entanto, a direção mantém uma política de divisão interna, combatendo o campo de oposição e atuando, em alguns casos, de forma predatória, como ocorreu em metalúrgicos de Caxias do Sul e nas estaduais do RS, Ceará, etc.

### **O futuro da CSP-Conlutas**

Nosso balanço fica restrito às questões políticas. Inclusive não participaremos do credenciamento para não colocar em dúvida o próprio Congresso. Também preferimos não entrar nos problemas administrativos, resultado natural da disputa do aparelho para manter a hegemonia.

Não estamos virando as costas para a história da Central, pois seguimos sendo parte desta construção, mas não contem conosco para continuar respaldando artificialismos, métodos burocráticos e luta política interna para desconstituir dirigentes, correntes políticas, dividir sindicatos e alimentar sectarismo e esquerdismo.

A construção de um campo classista, independente e socialista, que se constitua como uma alternativa para @s trabalhador@s, passa, em primeiro lugar, pelo aprimoramento das relações internas. Como ser alternativa para a classe quando internamente a disputa do aparelho e as eleições sindicais estão acima do debate da melhor política para construir uma nova ferramenta para a classe trabalhadora brasileira?

Como construir pontes com a base lutadora das demais centrais, sindicatos de base, movimentos e juventude, sem uma política que dialogue com a classe, que discuta seus problemas reais e não se limite a uma política auto-proclamatória?

Será preciso um grande esforço, de todas as forças políticas envolvidas, mas, sobretudo, uma autocrítica do campo majoritário, para que a CSP-Conlutas consiga retomar seu projeto original e busque se constituir de fato como parte de uma alternativa de direção capaz de dirigir a classe trabalhadora para derrotar a barbárie capitalista, rumo à construção do Socialismo.

### **O processo de reorganização**

Depois da vitória de Bolsonaro (governo ultraliberal e de extrema direita) a maior parte da burocracia sindical do nosso país afirmava que a classe trabalhadora estava derrotada e que, por um longo período, não se levantaria para lutar.

Não foi isto que vimos. As mulheres, que já tinham sido vanguarda nas manifestações de massa no “ELE NÃO”, organizaram duas grandes mobilizações em março e estiveram na linha de frente ao lado d@s estudantes, nos dias 15 e 30 de maio, em defesa da Educação e contra a Reforma da Previdência.

Mas as massivas mobilizações e a digna Greve Geral de 14 de junho (embora bem menor que a de 2018) não foram suficientes para barrar a reforma e assim acumular forças para continuar lutando contra os planos de ajuste fiscal dos governos e dos patrões.

Não é mais possível seguir com o discurso auto-proclamatório de que somos a única saída e que todos devem nos seguir. Pelo contrário, uma organização que defende a ação direta d@s trabalhador@s como estratégia para disputar o poder e que se reivindica como uma direção revolucionária não pode ter medo de apostar em iniciativas que visem a reorganização da classe.

A mais recente experiência – o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes pelos Direitos e Liberdades Democráticas – constituído a partir de entidades que inclusive militam dentro da CSP-Conlutas, tem sido alvo de críticas por dirigentes do campo majoritário, embora a Central, formalmente, faça parte deste Fórum.

De nossa parte, consideremos um erro não apostar em articulações políticas com independência de classe frente aos governos e patrões, principalmente quando buscam a ampliação dos espaços e o fortalecimento de um campo político que vá além de nós mesmos.

O 4º Congresso deve apontar claramente que a CSP-Conlutas vai priorizar o fortalecimento deste Fórum como uma das possibilidades do processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira, principalmente porque o mesmo se formou com o objetivo de acolher no seu interior os movimentos populares e de juventudes.

### **Fortalecer a luta contra as opressões significa enfrentar Bolsonaro**

Em 2018, diante da anunciada vitória do candidato do PSL e atual presidente, Jair Bolsonaro, que representa o machismo, racismo e a LGBTfobia na sociedade brasileira, os atos do #EleNão, convocados pelas mulheres, marcaram uma importante reação, ainda que mediada pelo processo eleitoral.

Os atos públicos dos dias 08, 14 e 22 de março, protagonizados pelas mulheres, foram fundamentais para colocar na ordem do dia a necessidade de lutar, não somente por salário e emprego, mas também contra a reforma da Previdência de Bolsonaro.

### **A unidade de ação está na ordem do dia**

Os dados da violência contra as mulheres são alarmantes, junto com o controle econômico, essa violência transforma-se em mais um instrumento de domínio e superexploração do capital sobre mais da metade da população. O Brasil ocupa a 5ª posição no ranking de violência contra a mulher, entre 86 países.

O Brasil é campeão em assassinatos de LGBTs no mundo, 1 pessoa LGBT morre a cada 25 horas. Estas mortes também estão associadas à violência de gênero, à LGBTfobia e ao machismo que combatemos.

Não temos dúvida de que a força do governo Bolsonaro não é a mesma da eleição, mas não podemos esquecer que a burguesia unificada está colocando nos ombros d@s trabalhador@s o ônus da crise econômica.

Neste sentido este governo vai atacar muito mais os setores oprimidos (negras e negros, indígenas, mulheres, LGBTs), eles são especialistas em dividir a nossa classe para enfraquecer a luta das trabalhadoras e trabalhadores.

Cabe à esquerda classista explorar todas as possibilidades de unificar a classe (nos fóruns, frentes, etc.) com o objetivo central de mobilizar as trabalhadoras e os trabalhadores para ocupar as ruas e derrotar Bolsonaro e seus planos de ajuste.

### **Justiça para Marielle e luta contra a opressão**

Marielle Franco, mulher negra, lésbica, cria da Maré, como ela mesma se apresentava, vereadora pelo PSOL na cidade do Rio de Janeiro. Destacava-se por ser uma incansável defensora de direitos humanos. Dedicava sua vida a denunciar as violações desses direitos, em especial contra jovens negros, mulheres e pessoas LGBT, além de abusos cometidos por policiais em serviço e execuções extrajudiciais e se transformou em um grandioso símbolo da luta contra a família de milicianos que se instalou no governo brasileiro. A investigação de sua morte ameaça diretamente Bolsonaro e seu envolvimento decano com o crime organizado do Estado do Rio de Janeiro.

Nosso Congresso acontece um ano e meio depois deste crime brutal. Até hoje não temos resposta sobre “Quem mandou Matar Marielle?”, neste sentido apresentamos a proposta de que o Dia 14 de março seja incorporado no Calendário da CSP-Conlutas, como um dia de luta por justiça e pelo fim da violência contra as mulheres e todas as formas de opressão e discriminação.

## **Organização e Estrutura**

A CSP-Conlutas se constituiu, historicamente, como uma organização sindical, popular e também com setores das lutas contra as opressões – mulheres, negros e negras, LGBTs e da juventude. Este caráter foi se consolidando ao longo do tempo e, desta forma, foi possível debater internamente os limites das entidades estritamente sindicais. Também teve força dentro da Central a participação das oposições e minorias de direções.

Mas este formato, quanto utilizado tão somente para garantir uma maioria para dirigir o aparato, trouxe distorções e muitos problemas para a CSP-Conlutas. É grave o esvaziamento das últimas Coordenações Nacionais e a falta de perspectivas de crescimento.

Assim, defendemos uma comissão permanente da SEN, plural e com funcionamento democrático, para que acompanhe os processos de criação e filiação de entidades urbanas e rurais do movimento popular. Aqui não tem nenhum questionamento ao caráter da Central, queremos reafirmar o mesmo. A CSP-Conlutas é uma organização sindical, popular e abriga no seu interior os setores oprimidos e de juventude. Quanto às Coordenações, precisamos rever alguns critérios. Embora possamos considerar como acertada a realização de encontros nacionais a cada dois meses, pois amplia a participação das entidades nos espaços decisórios, também é verdade que este formato acaba por favorecer aqueles que, ou estão mais próximos de São Paulo, ou tem maior estrutura para garantir o deslocamento de seus representantes.

Além disso, diante das dificuldades financeiras das entidades, realizar reuniões de três dias, ainda mais usando um dia normal de trabalho das pessoas, serve apenas para garantir a presença dos liberados e profissionais da política.

Quanto às coordenações regionais devemos rever o critério votado no último congresso de multiplicar por três o número de delegad@s ao encontro, pois acaba por distorcer as representações e também se torna muito oneroso para muit@s. Defendemos retornar ao método antigo, similar à Coordenação Nacional.

**A SEN deve ser eleita no Congresso**



Continuamos defendendo que a mesma seja eleita diretamente no Congresso. Consideramos esta hipótese mais democrática, pois possibilita a participação ampla da base das categorias que, se mobilizam para participar desta que é a principal instância decisória da Central.

### **Plano de ação: Unidade para lutar contra o ajuste fiscal dos governos e patrões**

**Priorizar a ação direta e não a luta institucional, que acaba sempre sendo direcionada para o parlamento ou judiciário.**

Seguir participando do Fórum das Centrais, mesmo estando claro que este é insuficiente para dirigir as lutas;

Ser parte ativa de todas as iniciativas unitárias que estejam a serviço de preparar atividades de rua, atos e greves para lutar em defesa dos direitos d@s trabalhador@s;

Ser o impulsionador de um Fórum ou espaço de unidade – mais orgânico – que organize a luta em defesa dos direitos e pelas liberdades democráticas.

#### **Reafirmar a nossa luta contra:**

- As privatizações e terceirizações;
- O pagamento da dívida pública;
- A aplicação da Reforma Trabalhista de Temer, que segue sendo aprofundada por Bolsonaro, através de medidas provisórias e outros mecanismos;
- O desmonte da educação pública, cortes de verbas para as universidades e ataque à autonomia universitária, privatização do ensino, políticas do MEC que visam destruir o ensino médio e transformá-lo em mera preparação de mão de obra barata para as empresas, a municipalização da educação básica, fim do concurso público e aprofundamento das relações precárias de trabalho;
- O desmonte das carreiras d@s servidor@s públic@s estaduais e demissões.

**Assinaturas:** Sindicaixa, Sindmetrô/RS, Oposição do CPERS/CS e minoria da direção do Sepe/CS.

## **8) UNIDADE NAS LUTAS PARA DERROTAR BOLSONARO E OS ATAQUES AOS DIREITOS E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS! UNIDADE DOS SOCIALISTAS PARA CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA POLÍTICA PARA A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL!**

Apresentação: **Bloco de Resistência Socialista LSR/GAS**

### **Conjuntura internacional**

Nas vésperas de uma nova crise que possivelmente será tão ou mais grave quanto a de 2008, o capitalismo por todo o globo mostra os sinais de seu esgotamento e sua profunda destrutividade. Burgueses de todo o mundo foram incapazes de achar uma saída duradoura para a crise que eclodiu em 2008: o que fica claro pela redução da taxa de crescimento mundial de 5,5% em 2017 para 2,1% neste ano. A intensificação de inúmeros conflitos interimperialistas é um claro sinal de que a economia

capitalista mundial está longe de superar os problemas que apenas cresceram desde a década de 1970 e ganha expressões dramáticas na atualidade, como, por exemplo, a guerra comercial entre EUA e China. Desde a crise de 2008, a aplicação de políticas de austeridade que retiram direitos sociais e aprofundam a exploração da classe trabalhadora tem sido acompanhada pela proliferação de guerras diretas ou por procuração e pela destruição ambiental. Como resultado, temos o crescimento do fosso que separa os 1% de bilionários do restante do planeta e uma crise climática sem precedentes.

A incapacidade da burguesia de achar uma saída duradoura e viável para a atual crise resultou em um enorme desgaste para as instituições do estado democrático burguês e os partidos tradicionais que se encarregaram de implementar políticas neoliberais. Tal crise, na ausência de uma clara alternativa de esquerda, abriu espaço para que populistas de extrema-direita conquistassem espaço e apliquem políticas de ataques contra a classe trabalhadora, negras e negros, mulheres, populações LGBT e a juventude. Desde o fim da II Guerra Mundial, nunca se viu um avanço tão claro de forças políticas de extrema-direita em todo o mundo. Parte deste avanço só foi possível graças à trilha aberta pela adesão de partidos e políticos social-democratas ou “comunistas” ao programa neoliberal desde a queda do muro de Berlim. No entanto, mesmo em um cenário marcado por ascensão de forças da extrema-direita, perda dos instrumentos tradicionais de luta da classe trabalhadora e de derrotas econômicas e políticas, a classe trabalhadora resiste e mostra que não pretende aceitar passivamente os ataques da classe trabalhadora. Esta foi protagonista de inúmeras lutas por todo o mundo: greves gerais, rebeliões sociais, manifestações massivas e outras lutas têm sido constantes no último período.

Recentemente, a classe trabalhadora, no Sudão e na Argélia, foi capaz de derrubar históricos ditadores. Em Hong Kong, a luta da classe trabalhadora contra a ditadura do Partido Comunista Chinês (o qual se sustenta por meio de intensa exploração e violenta repressão da classe trabalhadora) tem colocado em movimento uma importante ação de massas. Até mesmo no interior da mais importante potência imperialista mundial, os EUA, há a proliferação de uma clara rejeição da classe trabalhadora ao capitalismo e de um crescente sentimento favorável ao socialismo no país – o que se mostrou mais claramente a partir de 2013, quando, após um hiato de quase 100 anos, Kshama Sawant, a primeira vereadora socialista em Seattle foi eleita.

É importante ressaltar que o movimento global de mulheres trabalhadoras, isto é, o setor mais duramente atingido pela crise capitalista, tem sido protagonista de importantes lutas contra o capitalismo mundial. Cada vez mais, as lutas das mulheres têm se mostrado como lutas contra o sistema capitalista mundial. O mesmo tem ocorrido com as importantes manifestações contra a crise ambiental, as quais, cada vez mais, têm assumido a consigna “preservar o meio ambiente, destruir o sistema”.

Todavia, a ausência de organizações de massas e de partidos armados com um programa claramente socialista tem impedido que a disposição de luta da classe trabalhadora e todos os grupos oprimidos atingidos pela barbárie capitalista seja canalizada para uma efetiva ofensiva socialista. O fracasso das direções tradicionais nos sindicatos e nos partidos de esquerda tem sido o principal ingrediente

alimentando o populismo de direita. É preciso que os setores mais conscientes e organizados da esquerda socialista contribuam para canalizar a crescente radicalização da classe trabalhadora para a construção de instrumentos de massas e socialistas capazes de construir a unidade necessária e colocar o socialismo na ordem do dia.

### **Conjuntura nacional**

Já estamos no oitavo mês após a posse de Jair Bolsonaro e nosso país se aprofunda em crises. Desemprego, a volta da fome, retirada de direitos sociais, ataques às liberdades democráticas, submissão ao imperialismo, autoritarismo e uma ofensiva sem trégua contra os trabalhadores, negros e negras, LGBT's, mulheres, indígenas, enfim contra a grande maioria do povo.

Este governo de extrema direita representa o que há de pior em nosso país, uma classe dominante que tolera e até mesmo estimula abusos e autoritarismos desde que a serviço dos seus interesses.

Vivemos muitas contradições nesses oito meses. Logo após o segundo turno das eleições presidenciais do ano passado havia um clima geral de desesperança que levou muitos ativistas a duvidarem da capacidade de luta da classe trabalhadora diante do que se percebia como uma “avalanche” conservadora sobre o país. Do outro lado, houve quem, até bem pouco antes das eleições, via apenas uma situação progressiva, com um processo ininterrupto de lutas e avanço na consciência das massas.

No momento em que estamos já é possível colocar os processos em perspectiva, evitar o impressionismo e tentar traçar os próximos passos para o desenvolvimento da luta, tarefa primeira do congresso de nossa central.

O governo Bolsonaro é um governo de crise permanente. Sua popularidade despenca na maioria da população, embora torne-se mais coesa entre uma minoria mais conservadora que sustenta suas ações. A postura de Bolsonaro estimula crises e divisões dentro do governo, entre as instituições e entre os diferentes setores da burguesia. Apesar disso, há forte unidade na classe dominante em torno da necessidade de contrarreformas estratégicas. Isso fez com que, apesar da disputa e conflitos entre Executivo e Legislativo, entre Bolsonaro e Rodrigo Maia, a contrarreforma da previdência tenha sido aprovada em duas votações na Câmara dos deputados. Outros ataques gravíssimos estão em curso. Somente a luta dos trabalhadores pode de fato barrar esses ataques.

O pano de fundo do governo Bolsonaro, a base das turbulências políticas que estamos passando, é a crise econômica mundial e suas nefastas consequências para o Brasil. Nosso país passa por uma de suas piores recessões na história e ainda não se recuperou: desde 2014, ano a ano estamos num cenário de estagnação ou encolhimento do PIB e as perspectivas para 2019 são de crescimento abaixo do 1% ou negativo!

As medidas adotadas desde o governo Temer, que se aprofundaram no atual governo, não significaram recuperação da economia mas somente maior acúmulo de renda entre os mais ricos da sociedade: amargamos mais de 12% de taxa de desemprego (12,8 milhões de pessoas), isso desconsiderando os 4,8 milhões de trabalhadores que pararam de procurar emprego e não entram nas estatísticas! O trabalho

informal e intermitente em condições precarizadas sem qualquer tipo de seguridade cresce enquanto a renda média dos trabalhadores cai.

Esse cenário é uma bomba-relógio que pode se agravar com a nova recessão mundial que se anuncia. Isso teria consequências econômicas, políticas e sociais intensas para o Brasil e é papel de nossa central, assim como de todos os lutadores, preparar-se para este cenário.

As principais lutas contra o governo esse ano foram contra a reforma da previdência e os ataques a educação e deixaram claro que há disposição de luta e é possível derrotar Bolsonaro. O governo ainda mantém capacidade de mobilizar pessoas nas ruas, como demonstrou dia 26 de maio, mas com potencial muito menor do que os atos de 15 de maio, 30 de maio e 14 de junho.

As demais centrais sindicais têm jogado o papel de um freio nas lutas gerais da classe, ora por apostarem na via parlamentar e não na luta direta dos trabalhadores, ora por puro adesismo ao ajuste fiscal. Isso explica em parte as derrotas que sofremos e nesse cenário é nosso papel denunciar e apresentar a política mais consequente, de levar a luta às últimas consequências.

As lutas em defesa da educação, em especial na esfera federal, devem ser centrais no segundo semestre e não podemos descartar um confronto radicalizado, em especial pelo papel protagonista que a juventude estudantil tem jogado.

As queimadas ilegais na floresta amazônica colocaram em evidência uma das facetas do governo Bolsonaro: a do apoio irrestrito ao agronegócio e outras práticas econômicas predatórias do meio ambiente. Amargamos ao longo do ano o crime de Brumadinho, a liberação de agrotóxicos, a conivência com a perseguição as terras de indígenas e quilombolas, assim como o cerceamento de pesquisadores e órgãos que fizessem a defesa desses povos e do meio ambiente. Essas queimadas vieram em um momento em que uma greve mundial em defesa do meio ambiente está sendo organizada e uma crescente consciência em torno do tema vem se cristalizando, colocando essa luta no centro das atenções. Tem o potencial de ser um dos enfrentamentos mais importantes no segundo semestre e a CSP-Conlutas tem que se jogar no processo.

Nesse cenário de crise econômica e ataques aos trabalhadores não podemos descartar a possibilidade de novas lutas eclodirem, muitas vezes de forma espontânea e imprevisíveis: há uma explosividade na conjuntura que ainda não foi abafada. É nosso papel estarmos atentos.

## Opressões

Se o ataque às mulheres, negros e negras, LGBT's, indígenas e quilombolas, sempre foram marcas de nossa história podemos dizer que o atual governo se destacou em seu discurso e práticas por atacar esses setores. Temos visto uma escalada na guerra contra os oprimidos em nossa sociedade, seja na forma do ataque institucional direto que nega a demarcação de terras, corta investimentos nas políticas de proteção e segurança, ou promove uma guerra contra as mulheres através seja na forma mais sutil do discurso opressor que estimula e justifica a ação da opressão.

Em tempos de crise, fica ainda mais evidente o ataque da sociedade capitalista contra os setores oprimidos. Na crise, eles são os primeiros a serem demitidos e os últimos a serem contratados. Quando conseguem emprego, recebem salários menores e tem muito menos oportunidades. Seus direitos básicos não são respeitados, sofrem com o assédio, a violência e estão entre os que mais sofrem com a precariedade dos serviços públicos.

Se por um lado são os setores mais atacados e afetados pela crise econômica, por outro lado tem se destacado na luta contra o governo, e precisamos incorporar, dentro de uma perspectiva classista, as demandas desses setores, se pretendemos derrotar Bolsonaro.

### **Plano de ação**

A partir dos pontos já levantados anteriormente propomos o seguinte conjunto de palavras de ordem e consignas para o momento na conjuntura:

- Derrotar Bolsonaro e seus ataques aos direitos sociais, trabalhistas e democráticos!
- Pela construção de uma greve geral no país para barrar os ataques!
- Não à contrarreforma da previdência de Bolsonaro, Rodrigo Maia e os banqueiros! Pelo direito à aposentadoria!
- Não aos cortes na educação e em todos os serviços públicos!
- Não à retirada dos direitos trabalhistas – anulação da contrarreforma trabalhista de Temer e da MP da “liberdade econômica”!
- Não às privatizações na Petrobrás, Correios, Eletrobrás e demais estatais! Reestatização das empresas privatizadas, como a Vale e Embraer, com controle dos trabalhadores!
- Fora Sergio Moro, já! Punição aos juízes e procuradores da Operação Lava Jato que promoveram perseguição política à serviço do grande capital! Liberdade imediata para Lula!
- Não ao pacote de segurança contra os negros e pobres de Sergio Moro! Não ao extermínio da juventude negras nas favelas e periferias!
- Fim da criminalização da pobreza e das lutas sociais! Em defesa dos direitos e liberdades democráticas! Liberdade para os nove dirigentes do movimento de moradia em São Paulo!
- Em defesa do meio ambiente, com um programa ecossocialista! Contra o agronegócio que desmata e destrói, em favor da agricultura familiar, da reforma agrária e da demarcação das terras de indígenas e quilombolas! Por uma economia democraticamente planejada a favor da vida!
- Em defesa dos direitos das mulheres, LGBTQs, indígenas e todos os setores diretamente atacados pelo governo Bolsonaro! Punição aos assassinos de indígenas, mulheres, LGBTQs, negros e negras!

A partir desse conjunto de reivindicações é necessário construir a mais ampla unidade entre todos os setores dispostos a lutar contra o governo. Sem abrir mão de um programa classista e da independência de classe, a CSP-Conlutas deve a ser a maior defensora desta unidade! Sem oportunismo nem sectarismos.

Mas para além da luta imediata contra os ataques é imprescindível construir uma alternativa política de esquerda, que apresente um programa anticapitalista e socialista. É papel de nossa central ser protagonista na construção de uma aliança entre o PSOL, PSTU, PCB além de outros setores da esquerda socialista e os movimentos sociais combativos, como o MTST. Uma aliança com esse caráter teria melhores condições de disputar a consciência das massas que hoje procura por uma alternativa à crise e tem desconfiança no status quo político.

Como um polo de reorganização do movimento sindical e popular, o Fórum Pelos Direitos e Liberdades Democráticas hoje concentra o maior potencial no país. Reúne todos os setores que participaram do Conclat, além de outros como a Unidade Classista e a Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora e sindicatos nacionais importantes. Sem abrir mão do acúmulo político e organizacional que a CSP-Conlutas tem, é importante impulsionar com o melhor de suas forças esse fórum que pode jogar um papel superior na reorganização dos movimentos em luta. Hoje participamos formalmente, mas sem construir de fato, essa omissão em disputar os movimentos vivos e amplos já nos custou muito no passado, precisamos sair do formal e efetivamente jogar peso nos espaços.

## **Balanço**

Vivemos uma conjuntura aberta, com riscos imensos de um retrocesso brutal nos direitos e mesmo na consciência dos trabalhadores assim como a possibilidade de aproximar e ganhar amplas parcelas da população para um programa radical de esquerda. É uma conjuntura volátil que se torna ainda mais instável e imprevisível com a iminência de uma agudização da crise econômica mundial impulsionada por China e EUA e precipitada pela guerra comercial entre os dois gigantes.

Essa situação de extrema desconfiança da população com o status quo político brasileiro e a busca por alternativas vem se fortalecendo no país desde 2012 quando os efeitos da crise econômica mundial passaram a ser mais sentidos no país, o que se manifestou num crescente aumento no número de greves, ocupações e atos de rua nos anos seguintes, tendo seu epicentro em junho de 2013. Esse cenário explica em parte a perda de popularidade do PT, que na crise não conseguiu oferecer à população uma saída, ao contrário, promoveu ataques e retirada de direitos, assim como a vitória de Bolsonaro, que cresceu politicamente no vácuo à esquerda e à direita, como alternativa, como novidade que recolocaria o país nos trilhos, mesmo que através de um discurso agressivo, em especial através da pauta do combate a corrupção e da segurança pública.

Vivemos uma conjuntura prenhe do novo, da necessidade de criar novas referências políticas, pois à esquerda e à direita há desconfiança da população. Seria o momento ideal para firmar a CSP-Conlutas como pólo da reorganização sindical e popular brasileira, mas isso não ocorre.

Nossa central nos últimos anos jogou um papel importante na construção de algumas lutas unificadas no país, como nas greves gerais de 2017 e de junho deste ano. Foi vanguarda nesses processos apresentando o programa mais avançado e ousado, mas sem deixar de construir unitariamente com as outras centrais

sindicais, por mais que vacilassem ou mesmo traíssem o movimento. Esse é o papel que deve jogar nossa central: participar das lutas onde a classe estiver, mas com o nosso programa, radical, coerente e socialista.

Infelizmente nos últimos anos também, apesar de alguns momentos de acerto, no geral a política do setor majoritário de nossa central a levou a um gueto de isolamento, em especial a partir do golpe institucional em torno do impeachment de Dilma em 2016. Vimos sistematicamente nossa central realizar atos e manifestações isolados com poucas centenas de pessoas enquanto lutas importantes e atos de milhares se organizavam no país, mesmo ainda durante os governos do PT.

Isso se explica por um lado por uma política sectária e auto-proclamatória, que vê na própria CSP-Conlutas o único processo de reorganização da esquerda brasileira e no grupo político que dirige a central o programa acabado da revolução, ou seja, entende a reorganização da esquerda como um processo que se encerra em vir ao encontro desta central e deste grupo. Por outro lado se explica pela leitura equivocada da conjuntura feita pelo setor majoritário de que os processos do impeachment em 2016 e as lutas subsequentes eram vazios de contradições, significavam um caminhar inexorável rumo ao avanço da consciência dos trabalhadores o que não se realizou nas eleições de 2018 e que em 2019 pudemos ver claramente que são muito mais complexos do que um caminhar em linha reta. Há luta e resistência, há espaço para uma alternativa de esquerda, mas há também um avanço da extrema-direita. Não ver isso é perigoso.

O resultado desta política equivocada é que em nosso último congresso tivemos menos entidades do que no penúltimo, ou seja, nossa central tem dificuldade em crescer, em ser um polo aglutinador da esquerda socialista com o potencial de atrair os que rompem com as ilusões da conciliação de classes. Não conseguimos nos firmar como alternativa, pois nos isolamos e apresentamos uma política que não percebe as contradições da conjuntura, que oferece potencialidades e perigos.

É importante reconhecer que o movimento sindical brasileiro passa por crise, que afetam a todos os sindicatos e centrais, pelegos e combativos. Passamos por uma onda de ataques aos movimentos organizados da classe que visam interferir diretamente na forma de organização desses movimentos e em seu financiamento, tendo na criminalização das lutas seu efeito mais nefasto. Porém mesmo sob essas dificuldades nossa central poderia ter se firmado como um pólo aglutinador dos setores mais combativos e consequentes da classe e ter crescido, nada na conjuntura justifica o nível de isolamento e marginalidade onde nos encontramos hoje.

É preciso mudar nossa central! Para aproveitar o potencial do momento histórico e nos firmar como alternativa política como polo de reorganização da classe trabalhadora é preciso ampliar a democracia interna, retirar nossa central de seu isolamento político e deixar claro para os que não estão aqui que existe vida interna, sem sectarismo nem oportunismo, trazê-la de volta pra sua vocação original como instrumento de frente única capaz de articular diversos setores e diversas posições. O momento histórico exige isso!

**Assinaturas:** Bloco de Resistência Socialista-Sindical e Popular (BRS) que inclui as correntes políticas, Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR/PSOL) e Grupo de Ação Socialista (GAS/PSOL): Joeferson Faccin José de Almeida (Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas e Conselheiro do Sinpeem-SP); Sônia Maria Godeiro e José Wilson Silva de Farias (Oposição do Sindsaúde-RN); Abdon da Costa Souza, Salvador e Roberto (Diretores do Sintaema-SP); Fábio Antônio Arruda (Diretor do Sinsprev-SP); Dimitri Aurélio Silveira (Diretor do Sinpeem-SP), Felipe Tavares de Araújo e Victor Varela (Base do Sintest-RN); Marzeni Pereira da Silva (Oposição Alternativa Sintaema-SP); Miguel Leme Ferreira, Edemilson Antonio Perez Clementino, Demétrius Siqueira Pereira e Bryan Félix da Silva de Moraes (Oposição Apeoesp-SP); Márcio Bernardino da Silva e Felipe Coelho Lima (Base do Andes-RN), Maurício de Oliveira Filho (Base do Sindserv de São B. do Campo-SP), Jaqueline Mota Silva (Base do Sindserv de Santos-SP), Gilmar Maia Nogueira, Fábيا Ferreira, Ângela Monteiro, Albaneide Lima de Melo, Josineide dos Santos, Marcelo de Melo Rocha, José Joaquim Sobrinho, Raquel Valentin, Pablo Renoir de Fernandes de Souza, Ângela Alves de Andrade, Elisabete Maria Dias de Carvalho, Arlene Ferreira Batista, Francisca Welma Pinto de Souza, José Nogueira de Sousa Filho Souza, Maria da Guia Dantas dos Santos, Marcelo de Melo Rocha, Francisca Suetania Cardoso da Silva, José Egberto Sátiro de Moura, Marcos William Silva Gomes, Célia Maria Dantas da Silva, Maria José Ramos, Maria da Conceição Ferreira da Costa e Ângela Maria Ramos Monteiro (Oposição do Sindsaúde-RN), Thaisa Teixeira de Souza, Claudia Mendes da Silva Ruescas, Viviane Aparecida Rodrigues Silva e Flávia Grecco Resende (Oposição do Sinpeem-SP); José Pedro Silva Alves, Rodrigo de Oliveira, Luiza Helena de Lima Castro, e Newton da Rocha Xavier (Conselheiros do Sinpeem-SP).

## **9) MANIFESTO AO 4º CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS**

**Apresentação: Combate - Classista e Pela Base**

Apresentamos essa contribuição ao 4º Congresso da CSP-Conlutas em meio a uma conjuntura de ataques e lutas, da continuidade da crise política do governo Bolsonaro e da traição de classe das direções centrais majoritárias.

A extrema direita possui um plano contrarrevolucionário e pretende derrotar o conjunto do movimento de massas, através de um projeto autoritário e de ajuste estrutural. Mas ainda não há uma frente burguesa estável para isso. Apesar de concordar sobre a reforma da Previdência, há um setor da burguesia, vocalizado por Rodrigo Maia, que tem nuance com Bolsonaro. Querem foco total no ajuste fiscal e se diferenciam de parte da pauta autoritária. Assim, contraditoriamente, a instabilidade política se mantém em meio a uma brutal crise econômica e social.

Por isso, apesar da aprovação da reforma da Previdência na Câmara, existe espaço para o desenvolvimento das lutas, conforme vimos recentemente na forte luta da educação no dia 13 e no levante



ambiental de 23/25 de agosto. Em meio às lutas temos a chance de construir uma nova direção para os trabalhadores. É necessário que esse congresso ajude na preparação das mobilizações contra o governo autoritário de Bolsonaro e a sua política de ajuste fiscal. Ao mesmo tempo, que mantenha a nossa central no campo da independência de classe, batalhando para superar o peleguismo da cúpula das maiores centrais que estão pactuando com Rodrigo Maia e dando trégua a extrema direita.

### **Conjuntura Internacional: Trump e o imperialismo enfrentam forte resistência das lutas**

O chefe do imperialismo Donald Trump, presidente dos EUA, vem enfrentando fortes lutas dentro e fora de seu país. A contraofensiva imperialista está longe de ser aplicada em sua totalidade. A “guerra econômica” entre EUA e China, demonstra muito a crise econômica pela qual passa o imperialismo ianque.

Na América Latina o imperialismo buscou um golpe na Venezuela, encabeçado pelo seu agente, Guaidó. Esse golpe foi derrotado e a política de Trump passou para as sanções econômicas, que temos que rechaçar com toda força. Ao mesmo em que lutamos contra o governo autoritário de Maduro, que mata o povo de fome e persegue dirigentes opositores e sindicalistas.

Mesmo dentro dos EUA, Trump enfrenta resistência. No primeiro semestre vimos uma forte onda de greves de professores por todo país. Sua política para a Coreia do Norte passou de bravatas de invasão militar a pactos, acordos e negociações.

Na África, as recentes mobilizações na Argélia e no Sudão desestabilizaram regimes ditatoriais que duravam décadas.

A recente derrota eleitoral de Macri na Argentina mostra a limitação do modelo econômico ultraliberal, apoiado pelos EUA. Esse modelo, apresentado pela direita latino-americana como um “grande exemplo”, só trouxe mais miséria e desemprego para o povo e por isso teve o troco nas urnas.

Assim como o imperialismo ianque, China e Rússia também enfrentam importantes processos de mobilização contra suas políticas. Nessa “briga” não vemos nenhum lado progressivo, nem o imperialismo ianque, nem a ditadura capitalista encabeçada pelo PC Chinês e o governo autoritário de Putin na Rússia. A China enfrenta nas últimas semanas fortes protestos democráticos em Hong Kong, que chegaram a fechar por quatro dias o principal aeroporto do país. Os protestos continuam apesar da brutal repressão policial a mando do governo.

Em suma, o imperialismo passa por muitas dificuldades para aplicar seus planos enquanto a resistência nas ruas vem aumentando. Mas Trump seguirá dia após dia buscando atacar os povos do mundo inteiro e nós da CSP-Conlutas, como internacionalistas, seguiremos prestando apoio e solidariedade aos povos em luta pelo mundo.

Uma conclusão sobre os governos de conciliação de classes na América Latina

A eleição de Chávez na Venezuela inicia uma série de vitórias de governos de conciliação de classes na América Latina (Lula/Dilma, Evo Morales, Nestor/Cristina Kirchner e de Daniel Ortega na Nicarágua, etc.).

Esses governos, apesar de suas diferenças, têm como marco comum a administração do capitalismo. Todos se aproveitaram de conjunturas econômicas que lhes permitiram pequenas concessões para o movimento de massas. Porém, quando a crise econômica se abateu sobre seus países nenhum deles teve dúvidas em atacar direitos do povo, sendo que nesse processo foram se desgastando. Isso, infelizmente, abriu espaço para o triunfo dos setores da direita e extrema-direita. Na Argentina, após o debacle do kirchnerismo em 2015, a direita encabeçada por Macri assume o governo. Hoje, após mais de três anos de um completo desastre social causado pela agenda ultraliberal de Macri, o kirchnerismo busca se reciclar com a candidatura de Alberto Fernández. Porém, como já tem alertado os companheiros da esquerda classista agrupados na FIT-U (Frente de Izquierda y los Trabajadores - Unidad), a candidatura kirchnerista não se propõe a romper com o atual modelo de miséria comandado pelos planos do FMI.

O chavismo - agora encabeçado por Maduro - e o governo nicaraguense de Ortega foram além e romperam os próprios marcos da democracia burguesa, degenerando em ditaduras onde há uma enorme miséria das massas e uma brutal repressão aos trabalhadores e estudantes. Na Venezuela, por exemplo, existem diversos sindicalistas presos por lutarem por direitos ou ameaçados de demissão, como é o caso do petroleiro Jose Bodas ameaçado de demissão pelo governo Maduro. Há alguns meses Ortega enfrentou diversos protestos estudantis nos quais ordenou uma sanguinária repressão levando a dezenas de mortes. Fica evidente que o sindicalismo combativo não pode apoiar esses projetos. Acreditamos que foi muito correto a CSP-Conlutas manter-se com um projeto de independência de classe ao longo dos anos, que significou, na prática, não se alinhar a esses governos. Infelizmente a ampla maioria das centrais sindicais no Brasil e nos demais países citados acima se alinhou a esses governos e, na prática, traíram importantes lutas e demandas da classe trabalhadora.

### **As mulheres na vanguarda das lutas**

As mulheres têm sido vanguarda no enfrentamento ao imperialismo e seus agentes por todo mundo. Nos EUA, durante a era Trump, milhares de mulheres saíram às ruas protestando por direitos. Na Argentina, vimos nos últimos meses fortíssimas mobilizações pelo direito ao aborto seguro e gratuito. Os atos dos 8 de março crescem ano após ano e incorporam novas gerações de mulheres ao enfrentamento contra os planos dos governos. No Brasil foram as mulheres, a partir do 8 de março, que reoxigenaram a luta massiva contra Temer e desde o massivo protesto do “#EleNão” estão na vanguarda da oposição contra Bolsonaro.

Em diversas partes do mundo, além de encabeçarem as lutas da classe trabalhadora surgem ativistas mulheres que lutam contra o assédio moral e sexual, machismo e outros temas vinculados a opressão.

## **Conjuntura nacional: Nas ruas para derrotar o ajuste fiscal e o autoritarismo do governo Bolsonaro**

O governo Bolsonaro, após a votação da reforma da previdência na Câmara dos Deputados, pretende retirar mais direitos dos trabalhadores. Não temos dúvida que Bolsonaro quer aplicar um brutal ajuste através da aplicação de contrarreformas como a da previdência. Para além das reformas está em curso mais uma desregulamentação da CLT e o avanço nas privatizações. O seu projeto é vender o que for possível para abater o total do saldo da dívida. Ou seja, além de perder empresas lucrativas, o dinheiro da venda das estatais ainda vai ser utilizado para pagar banqueiros e especuladores. Os rentistas ganharão duas vezes.

A corrupção é um tema que Bolsonaro utilizou como principal mote de campanha, mas que logo trouxe problemas ao governo por conta das denúncias da utilização de candidaturas laranjas por parte do PSL, esquema comandado diretamente pelo seu atual ministro do turismo, Marcelo Álvaro, e das denúncias envolvendo o senador Flávio Bolsonaro por lavagem de dinheiro e formação de quadrilha na época que ainda era deputado estadual.

Na pauta do meio ambiente Bolsonaro segue à risca suas promessas de campanha: “flexibilização” das regras de preservação e proteção do meio ambiente e reservas indígenas, fazendo cortes no orçamento, perseguindo e demitindo servidores e especialistas (como o presidente do Inpe demitido no início do mês) e “reestruturando” órgãos importantes como o ICMBio e o Ibama, com cortes orçamentários no mês de março de R\$ 5,4 milhões do ICMBio para fiscalização e combate aos incêndios, além da redução em 50% do orçamento do PrevFogo do Ibama.

A mobilização é o único caminho para derrotar todos os ataques. Ocupar as ruas deve ser uma prioridade das centrais sindicais e dos partidos de oposição. Podemos barrar os projetos do governo Bolsonaro, mas para isso é determinante apostar na organização das lutas e não em negociações com o governo e o presidente da Câmara. Devemos seguir o caminho dos protestos nacionais em defesa da Amazônia, que surgiram no momento que as centrais sindicais majoritárias apostam na lógica dos pactos e tréguas.

**Bolsonaro ataca a educação. Não ao Future-se!**

Não satisfeito em destruir a previdência o governo Bolsonaro lançou o programa Future-se que significa a privatização do ensino superior brasileiro. Um dos pilares do programa é o financiamento das IFE's que, segundo esse projeto, deve partir de fundos de investimentos controlados pelo mercado financeiro com recursos captados junto ao setor privado.

O plano do ministro da educação Abraham Weintraub é que as universidades sejam geridas por Organizações Sociais (OS's), assim como já é feito com diversos Hospitais Universitários através da EBSEH, e que as carreiras dos professores e técnicos-administrativos seja desmontada através de novos tipos de contratações realizadas por meio dessas organizações.

Esse projeto ainda desobriga a União de investir na educação, pesquisa, ciência e tecnologia deixando na mão do mercado financeiro a escolha das pesquisas que serão contempladas com verba fomentando uma competição individual.

A universidade pública deve servir à população através da aplicação do tripé: ensino, pesquisa e extensão, e não para dar lucro aos parasitas do mercado. Temos que combater ferozmente esse projeto que transforma a educação pública em uma mera mercadoria. Nossa central deve se manter no apoio à luta dos docentes, técnicos e estudantes, continuar fortalecendo os calendários de luta do Andes-SN, Fasubra, Sinasefe e da UNE.

### **Derrotar nas ruas o governo autoritário de Bolsonaro**

O governo Bolsonaro tem lançado uma série de ataques contra os direitos sociais e democráticos. A lista é enorme. Defesa do trabalho infantil, discurso de que não existe fome no Brasil, a não escolha dos reitores eleitos pela comunidade universitária, declarações xenófobas contra os nordestinos e os governadores do Maranhão e da Paraíba, ameaça de prisão ao jornalista Glenn Greenwald e as declarações mentirosas sobre a morte do pai do presidente da OAB, Fernando Santa Cruz, assassinado pela ditadura militar. E ainda, arbitrariedades repressivas aos indígenas do Terra livre.

Não podemos aceitar tanto autoritarismo. Neste sentido, o ato em apoio ao Glenn que ocorreu na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) no Rio com milhares de pessoas foi uma resposta importante contra o autoritarismo do Bolsonaro. Agora é fundamental seguir a mobilização e levar para as ruas a luta contra esse governo repetindo as fortes mobilizações do 1º semestre. Devemos ser radicais na defesa das liberdades democráticas e dos direitos de livre manifestação.

É necessário unificar as lutas em curso, as campanhas salariais, as lutas contra as privatizações, a reforma da previdência, o projeto FUTURE-SE, as lutas em defesa da Amazônia e do meio ambiente, as lutas pelas liberdades democráticas contra as medidas autoritárias, as lutas em defesa dos direitos das mulheres, dos negr@s contra o racismo e contra a lgtfobia.

### **As direções das centrais sindicais apostam na conciliação e não nas lutas**

O movimento sindical enfrenta nacionalmente um grande desafio: o projeto de um profundo pacote de ajuste fiscal de governos ultraliberais e autoritários, que pretendem ampliar a exploração, tornando cada vez mais precárias as condições de vida da classe trabalhadora. A tarefa do movimento sindical é mobilizar as categorias e organizar a classe para enfrentar e derrotar o projeto de ajuste, que tem como ponto central a reforma da Previdência.

Porém, apesar da enorme disposição de luta da classe trabalhadora para enfrentar os planos dos governos e da burguesia, demonstrada nas ruas e nas greves ao longo dos últimos anos, a característica que mais marca o movimento sindical nacional é a traição das direções políticas frente aos processos de lutas e enfrentamentos. Esta traição ficou mais uma vez evidente no atual processo de tramitação da reforma da previdência do governo Bolsonaro.

Em 2017, diante do plano de ajuste anunciado pelo governo Temer, os trabalhadores realizaram uma jornada de lutas e greves que teve seu ápice na Greve Geral de 28 de abril, a maior greve da história da classe trabalhadora no Brasil. A classe demonstrava mais uma vez que não aceita pagar a conta da crise, mas foi traída pelas direções das centrais, especialmente CUT, CTB e Força Sindical, que optaram por conciliar com o governo Temer, escolheram negociar o imposto sindical e desmobilizaram a segunda Greve Geral de 2017 que aconteceria em junho. Esta traição das centrais custou caro para a classe, pois deu fôlego ao governo Temer e ao Congresso, que aprovaram a reforma trabalhista, a lei das terceirizações, entre outros ataques.

O ano de 2018 ficou marcado pela greve dos caminhoneiros, que lutavam contra o aumento nos combustíveis e pelo tabelamento dos fretes. Os caminhoneiros paralisaram o país por 10 dias, deixando o governo desesperado, ampliando a crise política. As centrais sindicais viraram as costas para a greve, negando mais uma oportunidade de incendiar todo o país e colocar em luta as demais categorias.

Em 2019, a classe vai iniciando um processo de experiência sobre o caráter das medidas do governo Bolsonaro. Isto foi gestando a jornada nacional de 22 de março e a nova Greve Geral em 2019, no contexto do tsunami da educação. A greve geral, porém, já nasceu traída pelas direções das centrais, que não mobilizaram categorias importantes, não convocaram assembleia para debater a reforma e aprovar adesão à greve. Ainda assim, a greve foi forte, mas as direções não deram continuidade ao calendário de lutas mais avançado e recuaram, o que permitiu ao governo e a Rodrigo Maia fecharem as negociações envolvendo bilhões de reais em emendas parlamentares e garantir ampla maioria nas votações da reforma da previdência em 1º e 2º turnos, que foi votada na Câmara sem que as centrais convocassem uma jornada de lutas.

### **A reforma da Previdência é o resultado da estratégia conciliadora da oposição**

A cúpula dos partidos de oposição (PT, PDT, PCdoB e PSB) apostou em negociações com Rodrigo Maia e o PSDB e comemoraram as mudanças no relatório da reforma, desarmando a classe. Já os governadores do PT, PDT, PCdoB e PSB, que se elegeram com votos de oposição, passaram meses negociando com Bolsonaro e Guedes e querem a inclusão de servidores municipais e estaduais.

Apesar da insistência e de todas as batalhas da CSP-CONLUTAS, as maiores centrais se negaram a protestar contra a retirada de nossa aposentadoria. Não foi por falta de disposição das bases. Todos os calendários convocados tinham sido positivos, desde o 8 de março encabeçado pelas mulheres ou o dia 22 de março das centrais. O tsunami da educação e a greve geral mostravam a queda da popularidade de Bolsonaro e a crise na cúpula burguesa. Mas, ao invés de aproveitar a crise política para derrotar o governo, a linha da burocracia sindical e dos partidos de oposição foi o pacto e a negociação. Em primeiro lugar a carta a Bolsonaro, seguida da reunião com o Vice-presidente Mourão. E mesmo quando tiveram que lançar, pela pressão das bases, o calendário de lutas, o fizeram sem abandonar a estratégia conciliadora. Por isso não convocaram nenhum plano de luta e divulgaram que “não haveria votos suficientes para aprovar a reforma”.

A linha da CUT foi deixar a votação ocorrer na Câmara. É o que diz a resolução da sua Executiva Nacional de 2 de julho: “Existe a possibilidade de o projeto ser aprovado na Câmara dos Deputados antes do recesso parlamentar previsto para 18 de julho, o que torna decisivo o embate a ser travado contra a reforma a partir de meados de agosto, quando for discutida no Senado” (cut.org.br). No dia 3 de julho, os presidentes da CUT e Força Sindical tiveram uma reunião com Rodrigo Maia onde trataram da reforma da previdência e da MP 873 (das mensalidades sindicais). Assim fechou-se uma negociata ao redor da reforma, com o argumento de que era “menos pior” que a de Guedes e abandonaram a luta pela derrota integral da PEC. Ou seja, o problema não foi a falta de mobilização das pessoas, mas sim o papel retrógrado dos dirigentes. Em meio a esse quadro, fica patente que as oposições desaproveitaram grande parte da energia oriunda das bases e o movimento de oposição que explodiu nas ruas. Fica evidente que a estratégia dos maiores partidos e das maiores centrais está errada. Ela não garante o enfrentamento consequente ao autoritarismo, às privatizações e às demais medidas do ajuste fiscal. O que precisamos é de uma outra estratégia, que não seja de trégua a extrema direita. De oposição política intransigente e nas ruas, como no “Ele Não”, nos atos contra a invasão dos campi universitários, como na jornada de luta de março, do tsunami da educação e a da greve geral em 2019. A estratégia que nossa Central vem defendendo publicamente. Devemos continuar nesse rumo, visando construir uma nova direção classista, combativa e democrática para as lutas da classe trabalhadora.

### **Para tirar o país da crise precisamos de um Plano Econômico e Social Alternativo**

O conjunto das medidas anunciadas por Bolsonaro só aprofundam a crise social e não resolverão os problemas da classe trabalhadora e dos setores populares. Por isso é fundamental apresentar um programa alternativo que se contraponha às propostas do governo.

O PT acaba de lançar um “plano emergencial de emprego e renda” que infelizmente é incorreto. De acordo com o site do PT, as propostas formuladas por uma equipe liderada pelo “ex-ministro Mercadante” estão baseadas em “medidas que não pressionam a dívida pública”. Eles apostam em setores da burguesia da construção civil e nos contratos temporários. Algumas semanas atrás a ex-presidente Dilma declarou em entrevista ao UOL que se continuasse na presidência faria uma “reforma da previdência”. Nota-se que o PT segue sua mesma estratégia, de conciliação de classes.

Precisamos de outra política, uma saída favorável para a classe trabalhadora, que ataque os privilégios dos banqueiros, grandes empresários, multinacionais e dos fazendeiros. Precisamos de uma nova Assembleia Nacional da classe trabalhadora para construir um Plano Econômico e Social Alternativo, que seja debatido em assembleias de base nos sindicatos, DCE's, ocupações, nas associações de bairro, que inclua medidas como a suspensão do pagamento da dívida pública, a taxação das grandes fortunas e a estatização dos bancos privados, para garantir salário, emprego, proteção da Amazônia e moradia.

Com uma dívida pública que somente com pagamentos de juros consome mais de R\$ 1 trilhão de reais do orçamento da União, é mais que necessário suspender o seu pagamento para garantir mais verbas para saúde, educação e aposentadoria.

## Por uma Frente de Esquerda e Socialista

Para batalhar por essas propostas, além da luta unificada, é preciso construir uma alternativa política da esquerda. É preciso superar a conciliação de classes do PT, PCdoB, e batalhar contra a influência de partidos oligárquicos como o PDT, PSB e seus governadores. É preciso uma Frente de Esquerda com PSOL, PSTU, PCB, PCR, sem as organizações lulistas. Uma frente para defender a revogação de todas as MPs e decretos do atual governo e lutar nas ruas contra a aprovação da reforma da Previdência no Senado. Pela manutenção dos direitos democráticos e das liberdades de livre manifestação. Como parte do combate à corrupção devemos exigir a prisão para Queiroz, os milicianos e a demissão do ministro do turismo. Exigir o fim das chacinhas nas periferias; por justiça para Marielle e Anderson.

### Fortalecer a CSP-Conlutas

A CSP-Conlutas tem cumprido papel importante na conjuntura, tendo como princípio a sua independência de classe, mantendo-se longe do lulismo, mobilizando a classe para enfrentar o pacote de ajuste do governo Bolsonaro e denunciando as direções conciliadoras e traidoras. Exemplo disso foi a atuação marcante da CSP-Conlutas no Ocupa Brasília, que seguiu firme no ato mesmo diante da repressão policial. E mais recentemente mostrou sua razão de ser ao manter-se como o único polo nacional consequente da classe trabalhadora, que impulsiona a ação direta contra o ajuste e o autoritarismo da extrema direita. Mostrando que nossa Central é a única que não compactua com os defensores da ditadura militar de 64.

O papel cumprido pela CSP-Conlutas na unidade de ação com as demais centrais também demonstra a sua importância estratégica, combinando a unidade necessária para enfrentar os ataques dos governos com exigências e denúncias às outras centrais. Isto contribuiu para fazer a unidade de ação ter propostas de luta concretas e mais avançadas. Ao mesmo tempo, pelo tamanho e influência na classe trabalhadora de centrais como CUT, CTB e Força Sindical, não foi suficiente para evitar a traição das centrais à luta contra a reforma da previdência. Ou seja, conforme é uma compreensão global de toda a central, precisamos nos esforçar muito para crescer ainda mais.

Acreditamos que a CSP-Conlutas deve seguir respeitando os princípios da independência de classe, do trabalho de base para mobilizar as categorias, da democracia operária e do combate ao aparatismo, para que se fortaleça como polo combativo nacional nos enfrentamentos aos governos e patrões e nas denúncias das traições das direções lulistas e oportunistas dentro do movimento operário. A CSP-CONLUTAS deve lutar por uma direção classista, combativa, unitária e democrática para a classe trabalhadora.

**Assinaturas:** Adriano Dias (Oposição Combate- Correios –RJ), Adalberto Pereira de Souza (Coord. Sintsep/PA), Afonso Celso Modesto (Servidor da UFPA), Aguinaldo Barbosa da Silva (Coord. de Aposentados do Sintsep/PA), Domingos de Souza Neto (Diretor Regional do Sintsep/PA e delegado do Sintsep/PA ao Congresso da CSP-Conlutas), Edinaldo de Freitas Lobato (Delegado do Sintsep/PA ao

Congresso da CSP-Conlutas), Eduardo Magno Teixeira (Coord. Jurídico do Sintsep/PA), Esther Nahon (Coordenadora do Sintsep/PA), Fatima Maria Nazaré Cruz (Delegada ao Congresso da CSP-Conlutas), Fabio Costa (Bancário Banco do Brasil/Belém/PA), Francisco Freitas (Diretor Regional do Sintsep/PA e delegado ao Congresso CSP-Conlutas), Gerson Da Silva Lima (Coord. Geral do Sintsep/PA e delegado ao Congresso CSP-Conlutas), Reinaldo do Amor Divino (Servidor técnico ADM /UFPA), Renata Durval (Enfermeira Sesma/Ananindeua-PA), Iracema de Abreu Albuquerque (Pensionista do Sintsep/PA), Ivo Pontes Pimentel (Delegado do Sintsep/PA ao Congresso da CSP-Conlutas), Francisco da Silva Brito (Servidor público federal Santarém/PA), Márcia Maués (Coord. Sintsep-PA Regional Ilhas), Jalila Barros Tavares (Servidora Sesai/PA), João Carlos Santiago (Coord. de Finanças do Sintsep/PA e delegado ao Congresso CSP-Conlutas), José Maria Nogueira Filho (Delegado do Sintsep/PA ao Congresso da CSP-Conlutas), Maria do Carmo (Conselho fiscal Sintsep/PA), Auri de Souza (Professor EOME Santarém), Aldelice Rodrigues (Coord. Imprensa Sintsep/PA), Anísia lima (Coord. Sintsep/PA, regional Estrada/Salgado), Kátia Rosangela Tavares de Souza (Servidora da UFPA), Luiz Guilherme Menezes (Delegado do Sintsep/PA ao Congresso da CSP-Conlutas), Marcus Benedito (Servidor Sespa), Luiz Sergio Botelho (Servidor do Ministério da Saúde/PA), Felipe Melo (Jornalista/PA), Fábio Moroni (Professor de Geografia/PA), Luzia Pereira da Costa (Coord. Aposentados do Sintsep/PA), Márcio Lima Amaral (Oposição Rodoviária de Ananindeua/PA), Maria da Consolação Rodrigues (Coord<sup>a</sup>. de Saúde do Trabalhador Sintsep/PA e delegada ao Congresso da CSP-Conlutas), Maria Rosa Tavares dos Santos (Conselho Fiscal Sintsep/PA e delegada ao Congresso da CSP-Conlutas), Mário Jorge da Silva Pereira (Coord. Sintsep/PA e delegado ao Congresso da CSP-Conlutas), Neusa do Socorro Pontes (Delegada do Sintsep/PA ao Congresso da CSP-Conlutas), Neyvan Borges Lima (Servidor da Sundam/PA), Regina Maria Martins Brito (Coord<sup>a</sup>. de Finanças do Sintsep/PA e delegada ao Congresso da CSP-Conlutas), Ronaldo de Souza Coelho (Servidor do Incra e Delegado de Base do Sintsep/PA), Salete Ferreira (Delegada do Sintsep/PA ao Congresso da CSP-Conlutas), Sérgio Gonçalves Lima (Servidor da UFPA), Zila Camarão (Servidora da UFPA e Coord<sup>a</sup> Fasubra), Bárbara Sinedino (Direção do Sepe/RJ), Bruno da Rosa (Cipa e gari/RJ), Valdenise Pinheiro Ribeiro (Diretora da Fasubra), Cirlene Coelho (Coord<sup>a</sup>. Geral Sintuff/RJ), vereador Babá (PSOL-RJ), Bernarda Thailana F. Gomes (Coord<sup>a</sup>. Geral Sintuff/RJ), Pedro Rosa, Carlos Abreu, Alessandra Primo, Lucyene Almeida, e Heloisa Helena (Diretores/as Sintuff/RJ), Jeferson Alves (Suplente Sintuff/RJ), Valcyara Xavier (Aposentados), Diego Vitelo, Caio Dorsa e Daniela Possebon (Cipa Metrô/SP), Adonias Nery (Professor ETEC/SP), Pablo Andrada (Professor UFPA), Adolpho Ferreira (Direção do Sepe/RJ), Bruno Melo (Coord. geral do Sepe/RJ - Regional V), Clecia Vieira (Merendeira e diretora do Sepe/RJ - Regional V), Priscilla Correa (Direção do Sepe - Regional V), Renato Reis (Coord. geral do Sepe/RJ - Costa do Sol), Varvara Seabra (Sepe/Niteroi), Jaqueline Pinto (Coord<sup>a</sup> geral do Sepe/Maricá), Leandro Rodrigo Galindo (Sepe/São Gonçalo), Lisandro Araújo (Sepe/RJ), Edson Luz (Delegado sindical Correios/RJ), Suelen Moles (Oposição Combate - Correios/RJ), Carlos Alberto Fonseca (Oposição Combate - Correios/RJ), Daniel Gabilan (Oposição



Combate – Correios/RJ), Osmar Tonini (Oposição Sinpro/DF), Genivaldo Fernandes (Oposição Sinpro/DF), Camila Inácio (Diretora Sindsasc/DF), Charles Pimenta, Alberto Marins, Adonai Costa (Professor da rede estadual-RJ), Ana Clara e Sandro Fabiano (Sepe – Campos/RJ), Samantha Braz (Oposição Bancária/RJ), Raquel Polidoro e Francisco de Paula (Oposição UFRJ), Márcia Pascoal (Aposentada - SEPE Regional V), Ivo Lelis, Cristiano Marcelo Pyramides, Rômulo Lourenço e Luiz Gustavo (Professores da rede estadual/MG), Frederico Frazão (Professor da rede municipal/GO), Bianca Damacena (Professora RS), Bruno Camilo (Assistente social e diretor do Simca/RS), Daniel Pertuzatti (Bancário Banrisul e membro da executiva estadual da CSP-Conlutas), Fabiano Brunet (Bancário Banrisul e delegado sindical-RS), Guido Lucero (Professor e diretor do 7º núcleo do CPERS), Jorge Nogueira (Professor/RS), Matheus Schneider (Professor e diretor do 39º núcleo do CPERS/RS), Newton Colombo (Professor/RS), Edilaine Souza (Técnica administrativa UFMG), Claudemir Teixeira (Sindicato dos Bancários/MA), Bruno da Rosa, Bianca dos Santos Reis, Francinei Viana, Greice de Andrade, Eliézio Villarinho, Ubirajara de Araújo, Jorge Felipe, Daniel Pacheco, Denis Barbosa, Fábio Falcão, Anderson Leite, Felipe Jorge/Obina, Valdemir Olídio e Lino Alves (Oposição - Asseio e Conservação/RJ).

## **10) FORTALECER UM SINDICALISMO COMBATIVO QUE ORGANIZE A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA PARA A GARANTIA E CONQUISTA DE DIREITOS**

Apresentação: **Coletivos Avançar nas Lutas, Quinze de Outubro e 1º de Maio. Oposições: Saúde Estadual/SP, Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Vinhedo/SP Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp**

### **Conjuntura Internacional**

A crise do capitalismo global eleva o grau de crueldade para com os povos e trabalhadores de todo o mundo. O problema reside na incapacidade dessa estrutura produtiva de continuar mantendo uma taxa de crescimento que permita digerir as contradições com o trabalho. Os efeitos dessa crise apontam não somente para uma perda significativa do modelo liberal-burguês de se afirmar ante as populações que controlam, mas também de se garantir dentro de uma taxa aceitável de lucros. A crise de crescimento econômico representa esse problema. As saídas imperialistas apontam para a conhecida Revolução 4.0, cuja essência é a incorporação da robótica e das manipulações das informações através de programações de inteligência artificial com o objetivo de cortar postos de trabalho e de elevar o nível de centralização e controle da produção, do progresso técnico e das comunicações e transporte de pessoas e coisas. A crise é grave e a saída que o Capital aponta para uma economia sem empregos é o controle ainda maior pelas grandes empresas transnacionais. Da parte da periferia, a crise econômica subtrai os últimos elementos que restam de soberania política e econômica, a exemplo do papel predatório que as privatizações cumprem no Governo Bolsonaro.

A crise do capital que há quase uma década aflige os trabalhadores de todo o mundo não desacelerou. Muito pelo contrário, ganhou novos tópicos com a guerra comercial deflagrada entre os governos americano e chinês. Os efeitos dessa nova disputa pela hegemonia do capital internacional são sentidos por todos e representam mais um indício de um mundo em crise tensionado pelas formas modernas de guerra. Para os países da periferia restam devastação ambiental, desemprego, retirada de direitos e migrações em massa.

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, com uma campanha baseada em fakenews, mentiras e manipulações de dados, causou uma tempestade dentro do regime estadunidense. Apoiado pelos setores mais marginais do conservadorismo estadunidense, o republicano foi uma resposta contra o liberalismo apoiado pelos setores dominantes de Manhattan. O resultado dessa linha foi um governo frágil em manter uma estabilidade, que vive da truculência interna e da xenofobia, mas vê um avanço inédito da esquerda socialista por dentro do sistema. A campanha de Bernie Sanders resultou no fortalecimento da Democratic Socialists of America dentro do Partido Democrata, que se capitalizou e conseguiu eleger uma inédita bancada da esquerda radical no Congresso do país com apoio das mulheres, de jovens, trabalhadores e imigrantes. Em vez de avanço conservador, houve um crescimento de polos antagônicos. O governo Trump intensificou conflitos e polarizações em todo o mundo. Neste novo cenário observamos a Rússia retomar grande relevância na disputa geopolítica mundial com presença central em conflitos à exemplo da guerra na Síria, um sangrento conflito que gerou ondas de aumento no número de refugiados.

Trump e Putin colocam Estados Unidos e Rússia em direção a uma nova corrida armamentista pelo abandono mútuo do Tratado sobre Armas Nucleares de Alcance Intermediário assinado em 1987.

Ao mesmo tempo, encurralada pela política russa, pela guerra comercial entre China-EUA, pelos refugiados que chegam a todo instante do Oriente Médio e África, e pelo impasse interno que se tornou o Brexit, a União Européia vive sua crise particular. Os setores mais reacionários usam da mesma estratégia de fazer política baseado em mentiras que beneficiou Trump para fazer crescer seu apoio entre os trabalhadores desiludidos com a austeridade da União Européia. A crise que se arrasta lentamente causa graves consequências na relevância européia dentro do sistema capitalista e para os trabalhadores de todo mundo. A face mais triste disso são os milhares de imigrantes que fogem de guerras e fome na Ásia e África, nos últimos meses simbolizados pelos navios, barcas e botes onde os passageiros tentam desesperadamente aportar em praias e portos mediterrâneos.

Já a China se levanta na guerra comercial buscando garantir uma hegemonia do sistema capitalista internacional. Sua influência é muito maior do que apenas os países membros dos Brics, em especial por conta da política chinesa de exploração de recursos na África. A perseguição e banimento de empresas chinesas de tecnologia de ponta nos Estados Unidos, como a Huawei, intensifica a guerra comercial.

Mas as movimentações da China no cenário internacional não são apenas a luta por mercados para a venda de produtos e aquisição de commodities. A política aplicada sob a liderança de Xi Jinping, busca a

médio prazo a disputa pela hegemonia econômica e política mundial. Obras de infraestrutura da chamada Nova Rota da Seda, a hegemonia comercial nos oceanos Índico e Pacífico, aliada a uma série de ações econômicas, financeiras, diplomáticas e militares são parte desse processo de fortalecimento imperial chinês.

A exploração da força de trabalho na China se situa nos piores níveis do mundo. Sua inserção no mundo capitalista gera um regime de ultraexploração a nível mundial.

A disputa entre Estados Unidos e China tem influência direta sobre a América Latina. E novamente o crescimento de polos antagônicos da luta de classes se faz presente de formas distintas. O México está no olho do furacão da política xenofóbica de Trump, seja pela retórica de fechamento de fronteiras, seja pelos seus cidadãos que são vítimas de crimes de ódio por parte de supremacistas brancos. O narco-regime autoritário do México entrou em decomposição, resultando pela primeira vez em décadas na eleição de um governo progressista, liderado pelo presidente Andrés Manuel López Obrador e a coligação Juntos Haremos Historia. Mas por sua localização geográfica e acordos antigos, o México pode sofrer com a guerra comercial entre EUA e China. Estão localizados no país tanto fábricas chinesas que usam o país como plataforma de exportação para o norte, quanto plantas de empresas estadunidenses que fazem o mesmo, só que para o sul.

No entanto, a resistência ainda existe. Na principal ponta latino-americana do imperialismo norte-americano na região, a colônia de Porto Rico, os trabalhadores dão o recado do que querem. Mesmo com as contradições entre setores da população independentistas e outros que defendem a incorporação definitiva aos Estados Unidos, foi possível fazer uma ação conjunta e depor pelas ruas um governo local corrupto.

Na América do Sul a polarização dos extremos continua. A solução para os problemas da Venezuela deve ser construída por seu povo, sem ingerência externa, nem alianças com setores intervencionistas ou burocráticos. A situação venezuelana faz parte do ciclo ainda aberto com o Caracazzo em 1989, e somente a sua própria população poderá encontrar um caminho.

Ao sul do continente vemos outras formas de resistência. No Paraguai o povo foi para as ruas e coloca nas cordas o governo de Mario Abdo Benitez.

Na Argentina a população, em meio ao processo eleitoral, acaba de dar um recado ao governo de Mauricio Macri. A vitória nas eleições primárias do Partido Justicialista com a chapa Alberto Fernández-Cristina Kirchner foi um voto de repúdio ao desmonte de políticas públicas.

## **Conjuntura Nacional**

As lutas sociais de 2019 expressam a profunda crise em que o Brasil está inserido. Os elementos de resistência e conquista presentes nos apontam para a necessidade de superar problemas estruturais da nossa formação histórica para que, através da Revolução Brasileira, possamos garantir dignidade e

soberania ao nosso povo dentro de processos de solidariedade e luta visando combater toda forma de exploração e opressão.

A crise brasileira é a forma pela qual se expressa no território e na história nacional a profunda crise do capitalismo mundial, incapaz de garantir condições dignas de vida básicas ao conjunto das populações, ampliando a miséria, sofrimento, intolerância, guerras e a destruição e degradação acelerada da biodiversidade e dos ambientes do planeta.

A formação histórica do Brasil nos relegou uma inserção subordinada dentro da economia mundial. O tripé trabalho escravo, concentração da propriedade e especialização da economia em produtos primários voltados para a exportação se atualizou historicamente nos padrões atuais de ultraexploração/degradação da força de trabalho, limitações profundas em nossa vida democrática e destruição do meio ambiente.

A industrialização que ocorreu ao longo do século XX foi fundamental para forjar uma classe operária no país que protagonizou diversos processos de lutas e conquistas ao longo da história brasileira. Esse processo teve como impulso inicial a substituição de importações, não tendo sido algo planejado em torno de um projeto soberano de país. O início da industrialização brasileira ocorreu baseado na produção de bens não-duráveis, com base técnica bastante rudimentar comparada aos padrões mundiais da época e procurando reagir às contradições, sobretudo de ordem cambial, da economia primário-exportadora.

O início da industrialização pesada foi conduzido inicialmente sob o Estado Novo protofascista de Vargas e intensificado a partir do governo Juscelino (1955-1960) quando através de forte inserção do capital internacional na economia brasileira passam a se organizar os investimentos públicos e as empresas estatais (bancos, áreas de energia elétrica e petróleo, siderurgia, estradas e telecomunicações) procurando consolidar os fundamentos para um processo de industrialização no país visando atender os interesses de conglomerados multinacionais.

A contradição entre estes interesses estrangeiros (associados aos setores agroexportadores) e uma perspectiva nacionalista (que se relacionava inicialmente com a internalização dos processos de decisão sobre o desenvolvimento econômico e, no início da década de 1960, em torno da necessidade das reformas de base) se resolve com a contrarrevolução burguesa, que articula os interesses da burguesia brasileira com os interesses do imperialismo dando a direção político-econômica dos governos autoritários (1964-1985).

Com o golpe militar de 1964 se consolida o processo de industrialização visando atender, sobretudo, aos interesses do capital internacional que se instalava no Brasil, com destaque para as indústrias de produção de bens duráveis, em especial a automobilística. E as empresas estatais, além de darem suporte aos processos de acumulação do capital internacional, cumpriram também o papel de acomodar interesses das oligarquias políticas regionais e de setores do empresariado nacional que enriqueceram através de negócios (boa parte marcados por corrupção) com o Estado, como é o caso das grandes empreiteiras.

A Crise Econômica Mundial da década de 1970, aliada à derrocada do Bloco Soviético, se desdobrou em processos intensos de financeirização e destruição de barreiras nacionais à acumulação do capital. Isso

fortaleceu uma divisão internacional do trabalho, que acentuou o grau de especialização na economia mundial, com destaque para aquelas na periferia do capitalismo, como a brasileira. Houve um movimento de privatização e abertura das economias nacionais como forma de garantir ao capital melhores condições de valorização. O aumento da dependência do capital internacional, a partir dos maciços empréstimos realizados nos governos militares, cobrava sua fatura. As medidas político-econômicas tomadas pelo imperialismo estado-unidense fragilizaram enormemente a economia brasileira, acarretando em recessão econômica, crescente desvalorização cambial e escaladas inflacionárias.

A saída para a crise foi aumentar a dependência externa com a abertura da economia. Os presidentes Collor e Fernando Henrique Cardoso, ambos eleitos com o apoio dos setores dirigentes da burguesia brasileira, iniciam e consolidam o processo crescente de fragilização de políticas de defesa da indústria nacional e de garantia de direitos sociais, que haviam sido, através de muitas lutas, inscritos na Constituição Federal de 1988.

Com o Plano Real em 1994, as classes dominantes brasileiras a serviço dos interesses do rentismo financeiro, a princípio apostam em uma política de âncora cambial para debelar as pressões inflacionárias, que eram fator de fortes tensões sociais desde meados da década de 1980. As medidas de combate à inflação se davam nos marcos da intensificação das medidas de inserção do Brasil nas “oportunidades” abertas pelo capitalismo crescentemente globalizado, com forte apelo ideológico para a modernização dos padrões de consumo da população. Após poucos anos, a política de âncora cambial se revelou impraticável do ponto de vista do balanço de pagamentos. E por isso, logo após a reeleição de FHC, se reorganiza a política econômica brasileira sob o chamado tripé macroeconômico com câmbio flutuante, metas de inflação e superávit fiscal, tornando o país um paraíso para a especulação financeira com os juros da dívida pública.

Os efeitos dessa política desindustrializante e recessiva já se fizeram presentes no segundo governo FHC impedindo que ele fizesse seu sucessor. Os governos petistas deram prosseguimento à política econômica herdada do tucanato. Entretanto, devido à conjuntura favorável do preço dos produtos primários brasileiros vendidos no mercado internacional na primeira década dos anos 2000, tiveram um alívio na balança comercial que lhes permitiu conduzir o tripé macroeconômico (e o próprio Lula não faz nenhuma questão de esconder que os bancos nunca lucraram tanto como em seus governos) com um crescimento do PIB médio da ordem de 4%. Tal crescimento da economia possibilitou a contenção de parte das tensões sociais internas através da melhora do poder de compra de setores expressivos da população, também beneficiados com uma oferta favorável de crédito internacional que se refletiu no mercado interno.

A euforia associada à construção enganosa de um suposto neodesenvolvimentismo dos anos de crescimento econômico, sobretudo nos dois primeiros governos petistas, contribuiu para aprofundar o processo de cooptação das lideranças populares e sindicais às referências de funcionamento do Estado Burguês, consolidação da aliança do principal instrumento organizativo da classe trabalhadora após a

ditadura com as diversas frações burguesas do Brasil (com destaque para os bancos, agronegócio e empreiteiras) e rebaixamento do nível de consciência da sociedade brasileira em relação à necessidade de superação de nossos problemas estruturais. O processo de cooptação do Partido dos Trabalhadores pela burguesia brasileira foi determinante para a resolução da crise político-econômica de 2015-2016 em que as classes dominantes descartam o PT como alternativa de administração do Estado brasileiro (no Executivo federal). O impeachment se deu praticamente sem resistência da classe trabalhadora, que organizada na política de conciliação de classes petista, agora não teria nem disposição, nem programa e nem organização para resistir ao aprofundamento dos ataques que passariam a ser conduzidos por Michel Temer. A incapacidade e a indisposição do PT em organizar movimentos de massa para resistir às reformas de Temer ratificou o processo de esgotamento programático e histórico dessa organização escancarado em 2013.

Com a redução drástica da oferta de crédito internacional a partir da crise mundial de 2008, associada à deterioração dos preços dos produtos primários exportados pelo Brasil no mercado internacional, a ilusão neodesenvolvimentista alimentada pelo PT se desfez.

Mesmo improváveis novos ciclos duradouros de preços favoráveis dos produtos primários exportados pelo Brasil no mercado internacional, não serão capazes de reverter a crise econômico-social que se instalou no país e que se aprofunda. Isso porque uma economia altamente especializada em poucos produtos não é capaz de produzir trabalho e os produtos necessários para que mais de duas centenas de milhões de brasileiros vivam com dignidade.

O agravamento da crise econômico-social brasileira passou a colocar em xeque o regime político, sendo um marco nesse sentido as jornadas de junho de 2013. A explosão nas ruas de demandas sociais não atendidas (transporte público, educação, saúde) tornaram o tensionamento político crescente. No entanto, nem o governo petista vigente, nem as outras frações da política burguesa que passaram a se colocar como alternativas, fizeram qualquer esforço de debater os aspectos centrais do destino do país, suas amarras e problemas estruturais. O debate público foi sendo conduzido pelas necessidades pragmáticas da burguesia em fazer novos ajustes para sustentar a especulação financeira e por uma despolitização crescente que passou a personalizar em velhos ou novos mitos a saída para os problemas históricos do povo brasileiro.

Lutas intensas aconteceram a partir de 2013, como a greve dos trabalhadores da construção da barragem de Jirau, as mobilizações contra Belo Monte, a luta contra os gastos com a Copa do Mundo, a greve dos garis do Rio de Janeiro em 2014, as históricas ocupações de escola em 2015 em São Paulo e em 2016 em todo o país, a greve geral de abril de 2017, a greve dos caminhoneiros em 2018 e os dias de mobilização em defesa da educação e da previdência no primeiro semestre de 2019. Mas a falta de um programa de enfrentamento aos problemas estruturais brasileiros impediu que esses valerosos processos de luta rendessem todo o seu potencial em fortalecer uma alternativa política.

A partir do governo Temer a destruição dos direitos trabalhistas e constitucionais se acelera, sobretudo com a Reforma Trabalhista e a Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos sociais por 20 anos. As reformas neoliberais são o elemento central de unificação da burguesia nacional para construir uma (falsa) saída para a crise econômico-social instalada no país.

Como tem ocorrido em boa parte do mundo, a agudização da polarização em função da profunda crise social levou à maior presença de setores da direita do espectro político. A ausência de uma alternativa de esquerda radical permitiu que o candidato de extrema direita capitalizasse a maior parte da indignação popular “contra tudo o que está aí”. Assim, nas eleições presidenciais de 2018, um parlamentar medíocre, que construiu sua carreira ao longo de quase três décadas no “Centrão” do Congresso Nacional, sempre aliado aos partidos e políticos fisiológicos e envolvidos nos esquemas de corrupção, e defendendo pautas machistas, lgbtfóbicas, de desproteção trabalhista e ambiental, se alçou como a opção viável para a burguesia brasileira aprofundar o processo de espoliação do povo brasileiro.

A Reforma da Previdência é a principal medida que o governo Bolsonaro prometeu entregar para a burguesia, mas já articula e realiza uma série de outros ataques contra os movimentos sociais e os direitos dos trabalhadores. A Reforma da Previdência tem sido construída ao longo de muitos anos como medida imprescindível para que qualquer governo comprometido com a defesa dos interesses burgueses realize. Não foi por acaso que os últimos presidentes antes de Bolsonaro, desde FHC, realizaram mudanças na Previdência e Seguridade que retiraram direitos dos trabalhadores. Agora a Reforma da Previdência de Bolsonaro está organizada de forma a trazer uma desproteção sem precedentes para os trabalhadores pobres brasileiros, dado que seu alvo prioritário (RGPS) tem 83% dos seus benefícios na faixa até 2 salários mínimos. O objetivo fundamental dessa Reforma é garantir condições para o pagamento dos juros da dívida engordando os lucros de bancos e especuladores, além de atender ao segmento do rentismo que se valoriza através da administração dos fundos de pensão (e o ministro da fazenda Paulo Guedes é um representante emblemático desse setor).

Não obstante a centralidade da aprovação da Reforma da Previdência para agradar as classes dominantes, o compromisso do governo Bolsonaro para o processo de reversão neocolonial vai além. A educação e pesquisa têm sofrido cortes drásticos, o que fragiliza ainda mais a situação das escolas e universidades públicas. Com a saúde pública a situação não é diferente. E além da degradação intensificada dos direitos sociais, Bolsonaro defende aspectos centrais do Estado Policial brasileiro, como o encarceramento cujos índices explodiram ao longo das três últimas décadas, sendo um entusiasta da violência estatal e paraestatal às lutas sociais. O caráter autocrático e reacionário da burguesia brasileira, acomodados e parcialmente adormecidos durante os acordos de governabilidade petistas, agora aparecem com toda sua ferocidade. O ministro Sérgio Moro, construído politicamente a partir de uma campanha articulada entre parte do judiciário e a grande mídia, através do combate seletivo, arbitrário e repleto de ilegalidades à corrupção na política brasileira, agora se apresenta como fiador de um projeto que acentuará os problemas de repressão e abuso policial no Brasil em desfavor dos pobres e dos setores que lutam contra as

injustiças sociais. E também tem o papel de blindar as investigações sobre a relação entre a família Bolsonaro e o crime organizado (milícias).

Diante desse quadro, há pelo menos três tarefas centrais para o sindicalismo combativo:

- Construir a unidade e solidariedade em todos os processos de defesa dos direitos do povo brasileiro;
- Forjar nas lutas e em seus encaminhamentos saídas que enfrentem os problemas estruturais do país, criando as bases de um Programa para a Revolução Brasileira. O debate sobre a Revolução Brasileira saiu da pauta da esquerda trazendo como consequência a dificuldade em dar encaminhamentos políticos à profunda crise social que vivemos;
- Fortalecer um sindicalismo combativo que dê respostas às novas formas de organização da classe trabalhadora e do povo brasileiro, e às formas de exploração e opressão sofridas. Nesse sentido, compreender e enfrentar a ultraexploração que se dá através dos processos de terceirização e uberização é central, bem como estar lado a lado de estudantes, sem terras, sem tetos e na luta pela saúde, assistência e previdência públicas. Construir um sindicalismo anti-racista, anti-machista e anti-lgbtfóbico, que valorize todas as formas de diversidade (de raça, gênero, identidade, orientação sexual, geracional, regional, etc.) em seu interior.

## **Organização Sindical**

Durante o período dos governos petistas, setores do movimento sindical de esquerda buscaram se diferenciar denunciando o caráter de conciliação de classes dos mesmos e a continuidade de políticas liberais que atingiam direitos da classe trabalhadora.

Após o impeachment de Dilma tramado pelas forças que compunham os próprios governos petistas, em conjunto com a oposição de direita e grandes empresários, avalizado pela grande mídia, a difícil realidade se mostra para a organização sindical da classe trabalhadora brasileira e, com um ataque brutal aos direitos do povo brasileiro.

Com uma ampla rejeição pela população, mas tendo controle do Congresso Nacional, Temer tentou impor grandes ataques contra nossa classe. A reforma da Previdência não foi aprovada graças a enorme reprovção da população e ampla mobilização do movimento sindical, estudantil e movimentos sociais, que teve como destaque a Greve Geral de abril de 2017. Contudo, Temer consegue aprovar a Reforma Trabalhista. As consequências dessa reforma são sentidas nesse momento e ao continuar desse quadro, nossa situação piorará. Desemprego recorde, aumento substancial da precarização das relações e vínculos de trabalho, ataque à organização sindical e dificuldade enorme de acessar a justiça do trabalho são alguns desses efeitos presentes na conjuntura. A Emenda Constitucional 95 também é um grave ataque que aprofunda o desmonte dos serviços públicos.

Desde as manifestações de junho de 2013, o descontentamento da população foi evidenciado e, naquele momento, a continuidade das políticas liberais do Governo Dilma contribuiu para a polarização política



da população brasileira, com uma ascensão da direita, da extrema direita e setores reacionários que acabam por construir uma opção de governo elegendo Bolsonaro.

Nesse período teve destaque a resistência e organização das mulheres, que conseguiram polarizar e denunciar esse projeto reacionário.

Com um discurso de extrema direita, contra toda a forma de organização e mobilização da classe trabalhadora, o Governo Bolsonaro vai apresentando medidas e projetos que retiram ainda mais direitos do povo. Acontecem ataques aos direitos trabalhistas, aos direitos sociais e políticos e retrocessos nos direitos humanos com consequências catastróficas para todo o povo.

A Reforma da Previdência e o corte de verbas para a Educação expressam bem essa política. O movimento sindical que já vinha fragilizado ainda tem que enfrentar durante a tramitação do projeto da reforma da previdência, a emissão de uma Medida Provisória que proíbe o desconto em folha das contribuições sindicais. Embora na Justiça muitas entidades conseguiram manter o desconto e a MP acabou caducando, o Governo Bolsonaro demonstra como vai tentar destruir a organização sindical no Brasil.

O projeto de Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro trazia em seu bojo, além de enormes injustiças, desconstitucionalização dos direitos trabalhistas e previdenciários, a proposta de implantar um sistema de capitalização, onde terminaria o pacto e solidariedade de gerações. Esse projeto, de Reforma da Previdência, ao se tornar conhecido da população começa a enfrentar rejeição e as mobilizações se tornam crescentes.

A fim de viabilizar a aprovação no Congresso Nacional, os partidos do “Centrão” fazem ajustes no mesmo e contando com o intenso apoio da mídia e campanhas publicitárias milionárias na tentativa de convencer a opinião pública conseguem aprovar na Câmara e provavelmente aprovarão no Senado Federal.

A proposta de capitalização, que foi retirada no ajuste do “Centrão” na Câmara Federal, deverá ser recolocada na pauta através de uma PEC paralela.

Logo em seguida a aprovação na Câmara Federal da Reforma da Previdência, o Congresso aprovou a chamada Lei da “Liberdade Econômica”, revogando uma série de artigos da CLT, retirando mais direitos da classe trabalhadora, permitindo, por exemplo, a maior facilidade para exploração do trabalho nos finais de semana e feriados.

Está também para ser apresentado pelo governo, através de projeto de Lei, o fim da obrigatoriedade das contribuições sindicais em folha de salário e o fim da liberdade sindical.

O movimento sindical se encontra diante de desafios enormes e estruturais. Num quadro de desemprego altíssimo e crise econômica o nível de sindicalização tende a diminuir. Somado a isso, um governo que foca suas ações na destruição da organização e resistência da classe trabalhadora e que tem como objetivo central a retirada de direitos políticos, trabalhistas e sociais.

A polarização política na população ainda persiste. O descrédito de setores da população nas atuais formas de organização dos movimentos sociais e sindical e, ainda, um apoio de grande parte da população ao atual governo, levam a agravar essa situação.

Não há saídas isoladas ou corporativas para o movimento sindical. É necessário, o fortalecimento e a consolidação de organizações sindicais que pautem com prioridade a luta anticapitalista e tenha como estratégia a derrota do projeto político expresso no Governo Bolsonaro.

A Central Sindical que pode centralizar, unificar e potencializar as lutas setoriais e de categorias é uma ferramenta imprescindível nessa resistência e reorganização sindical da classe trabalhadora brasileira.

Nesse sentido a CSP-Conlutas vem cumprindo esse papel e pode vir se tornar um espaço fundamental e referência, nessa amplitude das lutas da classe trabalhadora em nosso país. Nossa organização sindical e, a construção de movimentos de luta que resgatem e ampliem nossos direitos tem que se enraizar ainda mais no dia a dia e na vida cotidiana de nossa população.

Além de uma política de comunicação que dialogue com a população e dê suporte para a militância nessa disputa ideológica, também apontamos a importância da realização de encontros, plenárias e assembleias populares nas diversas cidades do país, nas escolas, locais de trabalho, associações, enfim nos mais diversos espaços onde se reúne a população para discutir nossos problemas, suas causas e soluções para os mesmos.

Consideramos importante também, a realização de debates descentralizados por setores econômicos ou ramos de atividade para aprofundar e dialogar com as trabalhadoras e trabalhadores diante da realidade que vivemos.

Discutir e apontar as formas de luta e organização que levem a conquistas de melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

As causas do desemprego, o desmonte do serviço público e outras mazelas precisam ser entendidas em sua profundidade, para traçar caminhos que fortaleçam as lutas e a nossa resistência.

É necessário apresentar alternativas para acompanhar as mudanças no mundo do trabalho, e construir um sindicalismo que dê resposta à configuração da classe trabalhadora atual, nesse momento onde várias mudanças ocorrem como a intensificação da desindustrialização, aumento do desemprego e da informalidade, terceirização, quarteirização, trabalho intermitente.

Há também a chamada uberização do mundo do trabalho. Mais de 4 milhões de pessoas trabalham por aplicativos em nosso país, tornando os aplicativos os maiores empregadores, numa relação que busca negar o vínculo empregatício. As forças do capital usam a tecnologia para aprofundar a precarização do trabalho, criando uma categoria de escravização moderna.

A organização de trabalhadores rurais e a luta intransigente pela reforma agrária também tem que ser um objetivo de nossa organização política para a transformação do país. Há movimentos sociais do campo com grande experiência de organização popular com quem devemos dialogar e a quem devemos apoiar, nunca deixando de apontar a incapacidade e a falta de interesse de organizações políticas cooptadas pela

burguesia em dar a radicalidade necessária à luta pela reorganização das relações de trabalho e propriedade no campo brasileiro.

As lutas e campanhas das diversas categorias tem que levar em consideração, além de suas pautas específicas, a compreensão e expressão das reivindicações dos movimentos sociais, que também são da classe trabalhadora e o objetivo da luta política ampliada anticapitalista e a necessidade de derrotar as políticas dos governos a serviço do capital.

A construção de movimentos unitários é necessária, mas ainda existem diversos setores organizados em outras centrais sindicais, que buscando acordos para salvaguardar suas estruturas burocráticas, sabotam a construção de manifestações e greves. A unidade na luta é essencial, mas é fundamental um debate de projeto, pois o fato de se opor ao governo Bolsonaro, não significa automaticamente que diversas forças políticas são contra os projetos de retirada de direitos, como a reforma da previdência, que já foi defendida e implementada por forças do petismo.

Cada mobilização, movimentos e lutas em todas as categorias, das organizações populares e estudantis, nas cidades, cada vitória conseguida se soma na estratégia maior e fortalece a classe trabalhadora, colocando num patamar superior de resistência e organização. E em nosso entendimento, a CSP-Conlutas em unidade com os sindicatos, movimentos populares, sociais, estudantis, com as universidades e com as pessoas e organizações que resistem a esse projeto reacionário em curso, tem papel fundamental em toda essa construção.

### **Luta contra as opressões**

Os quase quatro séculos de colonização, genocídio indígena e escravidão negra são traços determinantes para conformar a organização do capitalismo racista e patriarcal no Brasil. Em toda a história “oficial” do nosso país, as características da superexploração do trabalho e da violência sistemática perpetrada pelo próprio Estado contra a classe trabalhadora são profundas. Os povos indígenas, a população negra, a população LGBTQIA e as mulheres têm sido brutalmente alijadas de direitos sociais e políticos, do acesso à riqueza socialmente produzida, das esferas de decisão e comando institucional e têm sido alvo cotidiano da violência, seja por parte da polícia nas ruas, seja pelos jagunços do agronegócio no campo ou pelos próprios familiares na esfera doméstica. Nosso país patriarcal, desigual e excludente também é campeão mundial no ranking dos crimes contra a vida com motivação homofóbica e transfóbica. A tão celebrada miscigenação brasileira nada mais é do que o produto do estupro de mulheres negras e indígenas pelos senhores brancos de origem européia.

Os mapas da violência de 2015 e de 2016 revelam os dados dessa guerra contra o povo: entre 2003 e 2013, o assassinato de mulheres negras subiu 54,2%. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, o número de mortos por intervenções policiais cresceu 27%, somando mais de 4 mil vítimas, 76% delas negras. Em 2019, a escalada de assassinatos de jovens negros nos morros do Rio de Janeiro e nas demais periferias dos grandes centros urbanos pelas polícias ou do Exército tem sido avassaladora.

Esse modelo de segurança é racista, não combate a violência, e sim a estimula, e é perigoso tanto para a população, quanto para os profissionais da segurança, que também morrem vítimas de homicídio. O governo brasileiro, que legitima e promove a matança de centenas de pessoas todos os dias, é intolerante à democracia. A relação comprovada do presidente e de seus filhos parlamentares com milicianos, inclusive com aqueles suspeitos de envolvimento no assassinato de Marielle, é escandalosa e inadmissível.

A conjuntura de crise econômica, política e social articulada com os projetos do governo Bolsonaro e vários governos estaduais agravam esse cenário de segregação e violência contra a população mais oprimida. O discurso do moralismo e do ódio, tão fortes na última campanha eleitoral, permaneceram aquecidos no governo e se reforçaram com a nomeação da pastora Damares Alves para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, de Ricardo Salles para o Ministério do Meio Ambiente e com as recorrentes declarações misóginas e intolerantes do próprio presidente da República. Na medida em que o Estado não é capaz de garantir nem o assalariamento formal, nem condições mínimas de direitos, e que as mulheres, negros e negras, indígenas e LGBTQIA se encontram em situação de maior precarização, pauperismo e desigualdade, o Estado é organizador da dominação-exploração capitalista, patriarcal e racista e do esmagamento da vida dessas populações. O impacto da Reforma da Previdência e da PEC da “Liberdade Econômica” sobre os trabalhadores e trabalhadoras que já estão em condição de maior vulnerabilidade será imenso. A devastação da Amazônia a passos largos, além de ser um verdadeiro crime contra o meio ambiente, ainda expulsa milhares de comunidades indígenas de seu local de vida, trabalho e moradia. Os cortes de verbas e o desmonte da educação também atingem em cheio a população mais oprimida, já que são as mulheres a maioria do quadro docente, cada vez mais precarizado, e são as crianças e jovens negros que ocupam a maior parte das fileiras da escola pública.

A escola tem um papel fundamental de ensinar as crianças e jovens a respeitar a diversidade e a combater toda forma de discriminação e desigualdade. O projeto do “Escola ‘Sem’ Partido” é mais um reforço do assédio e perseguição aos professores e professoras que se propõem a construir um projeto de educação comprometido com a solução dos problemas do nosso país e realmente pautado por formar sujeitos críticos, conscientes e atuantes.

As mulheres, negros, negras, indígenas e LGBTQIA são maioria em nosso país, indignadas e indignados com o cenário político e com suas condições de vida estão indo às ruas manifestar sua rebeldia, a exemplo das manifestações do “Ele Não”, do 8 de Março, da marcha das mulheres indígenas em Brasília, da resistência quilombola, dos protestos por justiça para Marielle e de todas as vítimas da polícia.

**Assinatura:** Coletivo Avançar nas Lutas (Sinsprev/Fenasps), Coletivo Quinze de Outubro (Oposição Apeoesp),

Oposição Saúde Estadual/SP, Oposição Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Vinhedo/SP e 1º de Maio (Oposição Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp).

## **11) COMBATER O BUROCRATISMO! RETOMAR A CSP-CONLUTAS COMO FERRAMENTA PARA A REORGANIZAÇÃO CLASSISTA DA VANGUARDA!**

Apresentação: **GOI / Palavra Operária**

### **Conjuntura Nacional e Internacional**

Considerando-se uma nova crise mundial do capitalismo agrava a crise crônica dos regimes burgueses, anuncia-se no horizonte da economia imperialista uma nova crise ainda mais catastrófica do que a de 2008. Igual à anterior, deve ter seu epicentro nas economias dominantes dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, mas atingir de uma forma mais imediata e destruidora as economias dominadas dos países semicoloniais.

Os efeitos incontrolláveis das crises cíclicas capitalistas são agravados pela política de contrarrevolução econômica permanente (que os capitalistas e seus governos chamam de “reformas” e “ajustes”), que significa a destruição dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais arrancados pelo proletariado em sua luta secular contra a burguesia.

A nova crise deve atingir o Brasil de uma forma avassaladora, aprofundando a recessão que já estagna o país e elevando a um grau intolerável a exploração da força de trabalho que já suportamos com os altos índices de desemprego, subemprego e precarização, agravados pelas “reformas” Trabalhista e da Previdência e pelos cortes nos investimentos públicos. A crise econômica leva também à falência generalizada dos pequenos proprietários e “empreendedores”, e inclusive de setores da burguesia nacional, sufocados pela concorrência e pelo parasitismo financeiro das grandes corporações imperialistas, bancos e “fundos abutres”.

### **As direções traidoras do movimento buscam salvar a burguesia e seu sistema**

A crise econômica e social que se aprofunda está na base da crise crônica do regime político da democracia burguesa, que explodiu de forma aguda nas Jornadas de Junho de 2013 e se arrasta até hoje, sem solução. Todas as instituições do regime se encontram decrépitas, enfrentadas umas com as outras e com cada vez menos credibilidade da população. A democracia dos ricos é cada vez menos capaz de arbitrar “democraticamente” as disputas entre as frações burguesas pelo controle do aparato de Estado e saque dos recursos públicos. E, sobretudo, é cada vez mais impotente para conter nos marcos da “democracia parlamentar” a agudização crescente da luta de classes, que transborda inexoravelmente a um estado de pré-guerra civil na sociedade, com o fortalecimento dos extremos do espectro político, a revolução e a contrarrevolução. A crise do regime no Brasil é parte da crise geral dos regimes burgueses em todo o mundo.

A saída dos capitalistas para a crise do seu modo de produção não deixa margem a concessões para a melhoria das condições de trabalho e de vida do proletariado, minando pela base as condições materiais da política de colaboração entre o capital e o trabalho e de coexistência democrática entre as classes praticada pelos partidos reformistas (PT, PC do B) e pelas direções burocráticas do movimento operário e

de massas encasteladas na CUT, CTB, Força Sindical, UGT, MST, CONTAG UNE, UBES, etc. A necessidade de desatar uma ofensiva sem tréguas contra a classe trabalhadora é a base objetiva que obrigou a classe dominante a se descartar dos governos do PT e da Frente Brasil Popular (FBP), a colocar Lula na prisão e a criminalizar o PT, mesmo após os anos de servilismo à burguesia e ao imperialismo.

Os governos de frente popular (e bonapartistas sui generis), que marcaram a América Latina nas primeiras décadas do novo século, cujo principal expoente foram os governos de Lula e Dilma, significaram o ápice da colaboração entre os exploradores econômicos (burguesia) e os exploradores políticos (direções burocráticas) do proletariado. Cumpriram o papel histórico de interromper o processo de mobilização permanente das massas trabalhadoras, os processos revolucionários que varreram a América Latina na virada do século, desviando-os do caminho da revolução para a via morta do eleitoralismo, do parlamentarismo e do reformismo burguês, levando à desmobilização e desorganização da classe trabalhadora e à desmoralização de setores importantes do proletariado, e jogando amplas camadas das massas pequeno burguesas de volta aos braços da burguesia.

A eliminação das bases materiais de sua política de conciliação de classes leva estes partidos reformistas e direções burocráticas a uma crise histórica. Para manterem seu controle sobre as massas e seu domínio sobre as organizações do movimento operário e de massas (sindicatos, movimentos, coletivos, etc.), ao serem pressionados por suas bases a responder aos duros ataques dos patrões e governos, respondem com uma política de “mobilização controlada”, quer dizer, burocrática, dos setores mais organizados e conscientes da classe trabalhadora e do povo pobre e oprimido. São a quinta coluna da burguesia e do imperialismo no interior da nossa classe para desviar as lutas diretas para os parlamentos e eleições. Utilizam a manipulação política do proletariado e suas organizações de classe como “capital” político para se mostrarem úteis à burguesia e ao imperialismo, barganhando as lutas das massas em troca da sua sobrevivência como casta parasitária do proletariado.

A burocracia sindical traiu a luta contra Temer para buscar se salvar do fim do imposto sindical. Lula, mesmo preso e perseguido pela burguesia, segue aconselhando pacientemente a burguesia acerca das virtudes da conciliação de classes, preservando-se como alternativa para um novo governo frente populista que possa desviar novamente as massas do caminho revolucionário, caso a crise atual desemboque numa situação abertamente revolucionária e a classe dominante seja obrigada novamente a solicitar sua colaboração.

As direções reformistas e burocráticas, apesar de condenadas pela história, seguem sendo o principal obstáculo ao desenvolvimento da luta revolucionária da classe trabalhadora e do povo pobre e oprimido, verdadeiras organizadoras conscientes das derrotas da nossa classe diante da avassaladora ofensiva burguesa sobre nossas condições de trabalho e de vida. É preciso construir uma nova direção para as lutas do proletariado. Mas, infelizmente, as direções que se propõem como alternativas ao PT, ao PC do B e à burocracia sindical, agrupadas principalmente na CSP-Conlutas e na Frente Povo Sem Medo, devido aos erros de sua política, não têm conseguido construir no calor da luta de classes um polo de massas

classista, socialista e revolucionário para disputar a direção das lutas contra as direções reformistas e burocráticas (tema que desenvolveremos na parte de Balanço da CSP-Conlutas).

### **A resistência da classe trabalhadora**

Contudo, apesar da trava imposta pelas direções, a ofensiva reacionária burguesa-imperialista se enfrenta com uma forte resistência do proletariado em vários países, com destaque recente para as lutas na América Central e na Argentina. A luta de classes não cessa e tende a se agudizar na medida em que a classe trabalhadora não sofreu nenhuma derrota histórica no terreno da luta direta e é obrigada a se defender da miséria, do desemprego e da violência. Sobre estas bases objetivas será possível no próximo período avançar na solução da crise de direção revolucionária do proletariado.

Além da traição das direções, impõem-se também dificuldades objetivas à mobilização da classe trabalhadora, em particular sobre os setores operários e precarizados, que ficaram evidentes na luta contra a “reforma” da Previdência.

A primeira delas é o altíssimo índice de desemprego e subemprego no país. A classe operária da indústria (metalúrgicas, químicas, farmacêuticas, alimentos, etc.) e da construção civil está sendo assolada por uma onda de demissões. Isto ocorre em maior ou menor grau em todas as categorias das empresas privadas (comércio, serviços, agronegócio, etc.). Os trabalhadores e trabalhadoras destes setores, mesmo entendendo a gravidade do ataque ao direito de aposentadoria, enfrentam neste momento os perigos mais imediatos do “fusão” e fechamento de empresas (FORD) e obras (Odebrecht), e da anulação e cortes de direitos (insalubridade, periculosidade, adicional noturno, piso salarial, etc.) que incidem imediatamente no rebaixamento dos salários (GM).

A segunda dificuldade tem a ver com a grande parcela da classe trabalhadora que já está com os direitos trabalhistas e previdenciários precarizados, formada principalmente pelas camadas mais jovens e oprimidas: mulheres, negros, LGBTQIs e imigrantes. Para estes setores precarizados, que trabalham sem carteira assinada, por contratos temporários e por “conta própria”, a aposentadoria já é uma perspectiva muito distante, um problema suplantado por outros mais agoniantes do cotidiano nas empresas (salários miseráveis, jornadas extenuantes, acidentes de trabalho, “chicote” das chefias, etc.).

Uma terceira dificuldade que se impõe como um fator objetivo para a mobilização é de natureza política: a existência de um setor minoritário da classe trabalhadora que neste momento apoia Bolsonaro e acredita que suas políticas como a “reforma” da Previdência, o fim dos direitos trabalhistas e a privatização das estatais são uma solução para a “volta do crescimento” do país e a geração de empregos.

Estas dificuldades objetivas são utilizadas conscientemente pela burguesia, por Bolsonaro e demais governantes para tentar colocar nossa classe na defensiva. Todavia, também são agravadas pela política imobilista das direções do movimento. O maior exemplo disso é a falta de reação dos sindicatos metalúrgicos (um dos setores mais organizados da classe trabalhadora) diante das demissões, fechamentos de fábricas e cortes de direitos nas montadoras e autopeças que levaram a derrotas na GM, de São José dos Campos (CSP-Conlutas), na FORD, do ABC (CUT) e em inúmeras outras fábricas, devido à falta de

organização e de unificação da resistência e da luta operária para enfrentar os ataques dos patrões e dos governos. Estas derrotas explicam porque a classe operária retrocedeu, na atual conjuntura, do papel de vanguarda da luta que exerceu na greve geral de 24 de abril de 2017.

Os sindicatos não têm nenhuma política para a organização dos desempregados, que são abandonados à própria sorte, o que abre espaço para a influência ideológica e política da burguesia, como a que foi feita pela extrema direita bolsonarista durante o 14J, com o slogan "Demita um grevista e contrate um desempregado". O mesmo ocorre com os milhões de trabalhadores e trabalhadoras precarizados, abandonados pelas cúpulas dos sindicatos.

### **O governo reacionário de Bolsonaro**

O governo Bolsonaro é o resultado imediato do fracasso da frente popular de Lula, PT e PC do B, da incapacidade do reformismo avançar na solução das causas estruturais da pobreza e do desemprego no país, de sua degeneração burguesa, cuja face mais podre são os escândalos de corrupção que dizimaram a direção histórica do PT e levaram Lula à prisão.

As mobilizações da pequena burguesia e da “classe média” pelo impeachment de Dilma (Coxinhaço, de 2015-16) e a instrumentalização da “Operação Lava Jato” para a caça a Lula e aos dirigentes petistas e seus aliados burgueses (agora revelada em detalhes pelo The Intercept) foram impulsionadas por setores marginais ao “establishment” do regime burguês, assumidamente conservadores, de ultradireita e fascistas, que levaram a reboque os principais dirigentes e partidos da então oposição burguesa (MDB, PSDB, DEM, PTB, PPS, etc.).

A operação golpista para tirar a frente popular do poder e prender e cassar os direitos políticos de Lula acabou por abalar ainda mais o edifício da “democracia”, principalmente os partidos burgueses que deram sustentação ao frágil e odiado governo Temer, que saíram destroçados das eleições de 2018. Por outro lado, em que pese sua crise histórica, Lula, o PT e a CUT retomaram seu papel dirigente sobre o conjunto do movimento operário e de massas ao se colocarem à frente do maior ascenso da classe trabalhadora dos últimos 30 anos, no primeiro semestre de 2017, contra os ataques de Temer (“reforma” Trabalhista, da Previdência e Ensino Médio, congelamento dos investimentos públicos, etc.). Ascenso que “cavalgaram” para evitar a derrubada revolucionária de Temer, desviando a fúria das massas para as eleições de 2018.

É neste contexto de debacle dos grandes partidos burgueses e de revitalização de Lula e do PT que as diferentes frações econômicas e políticas da burguesia acabaram por se agarrar à candidatura de Bolsonaro como alternativa para evitar a volta da frente popular ao poder.

Até as eleições de 2018, o bolsonarismo era um movimento político que se apoiava na oficialidade das forças armadas e policiais e em obscuras relações com as milícias paramilitares do Rio de Janeiro. Organizava-se nacionalmente através de uma extensa rede de milhares de apoiadores na internet, sobretudo jovens, recrutados por vários grupos de direita e extrema direita. A candidatura de Bolsonaro à presidência conseguiu unificar os diversos setores da direita conservadora numa ampla frente eleitoral anti-PT, que incluiu as alas mais reacionárias dos partidos burgueses oficiais (Dória, Witzel, Zema,



Ratinho Jr, etc.), acaudilhando a maioria das massas pequeno burguesas que foram às ruas no Coxinção de 2015-16 e dos apoiadores da “cruzada contra a corrupção” de Moro/Dallagnol. Esta frente da reação conseguiu arrastar amplos setores do proletariado, os mais atrasados e desmoralizados pela política burguesa do PT.

A vitória nas eleições e a chegada ao poder permitem ao bolsonarismo transformar-se num movimento de massas em todo o país, sustentado nas camadas mais abastadas e reacionárias da pequena burguesia e da “classe média”, e financiado pelos setores burgueses agrupados no “Instituto Brasil 200”, como ficou evidente nas manifestações de 26 de maio e 30 de junho em apoio ao governo, à “reforma” da Previdência e demais itens da “pauta” reacionária de Bolsonaro.

O governo de Bolsonaro reúne quatro setores: o clã político de Bolsonaro; os liberais do ministro da Economia, Paulo Guedes; o aparato judicial e da Polícia Federal “lavajatista”, comandado por Sérgio Moro; e a cúpula das Forças Armadas e Policiais, representada pelo grupo de generais que tem como expoentes o vice Mourão e o chefe do GSI, general Heleno. Representam os setores burgueses mais decididos a levar até o fim a ofensiva reacionária contra a classe trabalhadora.

Sua política pode ser resumida assim: submissão total ao imperialismo yanque e seus planos de recolonização; entrega da Amazônia e das riquezas nacionais à rapina capitalista, e privatização total das estatais, da saúde e educação públicas; destruição das conquistas trabalhistas e sociais; imposição de legislação e educação machista, racista, lgbtífóbica e xenófoba; esmagamento das organizações operárias e de luta das massas; imposição de uma ditadura pessoal no país.

Este programa, evidentemente, vai contra a classe trabalhadora e os setores oprimidos. Mas também se opõe aos setores “progressistas” da pequena burguesia e da “classe média” e aos setores aristocráticos da classe trabalhadora. Enfrenta-se também às frações burguesas que lutam para sobreviver à ofensiva colonizadora do imperialismo com base na pilhagem dos recursos do Estado, ou a seus setores “democráticos”, que defendem uma política de conciliação com as direções traidoras do movimento de massas para impor as “reformas”.

Os confrontos e crises entre o governo e o Congresso e o Supremo Tribunal Federal, bem como a luta entre as diversas facções dentro do próprio governo e dos demais “poderes”, refletem essas contradições de classe, assim como a contradição entre o caráter reacionário do governo Bolsonaro e as instituições em crise da democracia burguesa. O “modo bolsonarista de governar” (copiado de Trump!), que tanto assusta a burguesia “civilizada” e escandaliza a esquerda “republicana” é, na verdade, uma política consciente de Bolsonaro de buscar todos os meios e “brechas” para fazer avançar seu programa antipovo e para manter mobilizada sua base popular de massas apresentando-se como “homem simples e honesto” que é impedido de governar pelo “sistema corrupto” e pela “esquerda petista” que trama sua volta ao poder.

O programa de Bolsonaro só pode ser imposto com base numa derrota histórica das massas proletárias, única classe que pode se opor de forma resoluta e revolucionária à ofensiva contrarrevolucionária burguesa-imperialista. Por esta razão, o bolsonarismo tem uma dinâmica em direção ao bonapartismo e ao

fascismo. Neste sentido, busca manter sua base social e política nas massas da pequena burguesia arruinada e da "classe média" exasperado pela crise, incentivando seus preconceitos e se apresentando como defensor de seus anseios e demandas. Ao mesmo tempo em que ataca furiosamente o proletariado e o povo pobre e oprimido, assumindo sem pudor seu caráter patronal e pró-ianque, Bolsonaro atua "cirurgicamente" para minimizar os efeitos da crise sobre sua base social. Existem dois exemplos que comprovam isso. Para os militares, ele apresentou um plano de evolução salarial para compensar as perdas com a reforma previdenciária. Para os caminhoneiros, obrigou a Petrobras a controlar o aumento do preço do diesel, procurando garantir a aplicação da planilha de fretes conquistada pela greve dos caminhoneiros do ano passado, e mantém um diálogo permanente com as lideranças da categoria.

### **Aonde vai a luta de classes?**

É preciso caracterizar os elementos mais importantes que apontam a dinâmica da luta de classes no país no próximo período.

Primeiro, a agudização da crise econômica e da crise do regime (acima analisadas) no mundo e no país apontam para enfrentamentos crescentes e decisivos entre as classes.

Segundo, a chegada ao poder das frações mais reacionárias da burguesia com o governo Bolsonaro fortalece e acelera a ofensiva burguesa-imperialista sobre nossa classe, ao mesmo tempo em que agudiza os conflitos no interior da própria burguesia.

Terceiro, a pequena burguesia e as "classes médias" tendem a seguir sendo arruinadas e exasperadas pela crise, protagonizando mobilizações à esquerda (Jornadas de Junho de 2013) e à direita (Coxinhaço de 2015-16); os setores mais abastados e conservadores destas classes fornecem hoje um apoio de massas à ofensiva reacionária contra a classe trabalhadora, inexistente desde as mobilizações da ultradireita (Marchas da Família com Deus pela Liberdade) às vésperas do golpe militar de 1964 e dão base ao fortalecimento do bolsonarismo e de outras variantes da ultradireita e do fascismo; por outro lado, suas camadas mais proletarizadas e progressistas dão base a mobilizações como o #EleNão e o 15M que, apesar de progressivas, são marcadas por um caráter disperso, pacifista e sem continuidade organizativa.

Quarto, as lutas defensivas da classe trabalhadora e do povo pobre e oprimido estão ainda muito aquém do necessário para enfrentar e derrotar a ofensiva reacionária da burguesia e têm sido levadas a derrotas sucessivas ("reforma" Trabalhista de Temer, vitória da extrema direita nas eleições, "reforma" da Previdência de Bolsonaro) pela política traidora das direções do movimento; o "impulso espontâneo" das massas foi, até agora, insuficiente para ultrapassar o controle burocrático das direções sobre as lutas; a classe operária não está na vanguarda das mobilizações, os setores mais precarizados ainda não se colocaram massivamente na luta e as mobilizações seguem tendo à frente os setores "médios" do proletariado. Contudo, a elevação do sofrimento cotidiano das massas trabalhadoras prepara explosões sociais e lutas semiespontâneas que podem transbordar o freio e o controle burocrático das direções do movimento.

Quinto, as políticas equivocadas, oportunistas ou ultraesquerdistas, das direções que se apresentam como alternativas ao PT e à burocracia (PSTU, PSOL, PCO, PCB, etc.) têm impedido a formação de um polo alternativo de direção classista e combativo de massas que aponte uma saída revolucionária e socialista, disputando pela base a direção das lutas e do movimento operário e de massas contra as direções burocráticas e reformistas. A crise de direção revolucionária do proletariado aprofundou-se no último período.

As Jornadas de Junho de 2013, na esteira da crise mundial do imperialismo que explodiu em 2008, reabriram a crise do regime democrático burguês e uma situação pré-revolucionária no país, que segue aberta. Identificamos neste período 4 conjunturas: Junho/2013 a 2015: ofensiva de massas hegemônica pela "classe média" e pequena burguesia contra os governos; início da crise do governo da frente popular. Março/2015 a início de 2017: ofensiva burguesa, ataques de Dilma aos direitos trabalhistas, Operação Lava Jato, Coxinhaço, Impeachment de Dilma, Governo Temer. Abril/2017 até eleições de 2018: ofensiva das massas contra o governo Temer, Greve Geral de 28/4, Greve-locaute dos caminhoneiros de maio/junho, Prisão de Lula, polarização eleitoral direita x esquerda. Novembro/2018: vitória eleitoral de Bolsonaro, ofensiva burguesa que dura até agora.

## **Resoluções**

### **Programa político para o próximo período:**

- Derrotar o governo patronal e pró-ianque de Bolsonaro e dos patrões nas lutas e nas ruas!
- Organizar a Greve Geral pela base!
- Por um Governo da Classe Trabalhadora, sem Patrões!
- Por um Programa Socialista de defesa dos Empregos, Salários e Direitos:
  - \* Soberania nacional: suspensão do pagamento da dívida pública aos banqueiros e especuladores, proibição da remessa de lucros, estatização do sistema financeiro e do comércio exterior; solidariedade às lutas dos povos do mundo contra a exploração, opressão e guerras do imperialismo.
  - \* Emprego: defesa do emprego através da estatização das empresas (empreiteiras, indústrias) que estão demitindo em massa; ocupação destas empresas com abertura da contabilidade e controle dos trabalhadores; escala móvel de horas de trabalho; plano de obras públicas para construção de moradias, creches, postos de saúde e hospitais nos bairros populares que garanta emprego a todos os desempregados e jovens.
  - \* Salário: reajuste salarial imediato para cobrir as perdas inflacionárias; reajuste mensal segundo a inflação; salário igual para trabalho igual.
  - \* Direitos trabalhistas: anulação da “reforma” Trabalhista de Temer e da “reforma” da Previdência de Bolsonaro e de todas as leis de precarização da força de trabalho; restauração de todos os direitos sociais da CLT e da Constituição de 1988; extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários a todos os trabalhadores e trabalhadoras precarizados; legalização imediata de todos os imigrantes, garantindo-lhes os mesmos direitos dos trabalhadores brasileiros.

- \* Contra o latifúndio e o agronegócio: reforma agrária; demarcação e entrega imediata das terras dos indígenas e quilombolas;
- \* Defesa dos direitos e das liberdades democráticas: anulação das leis de repressão e criminalização das lutas, ativistas e movimentos; defesa e ampliação dos direitos das mulheres, LGBTs, negros e indígenas contra a discriminação e a opressão; anulação da Lei de Anistia e julgamento dos torturadores da ditadura militar; desmilitarização da Polícia Militar e democratização das Forças Armadas: direito de sindicalização e manifestação para os soldados e praças, eleição dos oficiais pelos soldados, chamar os soldados a desobedecer aos oficiais e não reprimir as manifestações; extinção da Força de Segurança Nacional.

### **Setores oprimidos: Organizar a luta contra a opressão das mulheres, negros, jovens, imigrantes, povos originários e LGBTQI+ junto às lutas do conjunto do proletariado contra a exploração capitalista**

Já afirmamos que a política de contrarrevolução econômica, desencadeada pelo imperialismo e governos burgueses nacionais através dos “ajustes” e “reformas”, tem levado ao retrocesso nos direitos trabalhistas e sociais da nossa classe. Ao passo que os grandes capitalistas veem suas formas de reprodução ameaçadas pela crise, criam novos movimentos e condições de exploração para manter as bases de sustentação das formas de produção e opressão capitalistas, elevando as contradições sociais e a agudização entre as classes.

A população pobre, periférica e marginalizada dos grandes centros urbanos, sobretudo as mulheres, os jovens negros e pessoas LGTBTTQI+, tornam-se o principal alvo dos ataques. Isto acontece porque são um setor fundamental do exército da classe trabalhadora, os quais os capitalistas usam como massa de reserva de força de trabalho em tempos de crise. Na medida em que se aprofundam os ataques aos direitos trabalhistas e sociais, criam-se novos postos de trabalho cada vez mais precários e com baixíssimos salários, e estes setores acabam se submetendo as condições desses trabalhos, pois é o que resta a eles para não viverem à margem da sociedade.

Na década de 1990, no auge do neoliberalismo tucano no Brasil, foram disseminados os call centers, que se tornaram no país o principal posto de trabalho, atrás apenas das empregadas domésticas, com mais de 1 milhão de empregos (ocupados, sobretudo, por mulheres, jovens negros e negras e homossexuais). Hoje, com a popularização dos smartphones, vemos a ascensão dos empregos informais como entregadores e motoristas de aplicativos (os chamados “infoproletários”). Além destes, os tradicionais postos de auxiliares de limpeza e serviços gerais, englobam a lista de trabalhos precarizados, com salários miseráveis e que, na maioria das vezes, são terceirizados. Estes trabalhadores, com a Reforma Trabalhista e Previdenciária, perderam quaisquer garantias de direitos, e hoje formam o setor majoritário da classe trabalhadora que não possui filiação sindical, o que diminui drasticamente as chances de se organizarem para lutar por melhores condições de vida e trabalho.

Além disto, esses postos, por serem direcionados a um determinado grupo oprimido da nossa classe, aprofundam as desigualdades da divisão social, de gênero e racial do trabalho, aumentando proporcionalmente a opressão racista, machista, xenofóbica e lgbttqi+fóbica. Esse elemento fundamental da exploração e opressão capitalistas, aliado a reprodução da moral e consciência burguesa entre trabalhadores e trabalhadoras, usada no Brasil por Bolsonaro e em diversos países por governos burgueses e imperialistas, como o de Donald Trump, nos EUA, buscam aprofundar a divisão da nossa classe e enfraquecer nossas lutas contra as medidas antioperárias e antipopulares.

A disputa ideológica tem se tornado cada vez mais dura contra nossos inimigos de classe. Os discursos “empoderados”, “meritocráticos” e “empreendedores” são cada vez mais comuns e disseminados nas periferias, como saídas individuais para os problemas sociais e econômicos causados pelo próprio capitalismo. Estes discursos se contrapõem, sobretudo, às tarefas e a necessidade histórica de unidade e solidariedade de classe no enfrentamento e luta contra a opressão capitalista.

### **Resolução: Plano de Ação dos Setores Oprimidos:**

Garantia de ampla discussão com tod@s delegad@s no Plenário do 4º Congresso da Central sobre os problemas, dificuldades e a luta que hoje enfrentam os setores oprimidos contra os planos do governo reacionário de Bolsonaro e contra as medidas antitrabalhador@s (como a Reforma Trabalhista, Precarização, Terceirização e Reforma Previdenciária) dos patrões e do imperialismo.

Lutar por um Congresso democrático, que respeite as diferenças, diversidade e a luta dos setores oprimidos. Abaixo a reprodução do machismo, racismo, LGBTTQI+fobia, transfobia, xenofobia em nosso Congresso!

Que a CSP-Conlutas se coloque na vanguarda pela defesa dos setores oprimidos, lutando para disputar contra os sindicatos patronais que se perpetuam nas categorias mais precarizadas, impossibilitando a organização e defesa dos direitos de classe dos trabalhadores e trabalhadoras mais explorados e oprimidos (que são as mulheres, jovens negros, imigrantes e LGBTQIs).

Divulgação de materiais da Central que combata a exploração dos setores mais pauperizados da nossa classe que estão hoje nos telemarketings, no emprego informal dos "infoproletários" e terceirizados. Devemos lutar pela construção de oposições sindicais filiadas à central que organize a luta desses trabalhadores e trabalhadoras contra o a precarização, o desemprego e toda forma de preconceito!

Pela unidade das lutas dos setores oprimidos! Apoiar todas as lutas antiracistas, feministas, pela diversidade sexual e de gênero e dos povos indígenas, quilombolas e dos imigrantes! Abaixo o muro de Trump! Abaixo aos campos de concentração de homossexuais na Chechênia! Abaixo a exploração dos países pobres e oprimidos de todo mundo! Em defesa dos que migram contra a fome, a miséria e as guerras! Pela solidariedade internacional da classe trabalhadora e união dos povos explorados e oprimidos do mundo!

### **Balanço da CSP-Conlutas: Da estagnação à degeneração burocrática e aparatista**

O balanço da CSP-Conlutas desde o último congresso deve ser feito, primeiro, em base à política aplicada pela central nos principais eventos da luta de classes e, segundo, pela análise da dinâmica da central como ferramenta para a “reorganização” da vanguarda do movimento operário e de massas.

### **Os erros políticos da CSP-Conlutas e demais direções alternativas ao PT e à burocracia**

A crise do modo de produção e dos regimes de dominação política do imperialismo e da burguesia, ao mesmo tempo em que mina as bases objetivas da política de conciliação de classes, colocando em crise as direções reformistas e burocráticas, abre oportunidades históricas para o fortalecimento das direções que se propõem como alternativas à burocracia e ao reformismo. Contudo, contraditoriamente, o que vemos é um aprofundamento da crise de direção revolucionária.

No caso do Brasil, não se construiu até agora um polo político de massas classista, socialista e revolucionário para se contrapor à crise do PT, do PC do B e da burocracia da CUT, da Força Sindical e do velho peleguismo e para forjar uma nova direção para o movimento operário e de massas.

Isso se deve, antes de tudo, a que a ação das massas proletárias ainda não adquiriu um caráter abertamente revolucionário, o que facilita até agora o controle burocrático e ideológico do PT, do PC do B e da burocracia sobre a classe trabalhadora e suas lutas. Mas, o principal fator é subjetivo, os erros cometidos pelas direções centristas e revolucionárias, consequência do processo de burocratização e adaptação ao regime democrático burguês nos quais vêm se afundando há vários anos.

As direções que se propõem como alternativas ao PT, PC do B e à burocracia sindical se dividem hoje em dois grandes “blocos”: a Frente Povo Sem Medo (FPSM), comandada pela direção do PSOL e do MTST; e a CSP-Conlutas, dirigida pelo PSTU e a Resistência. Destes dois “blocos” participam dezenas de correntes políticas e sindicais, sindicatos, oposições sindicais, movimentos e coletivos populares, camponeses, juvenis, feministas, de negros e negras, dos povos originários, de imigrantes e LGBTQIs, reunindo parte significativa da vanguarda das lutas que ocorrem no país. Várias correntes militam em ambas organizações, das quais destacamos a Resistência e o MES, correntes importantes da CSP-Conlutas. Os dois “blocos” reúnem uma miríade de matizes teóricos, programáticos e políticos, desde o “reformismo petista requegado” de Boulos e das correntes que dirigem o PSOL, até as correntes trotsquistas, passando por horizontalistas, anarquistas, sindicalistas e “antipartido”. Contudo, apesar das diferenças que separam a Frente Povo Sem Medo e a CSP-Conlutas, entendemos que ambas cometeram dois erros políticos simétricos na luta de classes do último período.

Primeiro, a adaptação e o seguidismo à política burocrática e reformista das direções majoritárias nos grandes processos de luta que ocorreram no último período, a luta contra a “reforma” Trabalhista e da Previdência de Temer (1º semestre de 2017) e a luta atual contra a “reforma” da Previdência de Bolsonaro. Sob a bandeira da “unidade de ação” com as direções majoritárias do movimento (PT, PC do B, CUT, MST, Força Sindical, etc.), a FPSM e a CSP-Conlutas acabaram por se submeter à política burocrática das direções majoritárias de “acordos de cúpula” para “baixar calendários de luta”, sem nenhum Plano de Luta organizado pela base, com o objetivo de manter o movimento sob seu controle,

utilizando-o como mero instrumento de pressão sobre o Congresso Nacional, onde os partidos de esquerda negociavam migalhas nos projetos de “reformas” de Temer e Bolsonaro. A FPSM e a CSP-Conlutas se negaram ou foram incapazes de construir, mesmo que de forma embrionária, um polo de direção para unificar pela base o conjunto das organizações e ativistas que se contrapunham à política burocrática das direções. Era necessário e possível que tomassem a iniciativa de convocar e organizar um Encontro Nacional de ativistas eleitos nas bases, para dar o combate junto às bases da burocracia sindical por uma política de enfrentamento e de organização efetiva da Greve Geral através de assembleias e comitês, para derrotar os planos de Temer e Bolsonaro. Por sua capitulação, acabaram cumprindo o papel de “roda esquerda” da política das direções burocráticas que levou à derrota as duas maiores lutas da classe trabalhadora deste período.

O segundo erro foi sua recusa a lutar pela unidade política da classe trabalhadora nas eleições de 2018 que levaram Bolsonaro ao poder. A FPSM, através do PSOL, lançou a candidatura de Guilherme Boulos propondo-se a “superar o lulismo” com um programa reformista inferior ao do PT das décadas de 1970-80. O PSTU (apoiado pelas correntes que se alinham à sua política no interior da CSP-Conlutas, como o MRS, TS, etc.), apesar de apresentar um programa socialista e revolucionário correto com a candidatura de Vera Lúcia, seguiu com sua política sectária e ultraesquerdista do “Fora todos!”, colocando no “mesmo saco” a Lula, Haddad e o PT e os partidos da burguesia, incluído Bolsonaro. Apenas nas vésperas do segundo turno, quando a vitória bolsonarista já era visível no horizonte, a FPSM/PSOL e o PSTU/CSP-Conlutas chamaram a votar em Haddad contra Bolsonaro, porém sem nenhuma frente de classe que pudesse organizar e unificar o ativismo de esquerda para enfrentar a onda eleitoral bolsonarista. Era necessária uma outra política, que buscamos formular naquele momento, numa “Carta Aberta do GOI aos ativistas das lutas pelo Fora Temer e suas reformas e às organizações da esquerda” (4/3/2018):

“Na atual situação, apenas Lula tem força política para unir a classe trabalhadora para enfrentar a ofensiva da burguesia e do imperialismo. É isso que amplas camadas da classe trabalhadora e a vanguarda das lutas esperam dele. Porém, a política de aliança com a burguesia aplicada por Lula e pelo PT, ao invés de unir, divide a nossa classe e o movimento organizado dos trabalhadores.

É preciso, portanto, exigir de Lula que rompa com a burguesia e una os trabalhadores numa frente classista para enfrentar os patrões e seus partidos. Uma frente composta pelo PT, PC do B, PSOL, PSTU, PCB, PCO, pelo MST, MTST, pelos sindicatos e centrais sindicais, pelos movimentos populares, da juventude, da luta das mulheres, negros, indígenas e LGBTQIs. Uma frente dos movimentos da classe trabalhadora, sem a participação de patrões e seus partidos que lute por um Governo dos Trabalhadores, sem patrões, nas eleições e nas lutas. Uma frente que seja aprovada num Encontro Nacional das organizações da classe trabalhadora, com delegados e delegadas eleitos pela base. A candidatura de Guilherme Boulos (do MTST e da Frente Povo Sem Medo), a vice numa chapa de Lula sem patrões seria a melhor expressão política da unidade classista dos movimentos que têm se colocado à frente da luta

contra Temer e suas reformas. Exigir isso de Lula e do PT é a tarefa que está colocada para o conjunto das organizações revolucionárias e independentes dos patrões e dos governos. Neste sentido, fazemos um chamado (...) [a] lutar por uma frente classista com Lula, presidente, sem patrões! Boulos vice.”

O balanço da política da CSP-Conlutas analisado acima mostra que a central persiste nos mesmos desvios oportunistas e ultraesquerdistas que já havíamos combatido no congresso passado, e que, alertávamos, estavam levando à “estagnação e retrocesso” da central:

“A formação da Conlutas em 2004 foi uma política correta e tinha como objetivo construir um polo de aglutinação de correntes e entidades do movimento sindical, popular, camponês, estudantil e antiopressões que se enfrentavam e se mantinham independentes do governo de Lula, num momento em que a frente popular havia cooptado a grande maioria das direções. (...) Entre 2004 e 2010 a central cumpriu um papel de primeira ordem nas lutas, estando à frente da maior mobilização unificada contra os ataques do governo Lula, em 23 de maio de 2007, da qual participaram um milhão e meio de trabalhadores. (...) A frente única de esquerda que vinha sendo construída nas lutas levou à organização do Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora), em 2010, com o objetivo de unificar todas estas forças em uma única central. (...) Os erros que levaram ao fracasso do Conclat já indicavam uma virada na política da direção majoritária que levaria a novos erros, iniciando um período de estagnação e retrocesso que perdura até hoje. (...)”

Os principais erros políticos que apontávamos que estavam levando à crise da central eram o “abandono da política de frente de esquerda em troca da “unidade de ação” com a burocracia sindical” e a falta de uma política para a unidade política classista do movimento operário e de massas. Erros que culminariam no giro ultraesquerdista aplicado durante a crise do impeachment de Dilma quando a direção majoritária implementa uma política que coloca “a central na prática junto ao campo da oposição burguesa nas mobilizações do Coxinhaço pelo “Fora Dilma, Fora PT”. (Tese Conlutas pela Base/2017)

### **A degeneração burocrática e aparatista da CSP-Conlutas**

No balanço que publicamos logo após o 3º Congresso apontávamos as consequências desta política para a central:

“Como resultado desta política, a CSP-Conlutas não prioriza a disputa de direção nas bases dirigidas pela CUT, Força Sindical e demais centrais burocráticas. O bloco majoritário derrotou todas as resoluções (inclusive apresentadas por delegados de seu próprio bloco) que propunham que a central passasse a priorizar este trabalho de base, dando maior suporte político e financeiro à construção das oposições sindicais e grupos de base. Assim, o congresso referendou o caráter que a CSP Conlutas vem desenvolvendo nos últimos anos de se tornar um aparato central dos sindicatos filiados e não, como era o seu projeto original, de ser uma ferramenta para a luta contra a burocracia sindical que segue dominando mais de 90% dos sindicatos.” (...)

“Os debates sobre a estrutura sindical trouxeram também grande preocupação acerca da situação de burocratização e dependência do estado em que se encontram os sindicatos filiados à central. (...) As



propostas que visavam a que a central adotasse medidas para pressionar e assessorar os sindicatos filiados para acabarem com a dependência do imposto sindical e outras taxas impostas aos trabalhadores foram rechaçadas pelo bloco majoritário com o argumento, tomado de empréstimo da burocracia sindical, da defesa da “autonomia” dos sindicatos. O mesmo rechaço receberam as propostas de combate efetivo à burocratização dos dirigentes sindicais e de movimentos populares, como rodízio e limitação de mandatos, critérios para liberação, entre outros mecanismos de democracia operária. Isso demonstra um grande retrocesso deste debate no interior da central, que surgiu como referência de luta contra a burocracia dos sindicatos e movimentos.” (Sob a direção do PSTU, continuam os impasses políticos da CSP- Conlutas – 24/10/2017))

Infelizmente, os problemas que apontamos, ao não serem combatidos, se agravaram. Hoje é evidente o retrocesso da central, que se expressa não somente nos números, mas, sobretudo, pela estagnação e perda de influência política sobre as bases onde atua (sindicatos e oposições) e sobre a vanguarda ativista. A “estagnação” se transforma hoje num evidente processo de degeneração burocrática e aparatista da central. A maior evidencia disso são as disputas burocráticas entre as duas correntes principais, o PSTU e a Resistência, em sindicatos operários importantes como os da Construção Civil de Belém e de Fortaleza, onde concorreram duas chapas da CSP-Conlutas, colocando em risco a perda destas entidades para a burocracia da CUT e outras centrais pelegas. Ao não se dotar de uma política para diminuir a dependência do imposto sindical e das taxas obrigatórias sobre as bases, grande parte dos sindicatos filiados à central se encontram hoje em crise diante do dismantelamento do “pacto celetista” que garantia a sobrevivência da burocracia sindical sob a proteção do Estado burguês. A consequência mais nefasta da burocratização e do aparatismo é o franco retrocesso das oposições e grupos sindicais de base.

Como já alertávamos há muitos anos, a CSP-Conlutas, de ferramenta revolucionária para a disputa da direção das lutas e para a construção de uma nova direção para o movimento operário e de massas, transformou-se no seu contrário, num aparato sindical a serviço de sua direção majoritária, o PSTU, e da “grande minoria”, a Resistência.

Apesar disso, a central agrupa em seu interior os setores mais conscientes e revolucionários do ativismo de base sindical, popular, camponês, da juventude e dos setores oprimidos. É nas mãos destes ativistas de base que se encontram as possibilidades de mudança do destino da CSP-Conlutas. Mas, é necessário um firme combate aos dirigentes burocratizados e insensíveis que hoje manejam a central como o “seu” aparato. E aprovar no 4º Congresso as políticas e medidas necessárias para recolocar a central em seu projeto original.

### **O processo de reorganização e o caráter sindical, popular e classista**

Lutar contra a burocracia reformista e patronal! Pela construção de uma nova direção classista e socialista para o movimento operário e de massas!

Antes de mais nada é necessário precisar o que se entende por “processo de reorganização”. Como já analisamos nos pontos acima, existe uma crise histórica das direções burocráticas, todavia estas seguem controlando as principais organizações do movimento operário e de massas e desta forma manipulando as lutas da classe trabalhadora na direção sem saída do reformismo eleitoral. A maioria dos trabalhadores filiados em sindicatos segue sendo controlada pelas centrais burocráticas e pelegas, como se evidencia pelos números do Ministério do Trabalho de 2016: CUT (30,4%), UGT (11,29%), Força Sindical (10,08%), CTB (10,08%), CSB (8,15%), NCST (7,45). A CSP-Conlutas tem apenas 2,25% do número total de filiados e cerca de 1% do total de sindicatos.

Não há um “processo de reorganização” que se dá de forma linear e objetiva que “por si só” leve à construção de uma nova direção. Esta nova direção deve surgir da aplicação de uma política correta pelas organizações revolucionárias, em particular daquelas agrupadas na CSP-Conlutas. Neste sentido é preciso que o 4º Congresso aprove medidas que respondam a duas tarefas fundamentais: a reorganização da CSP-Conlutas como ferramenta de luta antiburocrática e uma política revolucionária para a construção da unidade da classe trabalhadora para lutar. Neste sentido, propomos 3 resoluções:

- Reorganizar a CSP-Conlutas como uma alternativa sindical e popular, classista e construída desde a base

- \* É preciso que a CSP-Conlutas retome seu projeto original de se constituir como um polo de aglutinação dos setores do movimento operário e de massas que lutam por uma política de independência de classe, antiburocrática e socialista.

- \* É preciso reverter o processo de burocratização aparatista da CSP-Conlutas para que a central volte a ser uma ferramenta para a luta contra a burocracia sindical no conjunto dos sindicatos controlados pelas outras centrais burocráticas e pelegas e para aplicar a democracia operária nas entidades que dirige.

- \* O 4º Congresso considera que as disputas entre chapas da central na base dos sindicatos filiados é um grave erro que leva à perda de credibilidade e de referência de luta da central, além de possibilitar a tomada destas entidades pela burocracia da CUT, Força Sindical e demais centrais pelegas. E orienta a que sejam formadas chapas unitárias de todas as correntes e ativistas da central, com o método das convenções democráticas, em que sejam asseguradas a ampla participação da vanguarda e a proporcionalidade direta na composição da chapa.

- \* Combater a burocratização dos dirigentes com a indicação de novos ativistas para as direções das entidades e rodízio de dirigentes liberados para evitar a burocratização precoce dos jovens ativistas.

- Prioridade para a organização de oposições e grupos de ativistas nas bases da burocracia sindical

- \* A CSP-Conlutas dará prioridade à organização de Oposições Sindicais e Grupos de Base que impulsionem a política da central nos locais de trabalho e nos sindicatos controlados pela burocracia sindical;

- \* Denúncia implacável na base das fábricas, empresas e escolas do papel traidor da burocracia sindical da CUT, Força Sindical, CTB e demais centrais pelegas por estarem “vendidas aos patrões e governos”, por

não terem se empenhado na luta contra as reformas de Temer e de Bolsonaro, de serem responsáveis pelas vitórias do governo e dos patrões com a aprovação das “reformas” Trabalhista, da Terceirização, do Ensino Médio, da Previdência e demais ataques sofridos por nossa classe.

\* Formação de oposições e grupos de base no interior das fábricas, empresas, escolas e repartições públicas, com atuação permanente através de jornais e boletins abertos à participação dos trabalhadores e trabalhadoras.

\* Lutar junto aos trabalhadores de base e aos melhores ativistas da vanguarda pela realização de assembleias e pela organização de comandos de luta na base, para impor a democracia operária contra as direções burocráticas na organização das lutas e construir uma nova direção para o movimento operário e de massas.

\* Apoio efetivo a todas as lutas, principalmente aquelas dirigidas por ativistas da central.

\* Serão organizadas secretarias de apoio político e de formação sindical às Oposições Sindicais e Grupos de Base da central, em nível nacional e estadual;

\* Com objetivo de implementar esta política de organização será formado um Fundo financeiro de apoio às Oposições Sindicais e Grupos de Base, a partir da contribuição dos sindicatos filiados, de acordo com critérios a serem discutidos na Coordenação Nacional.

- A construção da unidade das lutas da classe trabalhadora e do povo pobre e oprimido

\* Entendemos que a unidade dos trabalhadores e do povo pobre para lutar é uma necessidade inquestionável, mas a unidade não se constrói com uma política de acordos de cúpula com calendários impostos de cima para baixo pelas burocracias das centrais. Os acordos de cúpula são necessários e inclusive a central deve participar mesmo de ações convocadas unilateralmente pelas centrais burocráticas que considere progressivas para a luta. Mas, a participação da CSP Conlutas nas reuniões de cúpula das centrais deve estar apoiada pela luta pela unidade na base dos sindicatos dirigidos pela CUT, Força e demais centrais pelegas. E pela exigência a estas direções da seguinte Plataforma de Luta:

\* Derrotar o governo patronal e pró-ianque de Bolsonaro e dos patrões nas lutas e nas ruas!

\* Por um Governo da Classe Trabalhadora, sem Patrões!

\* Abaixo a “reforma” da Previdência, do PL da “Liberdade Econômica” e demais projetos reacionários de Bolsonaro e do Congresso Nacional!

\* Lutemos contra os ataques aos salários, empregos, direitos trabalhistas e democráticos!

\* Exigimos do PT, PC do B e PSOL que votem contra todos os projetos de Bolsonaro e dos patrões no Congresso Nacional. Que a responsabilidade dos ataques aos direitos da classe trabalhadora recaia sobre os partidos da burguesia!

\* Organizar a Greve Geral pela base! Chega de calendários decretados pela cúpula burocrática das centrais e partidos de esquerda! Que as propostas de mobilização sejam discutidas e aprovadas em assembleias nas bases dos sindicatos e locais de trabalho, estudo e moradia.

\* Pela formação de Comitês de Base Unificados para organizar a luta.

\* Exigimos das direções do movimento a convocação de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora da cidade e do campo, com delegados/as eleitos/as na base das fábricas, empresas, escolas, bairros populares, ocupações e assentamentos urbanos e rurais, e dos coletivos de luta dos jovens, mulheres, negros, LGBTQIs e imigrantes.

\* Que este Encontro discuta e aprove democraticamente uma Plataforma em Defesa dos Salários, Empregos e Direitos e um Plano de Lutas para enfrentar os ataques de Bolsonaro e dos patrões.

**Assinaturas:** Alex Viana (Oposição Apeoesp), Ana Carolina (Oposição Simpeem-SP), Carlos P. (Coletivo Orgulho e Classe), Chan Kin Kon (Oposição APP-Sindicato-PR), Clarice Bonfim (Coletivo Orgulho e Classe), Davi Bueno (Coletivo Orgulho e Classe), Edson (Oposição Simpeem-SP), Fernanda G. (Oposição Simpeem-SP), Gisele C. (Oposição Apeoesp), Juarez Santana (Oposição Simpeem-SP e Coletivo Orgulho e Classe), Lilian (Oposição Simpeem-SP), Márcia G., Mayara F., Miguel Oliveira, Pauline O., Roberto S. e Wiliam Felipe (Oposição Apeoesp), Sandra Fortes (Oposição Siproem), Sara F (Oposição Siproem) e Thiago G. (Coletivo Orgulho e Classe).

## **12) ENFRENTAR OS ATAQUES DE BOLSONARO/MOURÃO E AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO DA CENTRAL SINDICAL E POPULAR COMO ALTERNATIVA DE DIREÇÃO PARA AS LUTAS, COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE**

Apresentação: **Bloco Classista, Operário e Popular**

### **Nacional**

Com a chegada da ultradireita ao governo, com Bolsonaro e Mourão, novos desafios estão colocados e a CSP-Conlutas segue cumprindo um importante papel na luta dos trabalhadores de nosso país. Na atual conjuntura, nossa luta central é contra o governo Bolsonaro-Mourão, Esse Congresso Nacional e o imperialismo, do qual ele é um capacho, e para isso, apostamos na ação direta da classe trabalhadora e na batalha pela Frente Única para lutar. O desafio imediato é a construção de uma nova Greve Geral contra as Reformas e os ataques as liberdades democráticas, bem como contra os cortes na Educação, pela defesa do emprego e contra as privatizações e todos os ataques desse governo.

No terreno da reorganização, nossa tarefa é seguir fortalecendo a CSP-Conlutas e forjando-a como alternativa de direção para a classe trabalhadora, com independência de classe. Nos colocamos contra o projeto de conciliação de classes, as velhas cúpulas burocráticas e as diversas alternativas políticas da burguesia. Nessa batalha, enfrentaremos toda exploração e opressão que o capitalismo impõe à classe trabalhadora. Seguiremos juntos às lutas dos povos indígenas e quilombolas. Nos manteremos nas mobilizações pelo direito à terra de nossos camponeses pobres e na batalha urbana pelo direito à moradia. Intensificaremos nossa presença nos levantes da mulher trabalhadora contra toda forma de opressão, machismo e o feminicídio. Estaremos ao lado dos negros e negras que estão na linha de frente

contra o racismo e genocídio urbano; e na persistência ousada dos LGBTs que se erguem em defesa de igualdade e contra a LGBTfobia. Alimentaremos nossas mobilizações contra as mazelas do capitalismo, contagiados na energia transformadora de nossa juventude.

Nos alimentaremos da força coletiva de nosso 4º Congresso da CSP-Conlutas e seguiremos cerrando fileiras na defesa dos direitos e liberdades democráticas de nossa classe que, mesmo sendo poucos, estão sob a ofensiva direitista e conservadora de Bolsonaro e Mourão. Manteremos erguida a bandeira em defesa do amplo e irrestrito direito de manifestação, organização e greve, bem como seguiremos combatendo a criminalização das lutas e dos lutadores sociais. Reafirmamos que nossa luta contra os ataques da ultradireita não se confunde com defender os propósitos eleitoreiros ou projetos de conciliação de classes como os do PT ou seus aliados de ocasião. Nos pautamos, prioritariamente, pela necessidade de destruir a sociedade capitalista na perspectiva da construção do socialismo.

Com esses objetivos, chamamos todas as lutadoras e lutadores de nosso país para que, apoiado nos que participaram da construção e realização do 4º Congresso da CSP-Conlutas, possamos avançar na afirmação de nossa Central como a alternativa de direção para as lutas da classe trabalhadora no país, com seu caráter sindical e popular, classista, democrático e internacionalista.

### **Internacional: Contra a crise e a guerra social, trabalhadores lutam em todo o mundo**

A crise mundial do capitalismo aberta ao final de 2007 ainda não se fechou. Desde então, todos os governos, sejam de “direita” ou “esquerda”, submeteram a classe trabalhadora a uma ofensiva de retirada de direitos e diminuição do nível de condições de vida para salvar banqueiros e patrões.

Por todos os lados a receita dos capitalistas tem sido a mesma: atacar e retirar direitos dos trabalhadores para tentar retomar a taxa de lucro dos grandes grupos econômicos e financeiros. O resultado é o aumento da fome, da miséria e o maior fenômeno migratório já visto na história moderna. Mas, por todo o planeta, a classe trabalhadora resiste e enfrenta esses ataques com muita luta, greves e protestos.

Na Europa, a piora das condições de vida e perda de direitos históricos levam as massas às ruas. Na França, o movimento dos Coletes Amarelos é uma exemplar demonstração desse processo, bem como a magnífica força do levante popular e juvenil do povo chinês contra a retirada de seus direitos sociais e democráticos.

Nos Estados Unidos o governo de Trump ascende ao poder no marco dessa crise e passa a colocar em prática uma política racista, homofóbica e xenófoba, enquanto pouco consegue fazer para superar a crise econômica mundial e seus efeitos.

No Oriente Médio, diante da crise gerada pelas guerras e invasões, os povos resistem bravamente ao imperialismo. As revoluções em curso na Argélia e no Sudão, as marchas do retorno em Gaza, as greves na Tunísia e no Marrocos, marcam uma nova onda de lutas e revoluções no mundo árabe contra ditaduras

neoliberais e o Estado assassino de Israel, mesmo em meio às guerras levadas à cabo contra as revoluções síria, iemenita e líbia.

No nosso continente, os trabalhadores da Argentina têm ido às ruas com greves e manifestações contra o governo Macri, enquanto na Venezuela, mergulhados num verdadeiro caos social, o povo luta contra a ditadura de Maduro e as péssimas condições de vida, bem como ainda têm de enfrentar as ameaças de invasão do imperialismo e Juan Guaidó, direitista que tenta se impor como alternativa burguesa no país. No Haiti, país que ficou submetido a uma invasão militar por mais de 10 anos, o governo impõe mais piora e repressão à vida do povo que resiste bravamente e também explode em greves, passeatas e manifestações.

O fato é que a situação mundial está marcada por uma forte polarização social e política. Falta é uma direção para a luta da classe trabalhadora que seja capaz de levar à vitória este processo de lutas, questione as bases do sistema capitalista e abra caminho para a construção de uma sociedade socialista.

### **Brasil: crises política, econômica e social se aprofundam**

No Brasil, após o processo eleitoral, o cenário segue com uma conjunção de crises econômica, política e social, que resultam no aprofundamento da polarização da luta de classes. O país está à beira de uma nova recessão, com a economia paralisada, desemprego e endividamento da população. Os três primeiros meses do governo Bolsonaro registraram uma queda de 0,2% no PIB (Produto Interno Bruto), o primeiro resultado trimestral negativo desde 2016. A cada semana, as previsões são reduzidas e analistas já consideram o “ano perdido” para a retomada do crescimento. O desemprego segue alarmante, há mais de 60 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho formal e o mal-estar social, com a piora nas condições de vida da classe, se agrava a cada dia.

Sem a retomada da taxa de lucros, as disputas interburguesas também se acirram em meio a um clima permanente de crises políticas desencadeadas pelo governo Bolsonaro e seus diferentes grupos de poder (militares, ultraliberal, familiar e político). Bolsonaro diz ser contra a “velha política” e como algo “radical” que quer destruir o sistema, mas a verdade é que ele é exatamente o oposto disso. Assistimos as denúncias e investigações sobre corrupção e ligação da família Bolsonaro com milicianos e “trapalhadas” entre os poderes, que criam contradições e dificuldades ao governo.

A entrada em cena do movimento de massas trouxe à tona o questionamento da governabilidade no país. Essa situação é que está na base da gestação da Greve Geral como instrumento capaz de derrotar Bolsonaro, Mourão, o Congresso e seus ataques. Nossa Central seguirá firme na construção das lutas de nossa classe. Contra a saída da extrema direita representada por Bolsonaro, defendemos uma saída radical, fora da democracia burguesa e que não se confunde com a conciliação de classes e estratégias eleitorais capitaniadas pelo PT e seus aliados circunstanciais.

Não vamos aceitar pagar por essa crise. É necessário e possível derrotá-los!

**Com Bolsonaro, mudou a conjuntura, mas não a situação da luta de classes; os trabalhadores podem derrotar Bolsonaro, Mourão, o congresso e suas reformas!**

A chegada de Bolsonaro ao poder trouxe, num primeiro momento, uma mudança na conjuntura. Isso porque, apesar da classe trabalhadora não ter sido derrotada em sua disposição e realização de lutas, o fato é que, pela primeira vez no Brasil, chegou ao poder um governo de ultradireita, ultraliberal e composto por uma forte presença das Forças Armadas. Mas desde os primeiros meses do ano, as lutas não pararam e explodiram contra as medidas anunciadas pelo governo, principalmente a Reforma da Previdência e os cortes na Educação.

Diferente dos que afirmavam que a classe estava derrotada, que tudo se resumia a uma suposta “onda conservadora”, a CSP-Conlutas apostou na força dos trabalhadores (as) e, assim, ajudamos a construir a resistência e o enfrentamento ao Governo Bolsonaro e Mourão desde o início.

A resistência e o enfrentamento se deram desde o dia 20 de fevereiro, com a realização da “Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora contra a Reforma da Previdência”; na força e protagonismos das mulheres no 8 de março; nos atos de 14 de março que exigiram “Justiça para Marielle e Anderson”; no dia 22 de março, Dia Nacional de Mobilização, Paralisação e Protestos, que colocou a classe trabalhadora no cenário da luta atual; depois nos atos do dia 31 de março contra o golpe de 1964 e nos atos unificados do 1º de Maio até chegarmos ao #15M e ao #30M, dias nacionais de luta contra os cortes na Educação que também agregaram a bandeira contra a Reforma da Previdência. O 15M, dia de greve nacional contra os cortes na Educação, levou milhões às ruas, unificando estudantes, professores e trabalhadores, e mudou novamente a conjuntura, a partir da entrada do movimento de massas em cena pela primeira vez sob esse governo. Reafirmamos que a disposição de luta que nossa classe tem demonstrado que pode derrotar Bolsonaro, Mourão, o Congresso Nacional e suas reformas, começando pela Reforma da Previdência.

Bolsonaro declarou guerra aos povos originários e quilombolas. Deu carta branca aos latifundiários para invadirem territórios já demarcados, coagirem e assassinarem ativistas da luta por território e pela reforma agrária. A política ambiental de Bolsonaro é a desregulamentação total das leis que protegem nossas riquezas naturais, liberando o desmatamento das nossas florestas, o garimpo e exploração das riquezas naturais na Amazônia pelos ruralistas, madeireiras e grandes mineradoras. No campo também representou um retrocesso, paralisando a Reforma Agrária e liberando mais de 290 agrotóxicos em favor do agronegócio.

Os efeitos sob o meio ambiente são devastadores: houve um aumento de mais de 40% nos alertas de desmatamento e as queimadas aumentaram em 83% no mês de agosto na comparação com 2018.

Bolsonaro e seu ministro Ricardo Salles ainda tentam esconder essa avalanche de destruição ambiental, contestam os dados das pesquisas técnicas e censuram os órgãos de fiscalização. Realizaram um verdadeiro desmonte do IBAMA, interviram na ICMBio, colocando um coronel da PM de São Paulo como novo presidente do órgão, perseguiram e demitiram o presidente do Inpe, Ricardo Galvão.

O resultado dessa política foi o emponderamento de setores agrários burgueses que detonaram um processo de aceleração do desmatamento da floresta amazônica patrocinando um bizarro “dia do fogo” que destruiu milhares de hectares de mata, produzindo um prejuízo incalculável ao ecossistema.

Os países imperialistas, especialmente a França, através de seu primeiro-ministro Macron, apressaram-se hipocritamente em defender a Amazônia e criticar a política ambientalista do governo brasileiro. Bolsonaro, por sua vez, pousou de patriota atacando Macron e dizendo que a Amazônia é problema do Brasil, escondendo sua aliança com Trump e a entrega de Alcântara, mas também a exploração das riquezas do território amazônico para os interesses yanques. A resposta contra essa política veio através de atos de protestos nas principais capitais do país – quase 15 mil na av. Paulista, em São Paulo, por exemplo.

A CSP-Conlutas se colocou à frente desses protestos e levou nossa posição de independência frente às políticas dos governos imperialistas, seja da França e o G7 ou de Bolsonaro/Trump, defendendo o controle da Amazônia pelos trabalhadores e as comunidades originárias.

A CSP-Conlutas foi e continuará sendo insistente na conformação da Frente Única para Lutar, pois a unidade é necessária para no enfrentamento aos governos e capitalistas de plantão. Nos marcos das lutas e com organização nós trabalhadores podemos derrotar esse governo e construir e fortalecer uma nova direção classista e democrática da nossa classe, contra as direções burocráticas e traidoras e que aposte na ação direta e na estratégia socialista e revolucionária.

### **Mulheres, negros, LGBTs, sem teto, sem-terra e povos tradicionais estão em luta**

A chegada de Bolsonaro ao poder aprofundou os ataques aos setores oprimidos. Assistimos o aumento do feminicídio, a ação de milícias e pistoleiros contra indígenas e quilombolas, ataques às lutas por terra e moradia, entre outras medidas. Contudo, a classe tem lutado muito e destacamos o protagonismo da mulher trabalhadora como um elemento importantíssimo. Seja na convocação de greves internacionais nos dias 8 de março nos últimos anos, seja na luta contra o feminicídio e o machismo em todo o mundo, as mulheres têm sido linha de frente. No Brasil, o #EleNão, por exemplo, levou milhões às ruas ainda durante o período eleitoral, capitaneando a resistência e o enfrentamento contra o projeto de ultradireita de Bolsonaro. Negros e negras resistem e lutam por reparação, contra o racismo e o genocídio nas favelas; LGBTs contra a violência e por igualdade de direitos; indígenas e quilombolas por seus territórios;



camponeses, sem-terra e sem-teto por terra e moradia. A CSP-Conlutas tem estado presente nessas lutas e deve seguir impulsionando e apoiando para que aconteçam.

A CSP-Conlutas reivindica a mais ampla unidade na luta construída até aqui para fazermos esse enfretamento, mas, alertamos: não há o que negociar nessas reformas de Bolsonaro, Mourão, Maia e desse Congresso corrupto e consideramos uma traição qualquer dirigente ou entidade sindical que priorize “negociar pontos” dessas medidas de ataque ao nosso povo em detrimento da necessária ação direta de nossa classe. É possível, na luta direta, derrotar as Reformas e todos os ataques desses capachos do imperialismo.

### **As tarefas e desafios que temos pela frente**

Programa e plano de ação que busquem responder às necessidades imediatas e históricas dos trabalhadores da cidade e do campo, mulheres, negros (as), LGBTQs, aposentados, indígenas, quilombolas e estudantes.

### **Principais bandeiras de lutas**

- Seguir intensificando os esforços pela construção e fortalecimento de uma frente única para lutar contra os ataques e as retiradas de direitos trabalhistas, políticos e sociais, bem como em defesa das liberdades democráticas atacadas pelo governo e seus aliados burgueses e pró-imperialistas.
- Greve Geral contra Bolsonaro, Mourão, Guedes, Maia e esse Congresso abarrotado de corruptos e suas Reformas, Privatizações, Retirada de direitos e em defesa das liberdades democráticas; contra os cortes na Educação e por empregos. Basta de Bolsonaro, Mourão e seus ataques!
- Por Educação pública, gratuita e de qualidade!
- Basta de desemprego. Por um plano emergencial de geração de empregos! Salário igual para trabalho igual; Redução da Jornada de trabalho sem redução de salários;
- Reforma agrária sem indenização do latifúndio e do agronegócio;
- Demarcação de todas as terras indígenas e titulação de todas as terras quilombolas já!
- Chega de especulação imobiliária. Não aos despejos. Exigimos o direito à moradia digna!
- Contra a privatização e entrega de nossas riquezas. Petrobras, Correios, CEF e Banco do Brasil e empresas de energia 100% estatais! Reestatização de todas as empresas privatizadas!
- Contra o congelamento dos gastos nas áreas sociais. Revogação da EC 95!
- Defesa e valorização dos serviços e servidores públicos!

- Suspensão imediata do Pagamento da Dívida Pública aos banqueiros!
- Basta de machismo, violência e o feminicídio! Mais investimento em políticas para mulheres!
- Não ao racismo e ao genocídio do povo negro! Pelo fim da PM. Reparações já!
- Basta de LGBTfobia e violência! Por direitos iguais para os LGBT's!
- Basta de xenofobia! Nenhum ser humano é ilegal
- Em defesa das liberdades democráticas. Pelo direito de manifestação, organização e greve!

### **Independência de classe, combatividade, democracia operária e internacionalismo para lutar contra o capitalismo**

A defesa da independência de classe torna-se indispensável frente à atual conjuntura e, por isso, avançar na afirmação da CSP-Conlutas como a alternativa de direção para o movimento se faz ainda mais necessário. Nesse marco, é fundamental reafirmarmos os pilares que fundaram nossa Central: a independência de classe, a prioridade pela luta direta, a democracia operária e o internacionalismo, bem como nosso caráter sindical e popular. Com esses princípios, devemos atuar em Frente Única para a luta dos trabalhadores, ao mesmo tempo que devemos nos fortalecer na disputa da direção do movimento.

O desafio é trazer para nossa central mais sindicatos, movimentos populares e organizações de luta contra a opressão e da juventude e dar ainda mais corpo ao caráter sindical e popular da Central. Essa unidade, em torno desse plano e bandeiras de lutas, nos permite dar às nossas ações um sentido político comum de lutar contra a exploração e todas as formas de opressão, levando em conta toda a diversidade de que é composta nossa classe. É a serviço da estratégia de, na luta, destruir a sociedade capitalista e apostar na força transformadora da classe operária e seus aliados de combate, que devemos fortalecer a CSP-Conlutas.

Nossa tarefa é denunciar aos trabalhadores os dois blocos burgueses: seja a ultradireita que está no poder, seja o projeto de conciliação de classes, aplicado pelos governos do PT e que foi responsável por nos fazer chegar à tragédia atual.

Através da luta do conjunto da classe trabalhadora, com o setor operário à frente, podemos tomar em nossas mãos os destinos do país. As análises e saídas políticas apresentadas e defendidas nessa contribuição global poderá ser realizada por um governo dos próprios trabalhadores, sem patrões, e organizados em conselhos populares que decidam sobre tudo e sobre todo o destino de nosso país!

**Assinaturas:** Federação Sindical e Democrática dos Trabalhadores Metalúrgicos de Minas Gerais; Diretores da Minoria da FNP (Federação Nacional dos Petroleiros); Sindicato dos Metalúrgicos de São Jose dos Campos/SP; Sindicato dos Metalúrgicos de São João Del Rey/MG, Sindicato dos Metalúrgicos

de Pirapora/MG; Sindicato dos Metalúrgicos de Patos de Minas/MG; Sindicato dos Metalúrgicos de Valadares/MG; Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Preto/MG; Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá, Paraisópolis e região/MG; Sindicato dos Metalúrgicos de Itabira/MG; Metabase Inconfidentes/MG; Sindicato da Construção Civil de Belém/PA; Sindicato da Construção Civil de Roraima; Sindsef/SP; Sindicato dos Judiciários Federal MPU do Maranhão; SindJus Alagoas; Sindjustiça/CE; Sindicato dos Empregados do Comércio de Passo Fundo e região/RS; Sindicato dos Empregados do Comércio de Santa Cruz e região/RS; Simpere/PE; Sindguarda Iguatú/CE; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duartina/SP; Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares de Iguatú/CE; Safer Iguatú/CE; Safer Juazeiro/CE; Diretores do SindPetro-AL; Sindcage (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Cimento, Cal e Gesso de Sergipe); Admap (Associação Democrática dos Aposentados e Pensionistas do Vale do Paraíba); Moquibom; MML (Movimento Mulheres em Luta); Quilombo Raça e Classe; Anel; Minoria Sepe/RJ; Minoria do Sinal/RN; Oposição Apeoesp/SP (Reviravolta na Educação); Oposição CPERS (MLS, Democracia e Luta); Oposição Sindute/MG (Educação em Luta); Oposição Metalúrgica de BH-Contagem/MG); Oposição Sinte-RN (Movimento Muda Sinte); Cael – Movimento Andes em Luta; Movimento Insurgência Camponesa (Moica); Luta Popular; MRP (Movimento resistência Popular); Fenametro (Federação Nacional dos Metroviários); Minoria da Fentect; Minoria Fenajufe; Oposição STU; Minoria Sintrajud; Sintrajud/PE; Minoria Sinal/SP; Mnob; Minoria Sinasefe; Simpa Alagoinhas; Oposição Caxias do Sul/RS; Assentamento Madre Terra; Sindsaúde/RN; Movimento de Luta Socialista-MLS e Sintect-RS.

### **13) CONTRIBUIÇÃO GLOBAL DO MOVER/MES**

Apresentação: **Mover/MES**

#### **Internacional**

Os imigrantes são um tema central relacionado, tanto pela extrema violência com a qual são tratados pelo imperialismo como pelas implicações geopolíticas que os fluxos migratórios carregam.

Os mortos nos desertos norte-americanos e nas praias europeias, assim como os presos nos campos de concentração para imigrantes confinados nos países imperialistas, representam a face mais violenta desta crise mundial que se combina em diversos aspectos.

E para isso nos espelhamos nos movimentos de resistência que dão respostas através das lutas a esta situação. Nos Estados Unidos de Trump, o movimento socialista passa por um profundo renascimento e hoje pauta o debate político naquele país, intervindo nas greves e movimentos democráticos com um perfil profundamente classista. Na Europa, a juventude em luta contra a crise climática coloca em xeque os políticos tradicionais e abre espaço para uma profunda crítica contra o modelo neoliberal e suas políticas de austeridade.

Na África, os levantes populares na Argélia e Sudão demonstram que o processo iniciado pela Primavera Árabe ainda não se fechou e, especialmente com a vitória parcial do caso sudanês, provam que a população mobilizada nas ruas pode derrubar ditaduras e construir seu próprio futuro.

Em Hong Kong, a resistência democrática enfrenta o perigo da violência promovida pelo governo com o apoio da ditadura chinesa que teme a difusão da indignação em seu território continental. Na América Latina, o recente levante de Porto Rico demonstrou que nossos processos de luta continuam vivos.

Assim, propomos:

- A articulação internacional entre os trabalhadores é cada vez mais necessária e representa a única resposta possível ao drama que se abate por fronteiras de todo o mundo.
- A CSP-Conlutas pode cumprir um papel importante na reorganização internacional da classe trabalhadora, e este congresso tem como tarefa central debater e aprofundar a conexão de nossa organização com estes avançados movimentos e iniciativas que surgem em todo mundo.

## Nacional

O avanço do “bolsonarismo” e suas características especificadas como o obscurantismo, militarização e ataque aos trabalhadores compreendem aquilo que demarcamos como o avanço do profascismo no Brasil. Fenômeno esse que deve ser vinculado objetivamente ao fracasso do modelo de conciliação de classes estabelecido pelo Partido dos Trabalhadores a partir de sua emergência ao poder.

O PT abriu mão de seu projeto fundacional para o Brasil e se articulou numa nova correlação de forças destacada pela aproximação com setores retrógrados e historicamente elitistas da política brasileira como Sarney, Maluf, Cabral, além de setores conservadores que emergem com vitalidade na política nacional como fundamentalistas neopentecostais como Edir Macedo (onde Dilma inaugura o Templo de Salomão em 2010 e depois recebe financiamento de campanha) e até incorporação desses setores em negociações de cargos na câmara (vide Feliciano assumindo a Comissão de Direitos em 2013).

O esgotamento do político conciliatório do PT se dá em 2013 com as jornadas de junho, onde milhares de jovens vão às ruas exigindo fundamental a presença do poder público em áreas estratégicas como saúde, educação e emprego no contexto dos mega-eventos. A crise da hegemonia lulo-petista é respondida pela classe dominante com frações até então “domesticadas” pelos blocos PSDB/PT que são a “nova direita” brasileira.

Essa “nova direita” emerge com progressiva ocupação das ruas em meados de 2015. Grupos políticos como “Vem pra Rua”, “Às ruas” e “MBL” dão a tônica de críticas fundamentadas em discursos semelhantes ao macarthismo americano dos anos 1950.

Se desenvolveu no cenário nacional o fortalecimento da figura de Jair Bolsonaro enquanto um projeto político para o país determinado fundamentalmente pelo ódio e intolerância as minorias, a esquerda,

apreço a violência, ao obscurantismo e de supervalorização da figura do grande empresário em interlocução ao neoliberalismo ortodoxo.

Assim, propomos:

Urge a tarefa da central sindical em encaminhar alternativas que vislumbrem proposições alternativas ao conjunto da classe.

### **Opressões**

Um conjunto de quadros femininos têm emergido no atual cenário, conforme as jornadas de junho de 2013 e as ocupações de escolas evidenciaram, assim como o ato do “Ele não” no período eleitoral, contra Bolsonaro, que encorajou ativistas ao “vira voto” e, conseqüentemente, foi fundamental para afrouxar qualquer possibilidade de vitória ampla do atual presidente.

Temos uma camada de novos quadros oriundos da juventude que, diante das precarizações do mundo do trabalho, acompanhado de uma maior qualificação – seja na entrada das universidades ou nas escolas de ensino médio – desenvolveram uma formação destacada pela compreensão acerca de suas demandas enquanto sujeitos históricos, ou seja, uma compreensão da necessidade de intervenção na realidade a partir do sucateamento do público, assim como da popularização do debate identitário com as pautas LGTB, mulheres e negros, além do avanço das reivindicações de comunidades quilombolas e indígenas.

Assim, propomos:

As tarefas a essas novas movimentações se dão a partir da busca de apresentar a sindicalização enquanto algo atrativo para um setor demarcado pela desindustrialização e precarização do mundo do trabalho, assim como do distanciamento do debate de classe contaminado pelas perspectivas liberais.

### **Balanço**

O processo de desindustrialização, as mudanças no mundo do trabalho com a ampliação do setor de serviços, terceirização da mão de obra, ataque a direitos trabalhistas, fragmentação da classe via o discurso neoliberal do “empreendedorismo”, vem produzindo junto ao seio dos trabalhadores e trabalhadoras um retrocesso no que compete a consciência e sua necessidade de transformação coletiva.

Atrelado a isso, temos anos do falido projeto de conciliação de classes da CUT que potencializou uma desconfiança em relação aos sindicatos, a partir de uma aligeirada burocratização que distanciou consideravelmente das demandas da classe.

Assim, propomos:

- A construção de quadros mulheres, LGBTs, negros, juventude, indígenas e quilombolas.

- A ampliação das lutas pela manutenção sã do meio ambiente se tornaram essenciais no enraizamento da barbárie que se despreocupa com o futuro do planeta.
- Em incremento a isso, temos que potencializar a luta dos educadores, alvo do obscurantismo e das políticas neoliberais.

### **Plano de ação**

As organizações dos trabalhadores vem sendo atacadas. Por isso, propomos:

- Fortalecer as iniciativas da Luta pela meio ambiente como a greve do clima de 20/09
- Construir os calendários Feministas com peso como forte no 8 de março
- Participar de todas as convocatórias do calendário do povo preto
- Inserção na frente contra o pacote Anti crime do Moro
- Revogação da Reforma Trabalhista e da Lei de Terceirização
- Fortalecer os Fóruns em defesa do imigrantes “Nenhum ser humano é ilegal”
- Construção de fórum e Frentes de Resistência Amplas contra o Governo Bolsonaro

### **Organização e Estrutura**

Há um avanço de ataques junto aos sindicatos e centrais diante da reforma trabalhista. Diante disso, propomos:

- A criação de um seminário visando esclarecer acerca da reestruturação dos sindicatos.

### **Estatuto**

A CSP Conlutas cumpre um papel histórico na luta de classes no Brasil hoje. diante de tal realidade, propomos:

- A votação da direção seja encaminhada no fórum máximo de deliberação, o congresso.

**Assinaturas:** Rio Grande do Sul: Antonio Antunes da Cunha Neto (Oposição CPERS e SEN - CSP-Conlutas); Arlindo Ritter (Presidente Sindisaúde); Walmor Guedes (Presidente Aserghc); Julio Appel (Vice-presidente Sindisaúde); Helder P. Oliveira, Daniel Souza, Fabio Lambert e Leonor Eugênia (Oposição CPERS); Roberta Mello (Base Sindsprev); Luan Badia (Minoria da direção da Fasubra); Maicon Bravo, Ronaldo Vieira Leite, Sergio Estêvão, Daniela Mendiondo (Base Simp – Pelotas); Fabio Duarte (Base Sinasefe); Ceres Torres (Base Adufpel); Mariana Junqueira Vargas e Bruna Campos (Oposição Bancários POA); Mauricio Barreto e Rogerio Escouto (Oposição Rodoviários POA); João Ezequiel (Oposição Municipários POA); Ricardo Souza (Oposição Asufrgs). Distrito Federal: João Guilherme Paranhos Miceli, Ayla Viçosa e Benedito da Silva Borges Junior (Oposição Professores); Bruno Bueno Pinto da Cunha (Oposição do Sindsep); Breno de Souza Rocha (Sindireceita); Felipe

Martins Pinheiro Silva (Base Sindreceita); Gabriel Almeida (Oposição Bancários). Rio de Janeiro: Maycon Bezerra e Rodrigo Gadelha (Sinasefe); Silvana Louzada (Sintifrj); Renata Gama (Asduerj), Thaís Coutinho (Sepe Regional III); Josemar Carvalho, Vanderlea Aguiar, Márcio Ornellas, Juliano Niklevicz Teixeira (Base do Sepe); Luiz Gustavo Miguel Costa, Maria da Conceição Borges Costa, Marcelo Santan'a (Sepe Regional VII); Armindo Lajas (Sepe Regional VII - Sepe Central); Gabriel Abraao, Daniel Salomão, Luciano Mathias, Rose Silveira, Vivian Carvalho, Aline Couto (Sepe Petrópolis), Claudete Neves (Sepe Petrópolis - Sepe Central); Thunai Cavalcanti de Melo, Fabrício do Nascimento Alves, Ana Cardinal de Souza Conceição, Ariano de Feitas Amorim (Base Sepe São Gonçalo); Felipe Duque (Coord. geral Sepe Valença - Sepe Central); Ozaira Almeida, Luciana Leoni, Hilda Santos, Juliana Elena e Patricia Vasconcelos (Diretoras Sepe Valença); Luciana Pecoraro e Andrea Modesto Leal (Militantes de base - Sepe Valença); Rodrigo Nardi Dantas (Militante de base Sepe Saquarema); João Silva (Militante de base do Sepe Costa do Sol); Telma Luzemi (Militante de base do Sepe Regional III); Fernando Arcênio (Diretor do Sepe Itaocara); Ítalo Jardim e Leandro Fontes (Militante de base do Sepe); Rogge Perfetti (Diretor do Sepe Macaé); Janete Maria Izidorio (E.M. Barão do Amparo - Eng.º Paulo de Frontin); Isaias Fagundes dos Santos (Sepe - Pinheiral - Pirai/RJ); Izabel Cristina Santos Martins (C.E. Barão de Tefé -Seropédica/RJ); Laura Sobreira Oliva (Base Sepe - Eng.º Paulo de Frontin); Lêda Teixeira (Sepe - Mendes - Eng.º Paulo de Frontin); Luciana de Oliveira Tenchini (E.M. Barão do Amparo - Eng.º Paulo de Frontin); Luziane Padrão dos Santos (Sepe - Mendes - Eng.º Paulo de Frontin); Maísa Valéria Alves da Rocha (Sepe - Mendes - Eng.º Paulo de Frontin); Maria Izabel Assumpção (Professora sem vínculo com a rede pública - Mendes); Rodrigo Teixeira (Sepe Central); Teresa Raquel Rodrigues de Andrade (Sepe - Mendes - Eng.º Paulo de Frontin); Vera Lúcia do Nascimento Souza (Sepe - Mendes - Eng.º Paulo de Frontin). São Paulo: Anderson Nogueira Alves (Professor das redes estadual e Municipal); Eduardo Vinagre (Professor da rede estadual); Juca Batista Lopes (professor das redes municipais de SP e Poá); Marcio Filho (Trabalhador da rede municipal de educação de Poá); Ivan Canolletto (Professor da rede municipal de SP e da rede particular de ensino superior); Athina Ferreira da Silva (Professora da rede municipal de SP); Diego Frederico Carvalho (Fundação Casa); Ana Cláudia Borguin (diretora do Sindicato dos Metroviários); Roberto Morato, Marcelo Pacheco e Fernando Lúcio (Metroviários); Rafael Borguin Eustáquio, Ricardo Martins, Amanda Capel e Felipe Faria (Conselho Sindical de Base do Sintusp); Bernardo Ryoichi Dias Taniguti; Renata Alves Ribeiro (Sinserm Bauru), Eduardo Pinto e Silva (UFSCar e secretário da Direção Regional do Andes-SN); Annie Schmaltz Hsiou (Adusp). Rio Grande do Norte: Maria Aparecida Dantas, Jane Suely Calafange Damasceno, Manoel Euflausino, Pedro Furquia Neto Lopes, Marileide Melo, Edson Lima, Francisco das Chagas, Edmilson Gerônimo, João Maria dos Santos, Maria José Amancio, Luiz Antinio (Sintest); Alessandra Patricia, Anilda Sena e Antonio Ulisses (Base Sintest); Marcone Olímpio Damasceno (Sinsenat). Pará: Silvio Kanner (Oposição Bancária); Rigler Aragão, Emerson Boscheto, Emanuelle Cosoloso (Sindunifesspa); Ricardo Fernandes, Naide Pacheco e Francieli Sarturi (Oposição Sintep); Heliane de Nazaré Pereira de Abreu e Bárbara Dias Dos Santos

(Base Sinpro); Gleyson Carlos Santiago Moraes (Oposição Sintepp); Viviane da Costa Reis e Átila Augusto Cordeiro Pereira (Oposição Sindsaude); Jusimara Lima Soares (Minoria Sintraban); Heloíse Rocha (Sintepp). Minas Gerais: Juliana Selbach (Oposição Bancária); João Berkson e Sara Azevedo (Base Sindute). Paraná: Luciano Peregrine (Oposição APP); Laerson Vidal (Oposição Bancária PR). Bahia: Maíra Tavares Mendes (Andes-SN e base da Adusc) e Reinaldo Martins (Base do Sinasefe). Juntos! Nacional: Camila Souza Menezes, Giovanny Ferreira, Theo Louzada Lobato, Fabiana Vinhola Amorim, Guilherme Fregonese, Gabriela Ferro, Felipe Simoni, Bruno Mahiques, Vanessa Alves, Júlia Machini, Thalles Sales, Erick Andrade, Adriano Mendes, Renata Moara, Gabriel Feltrin Batista, Júlio Câmara, Tássia Lopes e Ana Paula Santos.

## **14) RESISTIR E LUTAR EM DEFESA DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA!**

**Apresentação:** Resistência e Luta - Corrente Sindical e Popular

### **Conjuntura Internacional**

A situação mundial continua em crise, especialmente na sua face econômica e financeira. O conflito interimperialista que tem de um lado os EUA e de outro a China, em aliança com a Rússia, em grande parte é fruto do período mais recente da crise e gera um clima de instabilidade e incerteza política, retroalimentando a crise econômica. Como agravante, a tendência de um Brexit sem acordo, a sinalização de recessão na Alemanha e diversos outros conflitos nacionais e regionais acedem a luz de alerta na Europa e no mundo.

Desde 2009, logo depois do pico da crise que ocorreu em 2008, a mídia e outros apologistas do capitalismo em sua fase imperialista, sob a égide do neoliberalismo, vêm anunciando que a crise é de curto prazo, que já estaria acabando e sendo resolvida. Mas os fatos têm insistentemente mostrado que a crise que estamos vivendo é uma crise estrutural do capitalismo, que se manifesta não somente no âmbito econômico e financeiro e se desenvolve desde o início da década de 1970.

Por outro lado, o pico que a crise manifestou em 2008 também não se resolveu. De lá pra cá, foram poucos os momentos em que houve algum alívio para os centros tradicionais do imperialismo mundial. O crescimento médio mundial tem sido baixo e só não tem sido pior porque a China tem mantido índices de crescimento anual do PIB que, mesmo caindo progressivamente em relação aos anos anteriores a 2008, ainda estão cerca do dobro da média mundial e, mais recentemente, ganha força o crescimento do PIB da Índia.

Agora, estamos novamente vivendo dias de fortes temores em todos os ambientes do capital, com uma ameaça, que já aparece como tendência real, de uma recessão em países como a Alemanha e os EUA. O índice de todas as bolsas dos EUA tem caído recentemente e a queda dos juros oficiais naquele país é sinal de que o governo está sentindo o risco da recessão (o que é compartilhado por uma parte significativa dos economistas estadunidenses) e a necessidade de estimular uma economia em momento de fraqueza.



## Conjuntura Nacional

A principal tendência da conjuntura é um quadro geral de forte instabilidade política. O que está em desenvolvimento é um novo perfil da hegemonia burguesa no Brasil, de formato mais autoritário e com maior peso político das Forças Armadas, hoje tutelando os três poderes (executivo, judiciário e legislativo).

O governo Bolsonaro segue aprofundando os ataques aos direitos sociais e a conjuntura segue polarizada e instável. A aprovação da reforma da Previdência em segundo turno na Câmara dos Deputados e a iminente aprovação no Senado são passos importantes na aplicação das reformas neoliberais. Desde o governo Fernando Henrique Cardoso em 1998, passando por Lula, Dilma e Temer, a burguesia tenta aprovar essa que é uma das peças fundamentais do receituário estabelecido pelo chamado “consenso de Washington”.

A ampla maioria conseguida pelo governo na aprovação da reforma da Previdência é um sinal de que o Congresso, a despeito de rugas eventuais, segue a mesma cartilha do Palácio do Planalto de transferir para o povo e a classe trabalhadora os ônus da crise econômica. As gigantescas mobilizações de rua de maio e a greve geral de 14 de junho foram muito importantes, mas insuficientes para barrar a reforma. A verdade é que não conseguimos envolver a classe trabalhadora nessa luta. A maioria do povo brasileiro não compreendeu a gravidade das medidas propostas e não se dispôs a enfrentar o governo. A massa de trabalhadores e trabalhadoras precarizados(as), na informalidade, no subemprego ou amargando o desemprego ainda não está disposta a partir para a ação contra Bolsonaro. Alguns percebem a gravidade da situação, mas não acreditam numa possibilidade de vitória, logo ficam em um estado de hibernação política. Precisamos entender essa realidade e suas possíveis dinâmicas além de, é claro, tirar as devidas lições desse fenômeno.

Apesar de a burguesia estar bastante unificada em torno da reforma da Previdência e do ajuste fiscal, não parece ter o mesmo grau de unidade em outras pautas do governo. Tanto é assim que Bolsonaro já teve que recompor diversas vezes seu Ministério, readequando suas competências, na tentativa de aprovar pautas como a flexibilização do porte e da posse de armas, da legislação de trânsito, do corte de verbas na educação, da destruição da legislação ambiental, do fim da reforma psiquiátrica, do ensino domiciliar e de outros temas semelhantes.

O escândalo do vazamento das conversas de Moro com Dallagnol e demais procuradores da Lava Jato (o “vaza jato”) apimenta ainda mais o cenário de crise. Sérgio Moro, considerado por muitos como a segunda pessoa mais importante no governo, teve sua credibilidade arranhada de forma irreversível e pode ser fritado como foram Bebianno, Vélz Rodrigues, Santos Cruz e mais uma dezena de cargos de segundo escalão. Além desse e outros escândalos há outro elemento determinante no agravamento da crise do governo: não há sinais sólidos de superação da estagnação econômica e do desemprego. Já são mais de 13,2 milhões de desempregados e mais de 28,4 milhões de população subutilizada

(desempregados, mão de obra subocupada e pessoas que não buscam mais emprego). Se considerarmos também a informalidade e pessoas que trabalham por conta própria, teremos mais 35,3 milhões de pessoas, contra 33 milhões trabalhando com carteira assinada (IBGE – 2018). Se somarmos a população subutilizada e a que vive na informalidade, teremos perto de 63,7 milhões de pessoas. Esse número significa a somatória da população da Espanha, de Portugal e da Suíça. Um verdadeiro exército de desempregados e precarizados pelas substantivas modificações no mundo do trabalho. Esse caldo de cultura definitivamente não ajuda na construção de uma estabilidade desse novo pacto social.

Os setores que mais se mobilizaram nesse período foram os ligados à educação. Os ataques de Bolsonaro e dos ministros da educação, os cortes de verbas e as inúmeras polêmicas com as linhas de ensino e pesquisa acordaram a juventude e os trabalhadores em educação (professores e técnicos). Boa parte da massa que foi às ruas nessas manifestações é das Universidades e Institutos Federais. Isso é bom e ruim ao mesmo tempo. Bom porque sem a juventude não derrubaremos as políticas destrutivas de Bolsonaro, mas ruim porque não logramos êxito em mobilizar os demais segmentos da classe, salvo raras exceções. Esses milhões de trabalhadores do setor privado, dos precarizados e da informalidade ainda não cerraram fileiras ao nosso lado. Sem eles não iremos muito longe.

Bolsonaro segue em queda de popularidade. Perde para quase todos os presidentes anteriores. Segundo a pesquisa de junho da CNI, 48% da população desaprova seu modo de governar, 51% não confiam nele e apenas 32% consideram seu governo ótimo ou bom. Além de indicar uma substantiva perda de apoio popular, acende o sinal vermelho da grande burguesia, que começa a ver que sua fanfarronice pode ameaçar os verdadeiros interesses do grande capital. Um risco a mais para o capitão. As vitoriosas manifestações de rua desde o “Ele não”, passando pelo 8 de março, pelas manifestações contra o corte de verbas na educação, que colocaram mais de dois milhões de ativistas nas ruas, e a greve geral, com todas as suas dificuldades, são, evidentemente, pontos determinantes de fragilização do governo. Mas precisamos ressaltar que ele provavelmente tem um “pisso” nessa queda de popularidade. Algo em torno de consideráveis 25 a 30% da população seguem e provavelmente seguirão apoiando essa política ultrarreacionária. A direita e setores da ultradireita saíram definitivamente do armário.

A realidade é contraditória e precisamos nos acostumar a tempos de poucas certezas e muita dialética. Ao mesmo tempo em que aprova a reforma no congresso, o governo perde popularidade. As manifestações são multitudinárias e parte da base de apoio do governo fica na defensiva, ao mesmo tempo avançam sobre o congresso as medidas bonapartistas e se cristaliza o núcleo reacionário do governo. Um exemplo disso é a edição recorde de Medidas Provisórias e decretos presidenciais: até junho Bolsonaro havia editado 180 decretos, numa clara tentativa de driblar possíveis derrotas, mas até isso se mostrou uma faca de dois gumes pois, como vimos, vários foram derrubados tanto pelo congresso como pelo STF. O governo Bolsonaro está mais fraco do que quando assumiu. As dissensões internas no núcleo central do governo, a constante defenestração de ministros, a manutenção da crise econômica, os escândalos frequentes, a perda de apoio para suas pautas “ideológicas”, as crescentes manifestações populares e a

greve geral são prova disso. Ademais há movimentações de setores da burguesia que se mostram insatisfeitos em razão de suas pautas excessivamente beligerantes, sua tolerância com denúncias de corrupção em seu entorno e da insistência em privilegiar seus filhos de forma imoral

A combinação destes elementos – queda de popularidade; dissensões internas; manutenção das mobilizações de rua contra os desmontes das políticas públicas e um certo silenciamento de parte de seus eleitores (sim porque uma parte segue e seguirá defendendo-o com unhas e dentes) – pode fornecer indícios de um enfraquecimento do governo. Contudo, claro está que ainda não estamos na ofensiva. Nossas lutas são, em sua grande maioria, defensivas e reativas. Os principais movimentos sociais ainda estão fragmentados e com baixa representatividade orgânica. Sua imprescindível reorganização não deve restringir-se a articulações superestruturais ou a movimentações pontuais entre partidos e movimentos e nem deve estar subordinada ao calendário eleitoral.

O principal desafio é readquirir capilaridade estrutural nas lutas do povo. É um trabalho que requer tempo, determinação e paciência revolucionária. Mas não vemos outro caminho. Não há atalhos na luta de classes. Sendo assim, trabalhamos em Frente Única pela manutenção das garantias democráticas e contra o neoliberalismo fascistóide do governo. Estamos a favor da mais ampla frente contra a reforma da Previdência e demais ataques aos direitos já em gestação pelo governo, estivemos na linha de frente da campanha pelo “Ele não”, trabalhamos incansavelmente no “vira voto”. Estamos pela anulação do julgamento de Lula, mesmo avaliando que não é ponto central da conjuntura, pela parcialidade comprovada da Lava Jato, considerando que não há provas robustas contra ele (que segue sendo uma referência fortíssima para amplos setores do povo brasileiro), embora isso não faça juízo de valor sobre sua inocência ou culpabilidade na relação promíscua dos governos do PT com as empreiteiras. Mas sem sectarismos e de maneira madura, queremos por expor nossas diferenças dentro da unidade, pois essa unidade será construída respeitando e não negando nossas diferenças.

### **Combate às opressões**

O governo Bolsonaro infelizmente empoderou os setores mais reacionários da sociedade, que desfilam seu ódio à diversidade não só nas redes sociais, mas também disputando as ruas e buscando interferir em projetos de governo. O discurso LGBTfóbico e machista não fica só nas palavras, tanto é que explodiram os números de feminicídio e assassinatos bárbaros de pessoas lgbt em todo o país. Grupos organizados de evangélicos de linhas neofascistas, que inclusive reforçaram sua bancada no Congresso e formaram parte importante do apoio a alguns governadores eleitos (como o do Rio, Wilson Witzel), pressionam para aprovar suas pautas no congresso, como a proibição de todas as formas de aborto, inclusive das que hoje são legais, proibir atendimento às mulheres, ampliar a criminalização e buscar retrocesso nas políticas contra a opressão que avançaram no Brasil, quase todas por ação da justiça e não de governos (como o casamento igualitário e o nome social, por exemplo). O cenário sob o governo de extrema-direita no Brasil é de profundo retrocesso nas pautas de combate às opressões, tendo como símbolo dessa era infeliz

a lamentável Ministra Damaris e as declarações de ódio do próprio presidente todos os dias nas redes sociais.

## **Plano de ação**

Todos os esforços das organizações dos trabalhadores devem estar voltados para as lutas de resistência contra os ataques do Capital, em frente única diante da aceleração da retirada de direitos para recompor os lucros do capitalismo em crise. Além da reforma da Previdência, o governo Bolsonaro aprovou uma complementação da reforma trabalhista que acelera ainda mais a precarização dos trabalhadores. O Plano de Ação, a ser detalhado em unidade neste congresso, deve buscar construir a mais ampla unidade para resistir a esses ataques.

## **Organização e Estrutura**

A CSP- Conlutas, ainda que seja uma pequena central e não organize a maioria da classe trabalhadora, cumpre importante papel combativo, estando entre as poucas organizações da classe que não sucumbiu à cooptação de importantes parcelas das entidades de classe dos trabalhadores durante os 13 anos dos governos de conciliação de classes do PT. Sendo assim, sua fundação e resistência se constituem em vitoriosa ação cotidiana das entidades que a fundaram e a constroem. Foi parte importante na tentativa de se reorganizar a classe trabalhadora combativa no fracassado Conclat em 2010; seguiu na luta para buscar construir a reorganização no Espaço Unidade de Ação e está compondo o Fórum Sindical, Popular e da Juventude, de Luta por Direitos e pelas Liberdades Democráticas com as demais organizações combativas dos trabalhadores. Defendemos que essa unidade de ação avance no sentido de buscar a reorganização pelo menos dos setores combativos, já que a fragmentação da nossa classe tem sido marcadamente um dos empecilhos nas lutas para derrubar os ataques da burguesia aos nossos direitos.

## **Estatuto**

Não estamos propondo nenhuma mudança imediata no atual estatuto da CSP-Conlutas.

Diante do contexto exposto acima, propomos:

Que este IV Congresso da CSP-Conlutas convoque um Congresso da Classe Trabalhadora, em prazo de cerca de dois anos, buscando contribuir para superar a fragmentação dos setores combativos da nossa classe. Essa proposta está plenamente alinhada à luta constante da Central para superar a fragmentação da classe trabalhadora, que é uma das dificuldades desta conjuntura. Considerando que a maioria da classe ainda está atrelada aos setores que se apassivaram nos governos de conciliação de classes, cujas direções burocratizadas e viciadas nos métodos da conciliação não retomaram a combatividade que o momento histórico requer de todos nós, devemos ser nós os combativos a tomar a iniciativa de buscar construir as condições para essa superação.

**Assinaturas:** Rio de Janeiro: Magda Furtado (Membro da SEN e da Direção Nacional do Sinasefe); Bahia: Hamilton Assis (Educar na Luta - Oposição APLB Sindicato); Ronaldo Naziazeno – Coordenador Geral do Sinasefe/BA), Rogério Ferreira, Fabiano Brito, Luiz Antônio (Papa) e César Miranda (Sinasefe/BA), Orlando Helber (Minoria Sinttel); Lucia Helena (Minoria Sindados); Denise Márcia (Conselho de Representantes do Sindjufe/BA), Ademir Brasil, Meire Reis, Marivaldo Silva, João Guerra, Wagner Carvalho, Anderson Silva e Vanessa Matos (Educar na Luta - Oposição APLB Sindicato); Ueider Pires e Ayglê Portella (Minoria do Sinttel); Maria Patrícia (Educar na Luta - Oposição APLB Sindicato); Francisco Cancela e Ediane Lopes (Aduneb); Pará: Edivania Alves, Joselene Mota e Fátima Moreira (Adufpa); Zaíra Valeska e Fernanda Mendes (Sinduepa) e Marcos Soares (Sindtifés). Paraíba: Nelson Jr (Adupeb). São Paulo: Clóvis dos Santos Costa Júnior, Luis Carlos Rodrigues, Natália Gonçalves Felicissimo, Graciana Souza Brune, Kessi Almeida Silva, Rosangela da Cruz Alves, Antônio Bonfim Moreira, José Roberto Marques da Silva, Silvia Maria Antoniazzi (Oposição Sinpeem); Jean Douglas Zeferino Rodrigues (Coordenador Estadual Sinasefe/SP) e Antonio Carlos da Cruz (Oposição Metalúrgica - Campinas). Amazonas: Vasconcelos Filho (Oposição Sinteam).

## 15) OS DESAFIOS DA CONJUNTURA E A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Apresentação: ANDES-SN

### Conjuntura Internacional

Mais de dez anos depois da crise econômica de 2007/2008, pode-se reafirmar o diagnóstico de que se trata da mais grave crise do capitalismo desde a Grande Depressão de 1929. Desde então, o capital e seus representantes responderam apenas com medidas que ampliaram a destruição do meio ambiente, colocaram a desigualdade social em níveis históricos recordes e que resultaram em uma conjuntura social e econômica profundamente instável. A Europa está se transformando rapidamente num campo de batalhas. A persistente luta, de seis meses de duração, dos Coletes Amarelos na França, a revolta dos trabalhadores(a)s na Hungria contra a "lei da escravidão" introduzida pelo regime fascista de Orban, as revoltas em massa e manifestações na Sérvia, Albânia, Romênia e nos Bálcãs, são o prelúdio de uma nova onda de confrontos sociais e convulsões políticas no continente europeu.

A crise capitalista tem intensificado a luta de classes internacional, como demonstram os levantes na Argélia, no Sudão e no Haiti. Mais de uma década depois de sua erupção, ela permanece sem solução e ingressa em uma nova fase. Todas as medidas extraordinárias usadas no período recente (pacotes de estímulo, flexibilização monetária, etc), estão esgotadas e produziram bolhas especulativas maiores do que aquelas que estouraram em 2007-2008 (por exemplo, o mercado global de derivativos tem um valor nominal de US\$1,2 quadrilhão). O FMI advertiu que a economia mundial está enfrentando, em 2019-2020, uma “desaceleração global sincronizada”. Como centro do capitalismo mundial, os EUA, admite o impasse de seu sistema e o medo do surgimento de alternativas. Em seu discurso sobre o Estado da União de 2019, em janeiro passado, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, achou necessário alertar para o “perigo do socialismo” surgindo, pela primeira vez, “de dentro da América”, não mais da União Soviética.

Por enquanto, as respostas da classe dominante em nível mundial apenas pioraram a situação. As políticas de austeridade aplicadas para salvar banqueiros pela liquidação de direitos sociais ou pela intensificação da exploração da classe trabalhadora resultou em uma situação catastrófica. A crescente concentração de riqueza atingiu níveis assustadores. Apenas entre 2017 e 2018 a riqueza dos bilionários cresceu US\$2,5 bilhões por dia, enquanto os 3,8 bilhões mais pobres do mundo empobreceram 11%, isto significa que metade da população mundial vive com menos de US\$5,50 por dia. Assim, a crise internacional do capitalismo gerou novas expressões do pauperismo da classe trabalhadora. Ela se expressa, por exemplo, na situação de milhões de refugiados e imigrantes no mundo – atingindo Europa, EUA e, inclusive, o Brasil.

Não há qualquer cenário que indique uma saída duradoura da crise econômica. Ainda que tenha existido recuperação em algumas partes da economia mundial (que se expressou, por exemplo, no, tão propalado por Trump, crescimento do PIB dos EUA em 2018), há sinais claros de que isto não é duradouro.

## Conjuntura Nacional

No Brasil, o aprofundamento da crise internacional do capital, o avanço da direita em várias partes do mundo, o papel político da mídia hegemônica, o legado do projeto de conciliação de classe e a crise das esquerdas permitiram a vitória nas urnas do projeto de extrema-direita encabeçado pelo presidente Jair Bolsonaro, o qual tem aprofundado, de forma qualitativa, os ataques e a liquidação dos direitos da classe trabalhadora. Essas afrontas são expressas pelo conjunto de regressões em curso no campo político, econômico, social, cultural e ideológico, por medidas provisórias, decretos, projetos de leis e Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) que retiram direitos e destroem as políticas sociais.

A eleição do governo federal de extrema-direita foi antecedida pelos limites da política de conciliação de classes em um cenário de crise econômica, pela instrumentalização do judiciário e seus dispositivos (como a Operação Lava-Jato) pela burguesia e seus representantes com a finalidade de empossar Temer e, assim, acelerar a agenda de políticas de austeridade que operam para fazer a classe trabalhadora pagar pela crise criada por empresários e patrões.

Ataques contra direitos sociais, descrédito das instituições da democracia burguesa, erros da esquerda e uma campanha com base em *Fake News*, em um cenário de profunda crise econômica, facilitaram a vitória da extrema-direita, a qual se tornou atrativa por sua capacidade de se apresentar como uma alternativa radical em situação de deterioração social, pela postura de aparente oposição ao governo, pelo discurso que reforça processos dominantes na formação sócio histórica brasileira (nacionalismo, homofobia, moral cristã conservadora, machismo, racismo, etc.), por um anticomunismo militante paranoico e pelo uso de figuras e de líderes carismáticos e/ou religiosos.

Apesar das promessas de “mudar tudo o que está aí”, o cenário econômico do Brasil não melhorou após a posse do presidente Jair Bolsonaro. Em primeiro lugar, não reduziu a instabilidade da situação política. A disputa entre as diferentes frações que o apoiaram durante o processo eleitoral demonstra que, apesar da unidade programática em torno de políticas privatizantes, subservientes ao imperialismo e de austeridade, há contradições inerentes ao governo Bolsonaro. Em segundo lugar, os primeiros dias do governo ficaram marcados por diversos escândalos e indícios explícitos em crimes de corrupção. A proximidade do clã Bolsonaro com milícias e o verdadeiro laranjal de lavagem de dinheiro em que está mergulhado o PSL e seus aliados mostram que o atual governo representa o que há de pior na política brasileira.

A proposta de contrarreforma da Previdência, apresentada pelo governo federal como forma de combate aos privilégios, representa o fim da Previdência Social Pública, pois acaba com o princípio da solidariedade e institui a capitalização. A proposta também promove a desconstitucionalização da

Previdência e modifica as regras da assistência social retirando direitos do(a)s trabalhadore(a)s mais pauperizado(a)s.

Nessa conjuntura de retirada de direitos, procurou enfraquecer a atuação dos sindicatos, com a edição da MP 873, em 1º de março de 2019, que ferindo a autonomia e a liberdade sindical, alterou a forma de arrecadação da mensalidade sindical proibindo os descontos por consignação em folha e exigindo a autorização expressa e individual do(a) professor(a) para o desconto por boleto bancário.

Sérgio Moro, Ministro da Justiça e da Segurança Pública, propôs um pacote “anticrime” ao Congresso Nacional, composto por vários projetos de lei, que, dentre outros aspectos, aprofunda a criminalização dos movimentos sociais.

As políticas ultraliberais do governo federal, que atacam os direitos do(a)s trabalhadore(a)s em geral, são articuladas com políticas ultraconservadoras marcadas pelo machismo, racismo, LGBTTfobia e capacitismo defendidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de Damara. O revanchismo contra mulheres e populações LGBTT que emanam, especialmente, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, abriram espaço para ataques políticos e violentos contra mulheres e populações LGBTT, resultado direto do espaço conquistado pelo fundamentalismo cristão no interior do governo Bolsonaro. São políticas que atacam os direitos específicos de populações LGBTT, mulheres, pessoas com deficiências, negros e negras, povos originários, quilombolas dentre outros. Esses assédios estão estreitamente associados com o aumento gigantesco no número de feminicídios, nos ataques contra os povos indígenas, no aumento no número de mortes por conflitos no campo, etc.

Nessa conjuntura nacional desfavorável, os governos estaduais também incrementaram seus ataques. Em diversos estados (GO, MG, RN, RS) servidore(a)s público(a)s não receberam seus salários ou estão recebendo em parcelas distribuídas ao longo do ano. Na Bahia, Rui Costa (PT) implementou uma Reforma da Previdência tão draconiana quanto aquela proposta pelo presidente Jair Bolsonaro e está respondendo ao movimento grevista das universidades estaduais da Bahia com corte de salário e sem estabelecer qualquer diálogo. O governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel (PSC) e partidos coligados, como o PSL, vêm promovendo políticas que ameaçam o processo de democratização das universidades estaduais com o ataque às políticas de cotas raciais, bem como defendido uma política de genocídio à população negra e moradora de favelas.

O cenário econômico do Brasil não melhorou. O crescimento do PIB tem se mantido em números pífios: 0,98% em 2017, 1,1% em 2018 e previsão, pelo Banco Central, de 1,6% para 2019, enquanto economistas preveem um cenário de depressão. Da mesma forma, a balança comercial ainda apresenta valores positivos, mas a tendência de redução permanece: entre 2016 e 2017, o saldo da balança comercial foi de US\$ 67,5 bilhões; entre 2017 e 2018 foi de US\$ 56 bilhões; e o saldo do primeiro trimestre de 2019 foi 11,1% menor do que o existente no mesmo período de 2018, ficando na casa de US\$ 10,8 bilhões.



Pesquisa realizada e divulgada pelo IBGE mostra que o desemprego, nos primeiros três meses, aumentou em 12,7%. São mais de 13,4 milhões desempregado(a)s, destes 5,2 milhões procuram emprego há mais de um ano.

Na educação, por meio de um discurso do enxugamento da máquina e da economia em nome da crise, o governo federal de extrema-direita optou por cortar diretamente verbas orçamentárias das políticas públicas sociais como a educação. Ao mesmo tempo, há a facilitação para a terceirização da educação pública, os convênios com os grandes grupos empresariais privados que atuam no Brasil e no mundo.

Dessa maneira, é fundamental tratar, de forma conjunta, as contrarreformas da educação (reforma do ensino médio, BNCC, etc.) e as medidas de austeridade econômica (contrarreforma trabalhista e EC 95/2016) adotadas pelo governo Temer, e os recentes ataques proferidos pelo presidente Jair Bolsonaro.

O Movimento Escola sem Partido, além de instituir a naturalização do binarismo de gênero, LGBTTfobia e o racismo, cria as condições para a criminalização de professore(a)s que assumem posicionamentos críticos ao considerar doutrinação toda forma de manifestação, de informação e de discussão que questione a sociabilidade derivada desse modo de produção. As escolas militarizadas estabelecem um padrão estético que viola o direito da criança e do(a) adolescente sobre o próprio corpo, uma vez que impõem um tipo específico de corte de cabelo, proíbem o uso de brincos, *piercing*, óculos escuros, cavanhaque, etc. A compreensão da diversidade e da individualidade são restritas. As pessoas transexuais, as mulheres lésbicas, os homens gays, o(a)s negro(a)s terão que se submeter ao padrão estético, de identidade de gênero binário e heteronormativo.

Um dos principais alvos de ataque foi a autonomia universitária, que diariamente é alvo de anúncio de alguma medida provisória, portaria ou decreto presidencial que interfere na autonomia universitária. O governo de extrema-direita Bolsonaro atacou diretamente a frágil autonomia universitária em diferentes ocasiões. No dia 17 de julho o MEC anunciou o projeto Future-se, “Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras”, que tem por finalidade: “o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior- IFES, por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios”, que representa a mais profunda contrarreforma da educação superior no rumo da privatização do ensino.

## **Reorganização da classe trabalhadora**

Nessa conjuntura, uma nova quadra se abre para a perspectiva de reorganização da classe trabalhadora, que demanda um movimento duplo, por um lado de resistência no âmbito das organizações e das lutas contra a retirada de direitos e em defesa das liberdades democráticas, e por outro da necessidade de se construir um projeto estratégico para a classe trabalhadora. Projeto esse que demanda uma ação unitária e estratégica que amplie os horizontes das atuais organizações políticas. Nesse processo, é necessário lutar contra o sectarismo e pela ampliação do diálogo e da construção unitária com setores classistas da classe

trabalhadora. Para isso é necessário lutar pela ampliação dos horizontes de nossa central sindical, construir o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas como espaço de unidade de ação visando a construção de um grande encontro da classe trabalhadora no Brasil.

**Assinatura:** Andes-SN.